

Percursos 66

REVISTA DE PSICANÁLISE : ANO XXXIII : JUNHO DE 2021

S
Z
O
M
A
R
T
I
N
O
S
C
O
M
P
O
S
T
O
S
P
O
R
T
A
D
O
S
E
M
P
R
E
S
E
N
T
E
S
C
O
M
P
O
S
T
O
S
P
O
R
T
A
D
O
S
E
M
P
R
E
S
E
N
T
E
S
C
O
M
P
O
S
T
O
S
P
O
R
T
A
D
O
S
E
M
P
R
E
S
E
N
T
E
S

PALABRA CONCRETA

O lugar das clivagens sensoriais no desenvolvimento e nas patologias arcaicas [Geneviève Haag + Bernard Golse] En el epicentro y en las márgenes del psicoanálisis [Juan Carlos Volnovich] Identificação e transidentidade: noções para uma psicanálise intergênero e inter-racial [Mara Caffé] A linguagem do racismo e a psicanálise: *falar com* para *falar sobre* [Tania Corghi Veríssimo] Édipo e feminismo: tensões para serem sustentadas pela Psicanálise [Maria Carolina Accioly de Carvalho e Silva] Recursos do método psicanalítico diante do intraduzível [Kenia Ballvé Behr + Beatriz Camargo dos Santos + Mariana Lutz Biazzi + Clarissa Salle de Carvalho] Ouço pássaros – do trauma ao sonho [Malena Calixto] Ter-remoto com Silvia Bleichmar [Gisele Senne de Moraes + Nelson Ernesto Coelho Junior] “Tem que morrer pra germinar” [Dora Musetti de Campos] Entrevista Patrícia Porchat [Identidades trans: desafios para a Psicanálise] Debate: O que vive em nós [Emerson Souza (Guarani) + Juliana Rosalen + Lucila de Jesus Mello Gonçalves + Priscila Ambrósio Moreira + Thiago Barbalho + Maria Rita Keh] Debate Clínico: O Caso Vera [Luciana Saggi + Lia Pitliuk + Dora Tognolli] Resenhas: Articulações entre o originário, o objeto e a análise do sujeito [Mara Selaibe] Inveja primária: questões essenciais [Eliane Michelini Marraccini + Luís Cláudio Figueiredo] Holden Caulfield e a mente do analista [Sérgio Telles] Filosofia, psicanálise e todos nós [Janaina Namba] Peste e psicanálise do absurdo [Caio Liudvik]

Instituto Sedes Sapientiae

Conselho de Direção do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae – gestão 2021/2023

Elcio Gonçalves de Oliveira Filho (Comissão de Admissão), Mara Selaibe (Relações Externas), Maria Cristina Petry Barros Martinha (Relações Internas), Maria de Fátima Vicente (Eventos), Paula Patricia S.N. Francisquetti (Cursos), Paulina Scmidthauer B. Rocha (Clínica e Instituições), Silvia Nogueira de Carvalho (Publicação e Comunicação), Solange Maria Santos Oliveira (Administração e Finanças), Tide Setubal Souza (Formação Contínua)

Percurso

REVISTA DE PSICANÁLISE : ANO XXXIII : JUNHO 2021

Conselho Editorial

Andrea Carvalho, Cleusa Pavan, Luciana Cartocci, Marcia R. Bozon de Campos, Maria Aparecida Kfoury Aidar, Maria de Lourdes Caleiro Costa, Maria do Carmo Vidigal M. Dittmar (Lila) e Marina Bialer.

Grupo de Entrevistas

Ana Claudia Patitucci, Bela M. Sister, Cristina Parada Franch, Danielle Melanie Breyton, Deborah Joan de Cardoso, Silvio Hotimsky, Tatiana Inglez Mazzarella

Grupo de Debates

Cristiane Curi Abud, Gisela Haddad, Ivy Semiguem, Thiago Majolo, Vera Blondina Zimmermann.

Grupo de Debates Clínicos

Beatriz Mendes Coroa, Paula Peron, Sérgio Telles (coordenador)

Conselho Editorial de Resenhas

Camila Salles Gonçalves (coordenadora), Janaina Namba, Lia Novaes Serra, Sérgio Telles, Susan Markuszwover

Tesouraria

Elcio Gonçalves de Oliveira Filho

Conselho Científico, Consultores *ad hoc*

Abrão Slavutzky (Porto Alegre), Ana Cecília Carvalho (Universidade Federal de Minas Gerais), Ana Helena de Staal (Paris), Arthur Nestrovsky (São Paulo), Benny Lafer (Universidade de São Paulo), Daniel Orliovsky (Universidade de Buenos Aires), David Levisky (Sociedade de Psicanálise de São Paulo), Dominique Fingermann (Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano), Elias M. da Rocha Barros (Sociedade de Psicanálise de São Paulo), Gilda Sobral Pinto (Sociedade de Psicanálise da Cidade do Rio de Janeiro), Heitor O'Dwyer de Macedo (Quatrième Groupe), Inês Marques (Société Psychanalytique de Paris), João A. Frayze-Pereira (Universidade de São Paulo), Joel Birman (Universidade Estadual do Rio de Janeiro), Luís Celes (Universidade de Brasília), Luis Cláudio Figueiredo (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), Luiz Eduardo Prado de Oliveira (Quatrième Groupe), Marcelo Marques (Association Psychanalytique de France), Marcia Neder (Universidade Federal do Mato Grosso do Sul), Maria Helena Fernandes (Instituto Sedes Sapientiae), Maria Rita Kehl (Associação Psicanalítica de Porto Alegre), Marlise Bassani (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), Néelson Coelho Jr. (Universidade de São Paulo), Purificación Barcia Gomes (Instituto Sedes Sapientiae), Rosine Perelberg (British Psychoanalytic Society), Sergio Zlotnic, Urania Tourinho Peres (Colégio de Psicanálise da Bahia)

Linha editorial

Percurso é publicada pelo Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae. É uma revista científica dedicada ao avanço dos conhecimentos psicanalíticos em suas vertentes clínica, teórica, metodológica e epistemológica. Visando a estimular o debate entre as várias correntes da Psicanálise, aceitamos trabalhos de todas as orientações, tanto de membros do Departamento quanto de colegas de outras instituições brasileiras e estrangeiras. Pautamo-nos por um ideal exigente de qualidade científica, literária e estética, pela abertura às inovações consistentes, pelo respeito à complexidade da vida psíquica e dos fenômenos socioculturais, pela recusa do dogmatismo, da intolerância e dos reducionismos, pelo diálogo com as áreas conexas. Acreditamos que o pensamento crítico contribui para libertar o espírito das amarras que o prendem à ignorância e ao sofrimento. Como disse Freud, "a voz da razão é suave, mas termina por se fazer ouvir".

Revisão

Simone Zac + Tel.: (11) 99897-1362 + simonezac@yahoo.com.br

Projeto e produção gráfica

Sergio Kon + A Máquina de Ideias + Tel.: (11) 99113-3243 + amaquina@aclnet.com.br

Assinaturas

Angela Maria Vitorio + Tel./Fax: (11) 3081-4851 + percurso@uol.com.br

Capa

Augusto de Campos. Espelho, 1993. In *Despoesia*, 2. ed. revista, São Paulo: Perspectiva, 2016, p. 119.

Coordenação editorial

Renato Mezan + Rua Amália de Noronha, 198 + 05410-010 São Paulo + Tel./Fax: (11) 3081-4851

Recepção de originais para publicação

Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae (Claudia Dametta) + Rua Ministro Godoy, 1484 + CEP 05015-900 São Paulo SP Brasil

Grafia atualizada segundo o Novo Acordo Ortográfico.

Site na Internet: <http://revistapercurso.uol.com.br> + e-mail: percurso@uol.com.br

Percurso é indexada na Biblioteca Virtual de Psicoanálise – BiViPsi.



Instituto Sedes Sapientiae
Rua Ministro de Godoy, 1484
05015-900 São Paulo SP
Tel.: (11) 3866-2730
Secretária do Departamento:
Claudia Dametta
deptodepsicanalise@sedes.org.br

Palabra concreta

Percursos 66

REVISTA DE PSICANÁLISE : ANO XXXIII : JUNHO DE 2021

Sumário

Table of contents

7	Editorial <i>Letter from the editors</i>	3
---	---	---

TEXTOS

PAPERS

9	O lugar das clivagens sensoriais no desenvolvimento e nas patologias arcaicas <i>The place of sensory dissociations in development and in archaic pathologies</i> Geneviève Haag + Bernard Golse	
21	En el epicentro y en las márgenes del psicoanálisis <i>At the epicenter and on the fringes of psychoanalysis</i> Juan Carlos Volnovich	
33	Identificação e transidentidade: noções para uma psicanálise intergênero e inter-racial <i>Identification and transidentity: notions for an intergender and interracial psychoanalysis</i> Mara Caffé	

- 41 A linguagem do racismo e a psicanálise: *falar com para falar sobre*
The language of racism and psychoanalysis: talking to to talk about
 Tania Corghí Veríssimo
- 53 Édipo e feminismo: tensões para serem sustentadas pela Psicanálise
Oedipus and feminism: tensions to be sustained by Psychoanalysis
 Maria Carolina Accioly de Carvalho e Silva
- 65 Recursos do método psicanalítico diante do intraduzível
Resources of the psychoanalytic method at odds with the untranslatable
 Kenia Ballvé Behr + Beatriz Camargo dos Santos + Mariana Lutz Biazi + Clarissa Salle de Carvalho
- 79 Ouço pássaros – do trauma ao sonho
I hear birds: From trauma to the dream
 Malena Calixto
- 85 Ter-remoto com Silvia Bleichmar
Silvia Bleichmar and the earthquake
 Gisele Senne de Moraes + Nelson Ernesto Coelho Junior
- 97 “Tem que morrer pra germinar”
It has to die in order to germinate
 Dora Musetti de Campos
- ENTREVISTA
 INTERVIEW
- 105 Identidades trans: desafios para a Psicanálise
Trans identities: challenges for Psychoanalysis
 Patrícia Porchat

DEBATE
DEBATE

125

O que vive em nós

What lives in us

Emerson Souza (Guarani) + Juliana Rosalen + Lucila de Jesus Mello Gonçalves + Priscila Ambrósio Moreira + Thiago Barbalho + Maria Rita Kehl

DEBATE CLÍNICO
CLINICAL DEBATE

141

O Caso Vera

The Case of Vera

Luciana Saddi + Lia Pitliuk + Dora Tognolli

LEITURAS
BOOK REVIEWS

157

Articulações entre o originário, o objeto e a análise do sujeito [Análise, teimosia do sintoma e migração]

Links between the originary, the object and analysis of the subject

Mara Selaibe

160

Inveja primária: questões essenciais [Revisitando "Inveja e gratidão"]

Primary Envy: Essential Issues

Eliane Michelini Marraccini + Luís Cláudio Figueiredo

165

Holden Caulfield e a mente do analista [A mente do analista]

Holden Caulfield and the analyst's mind

Sérgio Telles

170

Filosofia, psicanálise e todos nós [Filosofia e psicanálise: olhares sobre arte e literatura]

Philosophy, psychoanalysis and the all of us

Janaina Namba

173

Peste e psicanálise do absurdo [Psicanálise e vida cotidiana – Desamparo coletivo, experiência individual]

Plague and psychoanalysis of the absurd

Caio Liudvik

■ 179 Colaboradores deste número
Contributors to this issue

■ 181 Normas para envio de artigos e resenhas
Rules for contributors

■ 183 Onde encontrar *Percurso*
Where to find Percurso

■ 191 Para assinar *Percurso*
How to subscribe to Percurso

Editorial

Espelhos, poema de Augusto de Campos abre *Percurso* 66.

Homenagem aos seus 90 anos, 70 de radicalidade poética.

Já no Manifesto Concreto, o registro de opção ética: palavra, campo de resistência. Ativismo na exploração das relações-funções de suas camadas semânticas, sonoras e visuais.

Jogos de espelhos, multimeios, a cada vez, palavras levadas às bordas, figurabilidades inéditas.

Camadas clínicas. Dobras e redobras. Evidenciam-se a diversidade de mundos e a singularidade de seus afetos.

Da proximidade no início dos anos 1960 com Boris e Regina Schnaiderman – presença fundamental desde a criação do Curso e do Departamento de Psicanálise – à homenagem que a ela fizemos junto às comemorações de *Percurso* 60, a presença de Augusto e Haroldo de Campos.

Há todo um caldo de cultura do qual somos herdeiros e que traz aí um de seus começos.

O diálogo de muitas vidas em meio a literatura, traduções, filosofia, semiótica, psicanálise. A escrita que, ao longo de muitas décadas e em diversos grupos psicanalíticos, se dá na confluência da poesia concreta e da psicanálise.

E o privilégio de podermos acompanhar Augusto de Campos explorando as plataformas mais atuais – agora, o Instagram; novas fronteiras.

Materialidade das palavras, em tempos de palavras tão esvaziadas. Potência da palavra/multimeios em tempos de meios tão esvaziados de palavras.

Terceiro número de *Percurso* publicado em meio à grave situação político-sanitária que vivemos – face

à clínica – os artigos bem como as duas sessões de debates, a entrevista e as resenhas aqui publicados vêm participar das discussões em curso.

Boa leitura!

O lugar das clivagens sensoriais no desenvolvimento e nas patologias arcaicas

Entrevista com
Geneviève Haag e Bernard Golse

Resumo Este artigo em forma de entrevista traz uma conversa entre dois especialistas na clínica das psicopatologias da infância. Bernard Golse conduz a conversa com Geneviève Haag, abordando o lugar das dissociações sensoriais no desenvolvimento e nas patologias arcaicas. Os autores abordam o papel da integração da polissensorialidade na construção do self e a relevância do diálogo tônico-emocional pré-natal, da ritmicidade sonora, da sinestesia, da articulação entre os dois lados do corpo próprio e da integração dos membros do corpo. Haag também se refere aos efeitos de desmantelamento oriundos da dessincronização dessa união polissensorial, e seus impactos sobre a construção do Eu corporal.

Palavras-chave autismo; psicose infantil; patologias arcaicas; polissensorialidade; diálogo tônico.

Tradução Camila Saboia e Andrea Carvalho

Bernard Golse é psiquiatra e psicanalista, formado pela Associação Psicanalítica da França, chefe do Departamento de Psiquiatria Pediátrica do Hospital Necker-Enfants Malades em Paris e professor de psiquiatria infantil e adolescente na Universidade René Descartes (Paris V).

Geneviève Haag é psiquiatra, cofundadora da CIPPA (Coordenação Internacional de Psicoterapeutas e Psicanalistas que trabalham com Autismo). Membro da Sociedade Psicanalítica de Paris, trabalhou por trinta anos em duas instituições médico-sociais: o Instituto Claparède em Neuilly-sur-Seine e o IMP Marie-Auxiliatrice em Draveil.

No presente número da revista *Percurso* temos a satisfação de contar com a tradução de um artigo da psicanalista francesa Geneviève Haag, psiquiatra, cofundadora da CIPPA (Coordenação Internacional de Psicoterapeutas e Psicanalistas que trabalham com Autismo). Membro da Sociedade Psicanalítica de Paris, trabalhou por trinta anos em duas instituições médico-sociais: o Instituto Claparède em Neuilly-sur-Seine e o IMP Marie-Auxiliatrice em Draveil.

A partir de sua experiência clínica com crianças e adolescentes, Haag interessou-se pelos primeiros estágios da constituição do ego corporal, aprofundando a compreensão das primeiras etapas do desenvolvimento através da observação de bebês em ambiente natural segundo o método desenvolvido por Esther Bick, o que culminou em vários artigos sobre a prática psicanalítica no campo do autismo e da psicose.

Seu pensamento foi fortemente influenciado pelas contribuições de Didier Anzieu, e por outros psicanalistas que se interessaram pelo tratamento de crianças autistas e psicóticas, como Francis Tustin, Donald Meltzer, Donald Winnicott. A partir deste rico diálogo, ela alicerçou de modo original e singular sua própria teorização, desenvolvendo um trabalho de ampliação do campo clínico de exploração e pesquisa do autismo, incluindo a discussão com outros campos teórico-práticos e sempre em estreita ligação com as famílias e toda a constelação de pessoas envolvidas com a criança ou jovem autista.

Este material é especialmente interessante por oferecer ao leitor a oportunidade de acompanhar o diálogo entre dois colegas dedicados ao estudo das abordagens clínicas das psicopatologias

na infância. O entrevistador, Bernard Golse, é também psiquiatra e psicanalista, formado pela Associação Psicanalítica da França, chefe do Departamento de Psiquiatria Pediátrica do Hospital Necker-Enfants Malades em Paris e professor de psiquiatria infantil e adolescente na Universidade René Descartes (Paris V).

BERNARD GOLSE Geneviève Haag tem nos ensinado muito, há vários anos, sobre a observação direta dos bebês, o desenvolvimento precoce, as crianças autistas. Ela é certamente uma de nossas figuras emblemáticas. Faremos uma breve entrevista semidirigida, embora saibamos que não podemos conduzir diretamente Geneviève Haag, nem mesmo parcialmente.

Antes de formular minhas cinco perguntas, todos devem ter em mente dois elementos que parecem importantes quando falamos sobre o bebê. Não sei se são exemplos de “clivagens” ou mesmo de processos de “diferenciação” – penso que falaremos mais adiante das relações entre clivagem e diferenciações. Seguem, então, duas recapitulações preliminares:

A. O artigo de Freud *A negativa*, redigido em 1925, portanto após 1920, ano do advento da segunda teoria das pulsões, mas sobretudo após 1923, momento em que Freud descobriu um câncer de mandíbula que o levou à morte dezesseis anos depois, em 1939. Portanto, percebe-se bem que esse artigo é assombrado pela questão de como expulsar de dentro de si aquilo que é ruim, perigoso, ameaçador. É impossível que uma teoria não esteja enraizada na história de seu autor, mas isso não altera em nada a importância do texto.

Na primeira parte do artigo citado, Freud aborda a negação como mecanismo neurótico nos adultos – aliás provavelmente referindo-se aos analistas em análise didática com ele – e, na segunda parte do texto, passa do adulto ao bebê; percebemos que Freud se refere à negação como

Enfim, desejamos que o leitor de *Percurso* aproveite esta entrevista/conversa com uma autora ainda pouco divulgada em nossa língua portuguesa, e esperamos que o desperte o interesse por sua instigante obra.

Para acessar outros artigos: <https://www.genevievehaagpublications.fr>

sendo um mecanismo de diferenciação absolutamente essencial e fundador entre o dentro e o fora – não sei se devemos falar em clivagem; ao menos entre interior ou exterior, as experiências oriundas do desprazer devem ser “expelidas”. Não digo projetadas, porque neste momento do desenvolvimento provavelmente ainda não há objetos suficientemente diferentes e externos que sejam aptos a receber projeções tridimensionais. De qualquer forma, objetos maus ou objetos oriundos das experiências de desprazer devem ser expelidos para fora do eu, de modo que apenas o que seja fonte da experiência de prazer permaneça no interior, constituindo assim a fronteira entre o dentro e o fora. Por ser anterior a Melanie Klein e à ambivalência, o referido artigo traz uma dificuldade, pois aponta um exterior totalmente mau e um interior perfeitamente bom, o que se assemelha, de certa forma, a um mundo paranoico. De qualquer forma é fato que se encontra nesse artigo uma diferenciação fundamental entre o dentro e o fora, entre o bom e o mau, e entre o prazer e o desprazer. Talvez tenhamos a oportunidade de examinar, com Geneviève Haag, se neste caso podemos recorrer ao termo clivagem ou não.

B. No registro, não do intrapsíquico, mas do interpessoal, o que está em jogo é o movimento de diferenciação, que permitirá que bebê e seu cuidador se diferenciem, se separem, sendo intersíquico o que provavelmente sustenta e permite o posterior surgimento do intrapsíquico. Geneviève Haag retomou em um de seus artigos este movimento da prece para mostrar que deve

haver, no movimento de diferenciação, uma cavidade que permite uma diferenciação intersubjetiva ao mesmo tempo que viabiliza a construção dos laços, permitindo que a dupla (mãe-bebê) se separe sem perder-se um do outro, diferenciarem-se sem estarem isolados um do outro.

Costumo dar o exemplo de uma aranha no teto que se, quisesse descer para o chão, não se jogaria lá de cima: desceria pela teia que secretou e depois, se tivesse que voltar ao teto, deveria fazê-lo também pelos fios secretados por ela. Neste exemplo, o teto já não tem nenhuma finalidade. Já no exemplo do bebê e do adulto, os dois parceiros da interação irão construir este espaço de separação inicial, uma espécie de cavidade da intersubjetividade, e constituirão esses laços iniciais caso tudo ocorra de maneira favorável. Dentre esses vínculos, encontra-se certamente tudo o que a psicologia do desenvolvimento precoce nos ensinou até hoje, tais como: o apego, a sintonia afetiva, a empatia, o diálogo tônico ou tônico-emocional, a imitação e, obviamente para nós, as identificações projetivas normais.

Neste duplo movimento de constituição de um espaço de separação e construção dos primeiros laços, surge a linguagem. Trata-se de um processo de separação que precisa ocorrer sem violência ou dano ao desenvolvimento, uma diferenciação que deve ser suave e gradativa, não se trata de uma ruptura. Em casos bem-sucedidos, estamos diante de uma situação de separação, já nos casos mais traumáticos estamos diante de rupturas; sendo assim, tudo dependerá da qualidade da construção dos laços primitivos entre o adulto e o bebê.

BERNARD GOLSE Vou fazer cinco perguntas: a primeira é sobre uma questão que discutimos juntos diversas vezes. Sei que para você o “desmantelamento” meltzeriano não é uma “clivagem” *stricto sensu*.

GENEVIÈVE HAAG Segundo a perspectiva do registro interpessoal, corresponderia mais à etapa de individuação, momento no qual o corpo passa

»
*segundo as perspectivas
de Meltzer, Bick, Tustin,
a construção do eu corporal
acontece em etapas.
Nos dois primeiros meses
de vida, o interior se constitui
pela introjeção das primeiras
experiências de continência*

a ser construído “integralmente” com a percepção de um espaço entre os corpos “inteiros”, que se articulam entre si, permitindo a etapa da relação especular, e todo o processo que implica essa etapa, bem conhecido por nós. Segundo as perspectivas de Meltzer, Bick, Tustin, a construção deste eu corporal acontece em etapas. Nos dois primeiros meses de vida, o interior se constitui pela introjeção das primeiras experiências de continência que envolvem especialmente a experiência *face a face* do bebê com o adulto. A partir dos dois meses e meio, aproximadamente, há uma circulação entre interior e exterior, construída por uma imagem motora, na qual o exterior é o interior do outro, mas com a percepção de um espaço interior de si mesmo e de um espaço do outro, sustentado pela imagem sensorio-motora. Na realidade há uma imagem motora na relação que estamos descrevendo. É importante que consideremos todos os detalhes do primeiro ano de vida para falarmos desta diferenciação interior–exterior e da percepção ou não das representações desses espaços e dessas imagens mentais. Até o momento estamos habituados a pensar estes primeiros níveis de representações em caráter de “formas” que correspondem a essas primeiras construções iniciais. O que chamamos de introjeções primitivas são primeiramente imagens – formas abstratas que



*partindo do “desmantelamento”
como fenômeno patológico
e da “reversão do desmantelamento”
como primeira construção
do self, chegamos à preocupação
atual de muitos pesquisadores em
relação às etapas precoces
do desenvolvimento*

se projetam precocemente sob o corpo e no espaço “externo”, mas este espaço seria externo ou seria a ampliação das projeções dessas primeiras formas do corpo no campo das imagens esféricas?

Partindo do “desmantelamento” como fenômeno patológico e da “reversão do desmantelamento” como primeira construção do *self*, chegamos à preocupação atual de muitos pesquisadores em relação às etapas precoces do desenvolvimento. Começando pela conjunção ou compilação dos diferentes fluxos sensoriais que várias correntes de pensamento denominam “polissensorialidade sincrônica” ou “sincronia polissensorial” que, a meu ver, constrói inicialmente essas imagens esféricas. São as crianças que nos mostram como se constroem essas primeiras formas trazidas pelas imagens sensoriais em relação ao primeiro tempo pulsional, no qual há um movimento em direção a um outro. O retorno da resposta do objeto—outro condiciona ou não a possibilidade da construção dessas primeiras imagens.

Vou citar aqui a definição exata de Meltzer¹ e destacar termos que me parecem muito importantes: “O desmantelamento (no autista) é um procedimento passivo que consiste em deixar os vários

sentidos, especiais e gerais, internos e externos, se ligarem ao objeto mais estimulante daquele instante”. Meltzer associa esse procedimento ao relaxamento da atenção, dizendo: “sugerimos então a existência de algumas capacidades de suspender a atenção, permitindo que os sentidos se dispersem, cada um na direção do objeto mais atrativo da situação; essa dispersão parece provocar o desmantelamento do *self* como aparelho mental, mas de uma forma muito passiva, como se ficasse em pedaços”. Muitos de vocês devem se lembrar da comparação que ele faz com o cachorrinho articulado preso a uma placa de madeira, feito de contas atravessadas por fios que, ao serem puxados por debaixo da placa, o reerguem. “Assim, conceberemos a atenção como os fios que mantêm os sentidos em consensualidade*”; esse sentido comum, na concepção de Bion, apreende os objetos em todos os seus aspectos, o que é essencial para as ações mentais que são opostas aos eventos neurofisiológicos”. Neste ponto me permito estabelecer uma relação que muitos devem ter em mente, entre a tensão (a tensão do tônus muscular) e as tensões de nossos estados emocionais mais primitivos, cuja origem podemos encontrar nos trabalhos de Wallon e de Ajuriaguerra sobre o “diálogo tônico-emocional”, mas também naquilo que André Bullinger² chama de “plataforma sensorio-tônica”, que seria o que sustenta as trocas emocionais pré-natais e imediatamente pós-natais.

Creio então que podemos estabelecer uma relação entre a tensão do tônus muscular, as capacidades de sustentar esse nível de tensão com a própria capacidade do bebê de vir a construir suas relações com o outro e, ainda, com o próprio nível de sua atenção, que vai se tornando mais e mais psíquica. É interessante como o momento do desmantelamento foi observado com bastante precisão em uma das teses que abordou este fenômeno, a de Laurence Barrer. Em sessões de psicoterapia filmadas por ela, pôde-se observar o início do processo de desmantelamento vivenciado pela criança como uma espécie de queda brusca do tônus muscular, arregalamento de seus olhos, acompanhado por

um olhar vazio, algo que a paralisa subitamente. Em seguida, observa-se uma tendência da criança em agarrar-se a um ou dois canais sensoriais, numa tentativa de sair deste estado.

BERNARD GOLSE Para o desmantelamento, você não usa o termo “clivagem intersensorial”?

GENEVIÈVE HAAG Nunca o pensei desse modo, pois a referência à origem da palavra *clivagem* supõe a existência de um cristal, e talvez a formação da primeira continência seja um tipo de cristalização e de “forma” de uma primeira estrutura do Eu que pode estar clivada naquele momento, pois para mim o termo clivagem designa uma bipartição.

Quando, antes de conhecer Tustin e Meltzer, comecei a tratar crianças autistas e identificar esse fenômeno, minhas principais referências eram Spitz (1965-1968) e Winnicott (1958-1969). Eu havia formulado a ideia de uma dissociação dos elementos da cavidade primitiva, algo que se dispersa como um punhado de lápis esparramados. As crianças autistas dizem muito sobre essa vivência de dissociação primitiva, diferente da dissociação esquizofrênica, que implica uma ação sádica, uma ação de corte. Trata-se de algo que “se desfaz”, que aprendemos a conhecer melhor quando as crianças autistas nos explicam, como verdadeiros pequenos professores, como reunir esses diferentes canais sensoriais, e qual tipo de contato do olhar pode vir a favorecer esse processo. A estrutura que prepara a percepção da experiência de continência é radial do tipo dispersão/aglutinação, sendo que esta experiência de junção formará o esqueleto

»»
eu havia formulado a ideia de uma dissociação dos elementos da cavidade primitiva, algo que se dispersa como um punhado de lápis esparramados. As crianças autistas dizem muito sobre essa vivência de dissociação primitiva, diferente da dissociação esquizofrênica

interno da percepção de continência/pele. Cada elemento desta estrutura radial é constituído por *anéis relacionais*³ que contêm uma espécie de “retorno” de intersubjetividade primária, onde se situa o pequeno negativo do ponto de encontro (o diferencial da resposta do outro), enfim a própria raiz de diferenciação eu/outro. Essa forma radial de continência antecede a cristalização do envoltório e o período de construção dos grandes eixos do corpo que serão progressivamente envolvidos pela extensão dessa formação/ pele⁴.

BERNARD GOLSE Em 1985, você escreveu um artigo importante que se tornou muito conhecido: “A mãe e o bebê nas duas metades do corpo”. Foi a partir daí que você começou a falar de clivagem “horizontal” e clivagem “vertical”.

GENEVIÈVE HAAG Sim, mas aqui estamos numa etapa posterior.

É preciso realmente considerar a construção progressiva do Eu corporal, que parte do tète-à-tète para depois se constituírem os eixos do corpo. Primeiro, há essa espécie de esfera primitiva que vai se circunscrevendo para envolver

1 D. Meltzer, *Explorations in autism*.

2 A. Bullinger, *Le développement sensori-moteur de l'enfant et ses avatars*.

3 Este importante conceito de G. Haag é denominado, no francês original, de *boucles de retour*. A tradutora optou por “anéis relacionais” em vez de “anéis de retorno”, a fim de abarcar a ideia original da autora, que enfatiza a imagem das primeiras trocas interativas do bebê, como imagens esféricas num movimento de vai e vem rítmico entre o bebê e o objeto materno.

4 G. Haag, “Contribution à la compréhension des identifications en jeu dans le moi corporel”, *Journal de la Psychanalyse de l'Enfant*, n. 20, p. 111-131.



*conta que ao entrar
num recinto muito iluminado,
é atraída pela sensorialidade
luminosa, que vai se tornando
forte, muito forte, quase sem limite,
demandando um urgente
uso de óculos escuros
para modular esse encontro
excitante.*

pela sensorialidade luminosa, que vai se tornando forte, muito forte, quase sem limite, demandando um urgente uso de óculos escuros para modular esse encontro excitante. O mesmo para um som que a atrai, de modo que ela sempre precisa ter consigo tampões auriculares de cera. Às vezes, em situações particularmente emocionantes, como de uma conferência (ela é professora universitária), ela perde sua pele pois o envelope se forma a partir da consensualidade; ela usa um colete salva-vidas que então precisa inflar debaixo do casaco. Me parece um excelente exemplo dessa atração pelos canais sensoriais desmantelados, que tem como corolário a ausência de introjeção de continência, isto é, de “pele”, no sentido de E. Bick.

Quando elas começam a construir ou reconstruir essa esfera, cuja ausência ou perda os leva aos “agarramentos”, as crianças nos mostram oscilações entre as descobertas e a perda que pode se traduzir por quedas hipotônicas impressionantes, patéticas; certas crianças podem cair como um monte de pano; dando-nos a impressão de que não têm mais articulações, e conseguem dominar isso particularmente através da hipertonia muscular, assim como através de contrações viscerais muito intensas. Mesmo as mais deficitárias nos mostram essa queda hipotônica liquefeita, como uma poça, o que é muito diferente das angústias de escoamento pelos tubos.

Vou dar o exemplo de uma menina disfuncional, sem domínio da linguagem, que conta como ela se sente *liquefeita*; ela traz um grande macaco de pelúcia totalmente esvaziado de seu enchimento que segura na altura de seu corpo; me olhando bem nos olhos solta o macaco, que se esparrama como uma poça; caso eu não tivesse entendido bem, vai até a torneira encher um copo d’água e, ao lado do macaco esparramado, ela forma uma poça d’água. Em seguida, me mostra que possui outra construção: aponta os canos d’água e nesse momento indica outro nível de construção corporal que se aproxima da imagem do corpo como sistema de tubos, descrito por F. Tustin⁷ e retomado por D. Rosenfeld⁸, referindo-se às angústias do sangue que escorre

gradativamente todo o corpo como aquelas mandorlas⁵ (figuras geométricas em forma de amêndoa) dos tímpanos do nártex de muitas basílicas medievais (Vézelay, Cluny, Autun). Mas quero voltar a falar da formação da primeira esfera, sobre a qual as crianças nos esclarecem as coisas, assim como certos adultos.

Li, recentemente, o livro de uma mulher (com síndrome de) Asperger, Wendy Lawson⁶, que descreveu muito bem o fenômeno de atração do estímulo sensorial dispersado. Quando Meltzer diz “a atenção se dispersa até que surja uma atração onde se agarrar”, essa mulher nos explica muito bem tal fenômeno. Ela descreve suas atrações por cada canal sensorial como uma paixão e não como algo patológico! Em seu depoimento, percebe-se que essas atrações são de fato muito poderosas, mas ao mesmo tempo chegam rapidamente a uma intensidade insuportável pois não há relação, não há qualificação da excitação sensorial; as sensorialidades não são “qualificadas”, e este é justamente o problema. Ela descreve muito bem o máximo de excitabilidade da qual é preciso se proteger. Conta que, ao entrar num recinto muito iluminado, é atraída

pelos dedos das mãos, que também encontrei em crianças autistas. Falemos dessa organização dos canos/tubos no olhar. O tátil profundo do dorso mantém uma ponte com a vida intrauterina; essa sensibilidade profunda do dorso encontra-se no diálogo tônico pré-natal muito bem descrito por Bullinger⁹ – extensão e retorno pelo jogo da matriz, retorno em enrolamento do corpo. Trata-se de um diálogo tônico-emocional pré-natal que parece fundamental. Hoje em dia formulo a hipótese de que o apoio dorsal ou a experiência da sustentação dorsal é concomitantemente sentida e experienciada como mentalização da presença de objeto de apoio de fundo¹⁰, experiência essa que carrega nossos diálogos emocionais pré-natais. Isso nos permite compreender a insistência das crianças em nos demandarem primeiramente o apoio da sustentação dorsal e em seguida nos manifestarem sua experiência de “mantelamento”: combinar o tátil das costas que, como elas bem nos ensinam, é feito do sonoro. Isso é muito interessante se nos referirmos, por exemplo, às pesquisas de S. Maiello¹¹ sobre o sonoro pré-natal, ritmos fundamentais marcados pelo vai e vem. Essas bases sonoras são feitas de sinestesia e de sonoridade rítmicas, se combinam

»»

*hoje formulo a hipótese
de que a experiência
da sustentação dorsal é
concomitantemente sentida
e experienciada como
mentalização da presença
de objeto de apoio de fundo,
experiência essa que carrega
nossos diálogos emocionais
pré-natais*

com a sensorialidade de proximidade, formando o feixe de sensações, como dizia Tustin, que é levado numa viagem pelo olhar na intensa concomitância da interpenetração boca/mamilo/olho no olho. Esta é uma formulação mais descritiva que se encontra nos autores cognitivistas, e bem conhecida na corrente psicanalítica sob a denominação de “sincronia polissensorial”. É nesse momento, como já explicamos, principalmente no segundo mês de vida, que se constrói a imagem radial do feixe de *anéis relacionais* que parece anteceder a “cristalização” da esfera/pele e suas projeções, já sugeridas sobre as primeiras formas da imagem do corpo e das percepções espaciais. Publiquei, em diversas ocasiões, o desenho de uma criança autista de 4 anos¹² que começava a sair de seu mutismo. Como outras crianças nessa etapa da retomada do desenvolvimento, ela recapitulou, em linguagem pré-verbal, a construção da continência. Ela tinha acabado de fazer o “efeito ciclope”¹³ para me mostrar que não tinha mais medo da penetração do olhar; depois, ia até a outra ponta da sala e voltava, formando um círculo em forma de anéis; por fim, sentava-se numa poltroninha redonda que havia

5 Na iconografia bizantina e românica, espécie de auréola de formato oval na qual se inserem, de corpo inteiro, as figuras de Cristo ou da Virgem. [N.T.]

6 W. Lawson, *Comprendre et accompagner la personne autiste*.

7 F. Tustin, *Autistic barriers in neurotic patients*.

8 D. Rosenfeld, *The soul, the mind, and the psychoanalyst*.

9 A. Bullinger, *Les Flux vestibulaires – Les aventures de leurs difficultés d’intégration* (Apresentado na coordenação CIPPA em jun. 2012. Para obter os anais, dirigir-se à secretaria da CIPPA, 81 rue Falguière, 75015 Paris).

10 A autora aqui faz referência ao conceito de *l’Objet d’Arrière plan*, tomado de James Grostein.

11 S. Maiello, “L’Oracolo, Un esplorazione alle radici della memoria auditiva, Analysis”, *Rivista internazionale di Psicoterapia clinica*, anno 2, n. 3, p. 245-268.

12 A autora aqui faz referência ao caso da criança autista chamada de Bruno, caso clínico através do qual G. Haag pôde formular sua teoria sobre seu conceito de *boucle de retour*, ou anéis relacionais. Mais detalhes, ver o artigo de G. Haag “Sexualidade oral e eu corporal”, *Revista de Psicanálise da SPPA*, v. 13, n. 1 p.103-129, abr. 2006. [N.T.]

13 G. Haag descreve o “efeito ciclope” em referência ao momento de troca, de penetração direta do olhar, na experiência de “interpenetração olho a olho”, no face a face entre a criança e o adulto, que pode levá-la à sensação de possuir um terceiro olho no meio da testa. [N.T.]



*quando a esfera
está suficientemente
constituída no face a face,
a criança se coloca
em “hemicorpo”, começa
a experimentar um momento
adesivo/fusional de uma
metade de seu corpo
sobre o corpo da mãe*

colocado abaixo do quadro negro. Ela repetiu várias vezes o mesmo circuito como se quisesse me mostrar a maneira pela qual esses movimentos repetitivos, em forma de círculos acompanhados pela viagem rítmica do olhar, proporcionavam-lhe uma experiência de “envelopamento”¹⁴. Em seguida, desenhou vivamente no quadro negro um conjunto de círculos situados exatamente acima da pequena poltrona, onde voltava a se instalar. Ela nos “ensinava” então como se formava esta imagem mental da “geometria primitiva” da imagem do corpo: o envoltório circular ou esférico é justamente, como explicam os matemáticos, uma linha que tangencia o topo de outras curvas que, neste caso, são os circuitos ou anéis relacionais. As artes plásticas trabalharam fartamente essas formas (como, por exemplo, as rosáceas das catedrais góticas).

A partir de então, há um exterior e um interior; há mais do que adesivo, há uma continência que possibilita as projeções com o jogo das clivagens dos conteúdos cognitivos, pulsionais e emocionais, das figuras introjetadas. É a etapa esquizoparanoide que, segundo Melanie Klein, ocorre entre 3 e 5 meses de vida, seguida pela

posição depressiva, entre 5 e 6 meses, iniciando o enfrentamento à ambivalência. Essa esfera contém a mão, a mão autoerótica, e a mão de contemplação do bebê me parece ser, cada vez mais, um excelente representante desse esquema de continência em que os dedos são representantes das interpenetrações entre psique e olhar, e o contorno da palma da mão, o representante do envelopamento. Essa mão pode sofrer aventuras com amputações do polegar ou do dedo mindinho, e algumas crianças me contaram como é possível ter o polegar arrancado. O que é arrancado não é simplesmente o polegar, é o polegar autoerótico com seu complemento: a boca e o seio, e o que surge nos desenhos é uma mão-quimera¹⁵.

Quando a esfera está suficientemente constituída no face a face, a criança se coloca em “hemicorpo”, começa a experimentar um momento adesivo/fusional de uma metade de seu corpo sobre o corpo da mãe, e o autoerotismo não é mais o do polegar na boca com a finalidade de tampá-la impedindo-a de partir com a mãe¹⁶ – este seria o papel do autoerotismo oral. Observamos aqui um autoerotismo mão/mão: uma mão vem envolver a outra, mostrar diferentes formas de interpenetrações. Quando G. Appel me pediu para ir ao abrigo de Sucy-en-Brie e, por meio dos documentos de vídeo guardados no centro de ensino adjacente, aprofundar a questão do desenvolvimento do segundo trimestre de vida, fiquei impressionada com a intensa atividade entre as mãos como exercício autoerótico do que acontece na incorporação, pode-se dizer, do momento de adesão. Há nitidamente um momento fusional de uma parte do corpo na intensa comunicação contínua no olhar e, especialmente nesta fase, cria-se a ilusão de um hemicorpo temporariamente soldado ao corpo do personagem maternante, em adesividade normal, mas que se retoma para incorporar este lado-mãe nessa forma de autoerotismo. Durante esse período, acontece um vaivém rítmico entre o lado *self* (lado dito menor) e o lado objeto-*self* (lado dito maior ou dominante)¹⁷; a adesividade patológica é uma colagem do tipo ventosa que bloqueia todo o processo.

BERNARD GOLSE Você se refere a uma identificação intracorporal com um hemicorpo mais do “lado mamãe” ou ainda “mais do lado bebê”, e neste caso você consideraria como “clivagem”?¹⁸

GENEVIÈVE HAAG Sim, aqui falo em “clivagem” porque as crianças podem permanecer nesta não articulação dos dois lados do corpo nessa fase do desenvolvimento, fase na qual, ao contrário, deveriam poder articular os dois lados no processo de identificação intracorporal que acabo de descrever. É nesse momento que formam a percepção do eixo vertebral como unificação dos dois lados do corpo. A falha no desenvolvimento dessa etapa pode deixar uma espécie de zona de “fenda”: é o que designamos como clivagem vertical. Assim, a menina que descrevo em “A mãe e o bebê nas duas metades do corpo”¹⁹ levou três meses para me expressar isso em linguagem pré-verbal; não entendia do que ela queria falar me mostrando que precisava enrijecer seu tônus corporal como se, em vez de ser solidamente unificados como a casinha *Fischer Price*, que tem um bom eixo vertical entre suas duas metades, fôssemos como duas caixas idênticas que se colam e se descolam, se afastando em duas metades separadas. É preciso enrijecer-se em hipertonia axial, e ao mesmo tempo visceral, sobre o trato digestivo para se sentir um pouco unificada.

BERNARD GOLSE Mas é uma clivagem estruturante?

14 G. Haag usa o termo *entourrance*. A tradutora optou por “envelopamento” em vez de “continência”, uma vez que a própria autora não se refere a este último termo, que existe também na língua francesa. [N.T.]

15 Haag. 2013. Mais detalhes, ver o artigo “O teatro das mãos” publicado na *Revista da SBPSP*, vol. x, n. 1, abr. 2003. [N.T.]

16 F. Tustin [*Autistic Barriers in Neurotic Patients*] citando D. Winnicott.

17 H. Kohut, *The analysis of the self*.

18 Aqui B. Golse refere-se à teoria de G. Haag, na qual a construção do eu corporal se daria pela integração dos hemicorpos do corpo do bebê, isto é, o “lado mamãe” (representado pela mão direita do bebê) e o “lado bebê” (representado pela mão esquerda do bebê). O próprio movimento do teatro do jogo das mãos, descrito pela autora, possibilita ao bebê integração de seu eu corporal. Quando há um lado que predomina mais, haveria portanto uma experiência de clivagem no próprio corpo do bebê.

19 G. Haag, “La mère et le bébé dans les deux moi – tiés du corps”, *Neuropsychiatrie de l’enfance*, n. 33 (2-3), p. 107-114.

»»

*a partir dos cinco meses
os bebês agarram
os pés, puxam para cima;
a mãe acompanha todo esse
jogo, movimentando
em sentido contrário
as pernas e os pés do bebê.
Nesse momento ocorre
verdadeiramente uma
integração dos
membros inferiores*

GENEVIÈVE HAAG Será que podemos dizer assim? Isso pode tornar-se uma clivagem patológica se a estruturação do eixo vertical não vier a se instalar através das próprias identificações intracorporais em constituição.

BERNARD GOLSE E a clivagem horizontal também?

GENEVIÈVE HAAG É a mesma coisa.

Como todo mundo sabe, a partir dos cinco meses os bebês agarram os pés, puxam para cima; a mãe acompanha todo esse jogo, movimentando em sentido contrário as pernas e os pés do bebê. Nesse momento ocorre verdadeiramente uma integração dos membros inferiores, e essa clivagem horizontal também pode tornar-se patológica, com pseudoparaplegias em certas crianças. Ao mesmo tempo, manifestam-se uma descoberta e um investimento das zonas anais e genitais no bebê, que as explora de maneira tátil e autoerótica; assim a integração das zonas erógenas da parte inferior do corpo ocorre ao mesmo tempo que essa integração dos membros inferiores; tudo isso pode, portanto, permanecer em clivagem patológica. Devemos ressaltar que essa formação



*podemos dar dois
exemplos de “clivagens
relacionais” temporariamente
estruturantes: a clivagem
entre boas relações
íntimas/relações
persecutórias com o estranho,
e a clivagem identidade
feminina/identidade
masculina*

das identificações intracorporais não espera sua completude para que o *self* em constituição se sinta como um interior e um exterior em relação ao objeto.

BERNARD GOLSE Como você concebe o encadeamento que leva das “clivagens sensoriais” muito defeituosas na criança autista até a “clivagem relacional”, posteriormente, em seu funcionamento psíquico?

GENEVIÈVE HAAG Tenho algo a precisar antes de responder a essa pergunta: as “clivagens sensoriais” desenvolvidas por Tustin são um outro nível de clivagem na escala de intensidade de cada modalidade sensorial.

BERNARD GOLSE Ou seja, uma dessincronização?

GENEVIÈVE HAAG Pode-se dizer, pois isso resulta do desmantelamento que, de certa forma, é uma das dessincronizações da união polissensorial e, como já descrevemos, produz-se uma fixação a um ou dois canais sensoriais cuja atração para fora da relação segue uma lei de intensidade. Mencionei anteriormente o depoimento de Wendy Lawson, que descreveu sua aspiração pela luz ou

pelos sons. Nessa problemática, não se trata de ir em direção às nuances, pois desligar-se da intensidade máxima à qual se está agarrado consiste numa queda na travessia da escala de intensidade, e isso é muito importante em relação a toda a conexão cognitiva que deve se estabelecer ao longo dessas escalas. Ao contrário, se a relação se estabelece ali, ocorre um compartilhamento com o objeto, as modulações que a mãe ou o terapeuta acompanham na busca de atenção conjunta, todas as nuances de percepção que são compartilhadas, reduzindo, então, a clivagem nos extremos. As crianças autistas que fazem os trajetos de ônibus ou metrô em forma de círculos, em formas radiais ou lineares (durante meses ou mesmo anos) para atravessarem um espaço de separação, serão obrigadas a aprender obsessivamente de cor todas as estações, porque sempre existe o espaço do abismo, oriundo de uma comunicação incerta, caso não existam estas ritmicidades relacionais que organizam todos os aspectos cognitivos que são também emocionais.

BERNARD GOLSE Fale-nos sobre essa relação existente – ou não – entre clivagem sensorial e clivagem relacional nas crianças autistas.

GENEVIÈVE HAAG Podemos dar dois exemplos de “clivagens relacionais” temporariamente estruturantes: a clivagem entre boas relações íntimas/relações persecutórias com o estranho, e a clivagem identidade feminina/identidade masculina. Nos dois casos, podemos entender que as clivagens que permanecem extremas impedem, no primeiro exemplo, a instalação da ambivalência necessária ao processo de separação e, no segundo, a instauração da identidade sexuada. Vou dar alguns detalhes sobre essa segunda problemática. Notemos primeiramente que, no desenvolvimento, todas as sensorialidades são rapidamente sexuadas e postas no polo masculino ou no polo feminino. O que é suave ou luminoso é mais feminino; o sólido, o duro, o articulado, é o polo masculino.

Aqui está o exemplo dado por uma menina de 18 meses: os objetos “mamãe” eram a almofada redonda, a água, o macio, e os objetos “papai” eram

a maçaneta da janela, a maçaneta da porta e a torneira, ou seja, todos elementos fálicos. Certo dia ela veio acompanhada pelo seu pai e encontrou uma haste grossa (objeto fálico) na qual se enfiaram argolas e começou a saltar de maneira jubilatória com sua haste na mão, exclamando “papai!”. Assim, observamos as atribuições sexuadas em masculino/feminino de todos os elementos cênicos.

BERNARD GOLSE Você diria “clivagem” ou “dificuldade de integração”?

GENEVIÈVE HAAG Nesta menina, trata-se mais das distribuições de qualidades sexuadas que fazem parte de uma boa instalação, acredito, de sua bissexualidade essencial, que ela projeta bem nos elementos da decoração arquitetônica, representante privilegiado desta construção de continência que deve possuir essas qualidades bissexuadas para permitir a liberdade das identidades sexuadas. Creio que todos nós concordamos com isso.

Por outro lado, se restam clivagens bons/maus nos extremos patológicos (como na criança autista), sem o estabelecimento desse fundo bissexuado, o polo masculino é totalmente impossível porque é a broca, e o polo feminino também é impossível, pois é o pano, a poça d’água no chão. Vemos então como todas as ritmicidades fundamentais descritas são constitutivas desse fundo

»

nesta menina, trata-se mais das distribuições de qualidades sexuadas que fazem parte de uma boa instalação de sua bissexualidade essencial, que ela projeta bem nos elementos da decoração arquitetônica, representante privilegiado desta construção de continência que deve possuir essas qualidades bissexuadas para permitir a liberdade das identidades sexuadas

da continência. Quero citar aqui o texto de James Grotstein²⁰ sobre a “presença do apoio de fundo de identificação primária”²¹, que permite que as clivagens cognitivas e emocionais se desenrolem em prol do desenvolvimento – talvez possamos chamá-las de diferenciações – sem arrancar um pedaço do corpo ou causar a desagregação ou o colapso do sentimento de si mesmo.

20 J.S. Grotstein, “Primal splitting, the background object of primary Identification and others Self-objects”, in *Splitting and projective identification*.

21 O termo original mencionado pela autora é *présence d’arrière – plan d’identification primaire*. A tradutora optou por “presença de apoio de fundo” em vez de “presença de fundo” para privilegiar a ideia de G. Haag sobre a importância do registro primário da sustentação dorsal como constitutivo à construção do envelope corporal do eu.

Referências bibliográficas

- Barrer L. (2013). *Le mécanisme de défense de démantèlement dans l'autisme: transformation et co-création du lien intersubjectif en psychothérapie de l'enfant* (Tese defendida em Aix-en-Provence, nov. 2013. Publicação em andamento.)
- Bullinger A. (2004). *Le développement sensori-moteur de l'enfant et ses avatars*. Toulouse: Erès.
- _____. (2012). *Les Flux vestibulaires – Les aventures de leurs difficultés d'intégration* (Apresentado na coordenação CIPPA em jun. 2012.).
- Freud S. (1925/1985). La négation. In *Résultats, idées, problèmes*. Paris: PUF.
- Grotstein J.S. (1981). Primal splitting, the background object of primary identification and others self-objects. In *Splitting and projective identification*. New York: Jason Aronson, p. 77-89.
- Haag G. (1985). La mère et le bébé dans les deux moi – tiés du corps, *Neuropsychiatrie de l'enfance*, n. 33 (2-3), p. 107-114 (Disponível em: <genevievehagpublications.fr>).
- _____. (1997). Contribution à la compréhension des identifications en jeu dans le moi corporel, *Journal de la Psychanalyse de l'Enfant*, n. 20, p. 111-131 (Disponível em: <genevievehagpublications.fr>).
- Kohut H. (1971). *The Analysis of the Self*. New York: International Universities Press [trad. fr. *Le Soi*, PUF, 1974.]
- Lawson W. (2015). *Comprendre et accompagner la personne autiste*.
- Maiello S. (1991), L'Oracolo, Un esplorazione alle radici della memoria auditiva, *Analysis. Rivista Internazionale di psicoterapia clinica*, anno 2, n.3, p. 245-268 [trad. fr. L'objet sonore. L'origine prénatale de la mémoire auditive; une hypothèse, *Journal de la Psychanalyse de l'Enfant*, n. 20, p. 40-66.
- Meltzer D.; Bremner J.; Hoxter S.; Weddel D.; Wittenberg I. (1975). *Explorations in Autism*, Roland Harris Trust, Clunie Press [trad. fr. G. et M. Haag et coll. *Explorations dans le monde de l'Autisme*, première édition de la trad. Payot, 1980. Prefácio de G. Haag.]
- Rosenfeld D. (2006). *The soul, the mind, and the psychoanalyst*. London: Karnac Books [trad. Fr. D. Alcorn, *L'Âme, le Psychisme et le Psychoanalyste*, Larmor Plage, ed. du Hublot, 2009].
- Spitz R. (1965). La cavité primitive, in *Le berceau de la perception*, in *The First Year of Life*. New York: International Universities Press [trad. fr. L. Fournoy *De la naissance à la parole*, Paris, PUF, 1968, p. 46-57].
- Tustin F. (1986). *Autistic Barriers in Neurotic Patients*. London: Karnac Books [trad. fr. P. Chemla, *Le trou noir de la psyché*, Paris, Seuil, 1989].
- Winnicott D.W. (1958). *Through Paediatrics to Psychoanalysis*. London: Tavistock [trad. fr. J. Kalmanovitch *De la pédiatrie à la psychanalyse*, Payot, 1969].
- _____. (1971). *Playing and reality*. London: Tavistock Publications [trad. fr. C. Monod; J.B. Pontalis, *Jeu et réalité*, Paris, Gallimard, 1975].

The place of sensory dissociations in development and in archaic pathologies

Abstract This article in the form of an interview brings a conversation between two specialists in the clinic of childhood psychopathologies. Bernard Golse leads the conversation with Geneviève Haag, addressing the place of sensory dissociations in development and archaic pathologies. The authors address the role of integrating polysensoriality in the construction of the self and the relevance of prenatal tonic-emotional dialogue, sound rhythmicity, synesthesia, articulation between the two sides of the body itself and the integration of body members. Haag also refers to the dismantling effects arising from the desynchronization of this polysensory union, and its impacts on the construction of the bodily Self.

Keywords autism; childhood psychosis; archaic pathologies; polysensory; tonic dialogue.

Texto recebido: 02/2021

Aprovado: 03/2021

En el epicentro y en las márgenes del psicoanálisis

Resumen A través de su trayectoria como psicoanalista, el autor busca situar los aportes del Psicoanálisis argentino, desarrollado en la tensión con los acontecimientos políticos dictatoriales de su país y sus graves repercusiones en la subjetividad, especialmente de los niños, víctimas de la violencia estatal. Para ello, incursiona en el lugar de la infancia en el pensamiento occidental. El autor subraya la importante influencia de los movimientos de las Madres y Abuelas de la Plaza de Mayo en los caminos del psicoanálisis argentino en los tiempos de terror, y realza la importancia de la acción política de los psicoanalistas en el contexto anterior y en el actual.

Palabras clave Psicoanálisis y política Psicoanálisis argentino Psicoanálisis de niños Salud mental; dictadura; trauma estructurante y desestructurante.

Juan Carlos Volnovich Médico Universidad de Buenos Aires (UNBA, 1965). Psicoanalista (renunció a la Asociación Psicoanalítica Argentina en 1971 integrando el Grupo Plataforma). Especialista en Psiquiatría Infantil (Ministerio de Salud Pública de Cuba, 1976). Doctor Honoris Causa por la Universidad Madres de Plaza de Mayo. Miembro de Honor de la Sociedad de Psicólogos de Cuba. Integra el Comité Científico del Foro de Psicoanálisis y Género de la Asociación de Psicólogos de Buenos Aires y el Consejo Asesor de la Revista Topía.

Revisão técnica Maria Aguilera Franklin de Matos, revisora e tradutora de língua espanhola e aluna do curso de Psicanálise (cortesía).

1 Palabras de Agradecimiento a la Universidad Nacional de San Luis por la entrega del Doctorado Honoris Causa en Provincia de San Luis, Argentina, 9 de Abril, 2021. Agradecimientos especiales: Sr. Rector de la Universidad Nacional de San Luis, Contador Víctor Moriñigo; Sra. Decana de la Facultad de Psicología, Magister Claudia Brusasca; Sra. Vicedecana de la Facultad de Psicología, Dra. Alejandra Taborda; Sra. Directora de la Carrera de Especialización, Magister Elena Toranzo; Docentes y alumnos de la Universidad.

2 Actualmente Provincia de La Pampa, en el centro-sur de la Argentina.

3 Alude a la intervención policial del 29 de Julio de 1966 en la Universidad de Buenos Aires.

Juan Carlos Volnovich

Amigos y amigas Señores y señoras¹

Vengo de una familia de inmigrantes mezcla de analfabetos pobres y de pobres ilustrados que llegaron de Centroeuropa cargados de anhelos de progreso y de prosperidad, y que rápidamente fueron contaminados por la ilusión de “m’hijo el doctor”.

Y, así, mi padre fue el médico de un pequeño, muy pequeño pueblo del sur de lo que entonces era el Territorio Nacional de la Pampa², dónde nació y dónde por primera vez escuché la palabra “doctor” con toda su denotación, su connotación y su entonación.

Los parroquianos de mi pueblo se referían a mi padre, claro está, como el Dr.. Pero ocurre que por un desliz metonímico mi madre era la doctora y yo, el doctorcito.

Allí donde iba: “ahí va el doctorcito”... de modo tal que no tardé mucho tiempo en sacar la conclusión que la condición de doctor era un título nobiliario que se conseguía en la cuna. Me llevó más tiempo aceptar que uno no nace doctor y que eran otros los caminos por los que se accede a ese título.

Y fue así que me hice médico y casi psicólogo. El “casi” alude a la “Noche de los bastones largos”³, esa trágica intervención militar de la Universidad de Buenos Aires que interrumpió la segunda carrera de grado que había iniciado atraído, sin lugar a dudas, por el psicoanálisis que por entonces tenía nombre propio: José Bleger.

Si hoy estoy aquí es porque hace sesenta años partí con el psicoanálisis rumbo a la compleja generación de los ’60 y lo hice, desde el momento inicial, internado en el universo de la infancia. He analizado



*ser psicoanalista de niños
(argentino y de los '60) tiene
para mi el sentido de haber
habitado en las fronteras.
Significa haber pasado 60 años
en el epicentro del psicoanálisisL*

niños y niñas de casi todos los estratos de la sociedad de clases y, también – desde que durante ocho años realicé mi práctica en Cuba – niños y niñas de otro sistema social.

Ser psicoanalista de niños (argentino y de los '60) tiene para mi el sentido de haber habitado en las fronteras. Significa haber pasado 60 años en el epicentro del psicoanálisis y – al mismo tiempo – en sus márgenes. En el epicentro porque ¿quién duda que el siglo xx ha sido “el siglo del niño”? En los márgenes porque el psicoanálisis de niños ha mantenido un conflicto, en principio, con el propio psicoanálisis y, luego, con las diferentes formas del pensamiento: con la lingüística, la genética, la psicología del aprendizaje, la semiótica, el derecho, la ética, la teoría de género; edificios conceptuales que han confluido en un borde, en una frontera, verdadero lugar de “acontecimientos” de la ciencia o, si se prefiere, límites de continentes teóricos.

Y así, ciudadano de la orilla – orillero – me presento ante ustedes.

Soy el segundo psicoanalista en recibir el Doctorado Honoris Causa de la Universidad Nacional de Sal Luis. Janine Puget fue la primera y yo la evoco como esa figura augusta y admirable que conocí no bien entré a la Asociación Psicoanalítica Argentina.

Cuando comencé mi formación en la Asociación Psicoanalítica Argentina ya hacía tiempo que Pichon-Rivière se había atrevido a ingresar en el Hospicio de las Mercedes⁴ y fuimos muchos los psicoanalistas de la APA que acompañamos a Mauricio Goldenberg en la ofensiva

antimanicomial que significó incluir un servicio de salud mental en un hospital general.

Fue allí, en el Policlínico de Lanús, donde, armado con recursos teóricos y clínicos de un psicoanálisis APA – clase media, me encontré con niños y niñas proletarios, migrantes de provincias, niños y niñas de familias pobres que con su silencio y sus ojos enormes pusieron en evidencia mi desnudez instrumental, al tiempo que se convirtieron en el mayor desafío para el pensamiento.

Y este no es un dato menor: el aporte del psicoanálisis argentino al psicoanálisis mundial – y también al campo ampliado de la salud pública y la cultura – se puso en evidencia a través del avance sostenido sobre el poder consolidado de la psiquiatría carcelaria manicomial, y la apertura a aquellas clases sociales alejadas de quienes lo produjeron y lo consumieron hasta entonces.

El Grupo Plataforma – que se separó en 1971 de la Asociación Psicoanalítica oficial – jugó un papel fundamental en la ruptura del sectarismo, en el inicio del expansionismo psicoanalítico y en la enunciación de una nueva ética. Fue la primera vez que por razones ideológicas y políticas se producía una escisión en una sociedad componente de la International Psychoanalytical Association, la venerable institución fundada por Freud.

Con la ruptura del monopolio del saber y de la formación que detentaba la Asociación Psicoanalítica Argentina se dio inicio a una apertura que incluyó tanto la ampliación de su área de influencia hacia otras clases sociales, como hacia otros territorios y hacia otros referentes teóricos. Fue entonces cuando el psicoanálisis argentino quedó partido en dos. La separación se dio entre quienes quedaron dentro y quienes estábamos fuera de la APA. Pero eso fue solo en el comienzo. En realidad, la trascendencia de esa ruptura partió en dos al psicoanálisis mundial ya que, de ahí en más, la separación se definió entre quienes sostenían un psicoanálisis convencional, individualista, adaptacionista y cientificista, y un psicoanálisis más ligado a lo social, abierto a las clases populares; un psicoanálisis que intentaba acompañar los movimientos de liberación nacional. En la Argentina,



*¿cómo adueñarse
de las categorías teóricas
puestas en circulación
por las metrópolis sin que
eso signifique plegarse a las
jerarquías del poder central?*

este segundo psicoanálisis, fue borrado del mapa durante la dictadura cívico militar que asoló a nuestro país entre 1976 y 1983 (lxs psicoanalistas que no fueron desaparecidxs, marcharon al exilio) y solo volvió a resurgir, principalmente ligado a los organismos de Derechos Humanos, a partir de 1983.

Debilitado el monopolio psicoanalítico de la APA a partir de 1971 y anulado el psicoanálisis “de izquierda”, el espacio vacante fue ocupado por las enseñanzas de Lacan, de modo tal que el auge lacaniano coincidió con los años que duró la dictadura militar y perduró, después.

El psicoanálisis Argentino

Acaso ¿tiene sentido buscar un perfil particular, una contribución específica del psicoanálisis argentino?

Si pretendiera dilucidar las claves que me aproximen a una respuesta, debería comenzar por aceptar que el nuestro es un psicoanálisis traducido y transculturado. La “traducción” es el sistema de mediaciones por vía de la cual la Argentina buscó resolver, frecuentemente, la distancia entre el centro y la periferia⁴; entre el texto y la lectura; entre la modernidad europeo-dominante y los modos de incorporar críticamente los signos, importados según códigos locales.

Sí pretendo seguir empleando la metáfora de la traducción como imagen de la operación intelectual típica de las *elites* psicoanalíticas de nuestra periferia respecto del centro, me es necesario reconocer que suele ser todo el campo el que opera como matriz de traducción. Por precaria que sea la existencia de ese campo, de ese contexto particular, es innegable que funciona como escena de reelaboración; como estructura reordenadora de los modelos traducidos. De modo tal

que no sería muy arriesgado afirmar que aún los psicoanalistas locales ecológicos del psicoanálisis británico o lacaniano están muy lejos de ser meros imitadores de textos importados y, mucho menos, se merecen quedar reducidos a la categoría de colonizados culturales.

No obstante, nada nos autoriza a pensar la importación de conocimientos como operación sencilla e inocente. Una de sus complejidades se expresa en la dificultad por apropiarse de la teoría universal a sabiendas que forma sistema con la normativa del centro. ¿Cómo evitar, entonces, una rendición incondicional a las gramáticas de autoridad del centro? ¿Cómo adueñarse de las categorías teóricas puestas en circulación por las metrópolis sin que eso signifique plegarse a las jerarquías del poder central?

Por mi parte, adelanto que “europeo” no siempre es sinónimo de central, tanto como “argentino” no es sinónimo de periférico ya que el poder central – que en un principio era localizable en Europa – se encuentra desplazado cada vez más en un lejano nivel supranacional.

El poder central se ha vuelto periférico al encontrar nuevos lugares de concentración de poder; y otro tanto ocurre con la tendencia a organizar bolsones de centralidad en la periferia; bolsones en los que se reedita el poder totalitario del centro.

París, Buenos Aires, San Luis. Cada uno es centro y periferia al mismo tiempo.

Entonces, ¿tiene sentido buscar un perfil particular, una contribución específica, de nuestro psicoanálisis?

4 Entre 1938 y 1947 Enrique Pichon Rivière, uno de los fundadores del psicoanálisis argentino, dirigió el Servicio de Admisión del Hospicio de las Mercedes, el más importante hospital psiquiátrico del país, actualmente llamado Hospital Interdisciplinario Psicoasistencial José Tiburcio Borda.

5 R. Prebisch, 1949.



fue Marie Claire Boons quién llamó la atención acerca del silencio de los psicoanalistas franceses acerca del impacto que en su propia producción teórica tenía el contexto histórico que la albergaba

Para empezar a responder deberíamos poner en duda la imagen que tiende a mostrar el psicoanálisis argentino como copia diferida y deficiente de un original metropolitano. Después, tener en cuenta la dificultad que surge al descubrir la multiplicidad de paradigmas que circulan en la comunidad psicoanalítica y la mutación permanente de los mismos.

Además: ¿Cómo definir el perfil de una práctica, justamente dibujada y desdibujada por la intensa interacción con la metrópoli?

Dije antes que Janine Puget fue la primera psicoanalista que recibió el Doctorado Honoris Causa de esta Universidad. También mi admirada Silvia Rivera Cusicanqui recibió el Doctorado Honoris Causa y es bueno evocarla aquí por su contribución ineludible al proceso decolonial a partir del concepto aymara que propone la coexistencia paralela de múltiples producciones, diferencias culturales que no se extinguen sino que se antagonizan y se complementan entre sí.

El Psicoanálisis frente al terrorismo de Estado

El terrorismo de estado impactó, definitivamente, en la práctica psicoanalítica, no sólo en aquellos profesionales que asumieron un lugar más próximo a los Organismos de Derechos Humanos, sino en el conjunto de la comunidad científica y en la sociedad en su conjunto.

La espantosa experiencia, el trauma colectivo que se vivió entre 1976 y 1983 – las secuelas

aún vigentes y reactualizadas de aquel horror – se constituyeron, desde muy temprano, en un verdadero desafío para los psicoanalistas. De modo tal que interpelados por una realidad que nos desbordaba, nos vimos obligados a transitar por los límites de una teoría insuficiente para responder a las exigencias de la clínica que nos desafiaba. Fue así como – sin reparar en la pertenencia a distintas escuelas o la adhesión a teorías diversas – nos acercamos a los Equipos Asistenciales de los Organismos de Derechos Humanos.

Este fue, a nivel mundial, un hecho inédito. Inédito y riesgoso. Subrayo el riesgo porque es, tal vez, lo que mejor define a un psicoanalista argentino. La más digna característica de nuestro quehacer.

Mientras los psicoanalistas europeos tardaron más de cuarenta años después de terminada la Segunda Guerra Mundial para poder reflexionar sobre los efectos psicológicos del nazismo, del franquismo y del fascismo, los psicoanalistas argentinos hemos venido investigando y trabajando en este tema desde los albores de nuestra frágil democracia, y aun, desde antes: en el período final de la dictadura cívico militar.

Se me hace necesario recordar aquí que las enseñanzas de Lacan surgieron en el epicentro de la metrópoli colonialista europea cuando Francia estaba librando la guerra en Indochina y llevando a cabo una de las masacres más espantosas de las que pueblan la historia del colonialismo: la guerra de Argelia en las décadas del 50 y del 60, décadas fecundas en lo que concierne a una producción teórica que aún hoy en día consumimos. Fue Marie Claire Boons quién llamó la atención acerca del silencio de los psicoanalistas franceses no solo ante la vocación colonizadora de Francia sino, también, acerca del impacto que en su propia producción teórica tenía el contexto histórico que la albergaba.

El terrorismo de estado, decía, impactó, definitivamente, en la práctica psicoanalítica, *todos* fuimos conmovidos por la presencia de las Madres y Abuelas de Plaza de Mayo. Ellas abrieron un espacio, una brecha, un intersticio por donde



fluyó la posibilidad de pensar. Ellas opusieron un deseo, un límite al avasallante poder totalitario que, como se sabe – entre otras cosas – además de aniquilar cuerpos, ataca el pensamiento.

Mujeres con pañuelos en sus cabezas, portando fotos y vociferando, gritando sus lamentos, golpeándose la cabeza, arrancándose los cabellos, mujeres excesivas en su duelo, enérgicas en su dolor. Mujeres que hicieron valer el poder político de las lágrimas.

El terrorismo de estado, más que estado autoritario, fue la aplicación del miedo como método y práctica permanente.

De ahí que, tal vez, en poder pensar la radicalidad misma del horror, en poder imaginar lo inimaginable, se jugó una dimensión eminentemente política: la resistencia última a quedar definitivamente arrasados cumpliendo de manera sumisa y cómplice el objetivo último que consistió en cometer un crimen sin resto y sin memoria, en el espectáculo del aniquilamiento de la posibilidad de representación misma⁶.

También Gilou García Reinoso al glosar al Freud de “Hemos intentado matar la muerte por el silencio”⁷ nos recordaba que el objetivo de la desaparición forzada como recurso político no ha quedado reducido a las personas, ni siquiera al conjunto de la sociedad, sino que consistió en matar la muerte, aniquilar y hacer desaparecer la posibilidad de la representación de la muerte.

Desaparición de los padres como por arte de magia.

Aparición de los niños como por arte de magia.

Tarea de dioses y de magos: expertos en desapariciones: “no están, ni vivos ni muertos, no

aparición de los niños como por arte de magia. Tarea de dioses y de magos: expertos en desapariciones: “no están, ni vivos ni muertos, no están” ...y en apariciones: los bebés gestados por hombres uniformados.

están” ...y en apariciones: los bebés gestados por hombres uniformados.

Dioses.

Antes que ellos fueran promovidos a dioses, no existían madres ni bebés. Ellos los hicieron. Genitores. Les dieron nombre, los bautizaron, les pusieron fecha de fabricación y lugar de origen.

Antes de los militares, no había padres biológicos. No es cuestión de aceptar que los padres estaban y que, supuestamente, fueron asesinados. No es cuestión de aceptar que los padres estaban y que – por alguna razón más o menos convincente – cedieron esos niños en adopción. En su lógica, los padres biológicos no existieron. Inscriptos negativamente, son crímenes, sin crimen. Fue borrada su inscripción simbólica, su existencia humana.

No hay duelo posible para una ausencia que así se considere.

Aparición y desaparición. Tarea de magos... y de dioses patriarcales; dioses envidiosos de la fecundidad femenina; dioses delirantes que, después de gestarlos y parirlos, les dieron una madre.

En plena dictadura militar, en medio de esa clausura, las Abuelas de Plaza de Mayo abrieron un espacio evanescente, resbaladizo, apenas una hendidura para poder pensar; mínima brecha para hacerle lugar a esa articulación decisiva entre el trauma psíquico y la configuración fantasmática.

Aún recuerdo la pregunta con la que Estela de Carlotto⁸ me fulminó en nuestra primera entrevista: “¿Qué debemos hacer con el amor a esos nietos que tenemos pero que no están?”

Fue el interrogante inicial: ¿qué hacer frente al deseo y la ausencia?

⁶ J. L. Nancy, Nancy *La Representación Prohibida*.

⁷ S. Freud, *De guerra y muerte*. En <http://www.psicomundo.com.ar> Foros Temáticos

⁸ Enriqueta Estela Barnes de Carlotto (Buenos Aires, 22 de octubre de 1930) es activista de derechos humanos y presidenta de la Asociación Abuelas de Plaza de Mayo (Nota del editor).



*en aquella época inicial
era asombroso ver en los niños
y las niñas recuperados que entraban
en análisis, la posibilidad de desplegar
su inteligencia y “descubrir”
un amplísimo repertorio afectivo*

Ante tamaño desafío, una sola respuesta, una única y minúscula certeza: el hecho traumático que no es elaborado, simbólicamente resignificado – individual y colectivamente, pero sobre todo colectivamente – se transmite de generación en generación y se expresa como compulsión a la repetición. Ese mínimo argumento fue suficiente para marcar con claridad la distancia que separa una adopción de una apropiación.

Si en la adopción se trata de una madre o de una pareja que fue capaz de concebir y gestar un bebé, pero que no pudo o no supo como criarlo y fue cedido para que otros adultos lo hicieran, aquí se trataba de algo muy distinto: aquí había una madre y muchas veces una pareja que amaba a ese niño y que fue asesinada para arrancárselo. Ese crimen estaba presente en el saber de los apropiadores y, de alguna manera, en la interacción con el niño.

A diferencia de otros Organismos de Derechos Humanos que se han visto convocados para trabajar con víctimas de la tortura, del exilio, de la muerte y las desapariciones, es decir: con las diferentes modalidades de elaboración de dueños como secuelas del terrorismo de estado, las Abuelas de Plaza de Mayo inauguraron – con la defensa de los Derechos Humanos de los niños que han sido robados – no solo la denuncia de crímenes pasados, sino la denuncia de delitos vigentes: delitos que se seguían y siguen cometiendo en plena democracia cada día que pasa, en la medida que esos niños, ahora adultos, siguen viviendo bajo una identidad falsa y una historia falseada.

Así, en los inicios de esta aventura, la intención de acompañar a las Abuelas en el proceso

de captura simbólica del hecho traumático nos enfrentó con el saber instituido y nos enfrentó, también, con Francoise Doltó, la más importante psicoanalista de niños de Francia, lo que quiere decir una de las más importantes psicoanalistas del mundo. En una visita a la Argentina, Doltó sugirió dejar a los niños viviendo con sus apropiadores con la intención de no ocasionarles un segundo trauma. Fue entonces cuando con Silvia Bleichmar⁹ propusimos recuperar la diferencia entre trauma desestructurante y trauma estructurante para fundamentar la restitución a sus familias biológicas. Trauma estructurante que lleva un tiempo pero que supone destinar toda la energía psíquica consumida por la desmentida, al servicio de ligar los fragmentos producidos por el estallido del yo. En aquella época inicial era asombroso ver en los niños y las niñas recuperados que entraban en análisis, la posibilidad de desplegar su inteligencia y “descubrir” un amplísimo repertorio afectivo, allí donde hasta el momento de la restitución parecían oligotímicos.

Lo que vino después, ya se sabe.

Si bien ya son 130 lxs nietos recuperados, se supone que fueron 500 los niños apropiados de modo tal que este, el de las restituciones, dista mucho de ser un problema del pasado.

Nuestra práctica psicoanalítica se despliega, justamente allí: en ese espacio ganado por el deseo a la omnipotencia del orden totalitario. Nuestra cultura psicoanalítica hecha de voces ajenas, emudecida a fuerza de ser eco y no voz, tiene en ese espacio abierto por las Madres y Abuelas de Plaza de Mayo, la posibilidad de emitir la palabra plena; posibilidad de pensar y procesar todo el caudal de lo universal en el propio seno; lo ajeno injertado en el propio tronco; espacio abierto por las Madres, las Abuelas donde, respondiendo al desafío de nuestra triste Historia, se despliegue la imprevisible aventura simbólica, con palabras nuestras. Palabras capaces de decir cosas que, de verdad, valga la pena escuchar.

La esperanza del psicoanálisis, las probabilidades de que el psicoanálisis perdure y contribuya a construir el futuro, las posibilidades de que el

psicoanálisis se renueve y acompañe la complejidad del mundo que nos toca habitar, reside justamente allí, en la plasticidad de los dispositivos clínicos que sepamos inventar en cada caso pero, más aun, en la producción teórica.

Janine Puget, Silvia Rivera Cusicanqui recibieron el Doctorado Honoris Causa de esta Universidad. También Nora Cortiñas, heroína definitiva de esta gesta.

Infancias de éste mundo

Comencé afirmando que si hoy estaba aquí era porque hace más de sesenta años partí con el psicoanálisis para internarme en el universo de la infancia.

Niñas y niños han existido siempre pero no siempre existió la infancia como representación de conjunto y, desde ya, esa representación, la manera de inscribirse en el imaginario social, no sólo ha ido variando a lo largo de la historia y de las diferentes culturas, sino que ha tenido una responsabilidad definitiva a la hora de explicar las maneras de vivir y de morir de niñas y de niños.

Y, ahí nomás, sin ir muy lejos en la historia de humanidad, si vamos al siglo IV nos encontramos con la figura hegemónica del niño pecador ocupándolo todo.

Es en san Agustín (354-430) donde se visualiza con mayor transparencia esa imagen de la infancia que transgrede los límites de la inocencia.

Para san Agustín, en cuanto nace, el niño, representante del vicio, se convierte en símbolo de la fuerza del mal: ser imperfecto que lleva en su seno todo el peso del pecado original. En *La Ciudad de Dios*, san Agustín explica, extensamente, lo que entiende por “pecado de infancia”. Describe a las criaturas como seres ignorantes, apasionadas, caprichosas. Así, los niños son, para san Agustín, el testimonio más demoledor de la maligna naturaleza humana; son un condensado de intenciones

»
*al oponer la imperfección infantil
a la perfección que el adulto puede
lograr a partir de una vida piadosa y
penitente, san Agustín postula
a la infancia como destinataria
de todo lo repudiable*

y acciones condenables que se ponen en evidencia a través de una conducta que irremediamente los precipita hacia el mal. Agustín, como varios siglos después hizo Freud, describieron – descubrieron – al “perverso polimorfo” que cada uno de nosotros fue y es. Solo que la carga valorativa marca la diferencia entre ambas afirmaciones. Si en san Agustín la sexualidad infantil es sinónimo de un repudiable pecado, en Freud es condición insalvable e ineludible de su “ser” deseante, de su condición humana. De ahí que la sexualidad infantil concebida por san Agustín avalara que los niños fueran juzgados de acuerdo a las normas morales – pero también jurídicas – previstas para los adultos pecadores.

Y san Agustín va más allá: al oponer la imperfección infantil a la perfección que el adulto puede lograr a partir de una vida piadosa y penitente, postula a la infancia como destinataria de todo lo repudiable.

La influencia de san Agustín, claro está, no cesó con su muerte ni se redujo a su época. Antes bien, se prolongó durante siglos en la cultura occidental. Fue permanentemente retomado hasta fines del siglo XVII y sigue vigente aun en nuestros días.

Si para san Agustín, como para Freud, el niño no era inocente, para Descartes (1596-1650), ese filósofo francés que tanto influyó en la historia del pensamiento occidental, antes que pecador, fue concebido como sede del error. Descartes “descubrió” que la lógica infantil no era la misma lógica que emplean los adultos; que la de unos y otros, no era la misma razón. Pero el avance que

9 S. Bleichmar, “El traumatismo en la Apropiación, Restitución”, in *Filiación, Identidad, Restitución. 15 años de Lucha de Abuelas de Plaza de Mayo*.



*para Descartes la infancia,
las falsas teorías de los niños –
y lo que de la infancia perdura
en el adulto – es un mal.
Varios siglos después Piaget
dirá que es un mal necesario*

significó reconocer la diferencia quedó acotado al condenarla como deficiente. Como para Descartes la infancia es ante todo debilidad de espíritu – ya que la facultad del conocimiento está subordinada al cuerpo – el niño no tiene más pensamientos que los que proceden de sus necesidades corporales – concibe el alma infantil llena de sensaciones y opiniones falsas. Así que no por pecador, pero sí por equivocado, Descartes propuso librarse de la infancia como quien apela a expiar un mal, a corregir un error. Lo cito:

Para Descartes la infancia, las falsas teorías de los niños – y lo que de la infancia perdura en el adulto – es un mal. Varios siglos después Piaget dirá que es un mal necesario. O, mejor aún, que son teorías necesarias y que no precisamente están mal, ya que son reestructuradas sin cesar en el presente, a la manera de una reorganización que garantiza el pensamiento. No obstante – y muy a pesar de Piaget – no son pocos quienes aún hoy en día persisten en evaluar a los chicos desde la lógica adulta.

Si san Agustín contribuyó a instalar en el imaginario social la figura del “niño pecado” que Freud legitimó; si con Descartes se convalidó la figura del “niño equivocado” que Piaget desmintió, faltaba aun desarmar la imagen del “niño esclavo”. Son varios los autores que coinciden en situar en el último tercio del siglo XVIII, la “revolución” que promueve un cambio copernicano en cuanto a la valoración social de la infancia.

La filosofía del Siglo de las Luces difundió dos grandes ideas complementarias, que en alguna medida, contribuyeron generosamente a

modificar la representación social de la infancia: el concepto de igualdad y el concepto de felicidad. Aunque el concepto de igualdad estaba más referido a la igualdad de los hombres entre sí, que a la igualdad de los seres humanos – sean estos hombres, mujeres y niños – la condición del padre, de la madre y del niño se modificaron en el sentido de una mayor homogeneidad. En el *Contrato Social*, uno de los textos que dan la dimensión de ese cambio, J.J. Rousseau afirma que el padre y la madre tienen los mismos derechos sobre sus hijos, pero estos derechos están limitados por las necesidades del niño y están fundados en la incapacidad del niño para velar por su propia conservación. Esto es: la responsabilidad de atender a los hijos y las hijas se limita al tiempo en que no puedan arreglárselas solos. Después, los padres tendrán que darles la misma libertad que tienen ellos. Los hijos, una vez que están en condiciones de prescindir de los cuidados paternos, ingresan todos por igual en la independencia. Fue apoyándose en esta convicción como Rousseau se opuso a los enciclopedistas que suponían a los padres con derecho a exigir cariño y respeto de sus hijos por el mero hecho de haberlos procreado, deuda que sólo se cancelaba con la muerte. Con esta aseveración sobre la igualdad de los hijos, Rousseau se puso al frente de lo más progresista de la época ya que, al afirmar que el hombre nace libre, equiparó la naturaleza del hijo a la del padre. Siendo el hijo potencialmente libre, la función del padre se limitaba, entonces, a permitir que se actualice – que se realice – esa libertad. Así, criar a un hijo se transformó, lisa y llanamente, en llevar adelante una serie de acciones para brindar ayuda a un ser indefenso y dependiente hasta que este adquiriera su total independencia y autonomía. Pero esta lógica roussoniana reforzó, al mismo tiempo, los estereotipos patriarcales más convencionales desde que terminó ubicando a la mujer en calidad de esposa al servicio de las necesidades del marido y de los hijos.

Pese a que surgieron críticas a la situación de dependencia en que se mantenía a la mujer con respecto a la crianza de los niños, lo cierto

es que lo fundamental de esta convención familiarista no se modificó de manera notoria en el siglo XVIII y, más aun, se prolongó hasta nuestros días. El psicoanálisis vino a avalar este modelo al sostener, sin revisar, la importancia de la lactancia materna, del lugar de la madre – y no del padre – junto al niño, y toda una serie de criterios ideológicos incluidos en la narrativa edípica aportada por Freud, y en el discurso lacaniano que se sostiene en la primacía de un significante (el significante fálico y la ley del padre).

Si elegí mencionar a san Agustín y Descartes como antecedentes de Freud y de Piaget en cuanto a las figuras de infancia que contribuyeron a instalar en el imaginario social de occidente, fue para resaltar el impacto que tuvo la producción teórica de estos autores al poner en cuestión la versión “pecadora”, “equivocada” de los niños. Otro es el caso de Rousseau. Su inclusión se justifica porque con más claridad que otros, él expresa un modelo de infancia y un sistema de valores para la crianza y la educación de niños que ha sido propio de la modernidad y que, en la actualidad, está en plena revisión.

Infancias de éste tiempo

Saltemos, entonces, al siglo XX.

El siglo XX ha sido el siglo del niño: el florecimiento de la psicología del niño pertenece por entero al siglo XX.

En efecto, sería poco decir que la pedagogía, la psicología, el propio concepto de “infancia”, se han renovado. El siglo XX ha estado signado por las críticas a los métodos autoritarios y directivos de la educación, por el intento de respetar las necesidades y las posibilidades del *infans*.

Y con el correr del tiempo el niño pecado, el niño equivocado, el niño esclavo, aunque no han desaparecido del todo, cedieron el lugar al niño objeto, al niño consumidor, propio del capitalismo actual. Porque en esta etapa neoliberal del capitalismo parecería ser que solo como mercancías se puede circular. Así es que ya no hablamos más

»»

la doctrina de la “protección integral” estableció la figura del “Interés superior del niño” – el niño como sujeto de derecho en desarrollo – y la familia y el sistema escolar como referentes fundamentales

de alumnos de una escuela. Ahora son clientes de una empresa; consumidores de objetos, de bienes culturales y de servicios de salud. Objetos sujetos a una cultura que los consume al tiempo que los incorpora. El “cogito ergo sum” cartesiano dejó lugar al “consumen, luego existen”. Si consumen, existen. Si no consumen, no existen. La inclusión o la exclusión que decide la vida o la muerte se juega ahí: en el nivel de consumo. Consumo de mercancías, de psicofármacos, consumo de programas educativos o de programas asistenciales.

El siglo XXI se inauguró con al menos dos novedades: la revisión feminista de la teoría psicoanalítica y el intento de superación de la lógica binaria que abrió el camino a poder pensar en las disidencias sexuales.

El 20 de noviembre de 1959 la Asamblea General de las Naciones Unidas aprobó la Declaración Universal de los Derechos del Niño y del Adolescente que fueron, luego, incorporados a nuestra Constitución Nacional y convertidos en Ley.

En la década del 80 del siglo pasado se puso en evidencia un avance significativo a nivel jurídico con respecto a la infancia. La doctrina de la “protección integral” estableció la figura del “Interés superior del niño” – *el niño como sujeto de derecho en desarrollo* – y la familia y el sistema escolar como referentes fundamentales.

Esto se concretó con la sanción por parte de las Naciones Unidas de las “Reglas Mínimas para la administración de Justicia de Menores” y fundamentalmente con la Convención Internacional por los Derechos del Niño” ambas de 1985.



los niños y las niñas de nuestros países serán aún más pobres a medida que progresen los países centrales, si es que no se revierten las tendencias actuales. Y nada hace pensar que eso vaya a suceder

La Convención fue ratificada por la República Argentina mediante la sanción de la Ley 23.849 e incorporada en nuestra Constitución.

También contribuyeron a este marco regulatorio “Las Reglas Mínimas de las Naciones Unidas para la protección de menores privados de libertad” y las “Directrices de las Naciones Unidas para la prevención de la delincuencia juvenil” de 1990.

Entre nosotros – ¿cómo ignorarlo? – el hecho definitivo fue la sanción de la Ley 21.061, la Ley de Protección Integral de los Derechos del niño, de la niña y adolescentes” de 1995 que vino a reemplazar la Ley Agote, la Ley 10.903 de 1919 que legitimaba las políticas públicas destinadas a judicializar la pobreza y que confinaba a los menores al lugar de objetos de tutelaje por parte del estado.

Pero ocurre que tanto el discurso jurídico como el discurso psicoanalítico remiten a un orden diferente y eso impone un proceso de traducción que contemple sus coincidencias y sus divergencias. Todo hace pensar que, hasta los años de la dictadura cívico-militar, las intervenciones psicológicas en el campo ampliado de la salud pública aventajaban al sistema jurídico. Aun en tiempos de tutelaje la palabra de los niños tenía más valor para los psicólogos, que para los jueces.

Es a partir de la democracia, cuando las leyes avanzaron con una agilidad y un empuje insospechado, que los recursos teóricos y las intervenciones psicológicas quedaron relegadas y condenadas a una repetición anacrónica e insuficiente. Dicho

de otra manera: el aporte de los saberes psicoanalíticos a los dispositivos de intervención atrasa con respecto a las nuevas legislaciones. De ahí que nunca como en este momento ha sido más oportuna y necesaria la iniciativa de abrir una Carrera Universitaria de Especialización en Intervenciones Psicológicas para la Salud Mental de Niñez y Adolescencia desde una perspectiva psicoanalítica y pluridisciplinar.

En fin, que no sería demasiado arriesgado afirmar que, a pesar de la trascendencia que tuvieron los avances en la justicia, que a su vez fueron el fruto de años y años de producción teórica y de luchas políticas, no han logrado solucionar la situación actual de la infancia ni en la Argentina ni en el mundo.

Un mundo en el que el desarrollo más increíble de la ciencia y de la técnica – el dominio de la naturaleza en base a la informática, la genética, la robótica – coincide con la falta de seguridad, la ausencia de justicia e igualdad, la desesperanza que se adueña de la infancia y bien pudiera resumir sus condiciones de vida; o, más bien, sus condiciones de muerte.

La mortalidad infantil evitable, los millones de niños que en el mundo mueren por año de enfermedades curables, por falta de higiene, por falta de agua y alimentos que sí existen y se dilapidan, los millares de niños que mueren apaleados, revelan una pesadilla de la que es imposible despertar; y muestran un panorama poco alentador: las estadísticas auguran que el desamparo y el riesgo de los niños de los países periféricos, lejos de mejorar, irá empeorando.

Eso quiere decir que los niños y las niñas de nuestros países serán aún más pobres a medida que progresen los países centrales, si es que no se revierten las tendencias actuales. Y nada hace pensar que eso vaya a suceder.

Datos del último informe del Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia confirman que 600 millones de niños viven en la pobreza; a 131 millones se les niega el derecho a la educación; 352 millones están obligados a trabajar; más de dos millones son forzados a ejercer la prostitución.

Más de un millón de niños muere cada año en América Latina producto del hambre, la desnutrición y las enfermedades evitables. Si decidiéramos hacer un minuto de silencio por cada uno de los niños que este año morirán por causas relacionadas con el hambre, bien entrado el próximo decenio aun permaneceríamos en silencio.

Y esta realidad se agrava ante la tragedia actual de un mundo que ha incorporado el hambre a su cotidianeidad como fenómeno endémico. El Fondo de la Naciones Unidas para la Infancia calcula que el 20% de los niños menores de 5 años – es decir, 15 millones de niños – sufren de desnutrición proteico-calórica. El hambre es la causa directa del 38% de las muertes de niños menores de 1 año y del 60% de los de 1-4 años. Esto sucede en una región del mundo de incontables riquezas y recursos naturales. Aquí, donde se producen alimentos suficientes, hay niños y niñas que viven con hambre y hay niños y niñas que mueren de hambre. Entonces, parecería ser que la pobreza no es, como se nos dice, el signo de una sociedad que no crea riquezas, sino el producto de una sociedad que solo aspira a maximizar las ganancias.

¿Es esto inevitable?

La vida de un niño, lejos de ser inestimable, vale menos de 100 dólares por año. Gastados con criterio, a favor de cada uno de los 500 millones de niños más pobres del mundo y de sus madres, dicha suma habría costado la asistencia sanitaria base, la educación elemental, la atención del embarazo, la dieta, el abastecimiento de agua y la higiene necesaria. En pocas palabras, habría cubierto las necesidades básicas para la vida. Para inmunizar a todos los niños de eso que llaman el mundo subdesarrollado contra las seis enfermedades más frecuentes y peligrosas se necesitan sólo 5 dólares por niño. El no hacerlo cuesta unos cinco millones de vidas por año. Así, la vida de un niño vale 100 dólares por año. En la práctica, para la comunidad mundial resulta un precio demasiado alto. Por eso, cada 2 segundos, un niño paga con su vida, ese precio.

»
*para inmunizar a todos los niños
de eso que llaman el mundo
subdesarrollado contra las seis
enfermedades más frecuentes
y peligrosas se necesitan
sólo 5 dólares por niño*

Es necesario, entonces, denunciar muy claramente – cada vez que sea posible – que la espantosa situación por la que atraviesa la mayor parte de la infancia en la actualidad, no tiene posibilidad alguna de revertirse *si no empezamos, entre todos, a cambiar la concepción misma que tenemos de esos chicos.*

Las leyes necesarias e ineludibles como son, son insuficientes si no se acompañan por los cambios de las figuras de infancia que transitan por el imaginario social.

* * *

Comencé recordando que cuando era un niño, me llevó muy poco tiempo sacar la conclusión que la condición de doctor era un título nobiliario que llovía así nomás, sin más quererlo, porque venía con la cuna.

Hoy cuando recibo este Doctorado que me llueve así nomás, sin haberlo querido, vuelvo a sentirme como el niño que fui pero se muy bien que lo debo a la benevolencia y a la generosidad de ustedes, y lo recibo no a título personal sino como un reconocimiento que la Universidad Nacional de San Luis le hace a nuestro psicoanálisis, a los pioneros del psicoanálisis de nuestro país, y como un mensaje de aliento a las nuevas generaciones.

Hoy sé muy bien que el Doctorado Honoris Causa no viene de cuna y también se los caminos que deberé recorrer de aquí en adelante para poder ganármelo y hacerle honor al honor recibido.

Muchas gracias.

Referências bibliográficas

- Bleichmar S. (1992). El traumatismo en la apropiación–restitución. In *Filiación, Identidad, Restitución: 15 años de Lucha de Abuelas de Plaza de Mayo*. Buenos Aires: Bloque Editorial.
- Descartes R. (2010). *Discurso del método*. Madrid: Alianza Editorial.
- Freud S. (1915). *De guerra y muerte*. In <<http://www.psicomundo.com.ar>>. Foros Temáticos.
- García Reinoso G. (1986). Matar la muerte. Revista *Psyché* n. 1.
- Nancy J.L. (2006). *La Representación Prohibida*. Buenos Aires: Amorrortu.
- Prebisch R. (2003). Introducción a la teoría dinámica de la economía. In J.F. Besa García (ed.), *Dr Raúl Prebisch, 1901-1986: archivo de trabajo*. Santiago: Microfilmación y Sistemas Microsystem, S.A.
- Rousseau J.J. (1997). *Confesiones*. Madrid: Alianza Editorial.
- San Agustín. *La Ciudad de Dios*. <<http://histtòricodigital.com>>.

At the epicenter and on the fringes of psychoanalysis

Abstract Recalling his trajectory as a psychoanalyst, the author seeks to contextualize the contributions of the Argentinean psychoanalysis. It was constructed/developed in tension with the dictatorial political events of his country, which had repercussions on subjectivity, especially on children who were victims of State violence. In order to do so, he makes an incursion into the place of Childhood in Western thought. The author highlights the great influence that the Plaza de Mayo Mothers and Grandmothers movement had on the paths of Argentinean psychoanalysis in times of terror and emphasizes the importance of the political action of psychoanalysts both in the past and today.

Keywords Psychoanalysis and Politics; Argentine Psychoanalysis; Child Psychoanalysis; Mental Health; Dictatorship; Structural and Destructuring Trauma.

Texto recibido: 03/2021

Aprovado: 04/2021

Identificação e transidentidade

noções para uma psicanálise intergênero e inter-racial

Mara Caffé

Nota A maior parte deste texto foi apresentado no evento “Generidades: sexo, gênero, sexualidade”, no Instituto Sedes Sapientiae, em nov. 2019.

Resumo Neste texto, procuro refletir sobre o florescimento social de novas experiências identitárias, cujas posições se mostram mais permeáveis e permutáveis no decorrer da vida. Considero as noções de transidentidade e identidade performática, postuladas, respectivamente, por Stuart Hall e Judith Butler, bem como suas possíveis contribuições à clínica psicanalítica. Avalio a utilidade do conceito de transidentidade, especialmente nas análises intergêneros e inter-raciais.

Palavras-chave identificação; identidade; transidentidade; gênero; raça.

Mara Caffé é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, professora no Curso de Psicanálise desse mesmo Instituto, doutora pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, autora dos livros *Psicanálise e Direito: a escuta analítica e a função normativa jurídica*, e *Crítica à normalização da Psicanálise*.

Maria e Joana namoram há um ano. Decidiram “abrir a relação”, mediante algumas regras. “Somos bi”. No momento, estão passando por uma “crise”. Maria se sente muito enciumada; não se interessa tanto por ficar com outras pessoas, ao contrário de Joana. Aliás, Maria diz não ter tanta “necessidade” de transar como Joana. Conforme sua análise prossegue, ela reconhece que tem alguma dificuldade. Apesar das poucas relações sexuais, elas se abraçam por noites inteiras, assistindo a séries intermináveis. Depois de ternos meses frente à TV e em meio aos tórridos beijos heterossexuais de Joana nas baladas – será que ela transou com Rafael? – elas resolveram “dar um tempo”, mas reataram na mesma semana, depois de um “surto” de Maria e uma transa sexual “incrível”. Maria continua magoada, mas aliviada de ter “recuperado o tesão”. Quem sabe até quando... Enfim, uma história de amor muito diferente das histórias do tempo de suas avós, embora com os mesmos ingredientes: o ciúme, a insegurança, a infidelidade, o medo da rejeição, a frigidez sexual, as dificuldades com o prazer, etc. O de sempre no diferente das relações de gênero não normativas. Mas será mesmo “o de sempre”? E serão mesmo “novas” as relações de gênero não normativas?

Consideremos agora a realidade do trabalho. É comum encontrarmos hoje jovens adultos com identidades profissionais não muito definidas ou estáveis, mantendo vínculos institucionais intermitentes. O geógrafo de hoje é o artista plástico de amanhã, o professor universitário depois de amanhã, além de dar aulas particulares, quando necessário, para completar o dinheiro do mês. Salário fixo, férias remuneradas e décimo-terceiro, nem pensar! As pessoas físicas se desdobram em pessoas jurídicas, abrindo empresas que se resumem a



*no campo das relações amorosas
e de gênero, tanto quanto no campo
das profissões e do trabalho,
as posições únicas e estáveis
se transmudam em múltiplas
e provisórias*

um único indivíduo. Tal situação parece refletir as transformações do trabalho na era do capitalismo globalizado. Maurizio Lazzarato e Antonio Negri¹ nos ajudam a pensá-las a partir da noção de trabalho imaterial, cujas formas flexíveis e vínculos mais “versáteis” (leia-se, informais) se ajustariam às novas condições de produção do capital. Inclusive, e principalmente, à precarização geral das condições de trabalho, o que constatamos amplamente no mundo contemporâneo. Assim, a grande maioria dos profissionais camaleônicos se produz no quadro da falta de oportunidades, de acordos institucionais sólidos e de garantias trabalhistas, de modo que o desejo pessoal e o livre arbítrio não são soberanos nas constantes mudanças de trabalho. Observamos que as transidentidades profissionais, mesmo orientadas para a maior plasticidade e criatividade dos sujeitos, não levam necessariamente a uma maior autonomia, nem determinam condições menos alienantes frente ao trabalho.

Assim, no campo das relações amorosas e de gênero, tanto quanto no campo das profissões e do trabalho, as posições únicas e estáveis se transmudam em múltiplas e provisórias. Floresce uma nova experiência com respeito às identidades, agora mais afeitas às posições permeáveis e permutáveis no decorrer da vida. Como reação às mudanças, observamos, também, a radicalização de um fenômeno contrário: o enrijecimento das fronteiras identitárias, a desconfiança, a intolerância e o ódio frente aos dessemelhantes, fomentando, junto de outros fatores, o racismo, os preconceitos de gênero e classe social.

Por essas razões, há, no mundo contemporâneo, um grande alvoroço em torno das identidades. É fácil perceber que elas ganharam um sentido marcadamente político, definindo, disputando e patrulhando lugares de fala, estabelecendo jogos discursivos de poder e contrapoder. Cada um com seu cada qual se reconhece em lutas sociais que assumem frequentemente um perfil identitário, constituindo grupos referidos ao negro, à mulher, aos índios, aos sujeitos LGBTQIA+, aos sem terra, aos sem teto, etc. No imaginário social, a identidade não é mais um assunto de foro íntimo, tornando-se uma estratégia e um instrumento de ação política. No campo do conhecimento, os recentes estudos coloniais e de gênero abriram arquivos excluídos da historiografia oficial, visibilizando povos, raças, classes e gêneros ditos minoritários. Em contraste com a ideia do Homem universal (pautada, na realidade, no modelo do homem branco, europeu, heterossexual), evidenciam-se corpos racializados e generificados, ampliando o mosaico de referências identitárias.

Diante disso, os psicanalistas se vêm convocados a refletir sobre um conceito para o qual torceram o nariz por muito tempo, e não sem motivo: o conceito de identidade, agora na chave das transidentidades. Thamy Ayouch², por exemplo, discute os problemas atuais da clínica psicanalítica, propondo o giro da noção de transexualidade – categoria médico-jurídica problemática em nossa área – para transidentidade, termo mais plural, menos carregado do sentido de anormalidade, e que agrega marcadores raciais, étnicos e de gênero. Tal giro epistemológico/político visa a uma psicanálise não alinhada à patologização do social, reafirmando o legado freudiano na crítica à abordagem médica da histeria. Resta saber se, nas atuais condições, o abandono do termo transexualidade resolveria o problema. Uma mudança de léxico não produz modificações por si mesma, caso não venha acompanhada de práticas clínico-políticas a serem gestadas e teorizadas coletivamente, envolvendo diversos agentes de saúde. De todo modo, a partir de um minucioso estudo genealógico acerca dos termos citados, o que se vê

também em seus outros trabalhos, Ayouch nos oferece um horizonte possível, na direção do qual muito há que caminhar³.

No que diz respeito à noção de identidade, Freud promoveu sua desconstrução radical, a tal ponto que ele pouco fala dela, referindo-se constantemente à identificação. Subverteu, assim, a concepção clássica do sujeito cartesiano, enunciando os seus descentramentos do consciente para o inconsciente, do eu para o outro e da representação para a pulsão. A noção de um sujeito dividido, permanentemente descentrado, não se encaixa bem com a suposição de uma identidade pessoal coerente e estável. Freud trata, então, de identificações, em oposição à identidade, revelando o caráter descontínuo, multifacetado e contraditório da subjetividade humana, seus jogos identificatórios variados que não se integram jamais numa única forma estabilizada.

Ainda assim, a noção de identidade, enquanto categoria refletida pela psicologia social e pelas teorias sociológicas, mesmo estranha à psicanálise, não desaparece completamente de seu campo. Em Freud, a identidade parece indicar o sentimento e a ilusão narcísica do sujeito de ser único e permanente, crença que se mostra indispensável à vida social. Contamos com a previsibilidade e a estabilidade imaginárias de sermos o(a) mesmo(a) no encontro com os(as) mesmos(as). Algumas insígnias sociais reforçam o sentido de identidade própria: nome, número do RG, nacionalidade, etc. Entretanto, não remetidas unicamente ao registro imaginário, as identidades (agora ditas no plural) parecem se referir a um complexo trabalho de assentamentos simbólicos mobilizados na fronteira sempre indiscernível entre a singularidade e a coletividade dos sujeitos,

1 M. Lazzarato e A. Negri. *Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*.

2 T. Ayouch, "Da transexualidade às transidentidades: psicanálise e gêneros plurais". *Revista Percurso*, n. 54.

3 Agradeço as colaborações do amigo psicanalista Silvio Hotimsky na reflexão crítica sobre o texto de Ayouch.

4 S. Hall. "Quem precisa da identidade?", in T.T. da Silva (org.), *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*.

5 S. Hall, *op. cit.*, p. 104.

6 J. Butler, *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*.

»»

Stuart Hall afirma que, nos últimos anos, o conceito de identidade tem recebido tantas e diversas críticas que acabou se tornando "um desses conceitos que operam 'sob rasura'"

cujos processos excedem o campo das identificações, ainda que se baseiem inteiramente nelas.

Portanto, mesmo considerando os problemas em relação ao conceito de identidade, é importante mantê-lo em nosso horizonte, não por mero gosto, mas em razão do que ele aporta do contexto social e político mais amplo. Eis o que justifica habilitarmos a noção de transidentidade no campo da psicanálise. Para isto, cabe observarmos outros estudos sobre o assunto. Mencionarei, a seguir, algumas ideias de Stuart Hall, sociólogo jamaicano e um dos fundadores dos estudos culturais, e Judith Butler, filósofa norte-americana que revolucionou os estudos de gênero.

Stuart Hall⁴ afirma que, nos últimos anos, o conceito de identidade tem recebido tantas e diversas críticas que acabou se tornando "um desses conceitos que operam 'sob rasura' [...] uma ideia que não pode ser pensada da forma antiga, mas sem a qual certas questões-chave não podem ser sequer pensadas"⁵. Desconstruída como categoria unificada e estável, a identidade passou a ser vista, mesmo na sociologia, em estreita ligação ao tema das identificações, como processo inacabado, sempre em construção. É possível notar que, no campo das ciências humanas, o conceito psicanalítico de identificação relançou e ampliou as reflexões sobre identidade, o que vemos na utilização, pelo filósofo jamaicano, das noções freudianas e lacanianas acerca do narcisismo e da formação do eu. Judith Butler⁶, por sua vez, trabalha com as noções freudianas de identificação, luto e melancolia na constituição



*essas novas identidades
não se articulam de modo
harmonioso e pacífico;
são disputadas arduamente,
se compõem e decompõem
conforme as forças políticas
em jogo*

dos gêneros, alicerces fundamentais de sua teoria. Ainda assim, esses autores não dispensam o recurso à identidade, noção controversa, promovendo-a, porém, ao estatuto de um conceito paradoxal. É o que vemos em Butler e Hall, a partir de seus respectivos conceitos de “identidade performática” e “transidentidade”, conceitos que evocam bem mais o sentido de anti-identidade, a tal ponto que nos surpreende vê-los batizados com o termo que descontrolam! Por que ainda conservam o nome “sob rasura”?

O sociólogo jamaicano aborda a formação das identidades culturais e suas distintas formas na modernidade e na pós-modernidade. Segundo ele, o modelo da identidade fixa e estável é característico do sujeito iluminista, cuja vida social era regida por referentes centralizadores, hierárquicos e unificadores, ao passo que o sujeito contemporâneo constitui identidades mais abertas, contraditórias e fragmentadas, dadas as novas condições de seu contexto histórico. Além disso, vemos, hoje, que as identidades são também frequentemente abaladas ou desconstruídas por aquilo que expulsam de si, no ato de sua fundação. A esse respeito, na temática dos gêneros, Judith Butler⁷ observa que os abjetos rejeitados são constitutivos do campo dos objetos desejados, definindo, desde fora, as fronteiras do aceitável e do inaceitável na convivência social. Assim, a reprodução (nunca definitiva) da heterossexualidade normativa exige a produção de uma homossexualidade compulsória que é recusada e reiterada, ao mesmo tempo, tanto na

tópica social como na singularidade dos corpos/sujeitos, constituindo o que a autora chama de melancolia de gênero. Fora da perspectiva ôntica, a identidade de gênero se faz pela via performática, construída na repetição constante de atos, palavras e gestos, como paródia, citação ou iteração⁸. Desse modo, segundo Butler, não sendo essência imodificável do sujeito, as montagens performáticas de gênero, mesmo que fortemente condicionadas pelas matrizes sociais heteronormativas, são passíveis de abalos, destabilizações e interpelações, razão pela qual os corpos nunca se adaptam completamente a elas.

Em relação às identidades culturais, Stuart Hall⁹ introduz também o jogo entre o “global” e o “local”. Considera que, no capitalismo globalizado, as crescentes conexões entre comunidades transformam profundamente os costumes locais, desalojando as identidades de suas raízes tradicionais. Entretanto, esse processo de “homogeneização cultural” se faz acompanhar, também, de uma espécie de preservação daquilo que é próprio aos lugares. Na realidade, a globalização não erradica as localidades, mas as explora. Segundo o autor¹⁰, uma expressão disso pode ser encontrada em “uma ‘fantasia colonial’ sobre a periferia, mantida *pelo* Ocidente, que tende a gostar dos seus nativos apenas como ‘puros’ e de seus lugares exóticos apenas como ‘intocados’. Entretanto, as evidências sugerem que a globalização está tendo efeitos em toda parte... e a ‘periferia’ também está vivendo seu efeito pluralizador, embora num ritmo mais lento e desigual”¹¹.

Assim, a globalização vem produzindo identidades mais permeáveis às transformações. Porém, essas novas identidades não se articulam de modo harmonioso e pacífico; são disputadas arduamente, se compõem e decompõem conforme as forças políticas em jogo, no campo do poder social e das singularidades em questão. Stuart Hall¹² observa, por exemplo, o enorme florescimento de identidades que se mostram suspensas, referidas às pessoas “que foram *dispersadas* para sempre de sua terra natal. [...] As pessoas pertencentes a essas *culturas híbridas*... são o produto

das *novas diásporas* criadas pelas migrações pós-coloniais”¹³.

Concluindo, o autor nos dá a ver algumas condições de possibilidade para o advento das transidentidades: a passagem da modernidade para a pós-modernidade; a quebra da hegemonia dos estados-nação em direção a uma geopolítica globalizada; o deslocamento da governabilidade política para a governabilidade dos mercados; a fragmentação e multiplicação de referências discursivas; a pluralização das narrativas culturais, dentre outras. Tais condições estruturam, justamente, a prática capitalista do consumo generalizado. De fato, consumimos não apenas produtos materiais, mas pensamentos, valores, ideias e até mesmo identidades. Veganos, vegetarianos, freudianos, transexuais... não são “apenas” as essências finalmente encontradas de cada um, mas produtos “dispostos” na prateleira do mercado global. Há quem venda, e há quem compre. É claro que a lógica do consumo não recobre completamente a extensão de nossos vínculos identitários. Mas, neste modo de vida, a máxima plasticidade e adaptabilidade dos sujeitos às miríades de mercadorias é um negócio bastante rentável. De forma que, aqui, os processos de subjetivação são histórica, econômica e politicamente orientados para as transidentidades.

Retornemos, agora, ao campo psicanalítico. Em função de nossa reserva histórica e fundamentada aos temas da identidade, nos achamos mais refratários ao reconhecimento dos conceitos acima descritos como transidentidade ou identidade performática? Seria possível pensá-los no interior do referencial psicanalítico? Neste caso, poderiam ser ferramentas clínicas valiosas no trabalho com as Marias, Joanas e multiprofissionais

»
o Édipo, mesmo hegemônico,
convive com seus outros,
cujas formulações teórico-clínicas
aguardam ainda os psicanalistas.
Porém, a realidade social
não espera pelos conceitos

referidos no início do texto? Respondendo de modo afirmativo, proponho, a seguir, um exercício psicanalítico.

Podemos pensar que as transidentidades de hoje se formam no agenciamento de diferentes modos de subjetivação, regidos não apenas pelo postulado do Édipo e sua lógica fálica, patriarcal e masculinista, cuja dominância constitui o semblante das identidades essenciais, fixas e binárias. Ou seja, o dispositivo edípico não é o regulador (supostamente) único do gozo e da vida em sociedade, bem como a condição *sine qua non* de acesso ao simbólico, o que Lacan percebeu em suas produções mais tardias, afirmando que o referido conceito mudara da posição de solução para a de problema da psicanálise. De lá para cá, como o demonstram as “identidades performáticas” e as “transidentidades”, podemos notar que o Édipo, mesmo hegemônico, convive com seus outros, cujas formulações teórico-clínicas aguardam ainda os psicanalistas. Porém, a realidade social não espera pelos conceitos, e nos cabe traçá-los no atendimento às Marias e Joanas que somos e temos em nossos consultórios. Não foi este o caminho de Freud com as histéricas e histéricos de Viena? De todo modo, contamos hoje com importantes críticas à concepção essencialista e universal de boa parte de nossos conceitos, o que se vê, por exemplo, nos últimos escritos de Jean Laplanche¹⁴. Para este autor, a castração e o Édipo seriam códigos ou esquemas narrativos ideológicos, historicamente determinados, cuja finalidade é restringir a multiplicidade de gênero a

7 J. Butler, *op. cit.*

8 J. Butler, *op. cit.*

9 S. Hall, *A identidade cultural na pós-modernidade*.

10 S. Hall, *op. cit.*

11 S. Hall, *op. cit.*, p. 47.

12 S. Hall, *op. cit.*

13 S. Hall, *op. cit.*, p. 52.

14 J. Laplanche, *Sexual: a sexualidade ampliada no sentido freudiano* 2000-2006.



*nenhuma transferência
viceja no impedimento
estrutural da alteridade,
no silenciamento promovido
pelo racismo, na negação
reiterada da branquitude
em relação à negritude*

duas posições – masculino e feminino. Laplanche considera, porém, que há outros códigos presentes na cultura, mais plásticos, menos rigidamente orientados para o binarismo de gênero.

Por sua vez, questionando o alcance universal dos conceitos psicanalíticos, Fanon¹⁵ considera que eles se aplicam aos brancos, e não podem ser transpostos diretamente aos negros. Discute, por exemplo, o papel central da culpabilidade inconsciente na teoria freudiana das neuroses, observando que, diferentemente dos brancos, “o complexo de superioridade dos pretos, seu complexo de inferioridade ou seu sentimento igualitário são *conscientes*. Eles os utilizam o tempo todo. Eles existencializam seu drama. Não há neles a amnésia afetiva que caracteriza a neurose-tipo”¹⁶. Fanon apresenta outras considerações críticas, chegando diretamente ao tema que nos ocupa: “quer queira quer não, o complexo de Édipo longe está de surgir entre os negros... nas Antilhas Francesas, 97% das famílias são incapazes de produzir uma neurose edípiana. Incapacidade da qual nos felicitamos enormemente”. Desse modo, o autor conclui que “nem Freud, nem Adler, nem mesmo o cósmico Jung em suas pesquisas pensaram nos negros”¹⁷. Fanon nos faz ver a base colonialista e racista das práticas psicanalíticas, quando desconsideramos as diferenças de classe, gênero, raça e etnia e os diversos modos de subjetivação que engendram¹⁸.

Isso posto, podemos pensar que, em nosso cotidiano clínico, as transidentidades não são

figuras raras. Percebendo ou não, estamos frequentemente interpelados por, e em presença de funcionamentos psíquicos que não são regidos unicamente pela lógica fálica, e que não se acham necessariamente no campo da anormalidade. É o que justifica que muitos psicanalistas questionemos, por exemplo, a classificação sumária dos transexuais na categoria da disforia de gênero ou no campo da psicose. Na realidade, o transgênero tanto quanto o cisgênero não são atributos definidores *per se* da constelação nosográfica em que os sujeitos se encontram, quer seja a neurose, a perversão ou a psicose, podendo – ambos – estarem em qualquer uma delas.

Gostaria de acrescentar, agora, uma temática tão importante quanto complexa, relativa à ética e às práticas da psicanálise com respeito ao racismo contra o negro. Integro há três anos um grupo inter-racial de psicanalistas e profissionais de outras áreas, filiado ao Instituto AMMA – Psique e Negritude, dedicado a estudar o racismo e refletir sobre nossas práticas clínicas. Em função dessa experiência fecunda e formativa, encontro-me bastante sensibilizada ao desafio clínico e pessoal de reconhecer-me branca, empreender o processo subjetivo e intersubjetivo da racialização na transferência, para que esta última se constitua e opere na condição de uma verdadeira alteridade. Nenhuma transferência viceja no impedimento estrutural da alteridade, no silenciamento promovido pelo racismo, na negação reiterada da branquitude em relação à negritude¹⁹. O processo clínico desta racialização também concerne ao par analista/ analisante e se dá no interior da análise, conforme a singularidade de cada história transferencial, e não como reprodução de um programa geral pré-determinado. De que forma isto impacta o dispositivo analítico? Quais são os limites da análise no trabalho com esta questão? A psicanálise empenha esforços teórico-clínicos para enfrentá-la? Penso que uma análise inter-racial demanda fortemente de seus agentes uma experiência transidentitária, em que as identidades culturais não se achem violadas, suspensas ou negadas sistematicamente, e sim

reconhecidas, livremente expressas, passíveis de serem interpeladas e visitadas, abrindo, por fim, o campo das identificações mútuas, esteio indispensável à transferência. Nenhuma análise avança sem movimentar as identificações entre analista e analisante.

Nesse sentido, a transidentidade é também uma forma de alteridade, de reconhecimento de outros em mim, e de mim nos outros. Não é, certamente, uma experiência fácil, pois envolve negociações permanentes com o narcisismo e as identificações de cada um(a), mobilizando, diretamente, os embates políticos transcorridos no entorno social. Ocorre, porém, que o racismo impede a formação das transidentidades. O mesmo acontece nas situações onde imperam a misoginia, a homofobia e a transfobia. Em todos estes casos, observamos a ausência de empatia e a lógica do extermínio do outro na manutenção das relações hierárquicas e de privilégios. Portanto, principalmente no que se refere às análises intergêneras e inter-raciais, é fundamental que estejamos abertos e sensíveis a esses processos, procurando retirar-nos da pretensa condição de seres neutros universais, ilusão própria dos sujeitos brancos cisgêneros, sejam eles(as) analistas ou analisantes. Quanto aos(as) psicanalistas, isto nos requer numa revisão profunda de nossas práticas e teorias, identificando seus acentos preconceituosos e racistas, abrindo-as para o trabalho com as problemáticas contemporâneas.

15 F. Fanon, *Pele negra, máscaras brancas*.

16 F. Fanon, *op. cit.*, p. 134.

17 F. Fanon, *op. cit.*, p. 134.

18 Não pretendo, aqui, um detalhamento sobre os estudos críticos a respeito do Édipo. Deixo algumas indicações de uma vastíssima produção: M. Tort, *Las subjetividades patriarcales: un psicoanálisis inserto em las transformaciones históricas*; P. Van Haute e T. Geyskens, *Psicanálise sem Édipo? Uma antropologia clínica da histeria em Freud e Lacan*; S. Bleichmar, *Las teorías sexuales en psicoanálisis: qué permanece de ellas en la práctica actual*; J. Birman, *Arquivos do mal-estar e da resistência*, etc.

19 Sobre esse assunto, ver o excelente texto de Maria Aparecida Silva Bento, intitulado “Branqueamento e branquitude no Brasil”, in I. Carone e M.A.S. Bento (orgs.). *Psicología social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*.

20 P.B. Preciado, “Outras palavras. Entrevista concedida a Naná Deluca e Úrsula Passos”. *Folha de S.Paulo*, 17 jan. 2021, caderno Ilustríssima, p. C8.

»
“a cultura negra é muito importante. Podemos abolir a diferença de raça, a raça não existe, mas a cultura negra existe, como cultura da resistência à violência”

[Paul Preciado]

Encerro, aqui, com uma reflexão de Paul B. Preciado²⁰, em entrevista ao jornal *Folha de S.Paulo*, no dia 17 de janeiro do presente ano. Em sua opinião, a articulação política entre as diversas lutas identitárias, quando não se fecham em feudos isolados, visaria a “uma abolição radical da diferença de gênero, da diferença sexual e racial no interior das instituições.” Isso, por certo, enfraqueceria “a taxonomia de poder que nos reconhece como branco ou não branco, como trans, binário ou não binário... essa infraestrutura de poder patriarcolonial...” Para o filósofo, o que hoje está guardado sob o termo identidade talvez passe a ter outra conformação social, instituindo, por exemplo, uma sociedade pós-gênero ou pós-raça. Entretanto, afirma que “a cultura negra é muito importante. Podemos abolir a diferença de raça, a raça não existe, mas a cultura negra existe, como cultura da resistência à violência. A mesma coisa para a cultura trans... é essa cultura de resistência que me interessa e no interior da qual eu me inscrevo, com estratégias [de luta] que serão sim consideradas estratégias hiperbólicas, mas, atenção, não é identitária, é estratégia que fala da cultura de resistência à violência”. Aqui, nos encontramos novamente com a definição de Hall sobre a identidade enquanto um conceito sob rasura. Não opera mais, porém não há como pensar sem ela. Quiçá o conceito de transidentidade nos ofereça uma trans-ação na direção dessa utopia desenhada por Preciado.

Referências bibliográficas

- Ayouch T. (2015). Da transexualidade às transidentidades: psicanálise e gêneros plurais. *Revista Percurso*. São Paulo, Instituto Sedes Sapientiae, ano XXVIII, n. 54, jun.
- Bento M.A.S.B. (2014). Branqueamento e branquitude no Brasil. In Carone I.; Bento M.A.S. (orgs.). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Vozes, p. 25-57.
- Birman J. (2006). *Arquivos do mal-estar e da resistência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Bleichmar S. (2014). *Las teorías sexuales en psicoanálisis: qué permanece de ellas en la práctica actual*. Buenos Aires: Paidós.
- Butler J. (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Fanon F. (1952/2008). *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA.
- Freud S. (1914/1996). Sobre o narcisismo: uma introdução. In *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, vol. XIV.
- _____. (1921/1996). Psicologia de grupo e a análise do ego. In *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, vol. XVIII.
- _____. (1923/1996). O ego e o id. In *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, vol. XIX.
- Hall S. (2008). Quem precisa da identidade? In Silva T.T. da (org.) *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes.
- _____. (1992/2019). *A identidade cultural na pós-modernidade*. 12. ed. Rio de Janeiro: Lamparina.
- Laplanche J. (2015). *Sexual: a sexualidade ampliada no sentido freudiano 2000-2006*. Porto Alegre: Dublinense.
- Lazzarato M.; Negri A. (2001). *Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Preciado P.B. (2021, 17 jan.). Outras palavras. Entrevista concedida a Naná Deluca e Úrsula Passos. *Folha de S.Paulo*, caderno Ilustríssima, p. c8.
- Tort M. (2016). *Las subjetividades patriarcales: un psicoanálisis inserto em las transformaciones históricas*. Buenos Aires: Topia Editorial.
- Van Haute P.; Geyskens T. (2016). *Psicanálise sem Édipo? Uma antropologia clínica da histeria em Freud e Lacan*. Belo Horizonte: Autêntica.

Identification and transidentity: notions for an intergender and interracial psychoanalysis

Abstract In this essay, I intend to reflect on the social blooming of new identity experiences, whose positions become more permeable and interchangeable throughout life. I consider the notions of trans identity and performative identity, postulated, respectively, by Stuart Hall and Judith Butler, and their possible contributions to the psychoanalytic clinical process. I assess the usefulness of the concept of trans identity, especially regarding the intergender and interracial analysis process.

Keywords identification; identity; trans identity; gender; race.

Texto recebido: 02/2021

Aprovado: 04/2021

A linguagem do racismo e a psicanálise

falar com para falar sobre

Tânia Corghi Veríssimo

Resumo Pretende-se através deste artigo analisar criticamente dois diferentes modos de enunciação do problema do racismo no laço social – *falar sobre* e *falar com* – em suas dimensões psíquica e política, visando pensar possíveis consequências de ambos os modos quando assumidos por nós, psicanalistas, em suas posições discursivas, no exercício de nosso ofício. O trabalho assenta-se em três eixos: a afirmação do racismo como linguagem; a compreensão do racismo como trauma e a discussão das posições do *falar sobre* e do *falar com* em alguns de seus efeitos.

Palavras-chave racismo; linguagem; trauma; psicanálise; letramento racial.

Tânia Corghi Veríssimo é psicanalista pelo Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, aspirante a membro deste Departamento e membro do GT A cor do mal-estar: da invisibilidade do trauma ao letramento racial. Psicóloga, mestra pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, membro do grupo de pesquisa *Direitos Humanos, Democracia e Memória* do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA-USP), membro da Rede de Atendimento Psicanalítico.

Tomar o racismo como fenômeno estruturante da sociedade e da subjetividade do povo brasileiro¹ nos coloca diante de uma fonte inesgotável de questões. Após uma discussão metapsicológica acerca da recusa como mecanismo de defesa posto no laço social, configurando o racismo como realidade que não se faz meramente invisível, mas recusada por alguns brasileiros², seguiremos no eixo de problematização dos discursos produzidos sobre o racismo no Brasil, pensando, especialmente, nos modos de expressão e abordagem da questão usados por nós, psicanalistas, no exercício de nosso ofício.

Com base na enunciação freudiana de que “o ego não é o senhor da sua própria casa”³ e na premissa de que antes de falar somos falados pelo Outro, deparamos com a necessidade de uma dupla admisão quando o assunto é a tessitura de caminhos de fala pelos sujeitos: por um lado a intransigente submissão humana à linguagem, este veículo do inconsciente supremo e antecedente à sua chegada ao mundo; por outro, a tarefa de evocar um exercício obstinado de interrogação aos enigmas das palavras que transcendem os domínios do Eu em suas vias expressivas.

Lembremos que se a linguagem é o grande diferencial do humano na comparação com outros animais, a psicanálise, assim, constituiu-se em um dos vetores no estudo e compreensão de nossa relação com tal particularidade. Em sua fundação, no fim do século XIX, insistiu para que a histeria alcançasse legitimidade em suas formas inquietas de expressão do sofrimento, apostando que suas manifestações, por vezes impertinentes ao *status quo*, performavam, sobretudo, a verdade inconsciente de sujeitos e da política de uma época.

1 Tema discutido em aula ministrada no curso “Psicanálise e Violência Social”, organizado pela parceria estabelecida entre o Departamento de Psicanálise e o Instituto AMMA Psique e Negritude em outubro de 2017 no Instituto Sedes Sapientiae.

2 T.C. Veríssimo. “O racismo nosso de cada dia e a incidência da recusa no laço social”. *Percurso 54: Exigências da clínica e da cultura à psicanálise*, p. 43-52.

3 S. Freud, Uma dificuldade no caminho da psicanálise, in *Obras completas*, vol. XVIII.



*mantendo a postura
psicanalítica, insistente à escuta
da linguagem em sua dimensão
subjéctiva e política,
atentemos agora ao racismo
como linguagem*

Mantendo a postura psicanalítica, insistente à escuta da linguagem em sua dimensão subjéctiva e política, atentemos agora ao racismo como linguagem. Relembremos Foucault⁴, ao sinalizar o exercício do “perguntar-se como” enquanto problematização, ou seja, denúncia do reconhecimento implícito de que há mais de uma forma de proceder ante uma mesma questão⁵ para tomarmos o “como” em sua articulação política e ideológica quanto ao racismo contra o negro no Brasil: como escutamos e falamos a respeito do racismo estrutural que marca nosso país? Considerando o racismo em seu lugar estruturante da sociedade e da subjéctividade do povo brasileiro, como nós, psicanalistas, enunciamos a questão, e quais os impactos de seus modos de enunciação no laço social?

Racismo na linguagem,
racismo é linguagem

A máxima de Fernandes⁶ “O Brasil tem um enorme passado pela frente” faz-se um prumo norteador desta reflexão. Aponta para a urgente necessidade de nos apropriarmos de nossa trajetória progressiva e inspira a discussão acerca de um tema tão caro à cultura brasileira como o racismo estrutural; este que, nas palavras de Almeida⁷:

é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade. [...] o racismo é a manifestação normal de uma sociedade, e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade. O racismo

fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea⁸.

Este conjunto de práticas institucionalizadas fomentadoras da exclusão e do preconceito contra o negro, entende-se, só poderá ganhar movimentos de desconstrução à medida que for lido à luz deste enorme passado, ou seja, da enorme fatia de mais de três séculos de escravidão que funda a história do nosso país.

Se olharmos para o enorme passado que temos pela frente, miraremos o horizonte da história brasileira, esta que traz em suas bases marcas advindas do longo período de regência do regime escravocrata, que fora essencialmente modulada pela noção de hierarquia, pelo abuso corporal de negros e conduzida por uma lógica instrumental perversa de uso e destituição humana. Trata-se de uma lógica da qual nós brasileiros, brancos e negros, estamos imbuídos e a partir da qual se funda a linguagem e as subjéctividades em suas idiosincrasias.

Nascimento⁹ contribuiu com a reflexão a respeito do racismo como linguagem, detendo-se na peculiaridade da realidade brasileira e evidenciando este ponto de que falamos, somos falados, sem perceber de que lugar falamos, o que reproduzimos. Denominou exclusivismo o controle pelos brancos dos meios de disseminar as informações, o aparelho educacional, os conceitos, as armas e os valores do país e seus efeitos negativos e perguntou-se: “Não está patente que nesse exclusivismo se radica o domínio quase absoluto desfrutado por algo tão falso quanto essa espécie de “democracia racial?”¹⁰.

Para o autor, os efeitos negativos desse exclusivismo se expressam de formas variadas, inclusive no veículo condutor básico de uma cultura e sua cosmovisão: a língua. Diante desta constatação, observa que a definição da palavra negro nos oferece um exemplo limite à medida que permite a seguinte comparação entre as diferentes traduções da palavra nas línguas portuguesa e inglesa. Ressalta que, enquanto na tradução inglês-português

oferecida pelo *New Appleton Dictionary of the English and Portuguese Languages*, encontramos as seguintes definições:

black (black). I.S., preto, negro (cor, raça); mancha; luto – *in bl.* (com.) com saldo credor do lado do haver sem dívidas. II.a., preto, negro, escuro, sombrio; lúgubre; tétrico; tenebroso; sinistro; mau; perverso; hostil; calamitoso; desastroso; mortal; maligno. III. vt e vi., enegrecer; pintar de preto; engraxar (sapatos etc.) de preto; desenhar em negro; manchar, difamar [...]

o português “negro”, traduzido para o inglês, é assim definido:

negro-gra (negru-gra). I.a, black (also fig); dark; (anthropol.) Negro; somber; gloomy; funeral; shadowy; tenebrous; sinistre, threatening; cloudy, obscure, stormy; ominous, portentous; horrible, frightening; adverse, hostile; wretched, odious, detestable.

Estabelecidas as designações, indaga: “Qual dos dois termos, o norte-americano ou o brasileiro, apresenta maior intensidade de racismo subjacente?”¹¹ e constata que a definição da palavra negro em português revela uma carga mais forte e violenta de conotações pejorativas. Tal ponto enuncia um cenário de lutas e arbitrariedades a não ser subestimado, abrindo uma reflexão sobre o discurso formador a partir do qual se constroem realidades e derivam as teorias construídas em torno da escravização e do corpo negro.

4 M. Foucault, “O sujeito e o poder”, in P. Rabinow; H. Dreyfus, *Michel Foucault: Uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica*.

5 M. Foucault, *op. cit.*, p. 240.

6 M. Fernandes, *Millôr definitivo: a bíblia do caos*.

7 S.L. de Almeida, *Racismo estrutural*.

8 S.L. de Almeida, *op. cit.*, p. 16.

9 A. Nascimento, *O genocídio do negro brasileiro*.

10 A. Nascimento, *op. cit.*, p. 54.

11 A. Nascimento, *op. cit.*, p. 55.

12 L. Schwarcz, “Racismo, este estranho familiar”, *Percurso 54: Exigências da clínica e da cultura à psicanálise*.

13 L. Schwarcz, *op. cit.*, p. 113.

14 L. Schwarcz, *op. cit.*, p. 114.

15 G. Kilomba, *Memórias da plantação – episódios de racismo cotidiano*.



*Lilia Schwarcz nos convoca
a pensar sobre a herança
de um passado de desigualdade
e dominação e o desafio
do presente que carregamos
todos nós, brasileiros*

Schwarcz¹², nesta mesma linha, pôs em relevo a centralidade do discurso e da linguagem na problemática racista:

A escravidão foi mais que um sistema econômico: foi uma linguagem que moldou condutas, definiu desigualdades sociais, fez de raça e cor marcadores de diferenças fundamentais, ordenou etiquetas de mando e obediência e criou uma sociedade condicionada pelo paternalismo e por uma hierarquia estrita¹³.

Cor no Brasil é linguagem, mas também reiteração do passado e certeza presente de hierarquia interna¹⁴.

Com isso, a autora nos convoca a pensar sobre a herança de um passado de desigualdade e dominação e o desafio do presente que carregamos todos nós, brasileiros. Conta também que o racismo é um fenômeno que tem sua onipresença fundada no caráter ubíquo da linguagem, com radiações nos diferentes setores institucionais que formam a vida da sociedade brasileira em sua atualidade.

Kilomba¹⁵ lembra que a língua, por mais poética que possa ser, tem também uma dimensão política de criar, fixar e perpetuar relações de poder e de violência, pois cada palavra que usamos define o lugar de uma identidade. Através do questionamento de termos correntes tais como *sujeito*, *objeto*, *outra(o)*, *negra(o)*, a autora pensará que, por meio de suas terminologias, a língua informa-nos constantemente de quem é normal e de quem é que pode representar a verdadeira condição humana, salientando a problemática das relações de poder e violência na



“parece-me que não há nada mais urgente do que começarmos a criar uma nova linguagem. Um vocabulário no qual nos possamos todas/xs/os encontrar, na condição humana”
[Grada Kilomba]

língua portuguesa e a urgência de se encontrarem novas terminologias.

Em sua linha de problematização da língua, através das palavras “mestiça/o”, “mulata/o” e “cabrita/o”, Kilomba¹⁶ refere-se à desmontagem da linguagem colonial, aos termos intimamente ligados ao racismo diário na língua portuguesa e sustenta a necessidade de desconstrução linguística, trazendo o uso da palavra como termo de definição histórica das relações entre a Europa e a África e que, desde então, foram e seguem sendo utilizadas para definir negros e africanos em seu lugar de subordinação e inferioridade. Neste sentido, marcará que:

Na língua portuguesa, deparamos quase com a ausência de um termo que não esteja nem ancorado à terminologia colonial (*negra/o*) nem à linguagem racista comum (*p.*) ou a uma nomenclatura animal. Quanto a esta, confrontamo-nos com uma longa lista de termos, frequentemente usados ainda hoje na língua portuguesa, que têm a função de afirmar a inferioridade de uma identidade através da condição animal. São termos que foram criados durante os projetos europeus de escravatura e colonização, intimamente ligados a suas políticas de controle da reprodução e proibição do “cruzamento de raças”, reduzindo as “novas identidades” a uma nomenclatura animal, isto é, à condição de animal irracional, impuro¹⁷.

E conclui: “Parece-me que não há nada mais urgente do que começarmos a criar uma nova linguagem. Um vocabulário no qual nos possamos todas/xs/os encontrar, na condição humana”¹⁸.

Gondar¹⁹, ao pensar a singularidade do fenômeno do racismo no Brasil, situa a escravidão, ao

lado do colonialismo, como experiência traumática e destaca a ubiquidade da linguagem racista, localizando-a atuante:

tanto no plano da macropolítica, na clara desigualdade econômica e jurídica que existe entre brancos e negros e entre brancos e índios, quanto no plano da micropolítica, na arquitetura dos edifícios que separam a área de serviço da área social (ressonâncias ainda da casa grande e senzala) ou, até mesmo, nos cuidados médicos, quanto uma gestante negra recebe menor quantidade de anestesia do que uma gestante branca, na hora do parto²⁰.

Quando se trata da lógica da exclusão e desumanização em suas ramificações, é a linguagem que, caso escutada e analisada, permitirá que tracejemos um fio não linear que vai dos tempos oficiais de escravidão aos tempos não oficiais do racismo à brasileira. Será desde esta perspectiva que a configuração do fenômeno racista deve ser tomada, esta que, justamente por ser linguagem, estrutura subjetividades e relações e capilarmente assume novos formatos nas nuances do cotidiano. Será também a partir da relação com o trauma que deve ser pensado em sua linha de transmissão, afinal, consumado como linguagem, o racismo propõe considerá-lo legado da escravidão, esta que “criou um modo muito particular de reagir a um trauma, de processar culturalmente o sofrimento gerado pela escravidão e pela injustiça social que nos acompanha desde então”²¹.

O racismo agora reconhecido como linguagem deve vir associado ao trauma. Não a linguagem do senso comum, das palavras de uso corrente, mas a que “instala uma dimensão mnêmica que não obedece ao fio das lembranças encobridoras em que uma coisa pode levar a outra num desvelamento incessante”²². Trata-se da linguagem que veicula a memória inconsciente, as parcialidades, as lacunas, os não ditos, as criptas, a dimensão não transmissível e não evidente de cada processo narrativo diante do que se faz trauma, portanto excesso ao psiquismo. O racismo aqui não poderá ser pensado senão como legado, portador do traumático da escravidão

cravado no coração, nas bases da história brasileira, transposto agora em/na linguagem que só faz se atualizar.

A escuta do racismo como trauma

Aparentemente, a irracionalidade do racismo é o trauma²³

Estamos na seara do traumático quando o tema é o racismo contra o negro no Brasil e, como se sabe, a psicanálise contribui para a compreensão metapsicológica de diferentes defesas erigidas contra a chaga mortífera da nossa história genocida, trazendo, exemplarmente, a recusa como questão psíquica atuante no laço social.

Assim, temos:

Porém, identificar o recalque como um mecanismo presente no trato do racismo em nossa cultura não implica descartar a hipótese de que a recusa possa figurar no laço social diante dessa pauta. Sabemos que a recusa é

16 G. Kilomba, *op. cit.*

17 G. Kilomba, *op. cit.*, p. 18, 19.

18 G. Kilomba, *op. cit.*, p. 21.

19 J. Gondar, "Brasil: um racismo desmentido", in *Racismo, capitalismo e subjetividade: leituras psicanalíticas e filosóficas*.

20 J. Gondar, *op. cit.*, p. 47.

21 J. Gondar, *op. cit.*, p. 48.

22 E.S. Reis, "Transmissão transgeracional – subjetivação do trauma coletivo", *Primórdios*, v. 6, n. 6, p. 46.

23 G. Kilomba, *op. cit.*, p. 40.

24 T.C. Veríssimo, *op. cit.*, p. 45.

25 O. Mannoni, "Eu sei, mas mesmo assim", in C. Skatz (org.), *Psicose: uma leitura psicanalítica*.

26 Títulos de reportagens expostas pela grande mídia brasileira entre os anos de 2018 e 2019: A. Putti, "Assassinatos de jovens negros no Brasil aumentam 429% em 20 anos", disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/assassinatos-de-jovens-negros-no-brasil-aumentam-429-em-20-anos/>>; M. A. Carvalho, "75% das vítimas de homicídio no País são negras, aponta Atlas da Violência", disponível em: <<https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,75-das-vitimas-de-homicidio-no-pais-sao-negras-aponta-atlas-da-violencia,70002856665>>; R7, "Brasil tem 180 homicídios por dia e 75% são de negros", disponível em: <<https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/geral/brasil-tem-180-homic%C3%ADdios-por-dia-e-75-s%C3%A3o-de-negros-diz-atlas-1.343494>>; C. Madeira, "Taxa de homicídios de negros cresce 23% em 10 anos, mortes de brancos caem", disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/06/05/taxa-de-homicidios-de-negros-cresce-26-em-10-anos-mortes-de-brancos-caem.htm>>.

urge debruçarmo-nos
sobre os modos de narração
e transmissão da questão
e de quais meios simbólicos
nos valem na busca
representacional

democrática do ponto de vista psíquico e econômico, podendo ser encontrada nas psicoses, perversões e neuroses a partir de manifestações avassaladoras e impossibilitadoras para os sujeitos. E por que não a recusa aqui?²⁴

Deste ponto, entendemos que o traumático impõe a necessidade de pensar além do recalque, tomando a recusa como um mecanismo de defesa mais severo. Diferentemente do recalque que promove a separação de afeto e representação psíquica, implica a cisão do Eu em duas partes que coexistem sem possibilidade de comunicação entre elas. Impede diálogos, questionamentos, trocas, afetações. Impõe a paralisia e a repetição na medida em que destitui o sujeito da capacidade de associações e labor psíquico. Ao se valer da recusa como mecanismo, o sujeito, como cunhou Mannoni²⁵ "sabe, mas mesmo assim", e segue nesta cisão que compromete sua percepção da realidade e marcará um lado escandaloso incomunicável com outro silencioso.

Frente à proposta de pensar o racismo como ferida traumática que assim se atualiza no discurso social fora de uma pretensa linearidade cronológica e associativa, urge debruçarmo-nos sobre os modos de narração e transmissão da questão e de quais meios simbólicos nos valem na busca representacional. Pensemos a respeito do racismo da e na linguagem, esta portadora do traumático da escravidão, logo disruptiva em sua heterogeneidade. Como se presentifica este fenômeno diretamente referido ao colonialismo, à escravidão, ou seja, a uma lógica hierárquica, perversa e autoritária fundante da história do Brasil?²⁶





*Frantz Fanon explicita
a visceralidade do racismo
como chaga traumática:
“Eu sentia lâminas de facas
me abrindo de dentro pra fora.
Não conseguia mais rir*

Ante nosso racismo latejante, a dimensão pulsional mortífera e atual de uma ferida que, uma vez não representada, não cessa de se apresentar. Para tratar do racismo, há que se tratar do trauma em sua dimensão complexa, impelindo aos psicanalistas a saída do escopo tradicional da interpretação e do recalque para a efetiva escuta, compreensão e intervenção no fenômeno. Dito de outro modo, o racismo surge como ferida exposta e não cicatrizada, surge como sangue não coagulado e deve fazer pensar o psicanalista em seu modo de abordagem da questão.

Fanon²⁷ explicita a visceralidade do racismo como chaga traumática: “Eu sentia lâminas de facas me abrindo de dentro pra fora. Não conseguia mais rir. O que mais isso poderia ser pra mim senão uma amputação, uma excisão, uma hemorragia que respinga meu corpo inteiro com sangue negro?”²⁸. Bokanowski²⁹ nomeia o “esmagamento do psiquismo” e “estupro psíquico”³⁰ para referir-se ao estado de sideração e agonia psíquica de sujeitos que, submetidos à denegação de suas experiências emocionais, vivem o impacto traumático em sua radicalidade característica. Temos assim a linguagem do trauma em sua literalidade.

Novamente com Gondar³¹ encontramos apoio em palavras que ratificam a necessidade de o psicanalista abrir sua escuta para o reconhecimento do literal das lâminas no corpo do sujeito negro, a dor encarnada e real, no sentido da realidade concreta, histórica e transgeracional que ainda alvejam seus corpos, corpos alvos de genocídios crescentes:

Certamente a palavra literal não se presta à interpretação ou, ao menos, à interpretação psicanalítica padrão. Tradicionalmente a interpretação é um exercício de suspeita: o psicanalista supõe que o paciente quer dizer outra coisa além daquilo que diz, e suas intervenções visam produzir o equívoco, remexer o oculto, desfazer as máscaras. É que a interpretação psicanalítica foi concebida segundo a lógica do recalque, isto é, da distorção do desejo. Todavia, a literalidade é consequência de uma clivagem psíquica, e esta não alude a nenhum desejo recalcado. Aqui outra lógica se impõe: as partes dissociadas do eu estão à mostra; o que não existe são os nexos, as ligações entre elas – daí o despropósito de um exercício da suspeita. Ferenczi indicou uma atitude inversa para os analistas que lidam com o traumático: sinceridade, confiança, crença nas experiências reais relatadas pelos pacientes. Nesse caso, poderíamos ainda falar em interpretação?³²

Reis³³, em suas considerações sobre a escravidão e a transmissão transgeracional do trauma coletivo, enfatizará a dimensão factual do trauma, trazendo a ideia de que este resulta da ação realizada por um agente externo, e que se compõe de vários elementos, não podendo ser reduzido ao conflito intrapsíquico e às fantasias relativas a ele. Conclui a autora que esses elementos comportam as pessoas diretamente envolvidas na ação, o agressor e o agredido, como também um contexto mais amplo que torna possível a ação consumada.

Em suas palavras:

O contexto necessário para que a ação traumática se realize implica uma negação do evento não só em uma dimensão factual, mas na dimensão de um ambiente que não acolhe a criança e lhe dá suporte. Esse é o verdadeiro desmentido que recai sobre a realidade e a gravidade do sofrimento da criança ferida, desqualificando sua própria existência³⁴.

Lembrando que a escuta do sofrimento psíquico não acontece abstrata e desencarnada de sujeitos que associam e escutam. A psicanálise se faz de sujeitos que a constroem, da escuta da criança ferida, sobretudo do infantil em sua atemporalidade.



*há uma ideologia
que traz em seu cerne
a desumanização do negro
e não imuniza os dispositivos
de cuidado destinados à escuta
do sofrimento psíquico*

Da compreensão de que o trauma sempre é coletivo, nunca individual, e nos implica subjetiva e politicamente. Quando o assunto é o sofrimento psíquico consequência do racismo, o que escuta e o que diz o psicanalista? Como fala e como (se) escuta as particularidades de uma história traumática e ainda tão pouco reconhecida em diferentes instâncias tal como o racismo brasileiro?

Nassif³⁵, com considerações à pesquisa de Benedito³⁶, apontou que psicólogos não negros têm dificuldade em tratar questões raciais trazidas por pacientes negros. Um dos principais resultados de sua pesquisa foi entender os impactos da negligência do racismo na saúde mental de pacientes, tais como o de se sentirem insuficientes e culpados, vindos dessa não integração plena em uma sociedade que os violenta e segrega.

Nas palavras da pesquisadora:

tudo isso afirma que o racismo tem um peso na saúde mental das pessoas negras imensurável. Quando negligenciado, elas tomam as questões raciais de uma forma mais individualizada, que as fazem pensar que são o problema. Perceber que metade da população brasileira sente assim também é um processo muito difícil de se alcançar sozinho³⁷.

Pensando o combate ao racismo em suas dimensões psíquica, social e política, acompanhamos

o questionamento da relação entre psicologia, psicanálise e seu dispositivo de escuta frente ao racismo no Brasil. Faustino³⁸ provoca: “[...] pensar psicologia e racismo implica apenas considerar a oferta de atendimento psicológico aos negros, seja individual ou coletivo, ou implica pensar que esse atendimento tem alguma particularidade?”³⁹. E complementa: “Existe um estranhamento que está posto na discussão política, e no plano teórico essa concepção do traumático é fundamental. Há uma reparação que ainda não foi feita, nem por parte das estruturas de poder, nem dos dispositivos de cuidado”⁴⁰.

O racismo impõe a urgência da revisão dos projetos de poder política e culturalmente instaurados. Há uma ideologia que traz em seu cerne a desumanização do negro e não imuniza os dispositivos de cuidado destinados à escuta do sofrimento psíquico. Há uma reflexão a respeito da necessária reparação histórica a ser feita no Brasil, considerando o racismo estrutural como modelador das instituições, dos sujeitos que a compõem e da política instalada em sua repetição traumática para (re)pensar o dispositivo analítico e a posição do psicanalista. Fundamentados na noção de escuta para exercer sua função, afinal, a quem psicanalistas escutarão?

Falar sobre, falar com

Frente ao desafio de contribuir com esta temática, parto de uma reflexão a respeito das *preposições* tantas vezes utilizadas para sustentar

27 F. Fanon, *Black skin white masks*.

28 F. Fanon, *op. cit.*, p. 112.

29 T. Bokanowski, “Variações do conceito de traumatismo: traumatismo, traumático, trauma”, *Revista Brasileira de Psicanálise*.

30 T. Bokanowski, *op. cit.*, p. 29.

31 J. Gondar, “As coisas nas palavras. Ferenczi e a linguagem”, *CADERNOS DE PSICANÁLISE – CPRJ*.

32 J. Gondar, *op. cit.*, p. 131.

33 E.S. Reis, *op. cit.*

34 E.S. Reis, *op. cit.*, p. 51.

35 T. Nassif, “Racismo estrutural é negligenciado por psicólogos não-negros em atendimentos”, *IP na mídia*. Disponível em: <<https://www.ip.usp.br/site/noticia/racismo-estrutural-e-negligenciado-por-psicologos-nao-negros-em-atendimentos/>>.

36 M. Benedito, *A relação entre psicologia e racismo. As heranças da clínica psicológica.*

37 T. Nassif, *op. cit.*

38 D.M. Faustino, “Racismo: por uma psicanálise atenta”, *Percurso 63: Fronteiras e travessias*.

39 D.M. Faustino, *op. cit.*, p. 122.

40 D.M. Faustino, *op. cit.*, p. 124.



convém analisar também
o modo como temos
nos dedicado a falar,
guardando a premissa
de que falar sobre não é
o mesmo que falar com

determinada posição discursiva e veicular um tema tão relevante ao público. Preposições são palavras que estabelecem conexões de sentidos entre dois termos de uma oração, são palavras que também nos localizam como sujeitos de enunciação, uma vez que explicitam os lugares dos quais partimos no estabelecimento de uma relação com o outro. Preposições, sobretudo, enunciam pré-posições subjetivas adotadas por cada um que constrói um lugar de fala.

Com o propósito de problematização dos modos de expressão e abordagem do racismo por nós, psicanalistas, no exercício de nossa escuta, pretendo discutir que a compreensão do racismo contra o negro no Brasil como reiteração de uma ferida traumática demanda a problematização das pré-posições que adotamos para tratar da questão. Diante da formulação de que o racismo é um tema que exige mais palavras, assunto a respeito do qual ainda precisamos muito falar, convém analisar também o modo como temos nos dedicado a falar, guardando a premissa de que *falar sobre* não é o mesmo que *falar com* e que estas diferentes injunções marcam diferentes posições subjetivas/políticas na relação que estabelecemos com o tema.

A preposição *sobre* tem sua origem no latim *super*. É empregada em situações em que seu significado corresponde a “em cima de”, “acima de” ou “a respeito de”. O termo *falar sobre* pressupõe uma assimetria, situa um sujeito ou um grupo dotado de autoridade para discorrer a respeito de determinado assunto ou sujeito quando há outro menos dotado ou despossuído de saber/

poder. A preposição *com*, por sua vez, ao constituir o termo *falar com* remete a uma conexão horizontalizada, de um enlace simétrico que evoca o sentido do estar junto, acompanhado por, num laço de alteridade que inclui a participação do corpo irredutível de um outro.

Uma postura apressada poderia nos levar à desqualificação de um registro quando em comparação com o outro. Mas seria bobagem atribuir ao caráter assimétrico que caracteriza o *falar sobre* um sentido nefasto *a priori*. Lembremos que a assimetria, em primeiro plano, se faz imprescindível como registro responsável pela constituição do sujeito, ainda que esta tenha um caráter traumático.

Dal Molin, Klein e Dal Molin⁴¹, ao pensarem o propósito ético do *Einführung* ferencziano (1928/2011) em sua potência analítica, pontuam:

[...] não resta dúvida de que o benefício está fadado a transformar-se em problema caso o analista não se dê conta de que a necessidade de regredir com o paciente em determinadas situações – de “sentir com” (Ferenczi, 1928/2002a), ou mesmo de “enlouquecer com” ele – envolve, como condição *sine qua non* para a confiança de alguns pacientes e para o trabalho terapêutico, que o analista também tenha a capacidade de eventualmente sair do estado regressivo, enlouquecido, e pensar sobre o que ocorreu ou está ocorrendo na sessão. Dito de outra forma, uma das duas crianças aterrorizadas deve conservar a percepção de que a “elasticidade identificatória” (Dal Molin, 2018) a que se permitiu, para acompanhar o paciente no que podem ser as trevas da realidade psíquica, demanda o retorno a uma atitude autorreflexiva, de natureza confiável, reservada e, se for o caso, analítica (s/p).

Numa proposta de pensar o racismo como estruturante da subjetividade brasileira, a assimetria eu-outro, sujeito-linguagem, precisa ser lida criticamente em seu prisma político e ideológico legitimador de uma prática cotidiana de exploração de corpos e abuso do outro como objeto de gozo. E será desde este escopo sociopolítico que a assimetria e a posição do *falar sobre* precisam

ser reconhecidas como aspectos que carregam potencial nefasto e perverso. É como pré-posição política adotada frente ao traumático de uma história que o *falar sobre* deve ser questionado. Como força invasiva e retraumatizante que serve à cristalização de papéis politicamente estruturados.

Posta de tantos modos na linguagem, esta reflexão acerca do trauma da desumanização do negro, ainda tão presente, abre não apenas um mal-estar, mas uma crítica fundamental à ideia do *falar sobre*, esta posição que, a esta altura, não pode deixar de ser compreendida como posição política que atravessa um limiar constituinte e adentra um território de abuso e perpetuação da violência a ser combatido. Será por meio de um trabalho de reconhecimento de nossa história traumática, regida pela insistência da pulsão de morte, que poderemos então nos perguntar sobre o significado de reiterarmos as mesmas posições: a de quem teria o direito de *falar sobre* a dor vivida no e pelo corpo do outro de modo violento e autoritário, desconsiderando assim este outro em seu lugar de sujeito.

David⁴² contribui para a reflexão a respeito do *falar sobre/falar com* em sua perspectiva assimétrica e ideológica, associando-a à atitude racista. Em suas palavras: “Racista é aquele que aponta para o outro e diz quem ele é, o que ele pode ou não. Ser antirracista é se pôr ao lado, é fazer junto e não ficar significando como se estivesse sobreposto”⁴³ (s/p).

Entendo o racismo como fenômeno que escancara nossa extrema dificuldade de abrir conflitos e sustentar ambivalências. Ele se situa no campo do traumático, da experiência não nomeada dado o excesso pulsional vivido pelo corpo, juntamente com a falta de reconhecimento

»»
*não basta dizer que
o racismo existe, há que
se compreender que ele
existe e resiste como força
traumática, logo atual*

social dispensado à gravidade de sua atualização. É aquele que expõe o flagrante silêncio e impõe a cisão do Eu de modo a fazer conviver sem diálogo algum o mutismo e os gritos de dor mais escabrosos.

Fedida⁴⁴ sustentou que, para haver transformação psíquica, “seria preciso se encontrar com os contrários e fazê-los co-habitar, frutificar frutos e, desse modo, transformar a ambivalência em experiência não contraditória de contrários, em que duas verdades coexistem”⁴⁵. Com isso, afirmamos que a constatação intelectual do racismo torna-se insuficiente, afinal, será a falta de seu reconhecimento em sua dimensão traumática o grande fator complicador. Não basta dizer que o racismo existe, há que se compreender que ele existe e resiste como força traumática, logo atual. É preciso pensar o racismo ligado ao trauma, este que impõe reflexões acerca de um narcisismo atacado, de um Eu ameaçado em sua sobrevivência psíquica, acerca de angústias despertadas em excesso, das tentativas de escapar da morte e da desintegração.

O racismo, assim compreendido, abre para a problematização das pré-posições inseridas numa política de narratividade acerca do tema. Poderá o branco *falar sobre* a experiência de um sujeito impedido de entrar em um prédio pelo fato de ser negro? *Falar sobre* os afetos acerca da vivência de reiteradas desconfiças e suspeitas? *Falar sobre* a especificidade e complexidade da dor de se sentir incompatível a um projeto identitário com depreciação de seus traços corporais? Como? Quem se atreveria a ocupar a posição de *falar sobre*?

41 E.C. Dal Molin, T. Klein e I.S.B. Dal Molin, “‘Enlouquecer com’: o caso Ferenczi e algumas questões para a psicanálise contemporânea”. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, v. 23, n. 2.

42 E.C. David, “Encontro virtual Grupo Sustentar” e GT “A cor do mal-estar: da invisibilidade do trauma ao letramento racial”, ocorrido em 10 dez. 2020.

43 E.C. David, *op. cit.*

44 P. Fedida, “Amor e morte na transferência”, in *Clínica psicanalítica: estudos*.

45 P. Fedida, *op. cit.*, p. 45.



*o trabalho com o trauma
pede um outro modo
de falar e de se aproximar
do outro que tem seu corpo
marcado pela dor
traumática*

A ideia de *falar sobre* um tema-entidade que paira no laço social de maneira abstrata, sem escutar sujeitos que encarnam e vivem solitariamente no corpo a dor de um trauma, só nos levaria de volta ao círculo colonialista senhor-escravo. O trabalho com o trauma requer a aproximação sensível das palavras, deve comportar nuances e reconhecer o corpo em cena.

Neste sentido, o artigo de Freud “Construções em análise”⁴⁶ torna-se interessante não apenas por apresentar uma instrumentalização não clássica de intervenção, isto é, a inovação técnica da construção em contrapartida ao método interpretativo, como também por introduzir a delicada postura de aproximação requerida ao psicanalista no trabalho com o trauma. Por promover o contato com o devastado e com um Eu cindido que não suportou a ameaça do breu, configurando uma zona cinzenta e confusa, o trabalho de construção, na perspectiva da oferta gradual de fragmentos e matizes ao sujeito, fundamentará as nuances necessárias à construção de uma realidade histórica que foi brutalmente atacada e destruída.

O trabalho com o trauma impõe a necessidade da instalação de outra posição narrativa: a do *falar com*. Pede um outro modo de falar e de se aproximar do outro que tem seu corpo marcado pela dor traumática. O corpo traumatizado precisa de reconhecimento, testemunho e leitura social que dê à sua dor um estatuto real. A possibilidade de saída do breu inóspito para um campo narrativo demanda o reestabelecimento de noções que foram devastadas, tais como a confiança e a

esperança, além dos ideais organizadores do narcisismo. A passagem do silêncio para um campo de palavras faz-se efetivamente por quem se dispuser a adotar a pré-posição *com* em um espaço de fala legitimado.

Falar com, neste sentido, inaugura uma aposta e uma posição política que leva em conta a castração de quem se propõe a compreender o sofrimento do outro, esta dor em um corpo que não encontrou contorno simbólico frente ao que lhe assalta de modo estranho. Implica o reconhecimento do enigma, do caráter sempre atual do trauma e da impossibilidade da distância, da falta de clareza dada a devastação vivida por um Eu que carrega dores transgeracionais inomináveis. Trata-se de uma postura que poderia funcionar como antídoto necessário contra o sectarismo ao reestabelecer a intersubjetividade abortada por um desenho hierárquico de subumanidade e nos lançar para uma zona de ignorância necessária ao diálogo e à interlocução com os outros e conosco. Será justamente o *falar com* uma proposta de enlace psíquico tão faltante no campo da solidão do trauma que promoverá as necessárias ligações simbólicas contra as cisões para uma efetiva transformação. No *falar com* podemos reconhecer nosso real tamanho frente a uma história que muito nos ultrapassa, caminhar *pari passu*, sem a precipitação de atribuir interpretações individualizantes e autoritárias aos afetos de quem vive.

O *falar com*, assim, evoca a noção cunhada por France Winddance Twine *racial literacy* e traduzida por Schucman⁴⁷ como letramento racial:

É um conjunto de práticas, baseado em cinco fundamentos. O primeiro é o reconhecimento da branquitude. [...] O segundo é o entendimento de que o racismo é um problema atual e não apenas um legado histórico. [...] O terceiro é o entendimento de que as identidades raciais são aprendidas. [...] O quarto é tomar posse de uma gramática e de um vocabulário racial. [...] O quinto é a capacidade de interpretar os códigos e práticas “racializadas”. Isso significa perceber quando algo é uma expressão de racismo e não tentar camuflar, dizendo que foi um mal-entendido⁴⁸.

O letramento racial consiste em um processo que não se garante por leis pedagógicas, racionais, mas psíquicas e afetivas. Tampouco traduz o *falar com* enquanto caminho unilateral no qual eu e outro, branco e negro, formariam uma pretensa unidade harmônica e/ou homogênea. Ao contrário, pressupõe o desencontro profícuo, psicologicamente trabalhoso que se dará à medida que brancos e negros toparem o desafio da escuta em seu caráter estrangeiro.

Assim:

Letramento é um convite à reflexão sobre a racialização da estrutura social e nela o lugar do branco, da branquitude designada nos discursos como “o normal”, naturalizando seu lugar hegemônico em detrimento das outras raças e da população negra em especial. Letramento é um processo que nos implica, necessariamente, no reconhecimento do não saber, do não sabido e do des-sabido em cada um de nós e em quem nos cerca, apresentando o racismo como questão ubíqua, inescapável. Esta compreensão faz de ler-se um exercício contínuo, perseverante (s/p)⁴⁹.

Quando se trata de racismo, *falar com*, em última instância, significa ler-se. Escutar as palavras nunca inócuas em um campo ideológico e parcial, abrindo espaço dentro e fora de si. Equivale a questionar-se na própria branquitude com atenção à manutenção do instituído, ao fechamento em significantes colonialistas que atuam a favor da compulsão à repetição. A escuta

ainda se mostra desafiadora
a tarefa de escapar ao discurso
hegemônico da branquitude,
este que designa
e cristaliza posições

e o questionamento, entende-se aqui, só se darão por intermédio do encontro inter-racial em seu furor transgressivo, fazendo do mal-estar deste encontro uma matéria-prima para o enfrentamento de práticas de assujeitamento arraigadas e para a abertura de novas formas de formulação e lida com o problema do racismo.

Ainda se mostra desafiadora a tarefa de escapar ao discurso hegemônico da branquitude, este que designa e cristaliza posições, *fala sobre* racismo de modo irrefletido e ignora que só avançaremos à medida que toparmos *falar com*, consigo e com o outro. Nesse sentido, o letramento racial surge como caminho imprescindível para que as dimensões do *falar sobre* e do *falar com* integrem um jogo dialético, crítico e transformador para brancos e negros. Mostra que sem *falar com*, sobretudo com os negros há tanto silenciados, insistiremos (a branquitude) em *falar sobre* racismo numa retórica alienada.

46 S. Freud, “Construções em análise”, in *Obras Completas*, v. 19.

47 L.V. Schucman [entrevista], apud J.T. Arantes, “Racismo e ‘branquitude’ na sociedade brasileira”, disponível em: *Agência Fapesp*, <<https://agencia.fapesp.br/racismo-e-branquitude-na-sociedade-brasileira/20628/>>.

48 L.V. Schucman, *op. cit.*

49 Trecho do texto interno produzido pelo GT do Departamento de Psicanálise “A cor do mal-estar: da invisibilidade do trauma ao letramento racial”.



Referências bibliográficas

- Almeida S.L. de. (2019). *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen.
- Arantes J.T. (2015). Racismo e “branquitude” na sociedade brasileira. *Agência Fapesp*, 05 fev. Disponível em: <<https://agencia.fapesp.br/racismo-e-branquitude-na-sociedade-brasileira/20628/>>.
- Benedito M. (2018). *A relação entre psicologia e racismo. As heranças da clínica psicológica*. Dissertação [mestrado], Universidade de São Paulo.
- Bokanowski T. (2005). Variações do conceito de traumatismo: traumatismo, traumático, trauma. *Revista Brasileira de Psicanálise*, v. 32, n. 1, p. 29.
- Carvalho M.A. (2019). 75% das vítimas de homicídio no país são negras, aponta Atlas da Violência. *O Estado de São Paulo*, 05 jun. Disponível em: <<https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,75-das-vitimas-de-homicidio-no-pais-sao-negras-aponta-atlas-da-violencia,70002856665>>.
- Dal Molin E.C.; Klein T.; Dal Molin I.S.B. (2020). “Enlouquecer com”: o caso Ferenczi e algumas questões para a psicanálise contemporânea. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, v. 23, n. 2. abr./jun., São Paulo.
- Fanon F. (1967). *Black skin, white masks*. London: Grove Press.
- Faustino D.M. (2019). Racismo: por uma psicanálise atenta. *Percurso 63: Fronteiras e travessias*, ano XXXII, dez., p. 113-134.
- Fedida P. (1988). Amor e morte na transferência. In *Clínica psicanalítica: estudos*. Trad. Claudia Berliner. São Paulo: Escuta.
- Fernandes M. (1999). *Millôr definitivo: a bíblia do caos*. São Paulo: L&PM.
- Foucault M. (1982/1995). O sujeito e o poder. In Rabinow P.; Dreyfus H. *Michel Foucault: Uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica*. São Paulo: Forense Universitária.
- Freud S. (1917/1996). Uma dificuldade no caminho da psicanálise. In *Obras completas*, vol. XVIII. Rio de Janeiro: Imago.
- _____. (1937/2011). Construções em análise. In *Obras Completas*, v. 19. São Paulo: Companhia das Letras.
- Gondar J. (2018). Brasil: um racismo desmentido. In Arreguy M. et alii. *Racismo, capitalismo e subjetividade: leituras psicanalíticas e filosóficas*. Niterói: Eduff.
- _____. (2010). As coisas nas palavras. Ferenczi e a linguagem. *Cadernos de Psicanálise – CPRJ*, Rio de Janeiro, ano 32, n. 23, p. 123-132.
- Kilomba G. (2019). *Memórias da plantação – episódios de racismo cotidiano*. Trad. Jess Oliveira. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó.
- Madeiro C. (2018). Taxa de homicídios de negros cresce 23% em 10 anos; mortes de brancos caem. *Uol*, 05 jun. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/06/05/taxa-de-homicidios-de-negros-cresce-26-em-10-anos-mortes-de-brancos-caem.htm>>.
- Mannoni O. (1991). Eu sei, mas mesmo assim. In Skatz C. (org.). *Psicose: uma leitura psicanalítica*. Trad. Mary Kleinman. 2. ed. São Paulo: Escuta.
- Nascimento A. (2017). *O genocídio do negro brasileiro. Processo de um racismo mascarado*. São Paulo: Perspectiva.
- Nassif T. (2019). Racismo estrutural é negligenciado por psicólogos não negros em atendimentos. *1P na mídia*, 27 maio. Disponível em: <<https://www.ip.usp.br/site/noticia/racismo-estrutural-e-negligenciado-por-psicologos-nao-negros-em-atendimentos/>>.
- Putti A. (2019). Assassinatos de jovens negros no Brasil aumentam 429% em 20 anos. *Carta Capital*, 17 abr. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/assassinatos-de-jovens-negros-no-brasil-aumentam-429-em-20-anos/>>.
- Reis E.S. (2019). Transmissão transgeracional – subjetivação do trauma coletivo. *Primórdios*, v. 6, n. 6, p. 45-66.
- R7. (2019). Brasil tem 180 homicídios por dia e 75% são de negros. *Correio do Povo*, 05 jun. Disponível em: <<https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/geral/brasil-tem-180-homic%C3%ADdios-por-dia-e-75-s%C3%A3o-de-negros-diz-atlas-1.343494>>.
- Schwarz L.M. (2015). Racismo, este estranho familiar. *Percurso 54: Exigências da clínica e da cultura à psicanálise*, ano XXVIII, jun., p. 109-120.
- Veríssimo T.C. (2015). O racismo nosso de cada dia e a incidência da recusa no laço social. *Percurso 54: Exigências da clínica e da cultura à psicanálise*, ano XXVIII, jun., p. 43-52.

The language of racism and psychoanalysis: *talking to as a condition to talk about*

Abstract The aim of this article is to critically analyze two different enunciation's ways about the racism problem in the social bond – talking about and talking with – In their psychic and political dimensions, aiming to think about possible consequences of both ways when it's assumed by us, psychoanalysts, in our discursive positions, on our work's exercise. The work is based on three axes: the affirmation of racism as a language; the understanding of racism as trauma and “talking about” and “talking with” position's discussion in some of its effects.

Keywords racism; language; trauma; psychoanalysis; racial literacy.

Texto recebido: 03/2021.

Aprovado: 05/2021.

Édipo e feminismo

tensões para serem sustentadas pela Psicanálise

Maria Carolina Accioly de Carvalho e Silva

Resumo Este artigo apresenta algumas considerações sobre a conceitualização do complexo de Édipo no encontro com os estudos sobre os feminismos, abordando alguns eixos de tensões e aberturas. A partir da escuta clínica e dos discursos sociais e subjetivos contemporâneos, o artigo propõe colocar em movimento algumas problematizações clínico-políticas.

Palavras-chave complexo de Édipo; diferença sexual; sexualidade feminina; feminismos; lutas identitárias.

Maria Carolina Accioly de Carvalho e Silva é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, no qual participa do grupo “O feminino e o imaginário cultural contemporâneo” e do GTEP – Grupo de Transmissão e Estudos de Psicanálise do Departamento de Psicanálise.

A conversa e os conflitos entre psicanálise e feminismo não são recentes. Freud¹ reconhece reivindicações de emancipação das mulheres no mesmo parágrafo em que afirma que anatomia é destino, essencializando, nesse ponto da teoria, a inveja do pênis como condição do processo de sexuação feminina.

Este trabalho pretende trazer algumas considerações sobre esse território polêmico e potente, do qual, penso, não devemos nos esquivar, tampouco nos precipitar. Escolho um caminho difícil e frutífero, compartilhado por muitos colegas², de sustentar as tensões nas fronteiras e nos impasses com os quais a psicanálise se repensa, e assim se mantém viva e pulsante.

Os discursos feministas e os estudos de gênero convocam a uma problematização sobre alguns conceitos psicanalíticos e sobre as formulações clínicas decorrentes daqueles. A meu ver, a psicanálise se propõe a ser trabalhada constantemente a partir das questões clínico-políticas de seu tempo. Compartilho a intenção de manter uma postura crítica na leitura, na transmissão e na clínica psicanalítica, reconhecendo possíveis pontos cegos ou sintomas a serem desconstruídos³, sem sucumbir às críticas generalistas que desvalidam a importância revolucionária da psicanálise, tampouco numa defesa arraigada a conceitos universais como se fossem inquestionáveis.

Considero que é uma posição ética manter o pensamento vivo e não dogmático, e ter o cuidado de não deixarmos a teoria psicanalítica ser usada para formalizar normatizações. De que forma e em que amarrações conceituais a psicanálise pode se colocar enquanto uma teoria essencialista? E como trabalhar em necessárias desconstruções sem descartar elementos fundamentais da teoria?

1 S. Freud, “A dissolução do Complexo de Édipo”, in *Obras completas*, v. 16.

2 Que serão citadas(os) no decorrer do texto, e resalto minha rica interlocução no grupo “O feminino e o imaginário cultural contemporâneo”, no qual pesquisamos atualmente este tema.

3 S. Alonso, “Interrogando o feminino”, in *Figuras clínicas do feminino no mal-estar contemporâneo*.



a psicanálise emerge como um pensamento revolucionário, escutando mulheres histéricas, afirmando a existência do inconsciente e da sexualidade infantil, denunciando a moral repressora do fim do século XIX

Quando a psicanálise surge no fim do século XIX, o mundo está em fervorosa transformação – pós-revoluções do século XVIII e rumo às grandes guerras do século XX. A psicanálise se constitui em movimento, não se trata de um aparato conceitual fixo e estático. Ela emerge como um pensamento revolucionário, escutando mulheres histéricas, afirmando a existência do inconsciente e da sexualidade infantil, denunciando a moral repressora do fim do século XIX. Entre as inúmeras crises emergentes, o feminismo começa também a se organizar como movimento⁴ desde o fim do século XVIII, evidenciando o declínio do patriarcado, em processo desde o início da modernidade.

Enquanto os feminismos denunciam e transformam as relações de gênero⁵, ou seja, o lugar histórico de opressão das mulheres, a psicanálise se ocupa da sexualidade enquanto registro pulsional e constitutivo do humano. A psicanálise também se apresentou como um pensamento libertário do século XX, e nesse ponto há um encontro com os feminismos enquanto movimentos de emancipação subjetiva. Como disseram Deleuze e Guattari, os movimentos de libertação portam “a força do próprio inconsciente, o investimento do campo social pelo desejo, o desinvestimento das estruturas repressivas”⁶.

O feminismo atual, chamado de quarta onda⁷ por algumas pensadoras e ativistas, feminismo da interseccionalidade das diferenças, das

multiplicidades, das lutas identitárias, demanda um lugar de fala. E um lugar de fala supõe um lugar de escuta. Ao denunciar que a História foi escrita por homens brancos, que todo saber e poder filosófico, médico, jurídico e religioso foi destinado aos homens por séculos, e que, portanto, é preciso abrir espaço para as mulheres narrarem e mudarem de posição, o feminismo produz efeitos na produção de subjetividades. Por outro lado, algumas formas de feminismo podem produzir efeitos defensivos e conservadores, quando, às vezes, se expressam num discurso fechado e totalizante, calando homens e mulheres. Como disse Butler: “A crítica feminista tem de explorar as afirmações totalizantes da economia significante masculina, mas também deve permanecer autocrítica em relação aos gestos totalizantes do feminismo”⁸. A psicanálise, por sua vez, tem como direção ética na construção de seu pensamento problematizar e abrir brechas quando emergem possíveis movimentos totalizantes, possibilitando uma escuta crítica dos discursos contemporâneos.

Esse ponto nos interessa porque escutamos na clínica muitas vezes um conflito entre um discurso consciente politizado e os movimentos desejantes do sujeito, as ambivalências e os impasses nos encontros e desencontros afetivos. Escutamos por vezes alguns posicionamentos feministas produzindo um efeito moralizante e “des-libidinizante”, por exemplo, em uma leitura feminista na qual a heterossexualidade (num sistema patriarcal capitalista) sempre se expressa como violência opressora e como heteronormatividade. Dessa forma o consentimento nunca seria legítimo, já que estamos inseridos num sistema de poder que dessubjetiva as mulheres. E assim corre-se o risco de não suportar a importância das dúvidas nos caminhos singulares da sexualidade, e se escorregar rapidamente para certezas precipitadas. Ainda que essa leitura feminista abarque uma verdade incômoda sobre a normatização da heterossexualidade, que também foi de certa forma construída pela psicanálise, é importante que seja dita, escutada e discutida. Ao mesmo tempo, esse discurso pode impossibilitar a circulação da libido heterossexual fora dessa abordagem.

Psicanálise e feminismo – eixos de interlocução

Após esse mapeamento inicial nesse campo inquietante, vou trazer alguns eixos que vêm sendo trabalhados por diversas(os) autoras(es) e que potencializam essa interlocução da psicanálise com outras áreas de pensamento. Críticas e provocações surgem dentro e fora do movimento psicanalítico, convocando as(os) psicanalistas para colocarem em trabalho algumas teorizações tidas como universais. A própria ideia de universalidade em si já aponta um sistema de pensamento que coloca a diferença em termos binários e desiguais, e tem sido problematizada.

Pretendo abordar alguns pontos de intercâmbio e de tensão entre os estudos psicanalíticos sobre o Édipo e os estudos sobre os feminismos. O complexo de Édipo e os processos de sexualização formam uma rede conceitual inquietante no encontro da psicanálise com o feminismo. A psicanálise considera a inscrição psíquica da diferença anatômica como prerrogativa da entrada na

os estudos sobre gênero
vêm recordar à psicanálise
o valor da desconstrução,
na verdade totalmente
psicanalítica, de certas
das suas categorias
[Tammy Ayouch]

ordem simbólica, ou seja, o complexo de Édipo e o complexo de castração marcam uma diferença no processo de sexualização e de subjetivação dos homens e das mulheres. Diferença que parece naturalizada quando apoiada na diferença anatômica, e que se mostra complexa, afinal o corpo anatômico é fundamentalmente fantasmático ao carregar a história pulsional e singular do sujeito. O complexo de Édipo mantém o par de opostos fálico-castrado como o organizador fundante do psiquismo e da entrada na cultura inscrevendo as diferenças, muitas vezes binárias e hierárquicas, na constituição do homem e da mulher.

Ao universalizar o complexo de Édipo e o falocentrismo que ele representa, a psicanálise mantém conceitos e nomenclaturas que parecem em muitos momentos essencializar⁹ o lugar que as mulheres ocupam no imaginário cultural durante séculos. Os estudos sobre gênero questionam “as teorias essencialistas sobre os sexos, a naturalização dos corpos”¹⁰ e “vêm recordar à psicanálise o valor da desconstrução, na verdade totalmente psicanalítica, de certas das suas categorias”¹¹. Dizer que a mulher é um enigma indecifrável, que a função¹² paterna é a função civilizatória que interdita o incesto e produz um corte necessário na dupla simbiótica mãe-bebê, que o supereu das mulheres é mais frágil, ou que as mulheres com explícitas manifestações de força, ousadia, coragem, posicionamento e sucesso ou

4 Ressalto as ideias precursoras de Mary Wollstonecraft e Olympe de Gouges (séc. XVIII) e, no Brasil, Nísia Floresta (séc. XIX). Importante reconhecer que antes dos movimentos organizados houve mulheres que lutavam contra as formas de opressão, e que tiveram suas narrativas apagadas ou arquivadas.

5 G. Rubin, “Pensando o sexo”, in *Políticas do sexo*.

6 G. Deleuze e F. Guattari, *O anti-Édipo*, p. 86.

7 A história do feminismo aparece muitas vezes dividida em ondas ou gerações, a primeira seria a do fim do século XIX, início do século XX (sufragistas). A segunda onda seria a da década de 1960/70, marcada pela luta por maior igualdade, liberdade social e sexual (época de Simone de Beauvoir), e a terceira, já na década de 1990, se apresenta como feminismo das diferenças, com nomes importantes da contemporaneidade como Judith Butler.

8 J. Butler, *Problemas de gênero*, p. 33.

9 Sobre o essencialismo, acompanhamos na obra freudiana o debate contínuo entre o filogenético e o ontogenético, a noção de série complementar que desenha a complexa constituição humana no encontro com o outro. Para a psicanálise, o ser humano é um ser complexo, social e singular; cindido, em grande parte inconsciente; sujeito-sexual-político.

10 S. Alonso, “Sexualidade: destino ou busca de uma solução?”, in *Corpos, sexualidades, diversidade*, p. 18.

11 T. Ayouch, *Psicanálise e homossexualidades*, p. 104.

12 Em psicanálise, falamos em função paterna e função materna, que não equivalem às figuras do pai e da mãe necessariamente, ainda assim estou aqui problematizando o efeito e o alcance da escolha por estes termos.



*as equações simbólicas
que conectam atividade com
masculino e passividade
com feminino estão presentes
em toda a obra freudiana,
gerando por vezes
alguns impasses*

as mulheres que escolhem não ser mães e que se dedicam muito ao trabalho são masculinas ou fálicas, e mais, que o feminismo é uma manifestação defensiva da inveja do pênis – são alguns entre tantos dizeres que foram se naturalizando na cultura, também a partir da psicanálise.

Freud, diante das manifestações feministas de sua época, chegou a afirmar que “a exigência feminista de igualdade de direito entre os sexos não vai longe, a diferença morfológica tem de manifestar-se em diferenças no desenvolvimento psíquico”, seguindo a famosa e polêmica frase “anatomia é o destino”¹³, como apontado acima.

Entretanto, não devemos reduzir toda teorização freudiana a uma única linha de pensamento. Freud fundou a psicanálise escutando mulheres histéricas, assim como defendeu a participação ativa das analistas mulheres no movimento psicanalítico reconhecendo seus trabalhos e contribuições. Ele reconhecia o lugar de opressão social e repressão sexual em relação às mulheres e afirmou ser preciso “atentar para não subestimar a influência da organização social, que igualmente empurra a mulher para situações passivas”¹⁴. Mas a hipótese que Freud sustenta é que o horror à feminilidade¹⁵, marcado num lugar desvalorizado ou idealizado da figura feminina no decorrer dos séculos, seria devido à castração feminina, à diferença anatômica, à suposta não representação psíquica do órgão genital feminino na fase fálica.

Quando ousamos decantar a rede de conceitos articuladas no complexo de Édipo, quais seriam os resíduos do processo? Pensando nessa imagem de resíduo, faz-se necessário um estudo constante: com muitos retornos a Freud para reencontrar as zonas de tensão em sua obra, escutar os novos pensamentos e críticas que emergem, e, principalmente, o que a clínica e a cultura contemporânea nos apresentam.

Complexo de Édipo – conceito fundamental

O complexo de Édipo é um conceito fundamental por marcar esse tempo lógico instituinte do sujeito, do psiquismo, tempo de transição do narcisismo para as relações objetais e sociais, transição do registro do Eu ideal para o Ideal do Eu, do duplo-fusional para o ternário-simbólico, tempo de inscrição da alteridade, da diferença, da falta e da lei que vale para todos. O complexo de castração e o falo enquanto significante da falta são organizadores da sexualidade infantil perversa polimorfa. O recalque dos desejos incestuosos e parricidas possibilitam que o sujeito se posicione no laço social cultural, constituindo uma posição sexuada.

As equações simbólicas que conectam atividade com masculino e passividade com feminino estão presentes em toda a obra freudiana¹⁶, gerando por vezes alguns impasses. Freud diz que a polaridade sexual aparece em oposições como sujeito e objeto na escolha objetal, como ativo e passivo na fase pré-genital sádico-anal, como fálico e castrado na fase fálica, e diz que:

apenas ao completar o desenvolvimento, na época da puberdade, a polaridade sexual coincide com masculino e feminino. O masculino reúne o sujeito, a atividade e a posse do pênis, o feminino assume o objeto e a passividade. A vagina é então estimada como abrigo do pênis, torna-se herdeira do ventre materno¹⁷.

Ele aponta a complexidade dessa polarização ao dizer que:



a libido, desde que não tenha se mantido narcísica, se distribui em relações objetais tanto masculinas quanto femininas [...] as primeiras relações objetais com os pais (ou substitutos) são de tipo passivo [...] a criança quer retribuir e se tornar ativa em relação a eles – acariciá-los, dominá-los e vingar-se deles. Dessa forma, abrem-se para sua libido quatro saídas possíveis: a passividade em direção à mãe ou ao pai e a atividade em direção a ambos. É no terreno dessa situação que surge o Complexo de Édipo¹⁸.

Segundo Freud¹⁹, na fase fálica, o período de maior intensificação do Édipo e de seu desfecho, a criança, ao perceber a diferença anatômica, num primeiro momento recusa a percepção e mantém a crença na universalidade do pênis, mas aos poucos chega à conclusão de que existe uma ameaça de perda narcísica corporal. Como efeito desse processo, a criança ressignifica antigas ameaças e perdas que se inscrevem como angústia de castração, fazendo o menino “sair” do Édipo, ao renunciar aos desejos edípicos por interesses narcísicos.

Freud afirma que, na relação entre Édipo e complexo de castração, “salta à vista uma diferença entre os sexos”²⁰. Ele supõe um caminho mais complexo para a menina na medida em que ela precisaria mudar de objeto e de zona erógena predominante para entrar no Édipo. A menina,

parece que Freud coloca o Édipo como uma escolha preferencialmente heterossexual, ainda que ele reconheça o Édipo completo. Outro engano aqui é dizer que a menina aceita a castração como fato

diante da percepção da diferença anatômica, reconheceria a própria castração como um fato, uma ferida narcísica, o que seria vivido como o golpe final que a afastaria da mãe e, finalmente, ela se viraria em direção ao pai, ou seja, entraria no Édipo.

O complexo de castração prepara o complexo de Édipo em vez de destruí-lo; através da influência da inveja do pênis a menina é pressionada a desfazer a ligação com a mãe e entra na situação do Édipo como se esta fosse um porto seguro. Com a ausência da angústia de castração, falta o motivo principal que havia pressionado o menino a superar o complexo de Édipo²¹.

Isso explicaria o suposto supereu mais frágil na mulher. Dessa forma, o grande temor da mulher na vida adulta seria o da perda de amor, diferente do homem, no qual a angústia de castração se expressaria como temor do supereu.

Nessa formulação existem algumas confusões importantes. Primeiro parece que Freud coloca o Édipo como uma escolha preferencialmente heterossexual, ainda que ele reconheça o Édipo completo. Outro engano aqui é dizer que a menina aceita a castração como fato, como se a castração fosse real e não simbólica, fazendo uma acoplagem do falo e do pênis e naturalizando no corpo da menina uma desigualdade construída há séculos. Como aponta Sigal²² e Alonso²³, nos

13 S. Freud, “A dissolução do Complexo de Édipo”, p. 211.

14 S. Freud, “A feminilidade”, p. 268.

15 A feminilidade é um conceito amplo para a psicanálise que abrange desde o tornar-se mulher e a sexualidade feminina, até o registro erógeno do desamparo como um registro psíquico diferente do fálico, como explorado por Birman (1999).

16 Segundo Freud, atividade e passividade estão presentes tanto em homens como em mulheres.

17 S. Freud, “A organização genital infantil”, p. 175.

18 S. Freud, *Manuscrito inédito de 1931*, p. 45, 47.

19 S. Freud, “A organização genital infantil”, “Algumas consequências psíquicas da diferença anatômica entre os sexos”.

20 S. Freud, “A feminilidade”, p. 334.

21 S. Freud, *op. cit.*, p. 335.

22 A.M. Sigal, “Algo mais que um brilho fálico. Considerações acerca da inveja do pênis”, in *Figuras clínicas do feminino no mal-estar contemporâneo*.

23 S. Alonso, “Interrogando o feminino”, in *Figuras clínicas do feminino no mal-estar contemporâneo*.



Ana Maria Sigal sustenta a necessidade de manter o Complexo de Édipo como um elemento fundamental de passagem na linha da sexuação e das identificações secundárias

textos das décadas de 1920 e 1930 Freud parece universalizar a inveja do pênis como condição da posição feminina e como traço estruturante das mulheres, posição distinta da assumida em 1917 ao formular as equações simbólicas de forma mais fluida e menos hierárquica. Isso tudo além da ideia infundada (e até violenta²⁴) de que o prazer do clitóris deveria ser abandonado e deslocado para a vagina, supondo que o prazer do clitóris fosse masculino-ativo e separado do da vagina, feminino-passivo.

J. Benjamim²⁵ diz que o Édipo feminino em Freud excluiu “o desejo-inveja de ser como a mãe, assim como o desejo ativo pelo pai”, restando a ferida narcísica da castração e o desejo passivo como a única saída feminina. Ela levanta a hipótese de que esta cisão inicial (entre a fase pré-edípica e o Édipo) na formulação freudiana deve-se à dificuldade de Freud em reconhecer a identificação do menino pré-edípico com a mãe e o desejo ativo da menina em relação ao pai, “sem que esse desejo seja mediado de forma narcisista pela inveja do pênis”. Dessa forma, nos textos de Freud sobre a feminilidade, predomina a hipótese de que a feminilidade consiste em amar o pai numa posição passiva, e que a diferença sexual equivale à orientação homossexual.

A diferença sexual não se reduz à anatomia, tampouco ao lugar sócio-histórico. Há que se levar em conta os processos inconscientes de

identificação e de escolha objetal na constituição psíquica da criança e na construção da identidade de gênero e da posição sexuada. Considerar também os processos inconscientes de cada adulto que ocupará as funções parentais diante cada filha(o) é de uma singularidade complexa.

Édipo e feminismos – problematizações e aberturas

Quais efeitos a conceitualização do complexo de Édipo produz na teorização e na escuta clínica sobre o feminino e as mulheres? Sigal propõe reconsiderar alguns elementos, como a primazia do falo, e fazer uma leitura menos familiarista do Édipo, mas sustenta a “necessidade de manter o Complexo de Édipo como um elemento fundamental de passagem na linha da sexuação e das identificações secundárias”²⁶.

A questão é que manter o Édipo como elemento fundamental abarca uma rede de conceitos intrincados, e por isso a imagem de decantar me parece interessante. Como manter esse conceito e reconsiderar a primazia do falo, por exemplo? Como mantê-lo intocável ao sermos atravessados pelo pensamento pós-colonial, como Grada Kilomba²⁷ ao retomar Fanon dizendo que o Édipo é virtualmente ocidental? O que um processo de descolonização do pensamento poderia produzir na teoria psicanalítica?

Tanto na estrutura edípica da história singular do sujeito sexuada, assim como na organização sociocultural e política, há a noção de que a função paterna interdita o desejo materno, que a civilização interdita a barbárie, que a abstração e a palavra regulam o corpo e a sensorialidade. Alonso e Fuks afirmam ser preciso uma leitura crítica desse aspecto (binário e hierárquico) pois, “no seio do patriarcado, a forma de pensar a diferença dos sexos é tomando o masculino como modelo e deixando o feminino como negativo, ausente ou faltante, e também identificando o masculino com o simbólico e o feminino com a natureza”²⁸. Como diz Butler, “a relação binária entre cultura e

natureza promove uma relação de hierarquia em que a cultura impõe significado livremente à natureza, transformando-a, conseqüentemente, num Outro a ser apropriado para seu uso ilimitado”²⁹.

Sobre essa binariedade hierárquica, Martins (Parente) coloca uma questão importante sobre a nomenclatura³⁰ usada pela psicanálise na conceituação do Édipo e da função paterna:

Se com a morte do Pai estrutura-se a renúncia ao gozo absoluto em nome da Lei, só com ela também se torna possível o tempo trágico, no qual se reitera compulsivamente o Ideal de eu, que não deixa de estar marcado por traços identificatórios com um pai tirano que dispunha das mulheres, gozava sozinho e era autor de violências desmedidas. *Que esse seja o contorno ou a borda de um vazio no qual se desenha o desejo não é sem conseqüências, especialmente para as mulheres que vivem sob o patriarcado impresso nessas linhas* (grifo meu)³¹.

Interessante questão sobre os conceitos falocêntricos. Precisaríamos mudar os termos ou seria suficiente ampliar a polivalência do significante? Kehl aborda esta perspectiva reafirmando que “o falo é o símbolo vazio que institui o desejo e barra o gozo do Outro”. Segundo ela: “contra a inveja fálica, o falo. A instauração de novas faces do falo

parece certo que o Édipo
não é, hoje, um conceito
ordenador e uma referência
inquestionável para os diagnósticos
clínicos. O que não quer dizer
que ele esteja superado,
ou que não opere mais

[Mara Caffé]

na cadeia simbólica, constituídas por identificação ao pai (e aos novos atributos fálicos da mãe), não faz da mulher um homem: em análise, qualquer sujeito descobre que um falo não é um pênis”³² (grifo meu). A parte da citação grifada aponta o engodo quando mantemos as figuras imaginárias da família nuclear para nomear funções simbólicas.

Seguindo na linha de sustentar as tensões dentro da psicanálise e nos campos de interlocução, Caffé salienta que um conceito pode variar de sentido e de efeito a partir dos diferentes manejos teóricos e clínicos de quem os utiliza, e aborda essa perspectiva na qual “podemos tomar as diferentes posições nos lugares em que elas coexistem, ou seja, no lugar em que se implicam, ou até mesmo se engajam”. Em relação aos conceitos que estamos discutindo aqui, ela diz que “parece certo que o Édipo não é, hoje, um conceito ordenador e uma referência inquestionável para os diagnósticos clínicos. O que não quer dizer que ele esteja superado, ou que não opere mais”³³. Ou seja, será que podemos pensar o Édipo como um organizador estruturante da sexualidade, do psiquismo e do desejo, mas não o único?

No caminho de decantar e desconstruir universalidades, Caffé nos diz algo fundamental, que “os conceitos são ações estratégicas sobre o mundo [...] e não são entidades ontológicas imutáveis, e sim realidades voláteis”³⁴. Ela destaca que os conceitos imbricados no Édipo (pulsão,

24 L. Irigaray (*Este sexo que não é um sexo: sexualidade e status social da mulher*) denuncia a violência discursiva falocêntrica ao supor que o clitóris é um pequeno pênis, sendo que o clitóris é parte do órgão sexual feminino e participa do prazer sexual vaginal, e não um pênis defeituoso, inferior.

25 J. Benjamin, *La sombra del otro: intersubjetividad y género en psicoanálisis*, p. 104, 105.

26 A.M. Sigal, “Ainda psicanálise no campo da sexualidade!”, in *Corpos, sexualidades, diversidade*, p. 140.

27 G. Kilomba, *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*.

28 S. Alonso; M. Fuks, “A construção da masculinidade e a histeria nos homens na contemporaneidade”, in *Histeria e género*, p. 245.

29 J. Butler, *op. cit.*, p. 66.

30 Sobre essa discussão, ver também o vídeo de C. Dunker dialogando com essa pergunta formulada por V. Iaconelli. Disponível em: <<https://youtu.be/bvB6wgVQaB0>>.

31 A.M. Parente, “Fricção entre corpo e palavra: crítica ao Moisés de Freud e Lacan”, in *Freud e o patriarcado*, p. 154.

32 M.R. Kehl, *Deslocamentos do feminino*, p. 265.

33 M. Caffé, “Norma e subversão na psicanálise: reflexões sobre o Édipo”, *Percurso* n. 60, p. 109, 110.

34 M. Caffé, *op. cit.*, p. 110, 111.





*como já apontara Laplanche,
a identidade de gênero precede a
percepção da diferença anatômica,
ideia que pode ser encontrada
já em textos freudianos.*

*A psicanálise, além de distinguir
sexo e gênero, também diferencia
o sexuado do sexual*

sexualidade, identificação) já apontam uma crítica dessa leitura produtora de normatizações, pois são conceitos que abarcam a noção de multiplicidade e de pluralidade.

Jo Gondar também fala dessa “dupla dimensão de leitura” que há em Freud: aquele Freud que conceitualizou a inveja do pênis, o supereu mais frágil nas mulheres e a maternidade como o caminho normal para a feminilidade, e o Freud da pulsionalidade parcial perverso polimorfa e de toda a multiplicidade que os conceitos de pulsão e de inconsciente abarcam.

A autora aponta que também em Lacan se mantém uma lógica binária, reconhecendo que ele produz uma leitura inédita e mais complexa em relação à feminilidade ao pensar “a mulher não pela inveja do pênis ou pela maternidade, mas por uma modalidade própria de gozo – um gozo a mais”. Entretanto, “em vez da inveja, ligada à condição de menos, o gozo ligado à condição de mais”³⁵.

Segunda ela, Lacan “sai da lógica do complemento entre masculino e feminino e adentra a lógica do suplemento [...] O feminino é um suplemento do masculino, situando-se para além dele, marcando o limite da ordem fálica, do simbólico, do todo”. Vale salientar a nomenclatura patriarcal nos conceitos lacanianos (função paterna, metáfora paterna, desejo materno, Nome do Pai)³⁶, nos quais muitas vezes se misturam as funções e as figuras que encarnam as funções.

Diferença sexual e tramas identificatórias

Como pensar o Édipo ressignificando a noção de primazia do falo sendo que a fase fálica é estruturante do conflito edípico? Como pensar a diferença anatômica, que, como bem coloca Preciado³⁷, figura mas não define a diferença sexual, como uma dessemelhança e não como uma desigualdade numa hierarquia binária de valoração? Seria possível, como propõe Ayouch, pensar que a percepção da diferença anatômica na fase fálica é uma metáfora a partir das teorias sexuais infantis do menino do século XIX, e portanto, não deve ser tomada em sua literalidade? “Literalizada dessa maneira, esta diferença apaga a possibilidade de pensar qualquer outra diferença – de cultura, de classe, de ideologia – ou qualquer diferença dentro do mesmo gênero”³⁸.

Como já apontara Laplanche, a identidade de gênero precede a percepção da diferença anatômica, ideia que pode ser encontrada já em textos freudianos. A psicanálise, além de distinguir sexo e gênero, também diferencia o sexuado do sexual³⁹, sendo o primeiro referente à diferença entre os sexos, e o segundo o campo da sexualidade e da pulsão. Incluir o conceito de gênero no pensamento psicanalítico significa pensar que a designação de gênero é afetada pelo inconsciente, pela sexualidade e pelo conflito psíquico. Podemos supor, portanto, que, dependendo do momento histórico e cultural, a desvalorização da mulher e da feminilidade preexiste ao momento edípico, marcando de forma radical o processo de sexuação.

Interessante podermos nos perguntar se na fase fálica seria a representação do órgão sexual feminino que estaria ausente (recalcada ou não inscrita⁴⁰) ou se não seria a representação do outro, da alteridade, da diferença (anatômica também, mas não apenas). Se continuarmos a associar, na equação simbólica, o falo com o pênis⁴¹ e o homem com o Um, com o sujeito, com o sistema de representação, com o simbólico, a mulher permanece no lugar do Outro, do objeto, do irrepresentável, da natureza – outro gozo, outro registro, outro sexo.

As mulheres, ao buscarem o lugar de fala, se descolam desse lugar secundário para procurar protagonismo e representatividade em um movimento afirmativo⁴². Entretanto, a busca por representatividade pode reforçar a noção de identidade, que conduz à ideia de uno, de idêntico. Por isso identidade não é, em si, um conceito psicanalítico. Em relação a pensar o feminismo como uma luta identitária, Butler critica a universalidade da identidade una da mulher ou mesmo a universalidade do patriarcado. Ela aponta “os limites necessários da política de identidade”⁴³, afirmando a necessidade de manter um pensamento crítico em relação às categorias identitárias, ainda que reconheça a importância das reivindicações representativas. Essa posição vem ao encontro com uma escuta psicanalítica que me interessa abordar, quando ela fala da *construção variável de identidade*.

Essa ideia pode ser encontrada em Freud quando ele formula o complexo de Édipo completo, as tramas singulares de identificações nesse processo, e mesmo as díades atividade – passividade e masculinidade – feminilidade como

»»

concordo com Ayouch quando ele retoma que para a psicanálise não existe uma “identidade sexual e sexuada definitiva, mas identificações que resultam de processos psíquicos e de relações do sujeito com o(a) outro(a)”

movimentos e posições (ou posições em movimento) pulsionais presentes em homens e mulheres. Mas também encontramos as passagens nas quais o Édipo aparece como organizador normativo produzindo uma identidade sexual definitiva (e positivada quando heterossexual).

Concordo com Ayouch quando ele retoma que para a psicanálise não existe uma “identidade sexual e sexuada definitiva, mas identificações que resultam de processos psíquicos e de relações do sujeito com o(a) outro(a)”. Ele sustenta que a ideia de “uma identidade de gênero ou identidade sexual unificada é uma formação defensiva contra a multiplicidade pulsional, a ambivalência, e o conflito próprios ao inconsciente”⁴⁴.

Assumir uma posição sexuada implica assumir uma identidade de gênero, uma escolha objetal e um modo de gozo? O que define uma mulher? Pensar no termo “mulheres” como significante político, como propõe Butler, é pensar que enquanto significante “não pode ser radicalmente representativo”, afinal “produz a expectativa de unidade, um reconhecimento pleno e definitivo que nunca pode ser alcançado”⁴⁵.

Essa autora propõe a “função performativa e aberta do significante” para construirmos uma “noção democrática de possibilidades futuras”. Ela diz que: “a instabilidade constitutiva do termo (mulheres), sua incapacidade de descrever sequer o que nomeia, é produzida precisamente

35 J. Gondar, *Psicanálise, feminismo e a questão da diferença*.

36 J. Lacan, *Seminário 5: As formações do inconsciente*.

37 P.B. Preciado, *Um apartamento em Urano: crônicas da travessia*.

38 T. Ayouch, *op. cit.*, p. 22.

39 J. Laplanche, 2015.

40 Abraham, Klein e Horney formavam um primeiro grupo de analistas críticos à formulação freudiana da sexualidade feminina. Abraham questionava se ali onde Freud apontava um desconhecimento da vagina não haveria na verdade um recalçamento (J. André, As origens femininas da sexualidade). O desenho anatômico das inervações do clitóris só ficou conhecido no fim do século XX, e ainda que existam registros de saberes sobre a genitália feminina em culturas antigas, um tanto desse conhecimento fora reprimido ou recusado na modernidade (L. Stromquist, *A origem do mundo: uma história cultural da vagina ou a vulva vs. o patriarcado*).

41 Ainda que o falo não represente exatamente o pênis e sim o símbolo de um pênis entumecido satisfazendo uma vagina, ou seja, o falo representaria uma ilusória complementaridade sexual. Quanto a isso, ver *link* na nota de rodapé 30.

42 Ações afirmativas são políticas de reparação instituindo “tratamento preferencial em favor daqueles mesmos grupos de humanos vítimas de injustiça. Essa política repousa na ideia de que, para reparar uma desigualdade, também valorizar uma diferença contra outra diferença” (J. Derrida e E. Roudinesco, *De que amanhã: diálogo*, p. 39).

43 J. Butler, *op. cit.*, p. 22.

44 T. Ayouch, *op. cit.*, p. 87.

45 J. Butler, *Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”*, p. 319.



a (in)conclusão alcançada nesse mapeamento de algumas tensões entre Édipo e feminismo aponta para desdobramentos possíveis. Entre outros, o reconhecimento dessa díade binária hierárquica na conceitualização sobre a mulher e o feminino na psicanálise

por aquilo que é excluído a fim de que a determinação possa acontecer”⁴⁶.

Se cair no essencialismo, o termo perde sua potência performativa, que pode abrir rearticulações imprevistas. Isso nos incita a pensar os feminismos mais em processo contínuo de construção identitária do que numa busca por uma unidade prometida (a mulher como essência). Acho potente a proposta de Butler ao pensar o significativo político como performativo, no sentido de que este carrega uma história de significantes ressignificados e rearticulados.

Questionar as categorias identitárias não significa dispensá-las, afinal é preciso reconhecer “a urgência vital do reflexo identitário”⁴⁷ e, ao mesmo tempo, manter o campo de tensões aberto e em movimento. Afinal toda identidade (pensada aqui como instável) é um “conjunto provisório de exclusões”, portanto abarca uma disputa política permanente, “para aprender a viver a contingência do significativo político em uma cultura de contestação democrática”⁴⁸.

Uma posição clínico-política

Essa noção de democracia remete ao que Derrida fala sobre o mal de arquivo: “A democratização efetiva se mede sempre por esse critério essencial: a participação e o acesso ao arquivo,

à sua constituição e à sua interpretação”⁴⁹. Se a luta feminista por políticas afirmativas é uma luta identitária (tomando identidade como instável) e abarca uma disputa política que sustenta conflitos num campo democrático, me pergunto como isso reverbera no campo psicanalítico.

Segundo Derrida, “ninguém melhor que Freud mostrou como este princípio arcôntico⁵⁰, isto é, paternal e patriarcal, não se colocava senão se repetindo e não retornava para se re-colocar senão no parricídio recalcado ou reprimido no nome do pai morto. O arcôntico é a tomada do poder do arquivo pelos irmãos”⁵¹. O autor salienta, por outro lado, que Freud não escapou à lógica patriarcal.

A lógica patriarcal e o “patriarquivo”⁵² estão enraizados na psicanálise, no pensamento científico, na linguagem, no simbólico, na cultura. Como diz Kilomba, “o uso do masculino genérico para designar humanidade reduz automaticamente a existência das mulheres à não existência”⁵³.

A (in)conclusão alcançada nesse mapeamento de algumas tensões entre Édipo e feminismo aponta para desdobramentos possíveis. Por um lado, o reconhecimento dessa díade binária hierárquica na conceitualização sobre a mulher e o feminino na psicanálise, o que implica assumir que a psicanálise também foi escrita e pensada em cartografias patriarcais. E que isso produziu conceitos com raízes misóginas e consequentes efeitos na relação da psicanálise com o feminismo. Por outro lado, reconhecer a potência psicanalítica que segue revolucionária e múltipla ao pensar o corpo pulsional e ao escutar a singularidade na construção das subjetividades, sempre em transformação. O que movimentar a partir daqui?

Uma questão movimentada no debate atual que foi abordada no decorrer do texto é esta polaridade da *diferença* e da *identidade*. O lugar ocupado pela diferença sexual e sua inscrição psíquica na psicanálise contemporânea, ainda que tenha sido um grande aporte da psicanálise, pois antes do século XVIII imperava o modelo do sexo único⁵⁴, não destituiu de fato a ideia de

sexo único, pois ela se colocou como desigualdade hierárquica, inclusive na teoria psicanalítica. Isso nos convida, a cada retorno aos textos freudianos e pós-freudianos, a encontrar essas tensões e transmiti-las, fazendo circular e possibilitando nos questionar sobre possíveis transformações conceituais e clínicas. E, quanto ao lugar ocupado pela identidade, me parece eticamente importante nos posicionarmos reconhecendo a legitimidade e a importância política das lutas identitárias, reconhecermos que os feminismos denunciam violência e injustiça, que eles têm uma potência transformadora, e atuam na necessária função de criar lugar de fala e representatividade, e de positivar o feminino. Também nos mantermos presentes e críticos, com a escuta atenta pois, por vezes, corre-se o risco de, ao positivar o feminino, provocar uma re-essencialização da mulher no discurso. Vale pensar no que diz Derrida sobre o caráter espectral de cada conceito, e ousar

»
quanto ao lugar ocupado
pela identidade, me parece
eticamente importante
reconhecermos que
os feminismos denunciam
violência e injustiça,
que eles têm uma
potência transformadora

desdobrá-los, reencontrá-los, desconstruí-los (e se necessário, descartá-los⁵⁵), para que, como ele diz, se possa abrir e democratizar os arquivos conceituais e institucionais da cultura humana (o que obviamente inclui a psicanálise).

46 J. Butler, *op. cit.*, p. 361.

47 J. Derrida e E. Roudinesco, *op. cit.*, p. 35.

48 J. Butler, *op. cit.*, p. 366, p. 367.

49 J. Derrida, *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*, p. 16, nota de rodapé.

50 J. Derrida, *op. cit.* Arcônticos remete a *Arque*, que designa começo e comando. Abrigo da história e dos princípios, a palavra arquivo remete ao *Arkheion* grego "a residência dos arcondes, aqueles que comandavam" e que tinham o poder de interpretar os arquivos (p. 12).

51 J. Derrida, *op. cit.*, p. 123.

52 O poder patriarcal dos arcondes (Derrida, *op. cit.*).

53 G. Kilomba, *op. cit.*, p. 108.

54 S. Alonso, De quem é o corpo da mulher? Disponível em: <<https://artebrasileiros.com.br/opiniao/de-quem-e-o-corpo-da-mulher/>>.

55 J. Butler (*Corpos que importam: os limites discursivos do "sexo"*), sobre o termo *Queer*, que se tornou afirmativo, formula perguntas instigantes: "Se agora o termo é submetido a uma reapropriação, quais são as condições e os limites dessa inversão significante? [...] O termo pode superar sua história constitutiva de ofensa?" (p. 369).

Referências bibliográficas

- André J. (1996). *As origens femininas da sexualidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Alonso S. (2002). Interrogando o feminino. In *Figuras clínicas do feminino no mal-estar contemporâneo*. São Paulo: Escuta.
- _____. (2016). Sexualidade: destino ou busca de uma solução? In *Corpos, sexualidades, diversidade*. São Paulo: Instituto Sedes Sapientiae/Escuta.
- _____. (2017). De quem é o corpo da mulher? Disponível em: <<https://artebrasil.com.br/opiniao/de-quem-e-o-corpo-da-mulher/>>.
- Alonso S.; Fuks M. (2014). A construção da masculinidade e a histeria nos homens na contemporaneidade. In Ambra P.E.S.; Silva Jr. N. *Histeria e gênero*. São Paulo: nVersos, 2014.
- Ayouch T. (2015). *Psicanálise e homossexualidades – teoria, clínica, biopolítica*. Curitiba: CRV.
- Benjamin J. (2013). *La sombra del otro: intersubjetividad y género en psicoanálisis*. Madrid: Psimática.
- Birman J. (1999). *Cartografias do feminino*. São Paulo: Editora 34.
- Butler J. (2012). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____. (2019). *Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”*. São Paulo: n-1 edições.
- Caffé M. (2018). Norma e subversão na psicanálise: reflexões sobre o Édipo, *Percurso* n. 60.
- Deleuze G.; Guattari F. (2011). *O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34.
- Derrida J.; Roudinesco E. (2004). *De que amanhã: diálogo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Derrida J. (2001). *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Re-lume Dumará.
- Freud S. (1917/2010). Sobre transformações dos instintos, em particular no erotismo anal. *Obras completas*, v. 14. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____. (1923/2011). A organização genital infantil. In *Obras completas*, v. 16. São Paulo, Companhia das Letras.
- _____. (1924/2011). A dissolução do Complexo de Édipo. In *Obras completas*, v. 16. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____. (1925/2011). Algumas consequências psíquicas da diferença anatômica entre os sexos. In *Obras completas*, v. 16. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____. *Manuscrito inédito de 1931*. São Paulo: Blucher, 2017.
- _____. (1933/2019). A feminilidade. In *Amor, sexualidade, feminilidade* (Obras incompletas de Sigmund Freud). Belo Horizonte: Autêntica.
- Gondar J. (2019). *Psicanálise, feminismos e a questão da diferença*. x Congresso Flapsip.
- Irigaray L. (2017). *Este sexo que não é um sexo: sexualidade e status social da mulher*. São Paulo: Ed. Senac.
- Kehl M.R. (2008). *Deslocamentos do feminino*. Rio de Janeiro: Imago.
- Kilomba G. (2019). *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó.
- Lacan J. (1999). *Seminário 5: As formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Parente A.M. (2020). Fricção entre corpo e palavra: crítica ao Moisés de Freud e Lacan. In *Freud e o patriarcado*. São Paulo: Hedra.
- Preciado P.B. (2020). *Um apartamento em Úrano: crônicas da travessia*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Rubin G. (1984/2017). Pensando o sexo. In *Políticas do sexo*. São Paulo: Ubu.
- Sigal A.M. (2002). Algo mais que um brilho fálico. Considerações acerca da inveja do pênis. In *Figuras clínicas do feminino no mal-estar contemporâneo*. São Paulo: Escuta.
- _____. (2016). Ainda psicanálise no campo da sexuação! In *Corpos, sexualidades, diversidade*. São Paulo: Instituto Sedes Sapientiae/Escuta.
- Stromquist L. (2018). *A origem do mundo: uma história cultural da vagina ou a vulva vs. o patriarcado*. São Paulo: Quadrinhos na Cia.

Oedipus and feminism: tensions to be sustained by Psychoanalysis

Abstract This article presents some considerations about the conceptualization of the Oedipus complex in the encounter with the feminisms, in some axes of tensions and openings. Based on clinical listening and contemporary social and subjective discourses, the article proposes to set in motion some clinical-political problematizations.

Keywords Oedipus complex; sexual difference; female sexuality; feminisms; identities fights.

Texto recebido: 04/2021

Aprovado: 05/2021

Recursos do método psicanalítico diante do intraduzível

Kenia Ballvé Behr
Beatriz Camargo dos Santos

[com Mariana Lutz Biazzi e Clarissa Salle de Carvalho]

Resumo O presente artigo apresenta considerações sobre o tema do *intraduzível* a partir dos desenvolvimentos teóricos de Jean Laplanche, como aquilo que permanece no psiquismo sem tradução, impossibilitando a organização de um espaço que promova recomposições psíquicas e permita um ordenamento do psiquismo. Além disso, são apresentados desenvolvimentos teórico/clínicos de Silvia Bleichmar e Christophe Dejours, voltados para a intervenção em patologias não neuróticas, que demandam alterações da técnica clássica freudiana, para atender às especificidades dessas patologias.

Palavras-chave Laplanche; Bleichmar; Dejours; intraduzível; patologias não neuróticas; arcaico.

Kenia Ballvé Behr é psicanalista, fundadora e docente da Constructo Instituição Psicanalítica, editora da *Constructo Revista de Psicanálise* e fundadora do Grupo Jean Laplanche Brasil.

Beatriz Camargo dos Santos é psicanalista, membro do corpo docente da Constructo Instituição Psicanalítica.

Mariana Lutz Biazzi é membro associado da Constructo Instituição Psicanalítica, membro da comissão editorial da *Constructo Revista de Psicanálise*.

Clarissa Salle de Carvalho é membro associado da Constructo Instituição Psicanalítica, membro da comissão editorial da *Constructo Revista de Psicanálise*, graduada *summa cum laude* em Ciências Humanas pelo Quincy College (USA).

Constituindo um novo paradigma para a psicanálise, os estados não neuróticos se apresentam na clínica a partir de manifestações que propõem um desafio à teoria e à técnica psicanalítica clássica propostas por Freud, uma vez que se mostram como estruturas psíquicas que não se organizam a partir do predomínio do recalçamento. Essas estruturas apresentam características peculiares que evidenciam um funcionamento mais arcaico que aquele presente em sujeitos com dominância neurótica, uma vez que estamos diante de um aparelho psíquico incipiente, que teve seus processos de constituição e complexização dificultados por vivências extremamente traumáticas.

A vivência dessas situações, na maioria das vezes bastante precoce, é recorrente nas patologias não neuróticas. Situações traumáticas que, diferentemente das produzidas pelo encontro do *infans* com o adulto, constitutivas, se tornam impossíveis de serem metabolizadas, justamente por sua intensidade. Esse traumático fica marcado, impossibilitado de fazer parte de uma trama psíquica, não se constituindo como representação simbólica.

A investigação sobre o tema do *intraduzível* diz respeito à presença, no psiquismo, de inscrições que permanecem em estado bruto, impedindo a organização de um espaço que promova recomposições desses elementos. É assim uma via de compreensão que pode abrir portas para a proposição da clínica de patologias que se situam na esfera não neurótica.

O presente artigo parte da teoria da sedução generalizada de Laplanche e do modelo tradutivo do recalçamento tal como trabalhado por esse autor, para delimitar o vasto campo das configurações psicopatológicas em que o recalçamento fracassa ou é insuficiente



*acompanhando o pensamento
de Jean Laplanche,
reportamo-nos ao modelo
tradutivo do recalçamento,
concebido pelo autor no marco
de sua teoria da
sedução generalizada*

para compreender os fenômenos psíquicos que ocorrem. Tomando como eixo central a noção de intraduzível, apontaremos a proximidade entre os conceitos de inconsciente encravado de Laplanche, o arcaico em Silvia Bleichmar e o inconsciente amencial de Christophe Dejours e buscaremos delimitar as singulares propostas de intervenção dos dois últimos autores.

1. O intraduzível

Acompanhando o pensamento de Jean Laplanche¹, reportamo-nos ao *modelo tradutivo do recalçamento*, concebido pelo autor no marco de sua teoria da sedução generalizada. A partir da *Carta 52/112* (1896) da correspondência de Freud com Fliess² o autor encontrou as bases para a formulação da ideia de tradução. Esse documento propõe que o material mnêmico estaria sujeito de tempos em tempos a rearranjos/retranscrições, que se dão em diferentes tempos da vida e, na fronteira entre essas fases, o material psíquico deve ser traduzido gerando uma nova inscrição. Seria uma espécie de programa, em que inicialmente se geram as percepções que, em si, não conservam nenhuma

marca do fato, seguidas pelos *signos de percepção*, primeira inscrição das percepções. Laplanche se pergunta: como a pura percepção já poderia prover signos? Se se tratasse somente da percepção de objetos inanimados, só teríamos indícios e, se fossem apenas indícios, marcas factuais, como poderiam ser propostos para uma primeira tradução pelo sujeito? O autor atribuiu, então, o signo de percepção, essa primeira inscrição no aparelho psíquico, ao significante enigmático, “exatamente como ele se deposita antes de toda tentativa de tradução”³. Essas inscrições serão retranscritas na tentativa de serem traduzidas.

A elaboração do modelo tradutivo levou Laplanche a concluir que “o ser humano é e não cessa de ser autotradutor e autoteorizante. O recalçamento originário não é mais que o primeiro momento e fundador de um processo que dura toda a vida”⁴.

Para Laplanche, a *situação antropológica fundamental* está no início de toda relação inter-humana, e é entendida como

a relação adulto-criança, adulto-*infans*: o *adulto*, que tem um inconsciente tal qual a psicanálise o descobriu, um inconsciente sexual, essencialmente feito de resíduos infantis, um inconsciente perverso no sentido dos *Três ensaios*; a *criança* que não tem disposições sexuais genéticas, que não tem ativadores hormonais da sexualidade⁵.

Essa situação, da qual a criança não pode escapar, é o que vai abrir caminho para a intrusão do universo adulto e para o ingresso da sexualidade desligada, base da *sedução originária* que inaugura a atividade tradutiva e dá início ao processo de autoteorização do ser humano. Essa tendência tradutiva do *infans* tem origem no encontro deste com o adulto desde os inícios da vida, o que por si só tem um efeito traumático, já que recebe do adulto *mensagens enigmáticas* que vêm por meio dos cuidados autoconservativos que este exerce para a sobrevivência do pequeno ser, mas que também veicula na mensagem o sexual, que tem origem no seu próprio inconsciente recalçado. Nos cuidados com o corpo do bebê, as pulsões sexuais

do adulto são despertadas intensamente, embora ele não se aperceba disso e, na situação de sedução, esse pulsional irrompe indo do seu inconsciente até o outro, até o bebê, mesmo este sendo alguém que ainda não é sujeito de inconsciente.

O processo da tradução/recalcamento se dá em dois tempos: no primeiro tempo, a mensagem vinda do adulto é implantada no corpo da criança ainda sem ser compreendida, e somente num segundo tempo, desde o interior, ela passa a agir como um corpo estranho interno: *objetos-fonte da pulsão*, como foram denominados por Laplanche, trazidos pelo adulto do exterior. As tentativas de tradução sempre fracassam parcialmente, deixando atrás de si elementos não traduzidos, que vão constituir os primeiros rudimentos do inconsciente, recalcados originariamente, que se singularizam como fonte de excitação autônoma. Dessa forma, a tradução funda o inconsciente sexual, assim como dá origem a um nível pré-consciente, em especial o Eu, e, nesse sentido, “a tradução das mensagens do outro adulto é essencialmente historização mais ou menos coerente”⁶.

A criança tenta traduzir e historizar essas mensagens em seus aspectos sexuais e enigmáticos, sendo que sua tentativa de traduzir surge de uma metabolização que lhe é própria, ainda que organizada a partir de ligações que se originam na cultura e que lhe são oferecidas pelo adulto. O psiquismo incorpora esses elementos que têm uma origem exógena e, ao mesmo tempo, não são equivalentes ao objeto de proveniência.

O conceito de metábola em Jean Laplanche contribui muito para essa ideia. Mostra a

»
a criança tenta traduzir
e historizar essas mensagens
em seus aspectos sexuais
e enigmáticos, sendo que sua
tentativa de traduzir surge de uma
metabolização que lhe é própria,
ainda que organizada a partir
de ligações que se originam
na cultura e que lhe são
oferecidas pelo adulto

desqualificação entre o inconsciente da criança e o desejo do adulto, ao propor que entre o psiquismo do adulto e o psiquismo em constituição da criança ocorre um processo de decomposição e recomposição metabólica.

Com a noção do enigma aparece uma evidência de ruptura do determinismo, na medida em que o emissor da mensagem enigmática ignora a maior parte do que quer dizer, e na medida em que a criança só possui meios inadequados e imperfeitos de teorização do que lhe é comunicado, acabando desqualificada qualquer causalidade linear entre o inconsciente e o discurso parental, por um lado, e o que faz a criança com isso, por outro lado⁷.

O inconsciente não é o discurso – desejo do outro, justamente em função do duplo metabolismo que o sexual sofreu nesse percurso: deformação na mensagem comprometida do adulto e, depois, na criança receptora, na verdade um trabalho de tradução que remaneja completamente a mensagem implantada, um estranho metabolismo que, como todo metabolismo, é individual e implica decomposição e recomposição⁸.

Essa tradução da criança será dificultada ou impedida porque a mensagem vem do outro, um

1 J. Laplanche, *Novos fundamentos para a psicanálise*.

2 S. Freud, “Carta 52/112”, p. 274-280.

3 J. Laplanche, *Novos fundamentos para a psicanálise*, p. 132.

4 J. Laplanche, *op. cit.*, p. 132-133.

5 J. Laplanche, “A partir da situação antropológica fundamental”, in *Sexual: a sexualidade ampliada no sentido freudiano*, p. 106.

6 J. Laplanche, “Três acepções da palavra ‘inconsciente’ no âmbito da teoria da sedução generalizada”, p. 195.

7 J. Laplanche, “La interpretación entre determinismo y hermenéutica. Un nuevo planteo de la cuestión”, in *La prioridad del otro en psicoanálisis*, p. 161.

8 J. Laplanche, “Três acepções da palavra ‘inconsciente’ no âmbito da teoria da sedução generalizada”, p. 195, 196.

9 J. Laplanche, *op. cit.*, p. 201-202.



para traduzir o aspecto sexual
da mensagem adulta,
a criança precisa recorrer
a novos códigos, que estão
ao seu alcance no meio
familiar e na cultura,
servindo como
um auxílio à tradução

sujeito de inconsciente, como referimos acima, e também porque a criança não possui os códigos necessários para fazer tal tradução. E não haverá tradução se não existirem códigos. Confrontado com as mensagens enigmáticas do adulto, o pequeno hermenêuta não consegue traduzi-las utilizando os códigos que tem à sua disposição, que são códigos autoconservativos⁹. Para traduzir o aspecto sexual da mensagem adulta, precisa recorrer a novos códigos, que estão ao seu alcance no meio familiar e na cultura, servindo como um auxílio à tradução. É o outro que oferece os meios para teorizar, ajudando o *infans* a ligar, simbolizar e traduzir as mensagens enigmáticas a ele endereçadas pelo adulto, sem o que ficaria no desamparo diante da tarefa de conter o sexual traumático que o invade e ataca¹⁰.

Estamos, então, frente a um processo que, ao mesmo tempo, configura-se como uma experiência traumática que desorganiza mas também constitui o sujeito num movimento de autoapropriação, resultado desse processo tradutivo, que poderá possibilitar, em um segundo tempo, metabolizações, perlaborações psíquicas e, assim, a incorporação dessas mensagens a uma trama passível de rearranjos futuros que permitem a constituição das instâncias psíquicas.

A *teoria tradutiva do recalque* de Laplanche propõe que, se uma parte da mensagem puder ser traduzida, participando do processo de constituição do Eu e do pré-consciente, sua parte intraduzível (sexual desligado) inaugura o inconsciente recalçado – como foi mencionado anteriormente –, dividindo a tópica e tornando possível a produção de derivados, sintomas e sublimações, permitindo um funcionamento psíquico baseado no conflito entre os sistemas – um funcionamento normal-neurótico, que se dá pelo processo de *implantação* do sexual.

Por outro lado, temos os traumas psíquicos de outra ordem, que deixam a criança exposta a uma excitação que, por sua natureza e intensidade, pode impedir qualquer tentativa de metabolização, tornando impossível seu domínio e a elaboração psíquica.

Laplanche apresenta o conceito de *intromissão* para compreender o processo pelo qual o trabalho de metabolização ficaria obstaculizado, impedindo a tradução dessas excitações e o domínio das quantidades excessivas. Segundo ele,

enquanto a implantação permite ao indivíduo uma recaptura ativa, com sua dupla face tradutivo-recalcante, deve-se dar lugar a um processo que obstaculiza essa recaptura, dificulta as diferenciações entre as instâncias em vias de formação e põe no interior um elemento rebelde a qualquer metábola¹¹.

Trata-se de um fracasso radical do processo tradutivo, em que nada pode ser traduzido, permanecendo a mensagem original sem trabalho psíquico algum, dando origem ao que ele denomina *inconsciente encravado*, espaço da não tradução, uma espécie de *limbo* onde permaneceriam todas as mensagens não traduzidas (aquelas que sofreram fracasso radical e também aquelas à espera de uma tradução). É um segundo inconsciente, separado por clivagem do inconsciente sexual recalçado. A modalidade principal de defesa do inconsciente encravado não é o recalque, mas a recusa, motivo pelo qual fica, segundo Laplanche, “à flor da consciência”, sendo

mais facilmente sujeito à desestabilização e à irrupção¹².

A partir das hipóteses e formulações de Laplanche, pensamos que possivelmente é o componente de extrema violência da mensagem sexual do adulto que cria esse bloqueio, impedindo qualquer movimento de metabolização por parte do pequeno ser. O autor se pergunta se essas mensagens que ingressam pela via da intromissão, mensagens *não comprometidas*, mas *habitadas sem distância* pelo inconsciente¹³, por isso mesmo poderiam não ser portadoras de um enigma, já que constituiriam o próprio inconsciente do adulto. O não traduzível não pode ser incorporado justamente por seu caráter intrusivo. Trata-se de um desligado sem fixação ao inconsciente, sem articulação simbólica, que se manifesta no corpo e em comportamentos compulsivos, produzindo um empobrecimento significativo dos recursos psíquicos do sujeito.

2. Simbolizações de transição – Silvia Bleichmar

Silvia Bleichmar parte das ideias de Jean Laplanche, mas ao longo de sua trajetória enriquece seus desenvolvimentos, especialmente a partir de seu trabalho com crianças e de seus estudos sobre o recalçamento originário, desde onde aprofunda seu conhecimento e suas pesquisas em relação aos tempos mais primordiais do psiquismo. A autora também define que quem se ocupa dos cuidados do *infans*, além de sexualizá-lo, exerce uma função de ligação, que se estabelece através de sua observação atenta e afetuosa em seus cuidados para com ele. O que possibilita essa ação é um *narcisismo transvasante*, proveniente do Eu materno, que lhe permite identificar o filho e, ao mesmo

»»

Silvia Bleichmar parte das ideias de Jean Laplanche, mas ao longo de sua trajetória enriquece seus desenvolvimentos, especialmente a partir de seu trabalho com crianças e de seus estudos sobre o recalçamento originário, desde onde aprofunda seu conhecimento e suas pesquisas em relação aos tempos mais primordiais do psiquismo

tempo, reconhecê-lo em sua diferença, como algo da ordem do amor que transvasa o bebê no sentido narcísico. As ligações vão se estabelecendo a partir desse envoltório amoroso oferecido a ele, o que favorece a ligação, o fortalecimento do Eu e, assim, enriquece as possibilidades de exercer a ação tradutiva. A falha desse processo, em função de dificuldades egoicas maternas, pode dificultar a estruturação do Eu e do pré-consciente, assim como a organização da incipiente economia psíquica.

A autora concebe o aparelho psíquico como sendo aberto ao real, se constituindo através de inscrições que, oriundas do exterior, serão situadas no aparelho ao mesmo tempo que a tópica psíquica se organiza. Nesse sentido, existem no inconsciente diferentes formas de inscrição e organizadas de modos diversos, sendo que algumas delas são elementos que nunca foram recalçados e, em razão disso, não podem ser trabalhadas através da interpretação pela via da associação livre, sendo a ligação nesses casos a estratégia terapêutica principal. E é no desenvolvimento desse tipo de intervenções que nos deteremos, denominadas pela autora como *simbolizações de transição* que, através de *pontes simbólicas*, podem

10 J. Laplanche, *op. cit.*, p. 206.

11 J. Laplanche, "Implantación, intromisión", in *La prioridad del outro em psicoanálisis*, p. 106.

12 J. Laplanche, "Três acepções da palavra 'inconsciente' no âmbito da teoria da sedução generalizada", p. 196-199.

13 J. Laplanche, *op. cit.*, p. 190-199.



*em Freud, a construção
aparece como uma possibilidade
de intervenção ligada
à repetição e ao que não
se pode pôr em palavras.
Tem como propósito restituir
um fragmento da história
infantil esquecida*

ligar aqueles elementos que não são passíveis de interpretação¹⁴.

Silvia Bleichmar propõe um aparelho que, ao mesmo tempo que se constitui como efeito do recalque originário, deixa elementos soltos, desligados, da ordem do arcaico. Assim, as primeiras marcas do psiquismo são inscrições que não necessariamente serão recalçadas, podendo permanecer no aparelho como esses elementos soltos que nunca serão transcritos, e que estarão no inconsciente ao lado de outros que foram recalçados e tornaram-se representação-coisa. A ideia de elementos que não se fixaram ao inconsciente recalçado, escapando ao processo de transcrição/tradução, se aproxima do conceito de inconsciente encravado, proposto por Laplanche, e apresentado como um lugar onde estariam depositadas as inscrições sem trabalho psíquico algum, um espaço das mensagens não traduzidas.

Para ela, o arcaico e o originário respondem a dois modos de processamento psíquico e definem duas formas de intervenção. Bleichmar assevera a importância de avaliar a materialidade dessas representações para saber o que fazer com elas. Interpretá-las? Ligá-las?

A autora rastreia os signos de percepção propostos por Freud¹⁵ na *Carta 52* como um modo de inscrição passível de transcrição. Sua origem estaria em indícios que não são símbolos de nada, mas que operam na estruturação do entramado simbólico de transição. Tornam-se símbolo quando o sujeito se constitui e possui um código de interpretação. Ao mesmo tempo, são elementos psíquicos que aparecem nas modalidades compulsivas do psiquismo, nos referentes traumáticos não sepultáveis pela memória e pelo esquecimento, desprendidos da vivência dos primórdios da vida, não articuláveis¹⁶.

Bleichmar estabelece ainda a diferença entre indícios e signos de percepção, propondo que os indícios são elementos desprendidos do real, metonímicos em relação aos objetos, fragmentos metabólicos de algo da experiência, enquanto os signos de percepção são representações ativadas (se não forem freadas) em seu encontro com o objeto do mundo e, estando muito investidas, tendem a tomar a seu encargo toda a energia psíquica¹⁷.

2.1. Comentários em relação ao conceito de construção

Em Freud, a construção aparece como uma possibilidade de intervenção ligada à repetição e ao que não se pode pôr em palavras. Tem como propósito restituir um fragmento da história infantil esquecida e, na medida em que o próprio analista também não o conhece, pode tomá-lo da teoria. O que Freud propôs, por meio da construção, foi a possibilidade de introduzir uma teorização no ponto em que as associações do paciente se esgotaram, buscando recuperar a historicidade. O analista toma algum dado histórico do paciente ou algum elemento teórico e faz uma construção que utiliza para propor o enlace que falta¹⁸.

Bleichmar lembra que o esquecimento de um fragmento da história infantil nem sempre está ligado à possibilidade de que tenha havido amnésia. A amnésia infantil não é somente consequência

da ação do recalçamento, pois algumas vezes as representações podem ter sido produzidas em um momento em que não havia sujeito constituído que tornasse a recordação possível e, portanto, o elemento que falta não faz parte do patrimônio subjetivo do sujeito.

A autora questiona também o fato de a construção ser proposta por Freud como uma progressão no tempo, afirmando que, na medida em que um traumatismo severo na vida adulta é atual, não estamos diante de um fragmento esquecido da infância¹⁹. E mais: é fundamental que o enunciado teórico proposto pelo analista, assim como o fragmento histórico oferecido para preencher a falta existente, tenha relação com restos da experiência vivida pelo paciente, comprovados pela possibilidade de associações dele. Caso isso não ocorra, serão espécies de *próteses* que apenas cumprem aparente e temporariamente o objetivo de recuperar a história infantil, possivelmente tornando ainda mais complexo o resgate desse espaço do não traduzido.

2.2. Intervenções simbolizantes

Nas *intervenções simbólicas* propostas por Bleichmar, um dos aspectos centrais deste texto, diferente do que ocorre nas interpretações de conteúdos do inconsciente, a função do analista é tomada por ela como equivalente da função de *rêverie* materna (Bion), que seria a capacidade de a mãe/analista *pensar o outro*. Fazendo referência a uma afirmação de Piera Aulagnier, ela diz que o analista não é a memória de vida do paciente, mas a memória de sua análise, e complementa

afirma Bleichmar que a construção, como qualquer intervenção simbolizante, é simplesmente um elemento de transição, proposto como uma ponte a partir da qual se começa a pensar. Não pretende ter o nível de convicção de uma interpretação.

essa ideia, dizendo “que o paciente pode fazer sua história, se o analista pode recompor com ele elementos dessa história”²⁰.

Afirma Bleichmar que a construção, como qualquer intervenção simbolizante, é simplesmente um elemento de transição, proposto como uma ponte a partir da qual se começa a pensar. Não pretende ter o nível de convicção de uma interpretação. Seria apenas um lugar de partida, como são todos os fragmentos simbólicos que se propõe. Nesse sentido, são pontes simbólicas de transição, para estabelecer nexos naqueles casos em que há uma fratura na simbolização.

Trata-se de um recurso que só pode ser empregado quando se está diante do não traduzido, da ordem do arcaico, altamente perturbador para o paciente que não pode associar. E, quando isso ocorre, o analista não estaria interpretando, mas, como diz Bleichmar, estaria produzindo um *entretido simbólico*²¹.

Diz a autora que o importante é

que esse elemento metabolizável permita criar possibilidades associativas e sair de um terreno pantanoso, não só na análise, mas também, do lado do paciente, em sua vida em geral, sobretudo nos traumatismos muito severos.

14 S. Bleichmar, “Simbolizações de transição. Uma clínica aberta ao real”, in *Do motivo de consulta à razão de análise e outros ensaios psicanalíticos*, p. 31-58.

15 S. Freud, “Carta 52/112”, p. 274-280.

16 S. Bleichmar, *Do motivo de consulta à razão de análise e outros ensaios psicanalíticos*, p. 33.

17 S. Bleichmar, *Inteligencia y simbolización: una perspectiva psicoanalítica*, p. 293.

18 S. Bleichmar, *op. cit.*, p. 413.

19 S. Bleichmar, *op. cit.*, p. 361.

20 S. Bleichmar, *op. cit.*, p. 415.

21 S. Bleichmar, *op. cit.*, p. 414-417.





*diante de situações
de traumatismo, os elementos são
inscritos, mas não se fixam
no inconsciente, avançando
todo o tempo pela tópica.
O problema não é o recalçamento,
mas o fato de que algo
não pode cair na amnésia,
aparecendo como uma ação
compulsiva, por exemplo*

Isto eu penso para situações traumáticas graves ou elementos retomados de histórias muito traumáticas²².

Bleichmar introduz o conceito de simbolizações de transição como a possibilidade de oferecer um nexos para a captura dos restos do real. Essa técnica permite a apropriação de um fragmento representacional que não pode ser apreendido pela livre associação e cujo significado escapa e insiste com frequência como compulsão²³. As simbolizações de transição caracterizam-se pela implantação de contextos relatados ou conhecidos por ocasião do processo de cura (informações fornecidas por algum familiar, por exemplo), embora ainda não tenham sido relacionados com o elemento emergente.

O caráter metonímico do objeto retranscrito na análise assume um caráter metafórico mas ainda insuficiente, sendo que o principal do elemento traumático é o elemento metonímico, não metafórico. O traumatismo se caracteriza por arrastar restos do vivenciado, e a metáfora é a forma de simbolização daquilo que ficou ali, sem ancoragem, mas requer o reconhecimento de sua especificidade, porque foi onde encontrou os elementos investidos, excitantes, que o

encarnam. Antes de uma interpretação, é fundamental

reconhecê-lo como resto do real vivenciado, significá-lo nessa ordem e relacioná-lo ao objeto originário no contexto da relação de transferência. Se não for feita desse modo, a interpretação não tem o menor valor para o sujeito. Nisto consiste o operador que chamo de “simbolizações de transição”, pontes, autotransplantes, nos quais o analista inclui inevitavelmente a perspectiva teórica, mas a entretece com os restos vivenciais e excitantes das representações de quem as padece²⁴.

Segundo a autora, quando lidamos com patologias graves ou mesmo quando estamos trabalhando num momento não neurótico de qualquer paciente, eventualmente chegamos a um ponto em que a associação se detém e é necessária uma tomada de posição diante da falta da associação. Na verdade, isso que não está recalcado nem repudiado, que está em estatuto como que de latência psíquica e que, muitas vezes, produz um quadro grave, carece de um organizador simbólico, de uma ponte simbólica. O que Bleichmar sugere é a possibilidade de produzir aí uma representação, uma simbolização de transição, dada pela materialidade mais próxima daquilo que possibilite retomar e recompor o caminho. A grande questão não é interpretar esses fragmentos do real vivencial, mas estruturá-los de algum modo e não perdê-los no conjunto, resgatando o caráter do traumático para chegar a uma simbolização segunda. Caso isso não aconteça, formam-se os núcleos mais patológicos que insistem sem metabolização psíquica²⁵.

Diante de situações de traumatismo, os elementos são inscritos, mas não se fixam no inconsciente, avançando todo o tempo pela tópica. O problema não é o recalçamento, mas o fato de que algo não pode cair na amnésia, aparecendo como uma ação compulsiva, por exemplo. Se o que determina essa formação tiver relação com o inconsciente, a solução seria interpretar, mas se o determinante estiver relacionado com o inconsciente, embora não sendo parte da emergência

deste, tem que ligar. Esta é a ideia de simbolizações de transição proposta por Bleichmar. Há que reordenar de algum modo esses elementos através de uma ponte simbólica diante de conteúdos que não podem ser interpretados e diante da impossibilidade de o paciente associar sobre eles²⁶.

3. A perlaboração pelo sonho – Christophe Dejours

3.1. Corpo e traumatismo

Christophe Dejours dedicou-se a importantes estudos sobre o corpo e a psicossomática antes de conhecer Jean Laplanche, sendo essa uma das diferenças do desenvolvimento teórico de ambos. Apoiou-se na teoria da sedução generalizada de Laplanche, passando a incluí-la em seus estudos sobre as patologias não neuróticas. Além disso, formulou uma hipótese relativa a uma terceira tópica, na qual Laplanche se inspirou anos depois. Embora estejam de acordo com a ideia central referente à existência de dois inconscientes independentes entre si, existem divergências em relação a um dos inconscientes. Os dois autores estão de acordo que o “inconsciente sexual ou recalcado”, está na origem das pulsões. A discordância se dá em relação ao outro inconsciente, onde as mensagens permanecem não traduzidas. Enquanto Laplanche refere-se ao “inconsciente encravado”, onde se encontram mensagens na espera de tradução e outras praticamente impossíveis de traduzir, situando a causa disso na ausência de códigos de tradução, Dejours refere-se ao inconsciente amencial, onde encontram-se mensagens secundárias a um primeiro acontecimento que tem relação

»»

*Dejours leva em conta
também a questão do afeto
para situar a forma como
o corpo se revela
para si mesmo. A experiência
do corpo, o que é sentido
nele constitui, para o autor,
o ponto de partida
para a construção
da subjetividade*

com a natureza da mensagem – frequentemente advinda da violência do adulto –, um *acidente de sedução* que gera uma impossibilidade total de pensamento e de tradução da criança.

Voltando-nos especificamente às ideias de Dejours, ele propõe o tema do corpo em sua dupla dimensão: biológica e erógena. O primeiro corpo, o biológico, está dado desde o nascimento, e o segundo, o erógeno, tem origem no primeiro, sendo o resultado da relação entre o adulto e a criança. Através dessa relação deve ocorrer uma subversão libidinal da ordem biológica em proveito da gênese da ordem erótica. Dejours leva em conta também a questão do afeto para situar a forma como o corpo se revela para si mesmo. A experiência do corpo, o que é sentido nele constitui, para o autor, o ponto de partida para a construção da subjetividade²⁷.

Enquanto Freud propõe que o corpo erógeno surge por apoio da pulsão na função fisiológica, num processo endógeno que funda a sexualidade psíquica, para Dejours o sexual vem do encontro do outro com o *infans*, e as partes do corpo que se constituíram em zonas erógenas serão paulatinamente subvertidas com a instalação do segundo corpo. Assim, este surge quando a necessidade

22 S. Bleichmar, *op. cit.*, p. 418.

23 S. Bleichmar, *Do motivo de consulta à razão de análise e outros ensaios psicanalíticos*, p. 40.

24 S. Bleichmar, *op. cit.*, p. 43.

25 S. Bleichmar, “Simbolismo e transição. Modos de intervenção em patologias graves”.

26 S. Bleichmar, “Simbolismo e transição...”.

27 K. B. Behr *et al.*, “Marcas corporais, marcas psíquicas. O processo de estruturação do psiquismo no encontro analítico”, p. 71.



*o adulto desencadeia
na criança excitações que
devem ser metabolizadas por ela,
que têm origem no próprio
inconsciente dele e
que se constituem como
uma situação traumática
em função da assimetria
existente entre ambos*

se desvincula parcialmente do instinto e a pulsão passa a reger o sexual.

Tomando como base a teoria da sedução generalizada, Dejours afirma que a relação entre a criança e o adulto que se ocupa dela se dá inicialmente através do corpo, embora esses cuidados não se restrinjam ao autoconservativo, uma vez que o adulto está atravessado pelo sexual que inevitavelmente se faz presente nas mensagens que envia à criança. Nessa relação assimétrica, o *infans* fica dominado pelo adulto que se ocupa de seus cuidados básicos. O contato com seu corpo desencadeia, no adulto, fantasias inconscientes que se relacionam com suas próprias vivências recalçadas. Como diz Laplanche: “as fantasias mais antigas voltam a se movimentar no adulto, pelo aparecimento desse pequeno ser, desse outro Eu-mesmo em outro tempo, entregue aos cuidados corporais mais deliciosos e talvez mais perversos”²⁸.

A partir disso, o adulto emite à criança mensagens enigmáticas pré-conscientes/conscientes, comprometidas pelo seu inconsciente, que levarão a criança a uma tentativa de tradução das mensagens. Para Dejours, essa tradução não tem relação direta com a mensagem que a criança recebe do adulto, diferente do que propõe Laplanche.

O que ela tenta traduzir é o que sente em seu corpo, onde a mensagem se implanta, dando início, então, à formação do corpo erógeno²⁹. Entre essa experiência dos dois corpos e a tradução, é necessário um trabalho psíquico de ligação da excitação que se manifesta no corpo na forma de prazer sensual. O corpo intervém como detentor de um primeiro poder de tradução.

O processo de subversão libidinal se inicia, então, por meio da intersubjetividade. A excitação que nasce no corpo da criança, sua atividade de tradução, a apropriação dos jogos com o seu próprio corpo

é já uma perlaboração antes da linguagem. É uma apropriação do corpo pelo corpo [...] essa tradução é inevitavelmente imperfeita, deixando um resto não traduzido, o que não foi traduzido insiste e tende a voltar, mas dessa vez do interior, constituindo a gênese da sexualidade infantil³⁰.

O adulto desencadeia na criança excitações que devem ser metabolizadas por ela, que têm origem no próprio inconsciente dele e que se constituem como uma situação traumática em função da assimetria existente entre ambos. Mas esse encontro pode também provocar no adulto, em função daquilo que é acionado dentro dele, reações desproporcionais ou inadequadas, que podem levar a um agir extremamente violento em relação à criança, como, por exemplo, abusos, agressões físicas ou abandono.

Ao mesmo tempo, essa violência que provoca essa sobrecarga de excitação no *infans* pode ocasionar um transbordamento ou uma fragmentação do Eu da criança, assim como dificultar seu pensar e sua capacidade de traduzir. Tudo isso seria determinado, então, por situações traumáticas graves originadas na relação entre adulto e bebê, que configuram os *acidentes de sedução*³¹. Justamente esse impedimento do pensar foi a razão pela qual Dejours denominou o inconsciente, onde se alojam os elementos desligados do psiquismo, de *amencial*. Enquanto o que pertence ao inconsciente sexual recalçado se expressa

como corpo habitado, corpo dos jogos eróticos, o que faz parte do inconsciente amencial se manifesta por impotências, zonas inabitadas e frias do corpo, que não contribuem com a sensualidade nem com a vida erótica, as quais são proscritas³².

Ao ser incluída a violência do abandono como um fator que impede a criança de pensar e, portanto, de traduzir determinados conteúdos incluídos no inconsciente amencial, é fundamental que se faça uma diferenciação entre a violência física que atinge diretamente o corpo da criança (impedindo que ele se desprenda do corpo biológico e passe a ser parte do corpo erógeno) e a violência de abandono vivida por ela em função de uma profunda indiferença ou intenso ódio do adulto encarregado de seus cuidados. Embora o *infans*, nesse caso, não necessariamente apresente o corpo biológico ou parte dele gravemente cindido do corpo erógeno, por certo ocorrerá uma grave cisão entre corpo e psíquico, porque seu psiquismo não corresponderá a sensações provenientes de seu próprio corpo biológico³³.

3.2. *Dejours e o sonho*

Diferente da proposta laplancheana em que as mensagens não traduzidas se mantêm no inconsciente engravado em espera de uma tradução, Dejours pensa que a única via de acesso ao que foi proscrito é o sonho. A capacidade onírica de formar imagens permite que ocorra uma figuração daquilo que estava até então não traduzido e que assim já pode aparecer para o sujeito. Esse é um processo que, segundo o autor, é capaz de remanejar profundamente a estrutura clivada, uma vez que é a partir desse trabalho que o conteúdo do inconsciente amencial pode ser transferido para

28 J. Laplanche, "Metas del proceso analítico", p. 189.

29 C. Dejours, *Os dois corpos*, p. 8.

30 B. Kanabus, *Christophe Dejours – o corpo inacabado entre fenomenologia e psicanálise: entrevista*, p. 336.

31 C. Dejours, *Psicossomática e teoria do corpo*, p. 126.

32 C. Dejours, "Clivagem e recusa, inconsciente amencial (Dejours), inconsciente engravado (Laplanche): a terceira tópica".

33 K.B. Behr et al., *op. cit.*, p. 74.

34 K.B. Behr et al., *op. cit.*, p. 81.

35 S. Freud, "La interpretación de los sueños", p. 345-354.

é através da regressão formal
que os protopensamentos
que estão no amencial
se tornam imagens e são
apreendidos pelo trabalho
onírico, podendo ser, assim,
reapropriados a uma outra
ordem de subjetividade

o inconsciente sexual recalcado. Essa reconquista ocorre através do trabalho que Dejours denomina de *perlaboração pelo sonho*, que reapropria os jogos corporais que estavam banidos do circuito da tradução e do recalque³⁴.

É através da regressão formal, uma das exigências a que estão submetidos, segundo Freud³⁵, os pensamentos do sonho, que os protopensamentos que estão no amencial se tornam imagens e são apreendidos pelo trabalho onírico, podendo ser, assim, reapropriados a uma outra ordem de subjetividade. Ocorre, dessa maneira, uma figuração dos jogos corporais anteriormente proscritos pelos acidentes de sedução que são, com isso, recuperados. Porém isso não acontece através de interpretações exaustivas do analista, mas pelo trabalho do sonho, do engajamento do corpo, de gestos que expressam os jogos corporais que serão reapropriados. Assim, os registros corporais expressivos podem ser expandidos, o que possibilita ao sujeito ter acesso a novos registros de sensibilidade e a uma nova capacidade de experimentar os afetos do corpo.

Os pensamentos latentes produzidos em análise podem ser o material desses sonhos, mas a recomposição ocorre essencialmente através do





*aquilo em que se toca
no trabalho de análise
e poderia desencadear
uma crise somática ou psicótica
já pode ser abordado por meio
da fantasia, o que amplia os registros
expressivos do corpo e dá
a capacidade de reintegração
desse conteúdo ao
circuito psíquico*

trabalho do sonho. O sonho não é uma tradução, mas uma figuração daquilo que foi proscrito. É dessa forma que o proscrito pode ser reconquistado pelo sujeito e transformado em memória a partir daquilo que se toca transferencialmente. O que é mobilizado pela relação transferencial e, posteriormente, aparece no sonho, dá ao paciente a possibilidade de resgate de experiências traumáticas vividas na sua maioria precocemente, sobre as quais ele agora pode falar.

Dessa maneira, aquilo em que se toca no trabalho de análise e poderia desencadear uma crise somática ou psicótica já pode ser abordado por meio da fantasia, o que amplia os registros expressivos do corpo e dá a capacidade de reintegração desse conteúdo ao circuito psíquico. Assim, o motor inicial do processo de perlaboração pelo sonho é a transferência, que mobiliza o amencial e provoca uma tensão que, se não desencadear uma crise, fica em latência até poder se manifestar durante o sono, por meio do sonho.

O trabalho de perlaboração pelo sonho proposto por Dejours se distancia do pensamento freudiano, à medida que propõe ao sonho um poder de transformação. Do mesmo modo que o sonho traumático de Freud, os conteúdos que

aparecem durante o sono estão desligados no psiquismo e repetem situações traumáticas vividas pelo paciente. Porém o aparecimento onírico desse material, para Dejours, oferece a possibilidade de reintegração ao inconsciente recalçado de elementos que estavam no inconsciente amencial, o que pode promover uma profunda modificação da tópica psíquica. Segundo o autor, “do que não era habitado, não vivido, do que se escapava à vida, algo pode ser retomado”³⁶. Há, assim, uma passagem da experiência vivida à sua simbolização.

Dejours explica como aceder a essa experiência subjetiva do corpo, afirmando que a única passagem possível é a palavra, e o analista só tem acesso ao sonho por meio da palavra do paciente que conta o sonho.

Quando falo a alguém, quando me ouço falar sobre a minha experiência das coisas que desconhecia porquanto não as tinha dito, dou-me conta de que falar a alguém é o mais poderoso meio de pensar, de transformar e de fazer passar de uma certa forma esse padecer fundamental que se experiencia³⁷.

Ao mobilizar a zona amencial, a transferência permite, por meio do processo de perlaboração pelo sonho, que zonas inabitadas do corpo sejam endereçadas ao inconsciente sexual. Contudo, Dejours alerta que há também aí o risco de desestabilização da tópica psíquica, podendo causar no paciente um excesso de violência ou de angústia. No entanto, o aparecimento do material no sonho, provocado pela relação transferencial, ao não causar mais medo ao paciente com esse registro até então proscrito, permite ao paciente finalmente falar sobre ele. É a via da transferência que efetivamente permite a perlaboração pelo sonho³⁸. E é assim que surge a possibilidade de o paciente falar sobre aquilo que estava mudo dentro dele. As imagens que então afloram em sua cabeça e podem ser contadas conduzem a lembranças que poderão ser incluídas em sua história, aumentando assim o seu saber de si.

Dessa maneira, o sonho, segundo Dejours, se situa no cerne do processo de cura, uma vez que

é considerado não apenas um testemunho do inconsciente, mas um verdadeiro construtor de memória psíquica. “Pelo recalque, o sonho produz memória e, ao criar novas cadeias associativas, trata a angústia, ligando a excitação”³⁹. Ou seja, o sonho faz com que as experiências da vida de vigília sejam retomadas pelo psiquismo, sendo, assim, reintegradas à construção da história do sujeito, reorganizando seu funcionamento psíquico.

Palavras finais

As propostas teórico-clínicas apresentadas aqui permitem concluir que as elaborações e discussões dos autores citados propõem e reafirmam que a impossibilidade radical de tradução de elementos inscritos no psiquismo se dá pelos excessos traumáticos que ocorrem, na maioria das vezes, durante a infância e que obstaculizam o trabalho psíquico de tradução e de simbolização, a articulação com outros elementos do psiquismo e a transcrição para o inconsciente recalçado. Novas formas de intervenção se fazem necessárias diante de patologias que não se pautam predominantemente pelo recalçamento, pelo conflito entre os sistemas e pelo sintoma.

Embora Bleichmar e Dejours tenham mantido uma importante identidade com o pensamento de Laplanche, percorreram caminhos diferentes para propor novos recursos da técnica que permitem ampliar as condições de analisabilidade das patologias não neuróticas, encontrando uma clínica capaz de fazer frente ao intraduzível, sem abandonar aquilo que é fundamental na psicanálise.

Bleichmar propõe a evidência de lacunas psíquicas que se estabelecem em razão de signos de percepção não recalçados, que definem uma predominância de elementos arcaicos na tópica, tendo

»
*embora Bleichmar e
Dejours tenham mantido
uma importante identidade
com o pensamento de Laplanche,
percorreram caminhos diferentes
para propor novos recursos
da técnica que permitem
ampliar as condições de
analisabilidade das patologias
não neuróticas*

como origem traumatismos severos e precoces e/ou a pobreza de investimentos narcísicos maternos que determinam sérias falhas na constituição egoica e na representação do Eu do *infans*. Por sua vez Dejours descreve falhas na constituição do corpo erógeno e na produção de pensamento da criança que, a par de determinarem dificuldades na sexualidade do sujeito, impedem a tradução do desligado que ingressa no psiquismo. A origem estaria determinada por reações extremamente inadequadas do adulto em relação à criança, tanto de violência física como de abandono, que surgem daquilo que é acionado em seu inconsciente a partir do contato com o corpo da criança.

Segundo Laplanche, a prática analítica tem por significação latente e por meta voltar a pôr em jogo o conflito originário copernicano, aquele que deu nascimento ao jogo de forças secundário e ao conflito derivado, que depois se dá entre o Eu e seu outro interno⁴⁰. Com esse mesmo pensar nossos dois autores propõem abordagens que dão conta de uma nova tentativa de estruturação do Eu, com a possibilidade de traduções daquilo que nunca foi traduzido, para que o sujeito possa se apropriar de elementos até então não ligados. Uma tradução pode ser possível, através de pontes

36 B. Kanabus, *Christophe Dejours – o corpo inacabado entre fenomenologia e psicanálise: entrevista*, p. 334.

37 B. Kanabus, *op. cit.*

38 B. Kanabus, *op. cit.*

39 C. Dejours, *Primeiro, o corpo: corpo biológico, corpo erótico e senso moral*, p. 59.

40 J. Laplanche, “Metas del proceso analítico”, p. 193.

de simbolização ou da perlaboração pelo sonho, uma vez que qualquer mensagem, seja ela implantada ou intromissionada, num primeiro momento é apenas inscrita, podendo ficar em estatuto de espera de tradução.

Dessa maneira, a partir da força acionada pela situação transferencial e pela relação com o enigma,

o processo analítico, como uma reabertura do processo originário, tem como meta conquistar o outro externo, fonte de mensagens enigmáticas, uma verdadeira “pulsão a traduzir”⁴¹. Só assim, segundo Laplanche, podemos chegar a algo novo, mas que tem sua fonte no originário do ser humano.

41 J. Laplanche, *op. cit.*, p. 196.

Referências bibliográficas

- Behr K.B.; Santos B.C. dos; Carvalho C.S.; Biazzi M.L. (2020). Marcas corporais, marcas psíquicas. O processo de estruturação do psiquismo no encontro analítico. *Constructo Revista de Psicanálise*. Porto Alegre, n. 5, p. 62-99.
- Bleichmar S. (1998). *Simbolismo e transição. Modos de intervenção em patologias graves*. Conferência não publicada, traduzida por Sonia Piva e proferida anteriormente à fundação da Constructo Instituição Psicanalítica. Porto Alegre.
- _____. (2009). *Inteligencia y simbolización: una perspectiva psicoanalítica*. Buenos Aires: Paidós.
- _____. (2015). Simbolizações de transição. Uma clínica aberta ao real. In *Do motivo de consulta à razão de análise e outros ensaios psicanalíticos*. São Paulo: Zagodoni, p. 31-58.
- _____. (2015). *Do motivo de consulta à razão de análise e outros ensaios psicanalíticos*. São Paulo: Zagodoni.
- Dejours C. (2019). *Primeiro, o corpo: corpo biológico, corpo erótico e senso moral*. Porto Alegre: Dublinense.
- _____. (2019). *Psicossomática e teoria do corpo*. São Paulo: Blucher.
- _____. (2019). *Os dois corpos*. Conferência proferida na Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre (SPPA). Porto Alegre.
- _____. Clivagem e recusa, inconsciente amencial (Dejours), inconsciente encravado (Laplanche): a terceira tópica. *Constructo Revista de Psicanálise*. Porto Alegre, n. 3, p. 18-47.
- Freud S. (1896/1991). Carta 52/112. In *Freud, S. Obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu, v. I, p. 274-280.
- _____. (1920/1991). Más allá del principio de placer. In *Freud, S. Obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu, v. XVIII, p. 1-62.
- _____. (1991). La interpretación de los sueños, VI. In *Freud, S. Obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu, v. V, p. 345-355.
- Kanabus B. (2015). Christophe Dejours – o corpo inacabado entre fenomenologia e psicanálise: entrevista (2013). *Psicologia USP*. São Paulo, v. 26, n. 3. Disponível on-line em: <<https://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/109964>>. Acesso em: 18 jan. 2021.
- Laplanche J. (1996). Implantación, intromisión. In *La prioridad del otro en psicoanálisis*. Buenos Aires: Amorrortu, p. 103-106.
- _____. (1992). *Novos fundamentos para a psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (1996). La interpretación entre determinismo y hermenéutica. Un nuevo planteo de la cuestión. In *La prioridad del otro en psicoanálisis*. Buenos Aires: Amorrortu, p. 135-166.
- _____. (1999). Metas del proceso analítico, In *Entre seducción e inspiración: el hombre*. Buenos Aires: Amorrortu, p. 181-198.
- _____. (2015). Três acepções da palavra inconsciente. In *Sexual: a sexualidade ampliada no sentido freudiano 2000-2006*. Porto Alegre: Dublinense, p. 190-206.

Resources of the psychoanalytic method at odds with the untranslatable

Abstract This article presents some remarks on the topic of the *untranslatable* departing from the theoretical developments of Jean Laplanche, as what remains in the psyche without translation, turning it impossible to organize a space that promotes psychic recompositions and allows an ordering of the psyche. Moreover it presents theoretical/clinical developments by Silvia Bleichmar and Christophe Dejours which aim at a clinical approach to non-neurotic pathologies that demand substantial changes in the classic Freudian technique so to meet the specificities of these pathologies.

Keywords Laplanche; Bleichmar; Dejours; the untranslatable; non-neurotic pathologies; the archaic.

Texto recebido: 03/2021

Aprovado: 05/2021

Ouço pássaros – do trauma ao sonho

Malena Calixto

Resumo Este texto percorre a vida de Anastácia por meio dos pesadelos que a acompanham, como sonhos traumáticos. A autora visa investigar a capacidade ou a possibilidade de o trauma virar sonho sob uma hipótese: de que a repetição seria uma espécie de chamado ao psiquismo para que este realize um trabalho de inscrição do evento traumático que servirá de base para outros trabalhos psíquicos, como o luto e o sonho.

Palavras-chave trauma; luto; repetição; trabalho; sonho; elaboração.

Malena Calixto é psicanalista e escritora. Autora do livro *Qria*, no prelo, pela Editora Livre.

Língua de luz Feixe de amor Retratos da morte.

Amor é fotografia. Não entendo bem a mania do povo de Minas em chamar baú de caixão.

“Filha. Pega lá no caixão minha identidade dentro daquela pasta de elástico amarela”.

Caixão? Identidade? Uai.

Sempre achei que falava com fantasmas quando versava com minha mãe. Figura morrida. Repetia o mesmo mantra. “Morri com seu pai. Nunca quis arranjar homem nenhum pra botar no lugar dele”.

Ela só tinha trinta, e eu, um e meio. Fotografias do fim, amor em detalhes. Várias delas desenhavam o desaparecimento do pai. Moravam numa pasta de elástico dentro do caixão no quarto do meio. Por que razão ficava ali ao alcance da curiosidade de uma menina? Tudo escancarado. Grafias de luz. Revelação da realidade. Algumas rasgadas, outras inteiras. Pretas, brancas, estouradas.

“Vamos dormir, filha!”

No quarto do meio ao lado do caixão, todos os dias. De lá saíam os piores pesadelos. Cheios de final. Partidos, como fotos, ganhavam vida na noite.

Um fusca amassado no meio das pedras, chegando num rio. Rio do Carmo. Adolescendo amava passar na estrada. Meu pai morava ali e eu o visitava com vento no rosto. Ficava esperando a hora exata de me virar. Os cabelos, às vezes, atrapalhavam. Tinha que contar. Um, dois, três, quatro cruzeiros na beira do rio. Esperava o tempo correr. Era aqui? Não, aqui? Estranho este gosto. O rio: meu pai. As pedras. O vento. Quatro cruzeiros.

Feito comida digeriria imagens. Ficava horas sem alguém se dar conta comendo pedras da beirada do rio. Corredeira de lágrimas. Meu pai esmagado? Não digeri as pedras. Pegava os retratos pra entender por que minha mãe tinha morrido se ainda estava viva. Quanto mais descobria, desconhecia. No



pianista. O homem era bonito. Tinha uma cara de boemia. De farra. Estava pronto pro baile. Só faltava abrir os olhos...

monte, um caminhão com quatro caixões dentro. Um tio, um pai, um primo e um amigo. O homem que seria meu pai quando mais velha fiquei.

Usava uma camisa cheia de furos abotoada rapidamente. Precisava acabar com aquilo logo. No nariz, algodão. Os dentes num meio sorriso. Tinha diastema, eu também. Nenhuma flor. Nada. Um sapato de bico fino quase que atravessava o caixão. Calça de tergal com vinco. As mãos pousadas sobre o peito.

Pianista. O homem era bonito. Tinha uma cara de boemia. De farra. Estava pronto pro baile. Só faltava abrir os olhos...

Era crua e pobre a morte de quatro homens. Captura do sofrimento congelada in memoriam.

Os caixões na casa. Velava-se o morto dentro. Os mortos.

A casa cresceu sensível à luz. O fenecimento se revelou no pó, tacos arrancados, paredes manchadas e descascadas de cola, móveis quebrados, portas sem fechaduras. Casa em cortejo. Seis órfãos e uma de trinta.

Meu primeiro homem conheci numa fotografia. Não vi seus olhos. Qualquer par ainda hoje me queima. Esquivo contato que é pra morte não fazer registro¹.

Essa é a história de Maria Anastácia. Contada por mim. Testemunha de sua vida. Vida, corpo, sonhos, traumas. O aparelho psíquico irrigado de sangue. Irrigado de sonho. Sangue poderia ser morte. Aqui é vida. Vida traçada lenta. Um aparelho que vive com sangue. Tem nome estranho que lembra máquina, mas nele corre um rio *rojo* entre traços esquecidos. Mal lembrados. Enterados. Cobertos de terra, de novo em cima, mais uma vez que é pra esquecer até formar borbulhas de sangue sobre a lama trazendo até Anastácia,

nossa protagonista. Trazendo pra ela sinal de vida antes não sonhada mas que agora sonha.

Investe. Mas isso fica pra depois.

Um trauma pode fazer morrer um rio?

Trauma, do grego: ferida que deriva de furar. Arrombar. Trauma, do mineiro: rompimento da barragem de um Rio Doce, infantil. Gerando destruição a muitas raças e povos e espécies. A lama vai tomando conta de tudo, derrubando e destruindo o que vê pela frente. Um tsunami marrom, enfezado, brutal. Estrago de uma vida inteira que acompanha o rio e tudo que vive dele. No momento em que acontece não há o que fazer, o que segurar. Acontece. Não há barragem possível para segurar o excesso, o arrombamento. Passa, extrapola e mata, naquele momento, a possibilidade de cuidado de um aparelho qualquer, o dela. Inunda o aparelho. O corpo. Na hora parece o fim, mas não é. O planeta elabora o rio. Ele é plástico. Eles são, o rio e a Terra: água mais terra é barro. O aparelho e o trauma de Anastácia também. O pai morreu. Maria Anastácia com um ano e meio empobrece. Seu mundo fica repetido. Não pode dormir, a noite é terror. A inundação se refaz, se refaz, se refaz. Ela não consegue sonhar. Sonhar uma vida, sonhar o sonho. Sonhar uma casa. Sonhar um Eu.

A mãe fica.

A criança invadida, sufocada de barro joga lama na mãe. Toda mãe deveria ter uma máquina de transformar lama em escultura, e devolver pra criança não só escultura, mas a máquina também. Como se fosse dela, da criança. Pra Anastácia também era assim, até um fusca cair no rio com pai, mais três pessoas e um passarinho.

Pode alguém morrer de pássaro dentro?

Se o pai de Anastácia morreu, pode.

E a mãe de Anastácia

virou água demais.

Não havia usina.

O que é uma usina?

Uma usina é uma mãe viva. Uma usina é uma máquina que transforma uma queda de água em força. Uma usina é um aparelho psíquico. E vice-versa. Quando a capacidade de sonhar lhe(s) foi rompida ficaram pesadelos repetidos que só se associavam à morte, pedaços, fragmentos.

De que adianta só associar?

Pesadelos de pedaços de pau preto que vinham em sua direção. E invadia. Como graveto queimado. Nada inteiro, tudo despedaçado. A vida da mãe, da filha, a casa, o Eu. Tudo ruiu. Se foi na enxurrada. Maria Anastácia, já com idade, começa a escrever a morte do pai. Escrever contos e histórias de sua vida. Um diário com traços de elaboração. Revisita o trauma para que ele não seja mais trauma, mas potência. Ela precisou, por sentir a ameaça da morte todo dia. Não teve muita escolha, foi uma fuga, uma fuga para a elaboração.

O que tinha antes, não era sonho? O que é esse isso que aconteceu aqui? Essa transformação é fruto de um trabalho na concepção psicanalítica?

Uma ameaça vivida no passado se fazia presente. O que o Eu chama de passado pode ser o mais presente. Se o passado é tão presente, não pode entrar futuro: o aparelho inundado se ocupa inteiramente da emergência. Não dá para construir barragens ou represas. Ele não consegue fazer outra coisa senão lutar com a força da água dentro. Perde-se a vida de fora. É preciso se ocupar com o Eu, não há tempo de registrar. Não há tempo pra mais nada. Se não há memória e registro, não há sonho. Foi preciso construir memórias, traços.

Trabalho de: transpiração. Transformação. Transpiração. Transformação.

»
*volto para não perder
a história de Maria Anastácia
que se perdeu na mãe morta
pra depois se achar em um divã*

Trabalho de transpiração. De piração de nossa protagonista. Nos dois sentidos, o de pirar e criar.

Trans-pirar. Transformar a loucura. Escrever e poetizar suas memórias.

Trabalhar enlouquecidamente. O tempo inteiro, sem tempo sem hora. Questão de sobrevivência, luta de tecidos. Ser invadido e atropelado. De sangue. E pirar. E transformar. O aparelho se protege, luta e expande. Expande. Por quase morrer, vive. Mas, mas o trauma retornava a cada ligação mais profunda. Chovia de novo e a represa feita não estava perfeita. Havia sido feita com pressa. Lembra? Era questão de vida ou morte. No trauma o tempo urge. A cada chuva se revelavam os buracos e as falhas da represa.

Volto para não perder a história de Maria Anastácia que se perdeu na mãe morta pra depois se achar em um divã. E se perder, de novo. E se achar, e se perder. E construir traços, memórias. Ao morrer o pai, a mãe, viva, se deprime e perde o interesse pela criança. O que acontece é uma bruta interrupção na relação com a mãe e, neste caso, com o pai também. Perdeu o amor, desapareceu. Essa ferida se inflamava nos novos investimentos amorosos de Anastácia, com medo terrível de amar e ser abandonada. Era preciso revisitar o trauma para tratar de inscrevê-lo, porque só com representação se pode ter sonho. Sonho é função. Guarda o sono. Guarda a capacidade de andar pelo mundo sem terror. Transforma força em tacos colados. Paredes pintadas. Cuidados de mãe. Maria Anastácia tentou fazer crescer esses pesadelos, dando vida aos pedaços. Não desistiu.



*com mistério o tempo passou
para Maria Anastácia, quando
adolesceu e sangrou mulher,
os terrores noturnos
desapareceram*

No início não conseguia, durou anos. Sem “mãe”, sem pai, sem porta e uma invasão.

Mas o que tinha antes, não era sonho? O que é esse isso que aconteceu aqui?

Foi preciso psicanálise e literatura, lugares onde vida e morte se encontram. Maria Anastácia não sonhava. O que era isso então que ela vivia dormindo e acordada? Em todos os vãos. Tudo aberto. Guarda-roupa, armário, caixão. Aberto. A vida era risco. O que vivia naquele armário? “Não entendo bem a mania do povo de Minas de chamar baú de caixão”. O que vivia no caixão? Pedaco de pai? Ausência de mãe? Tudo aberto, só a palavra fechada. Palavra fechada. A palavra é um baú. A palavra corpo, de Anastácia, é céu aberto. Possibilidade. Ela era pequena, menina. Mas assim como o trabalho feito em um lugar pós-Samarco, um trabalho é feito pós-trauma, no caso de Anastácia.

A capacidade de vida e morte do humano é avassaladora.

Algo de estranho acontecia no mundo de Anastácia, estranho por não haver inscrição. Por não haver represas dentro do aparelho. Por não haver contenção. Por não haver representação da vivência. Tudo tomado, aparelho sequestrado. Sonhos traumáticos não tem o que neles serem interpretados, porque para interpretar é preciso ter tido uma representação deslocada, realocada. Ele só repete para se inscrever, não tem sentido. Não tem sentido. A representação é o oposto da repetição. A repetição é viver de novo ao vivo, e a representação funda o tempo passado. Funda um

novo tempo no psiquismo, um modo de organizar o tempo. Ela é inscrição, vida em traços. É memória. Se não há trabalho, o psiquismo acaba existindo com uma única função. Arremessar lama. Fazer buracos para suas represas. Enfim, desinundar o aparelho. Aparelho psíquico inundado não pensa, fica estúpido. Não tem tempo pra pensar. Anastácia se inibia. A urgência dentro era gritante.

Mas o que tinha antes, não era sonho?

Com mistério o tempo passou para Maria Anastácia, quando adolesceu e sangrou mulher, os terrores noturnos desapareceram. Deram pausa para a menina que virava moça. Os hormônios pulsavam, no corpo e curvas de Anastácia.

Mais um tanto de pouco, o tempo andou. Assim, Maria Anastácia se casou, e como não era de se estranhar, os terrores noturnos voltaram. Os pesadelos, agora, costurados por monstras verdes tentavam dar um contorno para o que era despedaçado. Elas costuravam partes do corpo. Eram frias, de pele rugosa, feias e olhar sereno. Como se o corpo de Anastácia fosse costurado e fechado para ela, a monstra de olhar sereno mas severa. O olhar era algo que fincava na pele de Anastácia, não viu os olhos de seu pai. Qualquer pulsação, qualquer desejo de vida, vinha o medo de perder o objeto amado. Ela tinha que ficar só para não matar o amor. De novo, o peso da morte dentro de si. Figura morrida. Todo dia todo dia o mesmo terror. Acordada. Na noite. Ela era da mãe. Um complexo, complexo da mãe morta. O que teria dentro deste complexo? A morte do pai. Da mãe. O medo de perder a mãe. O medo de perder seu homem. Matar para não ser morta. Uma defesa? Outro arrombamento? De novo, lama. E luta.

Voltou. Tudo voltou. O trauma estava lá de novo. Inundando a quitinete do casal. Tirando noites de sono e sonho. O pesadelo não era esquecido. Não tinha lacuna, era a coisa em si que durava o dia e a noite quando ia dormir e sonhar com seu par do lado. De novo, tudo cheio de morte.



A repetição não é trabalho. É um chamado. Um chamado ao trabalho de fazer trauma virar sonho. Um trabalho de inscrição.

Não devemos nos esquecer, nunca, que o aparelho aqui é irrigado de sangue. Tem plasticidade. É vermelho e pulsa. Bate forte como um coração frente ao medo daquilo que desconhece, mas bate forte. Muito forte. O sangue borbulha sobre lama mostrando que o pesadelo quer sonhar, já que o sonho que adoce é o mesmo sonho que cura.

E a poesia faz parte disso. Ela dá voz à imaginação. Ela restaura aquilo que está afogado sobre o barro. Ela é sangue, carne viva. A poesia a palavra a análise de Maria Anastácia.

De novo, Anastácia vive tudo como se fosse a primeira vez. Mais luta. Tudo urgência novamente. E luta. E cresce. E luta e cresce.

Mas o que tinha antes?

Separada e depois de muitos anos sozinha, Anastácia investe, de novo, no amor. Anos de análise, agora sim, ia dar. E de novo seus terrores voltaram. Voltaram em sangue. Sangue congelado. Agora mudo, sem som, nem de geladeira. Vazio completo. Tristeza funda. Seu irmão mais velho morre na mesma época em que Anastácia se casa pela segunda vez. Já tinha perdido um outro irmão. Foram-se todos os homens da família. Ficaram só mulheres. Será que Anastácia mataria seu novo homem? Qual seria a ideia do sangue agora? Sangue contaminado. O terror era igual, porém mais silencioso. Quase morte. Começa assim, os pesadelos tomam conta dos dias de novo. Viram a vida. Pra todo lugar que Anastácia olha, vê sangue. Tudo meio turvo, os dias e as noites. Vultos ensanguentados. Será que contaminaria seu novo par? Não se congela sangue. De novo a mãe vem. A mãe morta dentro dela. O pai. Uma assombração, impedimento de ligação. De novo

*separada e depois
de muitos anos sozinha,
Anastácia investe, de novo,
no amor. Anos de análise,
agora sim, ia dar*

o trauma vive, toma conta da casa, dos quadros, da cozinha, da sala de estar. A rua ameaça, o movimento é perigoso. É preciso, de novo, trabalhar por dentro, na urgência. Correr pra descongelar esse sangue. Não dá pra poupar vida. Sangue congelado é frio. Mudeza. Morte.

Quando acordei o tempo já tinha passado. Eu era passado. Demorei pra sair da infância. Difícil engolir. Pessoas com infâncias feitas de dano deveriam ganhar mais tempo. Não sei. Tempo de criar, talvez. De saber onde enfiar o sangue congelado. Acho que era isso que meus sonhos queriam dizer. Congele o sangue. Congele. Que é pra ficar vivo. Congelei sangue em sonho. Na vida desperdicei pelo nariz. Pelo ventre. Diz que sou doadora universal. Só posso receber sangue do meu sangue².

Foi numa sessão de análise, no processo da morte do irmão, e, junto, o casamento, que Anastácia traz seu primeiro conto, da Revelação, esse mesmo lido no início, do “esquivo contato pra morte não fazer registro”. O analista só faz uma questão, uma questão que passou a morar em Anastácia:

“Por que não fazer registro?”

Foi um revertério, a cabeça de Anastácia se desacostumou, o trem saiu da linha. Anastácia volta para casa e escreve contos. Mais contos. Poucas palavras e a janela se abre. Mais cômodos. Mais espaços para habitar. Agora havia passado, o registro inaugura a possibilidade de deixar para trás. A janela do inconsciente se abre na escrita. De lá

2 M. Calixto, *op. cit.*, p. 65.

descem palavras em cascatas de água doce em cachoeiras de Minas. Absorvidas. Com pássaros soltos e livres. Absorvidas. Ouço Pássaros. Como pode uma simples pergunta abrir um universo? É possível elaborar o luto depois de anos? É possível fazer registro de morte(s) do pai e irmãos de Anastácia depois de muitos anos?

É possível.

Se foi possível para Anastácia, é possível. Pode ser que uma outra morte trauma faça subir a lama. Sempre tem uma sensação de algo muito ruim pode invadir sua casa, seu aparelho.

Assim e enfim, toda a análise é um processo de luto. Para se ter uma terra, um continente, é preciso enterrar seus mortos. É preciso doer. Trabalho de dor. Trabalho de luto. Trabalho da morte. Trabalho de escrita. Trabalho de análise. Trabalho do sonho.

Referências bibliográficas

- Ab'Saber T.A.M. (2005). *O sonhar restaurado: formas do sonhar em Bion, Winnicott e Freud*. São Paulo: Editora 34.
- Calixto M. *Qria*. São Paulo: Livre, 2021 (livro no prelo).
- Freud S. (2017). *A interpretação dos sonhos*. Trad. Renato Zwick. Porto Alegre: L&PM.
- _____. (1996). *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Além do princípio do prazer, Psicologia de grupo e outros trabalhos (1920-1922)*. Rio de Janeiro: Imago.
- Green A. (1988). *Narcisismo de vida, narcisismo de morte*. Trad. Claudia Berliner. São Paulo: Escuta.
- Laplanche J. (2001). *Vocabulário de Psicanálise: Laplanche e Pontalis*. Trad. Pedro Tamem. São Paulo: Martins Fontes.
- Pontalis J.B. (2005). *Entre o sonho e a dor*. Trad. Claudia Berliner. São Paulo: Ideias & Letras.
- Schur, M. (1981). *Freud Vida e agonia, uma biografia*. Trad. Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro: Imago.
- Uchitel M. (2001). *Neurose traumática: uma versão crítica do conceito de trauma*. São Paulo: Casa do Psicólogo. Coleção Clínica Psicanalítica.

Mas o que tinha antes, não era sonho?

Não. Eram pedaços de passado repetindo no presente. Teia do tempo esgarçada. Trauma é o nome do evento que não se registra. O psiquismo vai ter que trabalhar para inventá-lo, seu trabalho de registro. Sem registro não há sonho. Há repetição.

Essa transformação é fruto de um trabalho na concepção psicanalítica. O luto. A simbolização da morte. A construção de um totem, um conto.

Tem um mistério em quem vai. Fica um mistério em quem fica. Um pedaço estranho do que foi. Pedaço de pau. Como pesadelos. Pau preto. Tem um mistério. Pau preto que faz barulho. E anda. Tem um mistério nos nossos pesadelos. Também nos sonhos. Tem um mistério nas vírgulas. Indecifrável. Nas vírgulas sim. Nos pontos não. Mentira. Tem sim. Foi num ponto final que tudo começou³.

3 M. Calixto, p. 53.

I hear birds: From trauma to the dream

Abstract This text travels through Anastasia's life through her accompanying nightmares, like traumatic dreams. The author aims to investigate the capacity or the possibility of the trauma becoming a dream under a hypothesis: that repetition would be a kind of call to the psyche so that it performs a work of registering the traumatic event that will serve as a basis for other psychic works, such as grief and dream.

Keywords trauma; mourning; repetition; work; dream; elaboration.

Texto enviado: 01/2021

Aprovado: 04/2021

Ter-remoto com Silvia Bleichmar

Nota Este trabalho deriva da dissertação de mestrado de Gisele Senne de Moraes, sob orientação do Prof. Dr. Nelson Ernesto Coelho Junior, cujo título é *Do recalque originário aos signos de percepção: contribuições de Silvia Bleichmar à Psicanálise*, pesquisa realizada com bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) entre março de 2018 e julho de 2019 e que prosseguiu, em doutorado, inicialmente com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e agora com bolsa CNPq. Agradecemos ao grupo de pesquisa *Psicanálise Experimental* pela leitura e contribuições para o presente artigo.

Resumo O artigo aborda a importância das reflexões de Silvia Bleichmar sobre o traumático no pós-terremoto do México em 1985, em especial a partir do pensamento de Bion, para a construção de suas proposições sobre a dupla função materna (mãe que sexualiza o bebê ao mesmo tempo que oferece tramitação para este traumático) e sobre o caráter indiciário dos signos de percepção, ainda em germen em 1985.

Palavras-chave trauma; função materna; signos de percepção; psicanálise contemporânea e Bion.

Gisele Senne de Moraes é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, doutoranda e mestre em Psicologia pelo Instituto de Psicologia da USP, onde estuda a obra de Silvia Bleichmar.

Nelson Ernesto Coelho Junior é psicanalista e professor doutor do Instituto de Psicologia da USP, onde coordena o grupo de pesquisa *Psicanálise Experimental* e é um dos coordenadores do Laboratório Interinstitucional de Estudos da Intersubjetividade e Psicanálise Contemporânea (LIPSIC – IPUSP/PUCSP).

- 1 Referimo-nos aqui à pandemia de COVID-19, que se espalhou pelo planeta em 2020. No Brasil, a crise sanitária veio acompanhada pela deflagração de prolongada crise econômica e política.
- 2 A. Viguera, *Justificación del concepto signos de percepción para una metapsicología de lo originário*, p. 79-104 e R. Mezan, “A recepção da psicanálise na França”, in *Interfaces da psicanálise*, p. 203.
- 3 M. Calvo, “Silvia Bleichmar”, in *Diccionario de psicoanálisis argentino*, p. 97-100. Marina Calvo é psicanalista e filha de Silvia Bleichmar.
- 4 De acordo com F. Uribarri (2012): “A extensa obra de André Green pode definir-se como a busca de um pensamento psicanalítico contemporâneo capaz de superar os impasses e a fragmentação dos modelos pós-freudianos” (p. 143). Psicanálise contemporânea teria relação, portanto, com a possibilidade de “reconhecer, historicizar e superar os impasses teóricos e clínicos do pós-freudismo” (p. 144), o que significa que “toda relação com a obra de Freud está necessária e irremediavelmente mediada por recortes e opções de cada modelo teórico” (p. 144).

Gisele Senne de Moraes
Nelson Ernesto Coelho Junior

No editorial da revista *Percurso* n. 64, a palavra terremoto, extraída da poesia visual de Augusto de Campos, foi usada metaforicamente pelos editores em alusão ao terremoto¹ que vivenciamos em 2020 e ao nosso ter-remoto com os pacientes, possibilitado pela mediação dos encontros síncronos virtuais. Curiosa coincidência, o presente artigo, cuja gestação se iniciara antes do lançamento da *Percurso* n. 64, tece reflexões sobre formulações de Silvia Bleichmar realizadas em material produzido pela autora logo após o terremoto (abalo sísmico) que atingiu a cidade do México em 1985, acessível em *Psicoanálisis extramuros: puesta a prueba frente a lo traumático*. Este livro é composto pela transcrição de aulas ministradas por Bleichmar, entre meados de 1985 e o início de 1986, para um curso de formação de terapeutas que atenderam crianças vitimadas pelo terremoto do México.

Psicanalista considerada como uma das principais vozes clínicas do pensamento de Jean Laplanche, em nosso ter-remoto atual com Bleichmar, possibilitado pela mediação assíncrona que o registro das palavras da autora viabiliza, encontramos um pensamento assentado sobre um campo vasto, que transborda as fronteiras laplancheanas, apesar da inegável influência deste sobre muitas ponderações da autora. A formação inicial de Bleichmar como psicanalista de crianças na Argentina, primeiro em escola inglesa e depois em Lacan, somada a peculiaridades da psicanálise daquele país² e à capacidade da autora para absorver e transitar entre a complexidade de diferentes teorias, contribuíram para a formação da complexidade de seu próprio pensamento. Ávida leitora³, Silvia Bleichmar foi uma autora com liberdade de trânsito intelectual, o que, entendemos, posiciona-a como uma psicanalista contemporânea nos termos propostos por Green⁴.



*acompanharemos como
a experiência no pós-terremoto
do México contribuiu para
a formulação de duas
construções de Bleichmar*

No prólogo de *Psicoanálisis extramuros...*, Schenquerman⁵ sugere que as reflexões sobre os trabalhos no México pós-terremoto conteriam o gérmen de formulações de Bleichmar sobre o caráter indiciário de algumas inscrições psíquicas e do trabalho psicanalítico específico que estas requerem, tema melhor desenvolvido posteriormente pela psicanalista. A seguir, acompanharemos como a experiência no pós-terremoto do México e suas reflexões sobre o tema do traumático contribuíram para a formulação de duas construções da autora.

O livro *Psicoanálisis extramuros...*

No livro, a autora articula suas reflexões com Freud, Winnicott, Bion, Lacan e Laplanche⁶, visando ajudar os terapeutas que atendiam grupos de crianças desalojadas. Um dos propósitos do curso era constituir um espaço de reflexão sobre os grupos, para oferecer continência às angústias dos terapeutas que se viam mergulhados no traumatismo compartilhado daquele momento, para que estes encontrassem recursos para conter a angústia nas crianças.

Freud, Winnicott, Lacan e Laplanche, bem como Klein, são recorrentes nas páginas dos três livros mais conhecidos da autora⁷. Além desses, há referências mais ou menos pontuais a outros autores, psicanalistas ou não. Bion, no entanto, não é mencionado em *Nas origens do sujeito psíquico...*, aparece somente em uma nota explicativa de *A fundação do inconsciente...* e em apenas

algumas passagens de *Clínica psicanalítica e neogênese*, o que poderia sugerir uma importância mais marginal deste para a construção do pensamento da autora. No entanto, em *Psicoanálisis extramuros...* vemos Bion ocupando papel relevante nas suas ponderações sobre o conceito dupla função materna e sobre o caráter indiciário dos signos de percepção, este ainda em gérmen no texto.

Bleichmar pensando com Freud

Freud foi abordado no livro pelo tema do traumático. Bleichmar “condensou” a definição de traumático presente na tradução para o espanhol da “Conferência XVIII”, ao afirmar: “Mas Freud fala em experiência vivida que aporta um aumento excessivo de excitação ao aparato psíquico”⁸. A “condensação” parece ter sido, em algum grau, consciente, já que a autora destaca, em seguida, os termos estímulo, experiência vivida e excitação como três elementos presentes no trauma, aos quais o fracasso na tramitação ou na elaboração psíquica pelas vias habituais deve ser somado.

Entendemos que a palavra vivência (do texto freudiano em espanhol) substituída por experiência vivida denotaria a ênfase no histórico-vivencial, aspecto tão caro à autora⁹. A expressão experiência parece aqui dar um passo em direção ao objeto, ao nos lembrar que a vivência de satisfação é uma marca possível a partir de uma experiência com o objeto externo. Note-se, no entanto, que não se trata somente do objeto como realidade externa, mas de uma experiência do sujeito com o objeto, trata-se da sua inscrição, portanto, agora já um externo que se tornou interno.

No mesmo sentido, ao trocar a palavra estímulo por excitação, Bleichmar relacionou a excitação (interna, segundo Freud em “Os instintos e seus destinos”) a algo externo, em linha com a ideia de sedução generalizada de Laplanche ou de inscrição da pulsação materna, segundo seus termos. Ao mesmo tempo, sublinhou a importância da qualidade da experiência vivida, resultado tanto da intensidade de excitação que provoca quanto do

fracasso na elaboração psíquica. Este último, na verdade, seria decisivo: “se o traumatismo é afluxo de excitação é porque constitui a ativação de algo existente para o qual o aparato psíquico perdeu suas defesas habituais de controle”¹⁰.

Assim, a ênfase está no despreparo; não se trata do fato traumático em si (terremoto, pandemia), mas da capacidade de absorção do impacto, seja no sujeito (intrapsiquicamente) ou na sociedade (estruturas que desmoronam, despreparo do sistema de saúde ou de amortecimento do impacto social, etc). No México, diz, foram principalmente os edifícios da corrupção que caíram, construções públicas erguidas com recursos mal usados dos cidadãos.

Aqui levantamos uma questão: por que buscar tramitação para um afluxo excessivo se este já passou? Não seria razoável sugerir que melhor fosse a reconstrução das defesas psíquicas, aquelas que foram destruídas e que funcionavam até então? Afinal, se o trauma é como um *tsunami* que destrói nossas defesas psíquicas, uma vez passada a onda, bastaria a reconstrução das defesas, ou de novas, como na cidade que se levantou dos escombros após o terremoto de 1985 no México.

Esta proposição não funciona porque o trauma, uma vez inscrito, funciona como uma onda que renasce na repetição. Entendemos que é neste sentido que a proposição do externo (estímulo) transformado em interno (excitação) dá inteligibilidade à compreensão da autora. É excitação porque há recorrência, insistência, repetição. É como se Bleichmar dissesse que o elemento traumático coloca em ação uma tendência do aparelho psíquico

»
*o traumático da situação
se estabeleceu pela
reativação de algo prévio.
Mais que isso, o trauma
se presentificava na
repetição da paciente*

em tramitar, elaborar, simbolizar ou transformar o corpo estranho em elemento metabolizado. A repetição, para a autora, seria uma tentativa de reestruturar um recorte da realidade, de simbolizar o vivido e para o qual [o psiquismo] não estava preparado”¹¹. Assim, há repetição quando o elemento traumático não encontra estabilização em uma cadeia representacional, não consegue ser integrado (metabolizado) e reconhecido como parte de si pelo sujeito, afirma Bleichmar. Esta repetição do traumático foi observada em sonhos e desenhos infantis nos grupos.

Pensando a partir de uma vinheta apresentada por Freud na “Conferência xvii”, a autora destaca que o traumático da situação se estabeleceu pela reativação de algo prévio. Mais que isso, o trauma se *presentificava* na repetição da paciente. Tratava-se de uma ação automática, uma repetição sintomática, que dava tramitação – frustrada – a algo prévio relacionado à feminilidade da paciente. Assim, a repetição de tentativas frustradas de simbolizar, com o intuito de transformar a vivência traumática, conduz o traumatismo a “se engancha[r] em séries traumáticas cada vez maiores e o sintoma vai se cristalizando”¹². Para a autora, as crianças que apresentavam comportamentos mais patológicos nos grupos eram aquelas que tiveram condições prévias reativadas; portanto, não se tratava de que padeciam em função do terremoto, ideia que apenas recobriria o sintoma com a realidade, mas padeciam porque o terremoto havia reativado algo prévio. Nestes casos, a “técnica” proposta envolvia buscar incluir

5 Carlos Schenquerman é psicanalista e viúvo de Silvia Bleichmar.
6 Silvia Bleichmar faz menção a ou estabelece articulações com outros autores. Para os propósitos do presente artigo, limitamo-nos a trabalhar com os citados.
7 *Nas origens do sujeito psíquico: do mito à história* (1993), *A fundação do inconsciente: destinos de pulsão, destinos do sujeito* (1994) e *Clínica psicanalítica e neogênese* (2005).
8 S. Bleichmar, *Psicoanálisis extramuros: puesta a prueba frente a lo traumático*, p. 16.
9 G.S. Moraes, *Do recalque originário aos signos de percepção: Contribuições de Silvia Bleichmar à Psicanálise*, p. 22-24.
10 S. Bleichmar, *op. cit.*, p. 17.
11 S. Bleichmar, *op. cit.*, p. 18.
12 S. Bleichmar, *op. cit.*, p. 25.



*ao terapeuta cabe
responder à busca de sentido,
para que os pacientes
possam sair da compulsão
à repetição*

o elemento traumático em séries psíquicas, para que o traumatismo pudesse ser liberado da fixação na qual o sujeito permanecia.

Note-se que a questão temporal é fundamental aqui, a fixação a um fragmento determinado do passado nas situações traumáticas significa que o passado permanece vivo no momento presente; neste sentido, não é passado. A repetição denuncia uma fixação, tal como uma fotografia, em que a fixação da imagem congela um instante que se torna presente cada vez que olhamos para ela. Por esta razão, Schenquerman fala da proposta de Bleichmar sobre historicizar, porque historicizar é construir um relato temporal, é permitir que o trauma advenha passado, tornando-se história para o sujeito (seja integrado ao si mesmo) e não apenas história do sujeito. Neste sentido, é permitir que estes elementos se tornem memória.

Ao terapeuta cabe, assim, responder à busca de sentido, para que os pacientes possam sair da compulsão à repetição. Bleichmar questiona de que forma isto pode ser realizado, defendendo, a partir da relação entre afeto e representação postulada por Freud, que nós, terapeutas, sempre trabalhamos fazendo ligações que envolvem as representações.

Para Freud, Bleichmar afirma, o processo de recalque incide apenas sobre as representações, estas formam o conteúdo do inconsciente recalado¹³. Aos afetos caberia outro processo, a supressão: eles são desqualificados, tornam-se apenas carga energética no inconsciente. A carga pode retornar à consciência ainda desqualificada, ou seja, sem ligação, com sintomas que estão entre

o somático e o psíquico (palpitações, nó na garganta, mal-estar, sudorese, falta de ar...). Ou pode retornar com alguma qualificação, neste caso já ligada a alguma representação, podendo se apresentar como um afeto (medo, ódio, amor...). Assim, quando há alguma qualificação da carga, já há um processo de simbolização. No entanto, algumas destas ligações são mais espúrias e patológicas. Bleichmar lembra que o pai de Hans ajudou o menino a realizar deslocamentos entre representações, posto que a fobia de Hans já era uma ligação simbolizante entre carga e representação. Assim, para Bleichmar, a simbolização é a única possibilidade de elaboração psíquica para a excitação que excede a contenção habitual do sujeito, ou seja, o afeto só pode ser transformado a partir do trabalho com redes de representações, e a representação, por sua vez, só pode ser trabalhada mediante a palavra *pelo terapeuta*: “o outro expressará aquilo que o perturba e nós responderemos com palavras simbolizando o perturbante”¹⁴.

Apesar de entendermos que a autora permanece fiel à ideia de que o terapeuta trabalha com representações, vale notar que, em *A fundação do inconsciente...*, Bleichmar oferece uma alternativa à tramitação de cargas, quando fala da importância da inscrição de marcas sensoriais a partir da relação amorosa entre a mãe e o bebê (olhar da mãe, carícias, som da voz). São marcas que apaziguam à medida que se inserem como vias colaterais de ligação, ou seja, vias de tramitação aos elementos inscritos como intensidade, a partir do encontro do bebê com a sexualidade inconsciente da mãe.

Em nossa visão, o livro *Psicoanálisis extramuros...* é muito interessante justamente por mostrar o pensamento em construção da autora, à medida que Bleichmar parece ir fazendo reflexões e complementando seu raciocínio a cada nova aula. *O campo de trabalho do terapeuta* se restringe ao domínio das redes de representações. Nos grupos de atendimentos de crianças, esta perspectiva era especialmente relevante dado o risco de atuações dos terapeutas, que chegaram a se envolver em atividades mais assistenciais porque

não conseguiam dar conta da intensidade da situação. Ou seja, para Bleichmar, era porque não conseguiam fazer o que sabiam fazer, porque não estavam conseguindo ajudar na elaboração do traumático, que tentavam outras coisas, inclusive ajudar na alimentação ou na limpeza do espaço... Como ela fala, a onipotência é resposta usual em situações de impotência.

Bleichmar vai além ao dizer que apesar de toda cura envolver uma revivescência, como no processo catártico (no sentido de que proporciona ligações que provocam a emergência de emoções), o objetivo de uma cura seria justamente a superação da revivescência, para ir em direção à perlaboração.

E a perlaboração em *Psicoanálisis extramuros*... se relaciona à capacidade do paciente em se ouvir, de modo a integrar algo que não sente como um si mesmo: “Ouvir-se implica a possibilidade de oferecer significado diferente”¹⁵, para que possa mudar sua posição de sujeito:

A repetição por si própria não amplia o conhecimento que o sujeito tem sobre seu próprio inconsciente nem sobre si mesmo. Como a velha discussão, na política, sobre a práxis; a práxis [...] demonstrou que os povos podem repetir seus erros [...] ao longo dos anos. A única possibilidade de transformação é a reflexão sobre esta práxis¹⁶.

A dupla função materna e o caráter indiciário dos signos de percepção

A autora toma as concepções de função materna e paterna para pensar sobre a especificidade do trabalho na coordenação dos grupos. Abordaremos exclusivamente os desdobramentos que realiza a respeito da função materna, articulada

no eixo sexualizante,
Bleichmar lembra que
a mãe, sujeito cindido
pelo recalque,
inconscientemente
erotiza seu filho

sob os dois eixos que compõem sua formulação sobre dupla função materna – eixos sexualizante e simbolizante. Estes eixos visam organizar a heterogeneidade da relação mãe-criança, uma vez que a criança não é apenas significante da falta para a mãe (como em Lacan), é também receptáculo para evacuação materna. A mãe parasita a criança, eventualmente, despeja suas angústias, fantasias, proibições de origem superegoica ou seu narcisismo na criança:

frente às fantasias que o agente traumático precipita [...], a mãe, como todo sujeito psíquico, [...] cinde o intolerável, reprime, projeta, denega e apela ao seu arsenal de defesas [...] que podem ser para ela mesma simbolizantes ou patológicas e, em alguns casos, [...] patológicas ou simbolizantes para o filho¹⁷.

A criança, matéria viva, lembra-nos a autora, não é somente tela de projeção das fantasias e angústias maternas, de tal maneira que as inscrições podem assumir formas distintas, mais simbólicas ou mais excitantes e corporais.

No eixo sexualizante, Bleichmar lembra que a mãe, sujeito cindido pelo recalque, *inconscientemente* erotiza seu filho, transmitindo, com o autoconservativo, o prazer que sente na amamentação e nos cuidados. A autora nomeia este movimento de pulsação materna e a aborda como equivalente à teoria da sedução generalizada de Laplanche¹⁸. O elemento inscrito no psiquismo do bebê será um corpo estranho tal como nas situações de traumatismo, ou seja, “montante de energia não simbolizável”¹⁹.

13 Note-se que neste momento a autora está falando do inconsciente recalcado, não do inconsciente descritivo.

14 S. Bleichmar, *op. cit.*, p. 26.

15 S. Bleichmar, *op. cit.*, p. 22.

16 S. Bleichmar, *op. cit.*, p. 25.

17 S. Bleichmar, *op. cit.*, p. 48-49.

18 G.S. Moraes, *op. cit.*, p. 96-97.

19 S. Bleichmar, *op. cit.*, p. 47.





*o vínculo materno
se encontra “entre
o estímulo e a pulsão,
por isso a mãe é um
agente traumático”*

No texto “Referência ao inconsciente”, Laplanche sugere que a mensagem enigmática implantada no bebê seria uma mensagem desqualificada, também pura energia:

Entre esses dois “fenômenos de sentido” [...] que são [...] o comportamento significativo do adulto [...] e o inconsciente, em vias de constituição, da criança [grifos nossos], registra-se o momento essencial a que se deve chamar “desqualificado”. [...] No início, há uma espécie de mensagem enigmática [...]. Diremos, em síntese, que é o energético puro. A “mensagem” desqualificada não veicula nada, exceto energia [grifos nossos]²⁰.

Já em *Novos fundamentos para a psicanálise*, Laplanche considera que os objetos-fontes da pulsão seriam restos das mensagens enigmáticas sem tradução no processo de recalque originário: “Essas mensagens enigmáticas suscitam um trabalho de domínio e de simbolização difícil, para não dizer impossível, que necessariamente deixa para trás restos inconscientes, *fueros*, dizia Freud, a que chamamos ‘objetos-fontes’ da pulsão”²¹. Note-se que as formulações diferem: em “Referência ao inconsciente” (transcrição de aulas de Laplanche entre 1977 e 1979), a mensagem enigmática veicularia carga energética antes da constituição do inconsciente (primeiro grifo da citação), enquanto em *Novos fundamentos para a psicanálise* (texto posterior, escrito pelo autor), a pulsão (carga energética) seria o resto tradutivo quando da formação do inconsciente. Para M.T.M. Carvalho²², a compreensão mais coerente com a obra laplancheana seria que a mensagem

enigmática advém pulsão como resto tradutivo, produto da operação de recalque.

Em Bleichmar, a pulsação materna é inscrita como intensidade, há desqualificação já na inscrição. Portanto, no psiquismo do bebê será carga desqualificada que, tal como nas situações de traumatismo que ela viu no pós-terremoto do México, demanda elaboração ou tramitação psíquica. Sílvia Bleichmar enriqueceu esta leitura com outros aspectos no caso apresentado no capítulo 1 de *A fundação do inconsciente...* No caso, a carga se apresentava como agitação corporal, inquietação, choro do bebê. Bleichmar chega a falar textualmente que entende que os elementos inscritos como carga, *signos de percepção de caráter indiciário*, seriam anteriores às mensagens enigmáticas laplancheanas.

Voltemos a *Psicoanálisis extramuros...*, Bleichmar afirma que o vínculo materno se encontra “entre o estímulo e a pulsão, por isso a mãe é um agente traumático”²³, no sentido da distinção freudiana entre estímulo e excitação, passível de fuga ou não, respectivamente. A pulsão (excitação) é aquilo do qual se é impossível fugir. Assim, o paradoxo do vínculo materno está no fato de que:

O que caracteriza a mãe é que é um objeto permanente de estimulação que joga em uma espécie de plano intermediário entre o interno e o externo, do qual não se pode fugir, porque no momento de receber o apaziguante para a autoconservação, introduz o excitante da sexualidade. Este é o grande problema, cada um tem pelo menos duas mães²⁴.

Ainda em *Psicoanálisis extramuros...*, a autora fala sobre a mãe que carrega seu filho com amor, que deseja conter, sustentar, sem fazer aproximação entre estes movimentos maternos com o conceito winnicottiano de *holding*. Já em *A fundação do inconsciente...*, a autora aborda o *holding* winnicottiano, além da ideia freudiana de vias colaterais de ligação, ambos para pensar a inscrição de marcas que possibilitam a circulação das intensidades, marcas de sensorialidade inscritas em uma linguagem amorosa.

Em *A fundação do inconsciente...*, Bleichmar nomeia as primeiras inscrições psíquicas como signos de percepção, acompanhando a expressão utilizada por Freud na carta 52 escrita a Fliess (*Wahrnehmungszeichen* ou *Wz*), repensada por Laplanche como mensagem enigmática. No livro de 1994, Bleichmar faz uma distinção entre os signos de percepção e as mensagens enigmáticas ao dizer que os primeiros são anteriores. Ao traduzir a expressão *Wahrnehmungszeichen* (sendo *Wahrnehmung* percepção), Laplanche questionou se a melhor tradução para *Zeichen* seria signo ou indício, tendo escolhido o primeiro, por entender que são marcas que portam mensagens. Bleichmar se posicionou de maneira distinta ao afirmar que seriam signos indiciários, ou seja, indícios, a partir da semiótica proposta pelo filósofo americano C.S. Peirce²⁵.

Novamente em *A fundação do inconsciente...*, os signos de percepção que permanecem sem transcrição no psiquismo são restos de uma vivência traumática, indícios deixados pela inscrição da intensidade do trauma. Indícios para o terapeuta, não para o sujeito. No psiquismo, estes indícios são a própria pulsão sexual de morte, buscam descarga, colocando o sujeito à mercê da compulsão. São marcas que permanecem sem tópica psíquica, elas não compõem o inconsciente recalçado. Bleichmar chama estes signos de percepção que permanecem com caráter indiciário de *Arcaico*. Note-se que o *Arcaico* não é uma tópica psíquica, é a nomeação para estas *huellas*²⁶ que ficam soltas no psiquismo. O *Arcaico* não forma sintomas no sentido freudiano da palavra, uma vez que não há defesas psíquicas

20 J. Laplanche, "Referência ao inconsciente" in *Problemáticas IV: o inconsciente e o id*, p. 101.

21 J. Laplanche, *Novos fundamentos para a psicanálise*, p. 138.

22 M.T.M. Carvalho, "Gênese e evolução do modelo tradutivo de Jean Laplanche: dos primeiros impasses aos desafios atuais", *Percurso* n. 63, p. 61-72.

23 S. Bleichmar, *op. cit.*, p. 49.

24 S. Bleichmar, *op. cit.*, p. 49.

25 Para saber mais sobre as diferenças entre os pensamentos de Bleichmar e Laplanche ou sobre a semiótica de Peirce, sugerimos a leitura do texto de G.S. Moraes, *Do recalque originário...*

26 Pegadas, indícios, pistas, marcas.

27 G.S. Moraes, *op. cit.*, p. 99.



*os signos de percepção
que permanecem sem
transcrição no psiquismo
são restos de uma
vivência traumática*

em cena. Razão pela qual a autora entende que os signos de percepção que permanecem com caráter indiciário, quando ativos, produzem transtornos.

Notemos, no entanto, que nas aulas de 1985 algumas destas ideias não estão claras. Por exemplo, quando Bleichmar falou da compulsão à repetição na vinheta freudiana, o comportamento compulsivo da paciente era um sintoma dentro de um quadro de neurose obsessiva, havia retorno do recalçado, o comportamento repetitivo era um contrainvestimento. Na compulsão em quadros de transtorno, não há sentido subjacente ao sintoma, há apenas descarga. No primeiro caso, o psiquismo utiliza defesas; no segundo, não.

De acordo com G.S. Moraes²⁷, os signos de percepção, tal como trabalhados em *A fundação do inconsciente...*, são marcas inscritas sobretudo a partir de aspectos sensoriais e podem ser tanto marcas excitantes quanto apaziguadoras, principalmente nos primeiros tempos de vida, sendo as marcas excitantes resultantes de inscrições de intensidades, daí a aproximação que Bleichmar realiza entre a inscrição da pulsação materna e inscrições que são fruto de experiências traumáticas. A dupla função materna se faz perceptível na dupla qualidade das marcas inscritas no psiquismo do bebê, a partir da relação com a mãe (ou dos primeiros cuidadores).

A mãe que apazigua

No curso de 1985, Bleichmar faz reflexões sobre a mãe que possibilita apaziguamento a partir,



*a relação mãe-criança
em Lacan é uma relação
de base narcísica,
o filho é seu falo,
é o que a completa,
diz Bleichmar.*

sobretudo, de Lacan e Bion. Com Winnicott, ela aborda a questão dos ciúmes, da inveja e da hostilidade das mães com coordenadores nos grupos de crianças, porque muitas destas mães se sentiam privadas de sua capacidade de maternagem nos abrigos²⁸. Bleichmar indaga o que teria produzido nestas mães a necessidade do filho, para se sentirem privadas. Lacan a ajuda nesta reflexão, ao possibilitar a distinção entre agente materno e função materna²⁹. O sentimento de privação da mãe poderia ser consequência do instinto materno ou do amor materno inato, inexistente segundo Bleichmar; a mãe, neste caso, seria agente da autoconservação do filho. Já na concepção lacaniana de função materna, o filho preencheria algo que falta à mãe; Lacan postulou sobre o que o filho (ou sua falta) representa para a mãe. A relação mãe-criança em Lacan é uma relação de base narcísica, o filho é seu falo, é o que a completa, diz Bleichmar.

Para Bleichmar, no entanto, a função materna é mais complexa que o aspecto narcísico, apesar de o narcisismo ser essencial para que as mães tenham força para criar seus filhos, atividade “penosa, sacrificada e dura”³⁰. Em *A fundação do inconsciente...*, a autora nomeia o movimento narcísico da mãe projetado na criança como *narcisismo transvasante*, fundamental ao estabelecimento da complexidade da relação da díade. Necessário e patológico, quando excessivo.

O eixo simbolizante da dupla função materna, apresentado nas aulas de 1985, parece amalgamar algumas formas de relação da mãe com a criança. Por exemplo, a mãe que proíbe e

transmite regulamentações e valores culturais, a mãe que narcisiza seu filho e a mãe como função simbolizante. Neste caso, pensada a partir da função α de Bion, como veremos logo adiante:

Faço uma distinção entre o caráter sexualizante e o simbolizante, à medida que nas origens da sexualização infantil, se bem são precondição do símbolo, introduzem o que então vai ser o embrião do aparato psíquico, os primeiros elementos que virão em busca de uma simbolização posterior, à medida que o aparato psíquico tem que encontrar no momento constituinte formas de ligação para a descarga deste montante de excitação primária que recebe. E destaco a diferença porque a simbolização será o resultado da confluência entre sexualidade materna introduzida como energia pura na criança e a ordem de símbolos que a mãe sustenta a partir da cultura na qual está imersa³¹.

Na citação acima, apesar de a cultura preceder a mãe, sua criação simbólica será sempre individual. Assim:

se há um código que precede o sujeito como código simbólico da cultura, ou ordem simbólica como o chamaria Lacan, há, ao mesmo tempo, um simbolizador maior que é a mãe. É ela quem outorga não somente este código de língua, mas também formas particulares com as quais tem que ser adquirido o código da língua³².

Algumas mães podem estabelecer significações mais compartilhadas socialmente ou mais arbitrarias. Bleichmar conta sobre um menino psicótico que ela atendeu, cuja mãe, na sessão, ao vê-lo bocejar, diz que ele tem dor de barriga. A relação entre bocejar e dor de barriga não é comum, a arbitrariedade sugere uma dificuldade de estruturação pré-consciente da mãe para significar processos corporais de acordo com a cultura. A dissociação entre o que se diz e o que o corpo manifesta acontece em muitas outras situações. Por exemplo, um pai que está bravo com o filho que quebrou algo, mas não quer ser agressivo, pode falar para a criança que tudo bem, mas seu olhar, o tom da sua voz, sua expressão corporal,

diz outra coisa. As ações, neste sentido, possuem relação com a linguagem. Simbolizar, então, é estabelecer uma relação entre um símbolo e um simbolizado e há mais de um laço possível, afirma Bleichmar.

Bleichmar pensando com Bion

A autora então começa a trabalhar mais diretamente com as proposições de Bion³³ sobre os elementos β e a função α , pensando-os no contexto do *trabalho dos terapeutas*. Bleichmar lembra que as formulações de Bion demandam o conceito de identificação projetiva, comum no trabalho com crianças e em situações de extrema angústia. Bleichmar entende que a função α é função de simbolização porque não basta a experiência, é preciso aprender com a experiência, a função α opera sobre a captação da experiência emocional. Tal como na aproximação que ela realiza com a ideia de práxis, a experiência em si não resulta em aprendizagem. Ademais, a função α pressupõe uma relação intersubjetiva:

A função α [...] é a incorporação do outro pensante dentro de um. Não é algo que um possa construir por si mesmo se não há outro que o humanize [...] a possibilidade de pensar é o fato de que os sujeitos humanos [nós] nos apropriamos de um pensamento lógico que provém da cultura³⁴.

Já os elementos β , segundo Bleichmar, são aqueles sentidos como coisas em si e guardam

»
a mãe com capacidade
de rêverie é uma mãe
com capacidade de
contenção, tal como
o holding winnicottiano

relação com o *Das Ding* de Freud. Contudo, são abordados também com seu caráter intersubjetivo, à medida que se relacionam com o fato (traumático) não digerido:

No traumatismo, a coisa em si mesma é sempre o estranho, o alheio, o perturbante, o não recoberto, não representável, somente expulsável. A característica dos elementos β é que são fatos não digeridos, não são recordações, não podem ser enlaçados pelo psiquismo. Este é o grande paradoxo da recordação traumática; não é em si mesma uma recordação que pode ser evocada³⁵.

O elemento traumático (β) se incrusta no psiquismo, retornando sem ser evocado, é uma invasão de um estímulo externo que é impossível de ser recuperado, mas que captura a pessoa, demandando evacuação constante, insistindo na repetição: “O traumatismo não é disponível ao pensamento, é o pensamento que fica capturado à disposição do traumatismo”³⁶.

A função α transforma elementos β por meio de sua simbolização e, nesta medida, é uma função que recupera a impressão sensorial, permitindo sua transformação em memória. Segundo a autora, para Bion, a capacidade de *rêverie* da mãe é o que lhe possibilita realizar função α , ligando e organizando os elementos traumáticos. Assim, a mãe com capacidade de *rêverie* é uma mãe com capacidade de contenção, tal como o *holding winnicottiano*, que, ao ligar e organizar, não deixa que a criança se despedace com o traumatismo. Bleichmar ainda aproxima estes dois conceitos com a narcisização primária de Lacan:

28 A autora faz referência ao texto de D.W. Winnicott, “La Madre Privada”, extraído do livro *El niño y el mundo externo*.

29 A autora não menciona um texto específico de Lacan, mas indica, aos pouco familiarizados com a obra do autor, a leitura do livro escrito por Anika Riffler-Lemaire, *Lacan*.

30 S. Bleichmar, *op. cit.*, p. 47.

31 S. Bleichmar, *op. cit.*, p. 53.

32 S. Bleichmar, *op. cit.*, p. 55.

33 A autora faz referência ao livro de W.R. Bion, *Aprendiendo de la experiencia*.

34 S. Bleichmar, *op. cit.*, p. 59.

35 S. Bleichmar, *op. cit.*, p. 59-60.

36 S. Bleichmar, *op. cit.*, p. 60.



as formulações
feitas no curso estavam
intimamente relacionadas
com a experiência dos
terapeutas naquele momento

se a mãe não pode estabelecer esta função de *reverie*, *holding* – o que Lacan chama de narcisismo, narcisização primária, tudo isto que dá origem, digamos, a uma contenção – o aparato fica totalmente exposto aos produtos traumáticos, aos estímulos ou às situações traumatizantes, e Bion terminará dizendo que a capacidade de *reverie* é a função α da mãe, de ligar, conter, estruturar e organizar os elementos.

A criança projeta elementos β e a mãe devolve elementos α . Isto que a mãe faz com a criança é o que [os terapeutas] terão que fazer com as mães e com as crianças, esta será a função simbolizante nos grupos.³⁷

Assim, pensando o *trabalho do terapeuta*, Bleichmar diz que os coordenadores pescam algo que funciona como elemento β , algo que permanece sem simbolização, sem digestão, e devolvem ao grupo de forma simbolizada, em palavras que produzam uma significação, permitindo uma ligação da experiência vivida a uma cadeia de sentido.

Encontrando sementes: nosso trabalho como psicanalistas pesquisadores

Como vimos, as formulações que a autora fez no curso estavam intimamente relacionadas com a possibilidade de pensar a experiência que os terapeutas estavam vivenciando naquele momento nos grupos de crianças desalojadas, para que conseguissem elaborar a experiência.

Reflexões que a levaram em particular ao pensamento de Bion, de tal maneira que podemos afirmar que tanto o conceito *dupla função materna*

quanto o *caráter indiciário dos signos de percepção* guardam proximidade com este autor e com as reflexões realizadas naquele momento pela autora.

A dupla função materna é abordada em *Psicoanálisis extramuros...* a partir da compreensão da necessidade da mãe como agente de simbolização, intérprete para o traumático daquele momento e para aquilo que inscreve a partir de sua sexualidade inconsciente no psiquismo do bebê. Em *Psicoanálisis extramuros...*, a autora relaciona o eixo simbolizante da função materna sobretudo com proposições de Bion sobre a capacidade de *reverie* da mãe, com sua função α . Relaciona, mais marginalmente, à narcisização primária de Lacan e ao *holding* winnicottiano.

Nesse livro, Bleichmar ainda não chama as primeiras inscrições sexualizantes de signos de percepção, no entanto, seu caráter indiciário já aparece como gérmen, à medida que são marcas não ligadas, são coisa em si, *Das Ding*, cargas desqualificadas de representações que lhes outorguem sentido. São elementos não simbolizados, elementos β , cuja emergência pode ser pescada pelos terapeutas porque, em seu caráter indiciário, sugerem a existência de um traumático (de qualquer ordem). Elementos que não estão relacionados em Bion com a inscrição da pulsação materna, mas que também estão inseridos no âmbito da intersubjetividade.

Desta maneira, acompanhamos o “tango clínico-teórico” de Bleichmar: do inusitado da clínica à articulação teórica com diferentes autores, para que terapeutas e autora pudessem aprender com a experiência. Aprendizado que contribuiu para a construção de duas de suas formulações teóricas e que nos ajudou a pensar sobre o terremoto de 2020.

Pensando nosso TER-REMOTO com Bleichmar

Pensar nossa clínica durante a pandemia de COVID-19 – seja a partir do enquadre ou de efeitos intrapsíquicos – articulada às considerações expostas em *Psicoanálisis extramuros...* é tarefa para

outro texto. No entanto, tangenciamos a questão ao apresentarmos algumas das reflexões da autora sobre a situação traumática do México. Talvez nos caiba finalizar nosso artigo realizando breves apontamentos inspirados pelo texto de Bleichmar.

Há muitas distinções entre os dois “eventos”, a começar pela dificuldade em circunscrever o traumático da pandemia, dada a multiplicidade de elementos que compõem o cenário pandêmico, da crise sanitária ao isolamento social, passando por empobrecimento da população, sensação de desgoverno, indiferença com a morte e com o sofrimento humano, dramas individuais ou estatísticas que beiram a insanidade... Já na situação descrita por Bleichmar, as crianças atendidas tinham passado por perdas no mínimo de suas casas ou por perdas de familiares. Outra diferença se relaciona com a duração: na cidade do México em 1985, abalos sísmicos intensos destruíram inúmeras construções e causaram milhares de mortes e vítimas em curto espaço de tempo, diferentemente da pandemia de COVID-19 que se arrasta por mais de um ano até o momento.

A alteração brusca de enquadre para o ter-remoto com nossos pacientes, se bem propiciou a continuidade de nosso trabalho, também nos “desalojou” de nossos consultórios, trazendo consigo o risco do desalojamento de nosso lugar de analistas. Bleichmar nos remete à assimetria necessária ao trabalho analítico³⁸, ao nos alertar sobre o aspecto continente do analista em situações em que defesas habituais falham frente às intensidades e ao abordar a importância do enquadre a partir da função paterna, não explorada no presente texto³⁹.

Psicoanálisis extramuros... nos traz outras reflexões, citamos duas mais diretamente relacionadas às considerações sobre o traumático realizadas a partir de Freud: 1) quando a intensidade

»
*A alteração brusca
de enquadre para o ter-remoto
com nossos pacientes
trouxe consigo o risco
do desalojamento de nosso
lugar de analistas*

não chega a desmoronar as defesas habituais, mas sua cronicidade abala as estruturas defensivas, podemos falar em traumático? 2) o que ocorre quando estas defesas habituais ficam impossibilitadas por diferentes razões, como, por exemplo, pela necessidade de distanciamento social?

Há pacientes que não passaram por situações de luto, pela vivência de adoecimentos mais graves consigo ou entre familiares ou por medos incapacitantes. Comumente observamos deterioração na noção de temporalidade, presença massiva de angústias em alguns períodos e sofrimentos relacionados à condição de distanciamento social ou pela impossibilidade desta. Por outro lado, paradoxalmente em alguns casos, observamos processos analíticos acontecendo mais fluidamente que em outros momentos. Nestes, a segunda questão que fizemos inspirados por Bleichmar talvez possa nos ajudar. Sem desconsiderar a importância da mudança de enquadre vivenciada de formas distintas por nossos pacientes, talvez a dificuldade no uso das defesas habituais (características com as quais por vezes pacientes se identificam) venha permitindo, em alguns casos, avanços interessantes nos processos analíticos. Neste sentido, a desmobilização não abrupta da rigidez de algumas defesas estaria contando a favor dos processos analíticos.

37 S. Bleichmar, *op. cit.*, p. 61.

38 Para saber mais sobre o tema, ver N. E. Coelho Junior. *Enquadre interno e enquadre externo: considerações sobre a situação analítica na pandemia*. Evento de lançamento da *Sig Revista de Psicanálise* n. 15. Realizado em 28 ago. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8SsKNXwrZr8&ab_channel=SigmundFreudAssocia%C3%A7%C3%A3oPsicanal%C3%ADtica>.

39 S. Bleichmar, *op. cit.*, p. 34 e p.74.

Referências bibliográficas

- Bion W.R. (1966). *Aprendiendo de la experiencia*. Buenos Aires: Paidós.
- Bleichmar S. (1993). *Nas origens do sujeito psíquico: do Mito à História*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- _____. (1994). *A fundação do inconsciente: destinos de pulsão, destinos do sujeito*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul.
- _____. (2005). *Clínica psicanalítica e neogênese*. São Paulo: AnnaBlume.
- _____. (2010). *Psicoanálisis extramuros: puesta a prueba frente a lo traumático*. Buenos Aires: Editorial Entreideas.
- Calvo M. (2018). Silvia Bleichmar. In *Diccionario de psicoanálisis argentino*. Buenos Aires: Asociación Psicoanalítica Argentina, p. 97-100.
- Carvalho M.T. (2019). Gênese e evolução do modelo tradutivo do recalamento de Jean Laplanche: dos primeiros impasses aos desafios, *Percurso: Revista de Psicanálise*. São Paulo: Instituto Sedes Sapientiae, ano xxxii, n. 63.
- Coelho Junior N.E. (2020). *Enquadre interno e enquadre externo: considerações sobre a situação analítica na pandemia*. Evento de lançamento da Sig Revista de Psicanálise n. 15. Realizado em 28 ago. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8sskNXwrzr8&ab_channel=SigmundFreudAssocia%C3%A7%C3%A3oPsicanal%C3%ADtica>.
- Laplanche J. (1992). *Novos fundamentos para a psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (1992). Referência ao inconsciente. In *Problemáticas IV: o inconsciente e o id*. São Paulo: Martins Fontes.
- Mezan R. (2002). A recepção da psicanálise na França. In *Interfaces da psicanálise*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Moraes G.S. (2019). *Do recalque originário aos signos de percepção: Contribuições de Silvia Bleichmar à Psicanálise* (Dissertação de Mestrado). São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.
- Pavan C.; Cartocci L.; Campos M.R.B.; Aidar M.A.K.; Ditmar M.C.V.M.; Costa M.L.C. (2020). Editorial, *Percurso: Revista de Psicanálise*. São Paulo: Instituto Sedes Sapientiae, ano xxxii, n. 64.
- Riffler-Lemaire A. (1979). *Lacan*. Buenos Aires: Sudamericana.
- Urribarri F. (2012). André Green: o pai na teoria e na clínica contemporânea. *Jornal de Psicanálise*, São Paulo: SBPSP, v. 82, n. 45, p. 143-159.
- Viguera A. (2002). *Justificación del concepto signos de percepción para una metapsicología de lo originario* (Tese de doutorado). La Plata: Facultad de Psicología, Universidad Nacional de La Plata.
- Winnicott D.W. (1964). La madre privada. In *El niño y el mundo externo*. Buenos Aires: Paidós.

Silvia Bleichmar and the earthquake

Abstract The article discusses the importance of Silvia Bleichmar's reflexions on trauma after the earthquake that occurred in Mexico in 1985, mainly observing Bion's thinking, regarding the construction of her propositions on the double role of mothering (mother who sexualizes the baby at the same time that offers conditions to process this trauma) and on the indexing character of the perceptual signs, still incipient in 1985.

Keywords trauma; role of mothering; perceptual signs; contemporary psychoanalysis and Bion.

Texto recebido: 11/2020

Aprovado: 03/2021

“Tem que morrer pra germinar”

Dora Musetti de Campos

Resumo Partindo do aporte teórico psicanalítico, busca-se destacar aquilo que é típico do sujeito melancólico e estabelecer paralelos com o Brasil. Entende-se que o país é palco de uma violência estrutural que incorpora a morte, considerando especialmente o genocídio sistemático de uma parcela da população. Objetiva-se edificar uma reflexão metafórica a partir de uma escuta sociopolítica, iluminando, assim, determinados caminhos.

Palavras-chave violência estrutural; morte; melancolia; incorporação; luto; introjeção.

Dora Musetti de Campos é formada em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Aluna do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae no curso Psicopatologia Psicanalítica e Clínica Contemporânea.

Superado o luto, perceberemos que a nossa elevada estima dos bens culturais não sofreu com a descoberta da sua precariedade. Reconstruiremos tudo o que a guerra destruiu, e talvez em terreno mais firme e de modo mais duradouro do que antes.¹

O trabalho como escuta(dor) acaba afinando os ouvidos e tornando-os sensíveis até quando a vontade é de silêncio. A dor que venho escutando aponta para uma melancolia que tem, como hospedeiro cansado, o Brasil. Não pretendo reduzir a complexidade de uma nação à mera categorização nosográfica: pelo contrário, abordo a melancolia do Brasil somente enquanto dor que hoje me soa alta. Outras dores são absolutamente possíveis de serem escutadas e, tal qual o sujeito, uma nação felizmente pode ser escutada de infinitas formas. Saliento, ainda, que não pretendo abordar o país a partir de um olhar clínico, como se este fosse um paciente. Tal tarefa exigiria uma sensibilidade mais plural, outro tipo de atenção. Reitero que escuto, aqui, apenas uma dor. Não há intenção de esgotar nada, encontrar encaixes perfeitos, tampouco de produzir verdades. Espero, justamente, aproveitar tal condição para percorrer pela teoria de forma mais livre e, ao destacar aquilo que é típico do sujeito melancólico, estabelecer paralelos com o Brasil. Busco edificar uma reflexão metafórica a partir de uma escuta sociopolítica. A ideia é, finalmente, impulsionar uma crítica acerca da realidade que lance luz sobre determinados caminhos. Vamos lá.

1 S. Freud, *A transitoriedade*, p. 189.



*apesar de serem fenômenos
de bases independentes,
as desigualdades que imperam
no Brasil se cruzam
e se sobrepõem
em um processo histórico
que não permite
mais segregá-las*

Brasil, o hospedeiro cansado

O Brasil é cenário de absurdas catástrofes sociais desde que o projeto civilizatório colonialista aqui desembarcou. Dentro desse universo dominado pela hegemonia eurocentrada, constituiu-se um país que se tornou palco de múltiplas desigualdades. Estas já passaram por roupagens distintas e é possível, sem qualquer hesitação, denunciar sua manutenção ao longo do tempo. Apesar de serem fenômenos de bases independentes, as desigualdades que imperam no Brasil se cruzam e se sobrepõem em um processo histórico que não permite mais segregá-las. Destaco as desigualdades resultantes de uma sociedade de classes, patriarcal, racista. Sua complexa intersecção forja toda uma subjetividade que tem como ingrediente principal uma violência estrutural responsável pela violação de direitos básicos, inclusive o direito à vida. Essa violência leva à morte. Aqui, o genocídio é sistemático, uma prática histórica transmitida por gerações que matam. Há mais de quinhentos anos assassinamos índios, negros, pobres, mulheres, pessoas LGBTQIA+ e sujeitos de qualquer outro grupo que, aos olhos do projeto colonialista, precisam estar na condição de minoria simbólica.

Entendo que o Brasil vive uma melancolia justamente por nunca ter se havido com a morte que sempre esteve presente, escravizada, catequizada, torturada, encarcerada, manicomializada, infectada. A morte não é a única consequência da violência aqui operada, mas pode, sem dúvida, ser considerada um dos maiores símbolos desta. Uma marca. E o país nunca teve condições de elaborá-la verdadeiramente. Em outras palavras, vivemos uma incapacidade histórica de elaboração. Considero que a forma como uma dada sociedade lida com a morte e a tragédia tem íntima relação com as mortes e tragédias que seguem se repetindo. Sabemos, no que toca o sujeito, que o trabalho de luto leva para um caminho, e a melancolia, para outro. Acredito que tal equação se aplique igualmente às sociedades.

Encarar verdadeiramente a morte enquanto parte da realidade culminaria numa mudança. No caso do sujeito melancólico, é a modificação da tópica psíquica que é evitada. No caso do Brasil, podemos pensar que é a modificação dessa lógica de dominação que privilegia uns e mata outros, dessa ordem social, que é evitada. Consequentemente, uma fantasia é produzida, tanto pelo sujeito como pela nação. A partir de Abraham e Torok², entendo a fantasia como toda representação, crença ou estado de corpo que visa à manutenção de um *status quo*, a meu ver, seja da realidade psíquica ou social. Como postulado pelos autores, a fantasia do melancólico cumpre uma função preservadora e é acionada para resistir a uma mudança. Para não lidar com a perda, imagina-se engolindo-a, lidando com ela de forma mágica. Se a perda fosse ratificada, isso exigiria uma recomposição evitada graças à fantasia.

No âmbito social, as fantasias protetoras da ordem colonialista operam nas mais diversas camadas, naturalizando tudo aquilo que deveria ser vivido com impacto, choque e perplexidade. Os brasileiros estão historicamente acostumados a estarem hierarquizados sem que isso seja questionado. Ao contrário, isso é justificado e mantido diariamente por meio de práticas, crenças e valores. Destaco a lógica meritocrática, originada de

um falso princípio de igualdade muito propagado pela modernização que o Brasil importou do “primeiro mundo”³. Acrescento que a percepção de condições precárias de existência é obscurecida por um arsenal de justificativas normalizadoras como, além das ideias meritocráticas, as de trajetórias individuais fracassadas, de sujeitos azarados ou sortudos⁴. Aqui, pobre é considerado “o preguiçoso que mama nas tetas do Estado”. Isso quando o negro não é considerado “o avantajado por políticas de cotas”. Fantasias estas que nos fazem ignorar qualquer consideração por pré-condições na determinação dos lugares sociais. Elas justificam as coisas tal como estão produzindo a impressão de que, assim, elas são.

Vale lembrar, também, de uma forma de legitimação da imposição da violência que anda na moda: considerar que alguns cidadãos são “de bem”, e, outros, “de mal”. Sobre isso, muito pode-se pensar a partir do texto freudiano “Psicologia das massas e análise do eu”, o que é uma tentação, mas não cabe na presente reflexão. Atento para a ideia de que dicotomizar a população acreditando que certos sujeitos são desarrazoados é mais uma fantasia que atua em prol da manutenção da ordem social. Seus efeitos práticos podem ser identificados, por exemplo, no aumento da compra de armas. Foram revogadas portarias e, paralelamente, flexibilizados os requisitos e burocracias que antes envolviam a compra de uma arma. Nos primeiros quatro meses deste ano, foram registradas 48,3 mil novas armas no Brasil, o que equivale a seis vezes a média de 2010 a 2014⁵. Isso indica que a imposição da violência tem sido legitimada por fantasias que determinam o valor das vidas e, ainda, tem sido instrumentalizada por armas.

2 N. Abraham e M. Torok, *A casca e o núcleo*.

3 J. Souza, “A gramática social da desigualdade brasileira”, in *A invisibilidade da desigualdade brasileira*.

4 L. Santos, A. Mota e M. Oliveira, “A dimensão subjetiva da subcidadania: considerações sobre a desigualdade social brasileira”, *Psicologia, Ciência e Profissão*, v. 33, n. 3.

5 R. Buono e A. Rossi, “O Brasil se arma”, *Revista Piauí*, 22 jun. 2020.

6 N. Abraham e M. Torok, *op. cit.*

7 M. Pinheiro, R. Quintella e J. Verztman, “Distinção teórico-clínica entre depressão, luto e melancolia”, *Psicologia Clínica*, v. 22.

8 N. Abraham e M. Torok, *op. cit.*

»
*quando certas palavras
não podem ser articuladas,
a fantasia se torna
depositária do que não
tem nome, um alimento
ilusório que enche a boca.
O eu devora o objeto*

A violência tem sido vista como solução. É o cúmulo da incitação à morte. É a evidência de que a incorporamos da forma mais doentia. Afinal, “bandido bom é bandido morto”.

A partir de Abraham e Torok⁶, compreendo que a fantasia do melancólico surge para tomar aquilo que é inominável, por meio de sua incorporação. Quando certas palavras não podem ser articuladas, a fantasia se torna depositária do que não tem nome, um alimento ilusório que enche a boca. O eu devora o objeto⁷. A incorporação atua como uma espécie de antimetáfora, justamente porque não foi possível atribuir palavra diante do vazio oral original. É mero reparo no imaginário. Ela toma o lugar da introjeção que não pôde ocorrer, denunciando uma lacuna. E então, quando a perda é indizível, instala-se dentro do sujeito uma sepultura secreta, como se as lágrimas que não caíram fossem engolidas e postas em conserva. Forma-se, a partir disso, um correlato objetual da perda, uma cripta. A perda está tão bem escondida que se torna difícil identificar um sujeito criptóforo. Está neutralizada e anulada⁸.

Impossível observar o cenário pandêmico atual e não o considerar uma amostra perfeita da forma como incorporamos a tragédia. Quase esquecemos que nos últimos 8 meses somamos mais



*um país que produz
sistematicamente uma violência
genocida simbolizada
pela morte regride de forma
exponencial. A nação edificou-se
“sem perceber que era subtraída,
em tenebrosas transações”,
como cantou Chico Buarque
em 1984.*

100

PERCURSO 66 : junho 2021

de 160 mil mortes. Mortes, majoritariamente, concentradas na base da pirâmide social. Quase esquecemos, igualmente, que as doenças trazidas pelos europeus nos séculos XVI e XVII foram capazes de dizimar por volta de 95% da população indígena⁹. Qualquer semelhança com os dias atuais não é mera coincidência. É história de dominação. Agora, não foram os europeus que trouxeram o vírus, mas, sim, os brasileiros, descendentes desses mesmos europeus, que passam Carnaval na Itália ou que negociam com a China. Enfim, continuam morrendo os mesmos desde que o Brasil foi batizado. Hoje, morrem pelo subfinanciamento do SUS e pela violação do direito de ficar em casa. Morrem assassinados por violência policial, encarcerados nas prisões e manicômios, e por outras impensáveis formas de precarização da vida.

Sempre houve um consenso implícito que confere importância a algumas vidas e insignificância a outras. Há uma invisibilidade de mortes, as quais nem entram para as estatísticas. No contexto da pandemia, Butler¹⁰ expõe que lidamos com uma crise de valores tremenda, à medida que a vida é gerenciada a partir de esquemas de custo-benefício que acabam designando as vidas precárias como vidas dispensáveis. Sacrificamos pessoas. Entendo, a partir disso, que incorporar

a morte de uma parcela da população e manter a pose é a habilidade mais característica do funcionamento criptóforo brasileiro. Desaparecer com mortos, engolindo-os, é nossa especialidade. É como a mágica súbita da incorporação, que torna possível não ratificar aquilo que abalaria a realidade social de forma avassaladora.

Como trazem Abraham e Torok¹¹, pensando no sujeito, a passagem da boca cheia de seio para a boca cheia de palavras ocorre por meio da experiência de vazio de boca. Isso demanda a presença constante de uma figura materna que sustente essa boca vazia. É dessa forma que as palavras aparecem para substituir a presença materna e dar lugar a introjeções. Operar essa passagem implica conseguir que a presença do objeto seja substituída pela autoapreensão de sua ausência. A linguagem, assim, supre a ausência por meio da figuração da presença. A partir de noções freudianas trazidas por Abraham e Torok¹², entendo que a introjeção é um processo de ampliação, pois consiste na inclusão do conjunto das pulsões objetivas no eu. É como se a ratificação da perda, paradoxalmente, promovesse crescimento. Na incorporação, inversamente, o eu regride, as palavras são vazias. Ocorre um empobrecimento subjetivo pois a perda do objeto transforma-se em uma perda do eu¹³.

Um país que produz sistematicamente uma violência genocida simbolizada pela morte regride de forma exponencial. A nação edificou-se “sem perceber que era subtraída, em tenebrosas transações”, como cantou Chico Buarque em 1984. Optamos por recusar aquilo que permitiria nos expandir. Diante da catástrofe da morte, literalmente dizemos: “E daí?”. Tal qual ocorre na incorporação, as palavras esvaziaram-se. Seguimos preservando a realidade social, tornando-a inabalável.

Ademais, no quadro melancólico, não há investimento de um olhar libidinizador da figura materna suficiente para que o sujeito seja atingido e forje, para si, uma autoimagem capaz de cultivar um amor próprio de tipo jubilatório. Como se o olhar da figura materna não tivesse circunscrito o que viria a ser sujeito, produzindo, dessa maneira,

uma deserção de desejo do Outro. A exclusão do sujeito da pluralidade identificatória leva-o, conseqüentemente, a identificar-se ao nada¹⁴. Há um esvaziamento do eu ideal.

Quem nos pariu enquanto país, certamente, não nos libidinizou o bastante. Não houve intenção alguma de que nos tornássemos alguém. Nossa pátria não foi tão amada quanto parece. Ao contrário, nosso nome de batismo refere-se à matéria-prima que de nós foi arrancada sem piedade alguma. No cenário deste projeto colonialista atualizado pela modernização, o Brasil é periferia. É terceiro mundo. É subdesenvolvimento. Como aponta Turriani¹⁵, somos todos subalternizados (e não subalternos, dado que essa não é nossa condição e, sim, produto de um processo histórico). A subjetividade que foi aqui constituída visa responder a uma lógica colonialista que tem, como ideal civilizatório, o homem branco, cristão e europeu. Este colocado no lugar de sujeito universal. E essa resposta, desde sempre, opera pela via da servidão. A colônia serve à metrópole. Mesmo após duvidosa independência, seguimos na posição alienada. Impuseram-nos a forma de vida europeia na expectativa de que fôssemos mero espelho, reflexo ou cópia malfeita. Somente assim ter-se-ia a garantia de que estaremos sempre a serviço, no lugar dos dominados. Por vezes, a cópia é tão fiel que nos achamos como eles, o que é perfeitamente ilustrado por *Bacurau*¹⁶. Nascidos em berço esplêndido, quase tão brancos. Mas a camuflagem é facilmente desmascarada e descamba, como de costume, em morte.

9 E. Montalti, "Livro revela papel de doenças (e curas) na formação do país", *Jornal da Unicamp*, n. 490.

10 J. Butler, *apud* G. Yancy, "O luto é um ato político em meio à pandemia e suas disparidades", *Carta Maior*, 4 maio 2020.

11 N. Abraham e M. Torok, *op. cit.*

12 N. Abraham e M. Torok, *op. cit.*

13 S. Freud, *Luto e melancolia*.

14 M. Pinheiro, R. Quintella e J. Verztman, *op. cit.*

15 A. Turriani, "Psicanálise nas margens: combate à violência estatal", comunicação oral na *Semana de Psicanálise da PUCSP*.

16 K. Mendonça Filho e J. Dornelles, *Bacurau*.

17 P. Fédida, *Dos benefícios da depressão: Elogio da psicoterapia*.

18 S. Freud, *op. cit.*, p. 213.

19 M. Pinheiro, R. Quintella e J. Verztman, *op. cit.*

»
recai, sobre o eu
esvaziado, a sombra
do objeto. Isso ocorre
justamente porque o eu
não se constituiu nessa
diferenciação, o objeto inicial
não fez a função necessária
e o eu o mantém
dentro, em bloco

Isso aponta para outro aspecto da melancolia. A partir de Fédida¹⁷, compreendo que não há necessariamente algo que foi perdido mas, sim, algo que nunca foi encontrado, algo que nunca foi constituído. Recai, sobre o eu esvaziado, a sombra do objeto. Isso ocorre justamente porque o eu não se constituiu nessa diferenciação, o objeto inicial não fez a função necessária e o eu o mantém dentro, em bloco. A melancolia é entendida como uma neurose narcísica exatamente porque a distinção entre o eu e o outro é turva. Isto posto, em vez da catexia erótica dirigida aos objetos, faz-se uma identificação narcisista com estes. Em outras palavras, conforme postulado por Freud¹⁸, "a identificação narcísica com o objeto torna-se então um substituto do investimento amoroso".

Diante da identificação narcisista com o objeto perdido, o eu sofre um massacre, o que decorre do ódio dirigido a um objeto que está dentro. As recriminações são, originalmente, dirigidas ao objeto perdido. Dado que este foi acoplado ao próprio eu, faz-se autorrecriminações. Na tentativa de se vingar do objeto, produz-se um atentado a si mesmo¹⁹.

Dando sequência ao paralelo à nação, compreendo que, tal como o melancólico, não fomos capazes de entender quem somos, as distinções



*o luto é uma forma
de lidar com a finitude,
com a transitoriedade da vida.
Tem como finalidade
a reinserção no circuito
desejante, é desinvestir
para, posteriormente,
reinvestir*

são turvas e as identificações, narcisistas. Acrescento que o melancólico coloca o objeto no lugar de ideal do eu. No Brasil, paralelamente, perseguimos um ideal colonialista eurocentrado na intenção de termos algo que aqui nunca existiu, tampouco existirá enquanto o ideal for este. Diante da incapacidade de instituir essa diferença, seguiremos incorporando subitamente a mais devastadora das violências. Seguiremos com a sombra, nos identificando com aquilo que sempre esteve perdido e nos esvazia diariamente. Seguiremos nos armando e nos matando. Precisamos nos descolar desse ideal e construir uma narrativa própria de nação, que resgate nossa origem que foi apagada, que enalteça nossa cor que foi embranquecida, que escute nosso som que foi silenciado.

Acrescento, ainda, que o abandono de construções ideais que aqui nunca passaram de ilusão permite uma inclinação àquilo que nos é próprio, analogamente ao que é visado num processo de análise. Fazer análise é um processo de abandono de quem achamos que somos. Checchia²⁰, na busca por entender o que pode propiciar a passagem da alienação à verdade na experiência psicanalítica, leva-nos a compreender que se trata de um saber que não é ensinado e, sim, rememorado.

Cabe ao analista, assim, interrogar de forma a incitar esse saber que está no sujeito e que corresponde à sua verdade. A palavra *alétheia*, em grego, que significa verdade, remete ao que é lembrado. A verdade, então, é não esquecer. É construir memória. Tal qual se visa numa análise, cabe ao Brasil questionar-se de forma a incitar a construção de sua memória, tomando uma posição de apropriação de um saber que sempre nos foi arrancado pelos mais diversos epistemicídios. Essa memória inclui a inscrição da tragédia, a introjeção da morte e a ratificação da perda para que, enfim, nossa verdade seja encontrada. Precisamos esvaziar a boca de forma ineditamente sustentada, permitindo a emergência de novas palavras. Precisamos fazer luto.

O trabalho do luto

O luto é um trabalho árduo em que, em vez de recusar a perda, faz-se sua elaboração. Exige a passagem do tempo, dado que a introjeção é um processo. E implica um coletivo, pois é um processo da e na linguagem. Como apontam Abraham e Torok²¹, quando a perda é dividida e compartilhada num coletivo de linguagem, já houve introjeção. O psiquismo se funda a partir do luto, dado que, desde o nascimento, o bebê depara com perdas que precisam ser ratificadas. Assim, o luto é uma forma de lidar com a finitude, com a transitoriedade da vida. Tem como finalidade a reinserção no circuito desejante, é desinvestir para, posteriormente, reinvestir. O luto é um trabalho de construção de narrativa, de dar lugar àquilo que foi perdido. De acordo com Butler²², “há perda, como a conhecemos, mas há também seu poder transformador, que não pode ser mapeado ou planejado”. E o objeto perdido que demanda o luto é, antes disso, amado; é investido amorosamente. O luto é sobre a perda de um objeto de amor.

Concluo que o cerne do problema é afetivo. A pátria que não foi amada poderia amar-se. Isso significaria que o efeito de cada vida a menos seria

verdadeiramente sentido enquanto perda. O sujeito do ódio está ali, fascinando por meio de uma estratégia que é, antes de política, subjetiva. É a essa camada que precisamos nos atentar. Em outras palavras, precisamos nos amar para nos tornarmos vulneráveis ao impacto da nossa própria morte.

No caso de pacientes melancólicos, cabe ao analista reconhecer a dor e oferecer tempo. Cabe ao analista, ademais, reconhecer o amor e não o ódio para que, lentamente, as incorporações cedam lugar a novas introjeções. Faz-se, deste modo, o luto do melancólico²³. É necessário o atravessamento de fantasias. A cura implica, essencialmente, perder. É dever do analista, ainda, imaginar o inimaginável. Caso contrário, corre-se o risco de negligenciar o que realmente aconteceu²⁴. Uma nação não se deita no divã, infelizmente, mas é composta por sujeitos capazes de encarar aquilo que é mais mortífero, supondo que, sempre, poderia ser pior. Precisamos nos inclinar ao horror.

Devemos lembrar que todo sintoma se origina a partir de um sofrimento que está ali, escondido. A responsabilidade de escutar essa dor é ética e de todos. Exige a mais profunda implicação. Se o

»
devemos lembrar que todo sintoma se origina a partir de um sofrimento que está ali, escondido. A responsabilidade de escutar essa dor é ética e de todos. Exige a mais profunda implicação

luto permite a construção de uma nova narrativa, precisamos então encarar esse trabalho, retroceder à dívida e, enfim, reescrever toda uma história. Precisamos viver a tragédia. E dar espaço ao abalo da realidade social, isto é, à transformação que ela nos produz. Como diz Gilberto Gil, sabiamente, “tem que morrer pra germinar”.

20 M. Checchia, *Sobre a política na obra e na clínica de Jacques Lacan*, tese de doutorado em Psicologia Clínica.

21 N. Abraham e M. Torok, *op. cit.*

22 J. Butler, “Violência, luto, política”, in *Vida precária: Os poderes do luto e da violência*, p. 41.

23 N. Abraham e M. Torok, *op. cit.*

24 P. Fédida, *apud* C. Koltai, “Do relato ao testemunho”, in *Travessia do silêncio, testemunho e reparação*.

Referências bibliográficas

- Abraham N.; Torok M. (1995). *A casca e o núcleo*. São Paulo: Escuta.
- Buono R.; Rossi A. (2000). O Brasil se arma. Revista *Piauí*, [s.l.], 22 jun. 2020. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/o-brasil-se-arma/>>. Acesso em: 18 out. 2020.
- Butler J. (2019). Violência, luto, política. In: _____. *Vida precária: Os poderes do luto e da violência*. Belo Horizonte: Autêntica. p. 39-72.
- Checchia M.A. (2012). *Sobre a política na obra e na clínica de Jacques Lacan*. 365 f. Tese de doutorado em Psicologia Clínica – Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Fédida P. (2009). *Dos benefícios da depressão: Elogio da psicoterapia*. São Paulo: Escuta.
- Freud S. (1916/2016). *Luto e melancolia*. Trad. Marilene Carone. *Jornal de Psicanálise*, [s.l.], v. 49, n. 90, p. 207-224.
- _____. (1917/2010). A transitoriedade. Trad. Paulo César de Souza. In Sigmund Freud: *Obras Completas*, v. 12. São Paulo: Companhia das Letras. p. 185-189.
- Koltai C. (2015). Do relato ao testemunho. In Júnior, M. R. S.; Marcadante, I. F. S. (Coords.) *Travessia do silêncio, testemunho e reparação*. São Paulo: Instituto Projetos Terapêuticos.
- Mendonça Filho K.; Dornelles J. (2019). *Bacurau*. Brasil: Globo Filmes, Vitrine Filmes.
- Montalti E. (2011). Livro revela papel de doenças (e curas) na formação do país. *Jornal da Unicamp*, Campinas, n. 490. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp_hoje/ju/abril2011/ju490_pago3.php#>. Acesso em: 7 nov. 2020.
- Pinheiro M.; Quintella R.; Verztman J. (2010). Distinção teórico-clínica entre depressão, luto e melancolia. *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2.
- Santos L.N.; Mota A.M.A.; Oliveira M.V. (2013). A dimensão subjetiva da subcidadania: considerações sobre a desigualdade social brasileira. *Psicologia, Ciência e Profissão*, Salvador, v. 33, n. 3.
- Souza J. (2006). A gramática social da desigualdade brasileira. In: _____. (Org.). *A invisibilidade da desigualdade brasileira*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.
- Turriani A. (2020). Psicanálise nas margens: combate à violência estatal. In *Semana de Psicanálise da PUCSP*, São Paulo.
- Yancy G. (2020). Judith Butler: O luto é um ato político em meio à pandemia e suas disparidades. *Carta Maior*, [s.l.], 4 maio. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?%2Feditoria%2Fpelo-mundo%2Fjudith-butler-O-luto-e-um-ato-politico-em-meio-a-pandemia-e-suas-disparidades%2F6%2F47390&fbclid=IwAR13bzUNJfdmTIFDzMY2FnTRK6b5LOH_z2rvfjsnzU7V3w6qsjTjH9zMYQ#.xwx9KqHFATd.whatsapp>. Acesso em: 15 out. 2020.

It has to die in order to germinate

Abstract Having the psychoanalytic theory as a core base, this article's main objective is to highlight what is typical of the melancholic subject and set a parallel with Brazil. It is understood that the country is the stage of a structural violence that incorporates death, with a special consideration to the systematic genocide of a part of its population. This piece seeks to build a metaphoric reflection drawn from a socio-political listening, which will shed light on certain paths.

Keywords structural violence; death; melancholy; incorporation; grief; introjection.

Texto recebido: 01/2021

Aprovado: 03/2021

Patrícia Porchat

Identidades trans: desafios para a Psicanálise

Realização Ana Claudia Patitucci, Bela M. Sister, Cristina Parada Franch, Danielle Melanie Breyton, Deborah Joan de Cardoso, Silvio Hotimsky e Tatiana Inglez-Mazzarella.

Pode-se dizer que o percurso de Patrícia Porchat tem sido, sobretudo, um movimento sincero de busca renovadora – nos estudos, na clínica e na vida.

Guiada por um particular interesse pela epistemologia da psicanálise e grande apreço ao rigor da leitura e interpretação de texto, herdada do pai filósofo, procurou um curso de especialização em filosofia, voltado para os fundamentos filosóficos da psicanálise, assim que se formou em psicologia. Em seguida, foi no curso de psicanálise do Sedes que deu início a uma formação psicanalítica, e, posteriormente, dedicou-se à sua dissertação de mestrado na Universidade de São Paulo (USP), onde abordou questões relativas à metapsicologia e que foi publicada na forma de livro: Freud e o teste da realidade (Casa do Psicólogo/Fapesp, 2005).

Num dado momento, permitiu-se o gesto espontâneo de viver outra paixão – o jornalismo – e foi trabalhar como repórter na Folha de S.Paulo, afastando-se temporariamente dos estudos e da clínica, por cerca de um ano.

Entre 2003 e 2004, o atendimento de um paciente homossexual levou-a a eleger a homossexualidade masculina como tema de seu doutorado. Para ampliar seu conhecimento sobre esse universo, contatou ONGs e grupos LGBT+, passando a atender, além dos pacientes gays, trans, travestis e transexuais, o que expandiu sua clínica e sua pesquisa acadêmica. Na busca pela compreensão do sofrimento psíquico, se recusou a classificar a priori as questões de gênero com que se defrontava como desvios da normalidade, modo tradicional de a psicanálise entender a transidentidade.

Era preciso buscar referências nos estudos de gênero, e logo foi apresentada ao pensamento de Judith Butler, que se juntou a suas leituras no campo da sociologia onde encontrava estudos mais avançados sobre o tema. O feminismo de Butler, a sólida formação em filosofia e o amor pela psicanálise fizeram com que as críticas à psicanálise feitas por essa autora se tornassem uma referência importante para Patrícia pensar essas questões. Sua tese foi publicada em 2014: Psicanálise e transexualismo – desconstruindo gênero e patologias com Judith Butler (editora Jurená).

Procurando aprofundar seus estudos em um pós-doutorado, passa o ano de 2019 em Paris, na Université Paris Diderot (Paris 7), onde encontra o que considera uma interessante interlocução entre Lacan e Foucault.

Patrícia leciona na graduação e pós-graduação de psicologia na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP/Bauru), participa de cursos no Instituto Gerar de Psicanálise e, com bastante frequência, é chamada para participar de debates sobre identidades trans em congressos e seminários. Tem diversos artigos publicados em revistas especializadas e, mais recentemente, foi uma das coordenadoras do livro Psicanálise e Gênero: Narrativas feministas e queer no Brasil e na Argentina (Editora Calligraphie, 2018). Patrícia é também coordenadora do grupo de pesquisa Psicanálise: Clínica, Teoria e Cultura da UNESP e pesquisadora do Núcleo de Direitos Humanos e Saúde da População LGBT (NUDHES), do Departamento de Saúde Coletiva da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo.

Para ela, não se trata de invalidar conceitos fundantes da psicanálise, como o complexo de Édipo e de castração, mas de ponderar que são insuficientes para dar conta do que Butler chama “as diferenças sexuais”. Aceitar essa possibilidade cria a oportunidade de re-trabalhar questões teóricas e conceituais do mainstream psicanalítico, construído em um



*não se trata de invalidar
conceitos fundantes
da psicanálise, como o complexo
de Édipo e de castração*

momento histórico muito diverso do cenário atual. É um movimento necessário, considerando que certas manifestações da contemporaneidade só podem ser compreendidas fora das categorias cristalizadas.

Não há como entender um público que representa a diversidade apoiado apenas no modelo vigente, que divide o mundo em duas formas às quais todos devem se amoldar. O desafio é aprender a encarar os estereótipos, mirando fora dos pontos marcados, onde a vista repousa por hábito, para descobrir outras marcas, tão válidas e presentes quanto as eleitas pelo status quo. Dessa forma, o elemento considerado anormal, por destoar do padrão, torna-se o representante de uma categoria, de uma normalidade até hoje sistematicamente apagada e que, à custa de muito esforço, começa a conquistar autorização para ser.

Formular novos conceitos é um desafio enorme para o psicanalista que fez sua formação e se analisou tendo o modelo edípico como referência central. Mas, para Patrícia, ainda há outros. O analista precisa lidar com sua própria transfobia, para evitar que os preconceitos, o estranhamento, o desconforto frente ao que não soa familiar transformem-se em ruídos ou resistências, impedindo a escuta do paciente.

O rompimento de certas amarras de percepção e compreensão só pode ocorrer mediante um esforço consciente e contínuo para libertar-se das identificações impostas pelo domínio restritivo da heteronormatividade binária. Exercício mais difícil para profissionais que, tendo crescido sob essa lógica, tiveram



seu entendimento formatado no modelo hétero, ao contrário do que acontece com os profissionais mais jovens, que já se encontram, de alguma forma, aclimatados a essa nova cultura ou mesmo são analistas trans.

Os temas relacionados ao universo LGBTQ+ interessam à psicanálise, não só porque são uma realidade no mundo contemporâneo, mas também porque encontram-se ligados a um

fenômeno maior, que engloba a luta de movimentos de minorias para tornar visíveis os invisíveis, e inteligível o que era, até agora, considerado ininteligível e, por isso, tratado como “coisa de outro planeta”. À medida que essas pessoas conquistam espaço de existência, também vão revolucionando a clínica psicanalítica e o que se pensa sobre os papéis sociais e as identidades de gênero.

Deborah Joan de Cardoso

PERCURSO Gostaríamos que você nos contasse um pouco sobre seu percurso na psicanálise e como surgiu seu interesse pela questão da transexualidade.

PATRÍCIA PORCHAT Confesso que, em um primeiro momento, minha relação com a psicanálise foi de certa aversão, ainda na faculdade. Talvez alguma disciplina que eu tenha feito e não tenha me motivado muito. Acabei me interessando mais pela *daseinsanálise*, pela fenomenologia, e tive uma experiência de análise com alguém da *daseinsanálise*, que foi muito bacana. Quando cheguei ao quinto ano da faculdade, eu tinha vários amigos interessados, fazendo grupos de estudos de psicanálise. Achei muito esquisito eu não me atrair nem um pouquinho pela psicanálise, e pensei que seria de bom tom conhecer um pouco melhor. Participei então de um grupo de estudos com o Alejandro Viviani. Gostei muito, pedi uma indicação, fiz um bom tempo de análise com a Isabel Vilitis. E me apaixonei! Isso foi por volta do último ano da faculdade. Sou filha de um professor de filosofia e filósofo, que sempre valorizou muito o rigor da leitura e da interpretação de textos. Meu pai [Oswaldo Porchat] foi professor da USP, depois da Unicamp, é bastante respeitado como filósofo brasileiro.

Naquele momento, era o ano de 1987, tinha sido criado há pouco tempo um curso na Unicamp de “Fundamentos Filosóficos da Psicologia e da Psicanálise”, dado pelo Luiz Roberto Monzani,

pelo Osmyr Gabbi Júnior, pelo Bento Prado e depois pelo Loparic. Chegamos a ter aula também com o Garcia Roza, que escrevia seus primeiros livros de psicanálise. Fui fazer esse curso logo que me formei, por sugestão de meu pai. Era um curso de especialização, de dois anos. Já pus um pé em uma leitura mais filosófica da psicanálise. Eu tinha uma preocupação com a epistemologia da psicanálise. Ao mesmo tempo, me interessei em fazer o curso do Sedes.

Depois de dois anos do curso do Sedes, cheguei a um momento de minha análise em que me dei conta de que estava fazendo um curso de especialização de filosofia da psicanálise, um curso de psicanálise, clinicando... com mãe psicóloga e psicanalista, e pai filósofo. Pensei que era um pouco demais, filosofia e psicanálise, que queria alguma coisa diferente. Eu tinha uma paixão pelo jornalismo, uma paixão vinda de não sei qual lugar. Então parei tudo e consegui entrar como repórter na *Folha de S.Paulo*. Fiquei um ano como repórter de rua mesmo, cobria crimes, acidentes, congressos de psiquiatria, algumas matérias de cinema também. Foi um ano de realidade material absurda. É claro que, depois de um ano, estava faltando alguma coisa. Sentia falta de outra dimensão da experiência humana que, obviamente, eu não tinha como repórter. Nesse momento, queria fazer também um mestrado em filosofia, mas não tinha mais tempo para estudar, não tinha mais tempo para nada e, apesar de ser muito interessante a vida de

jornalista, não era o que eu queria ficar fazendo o dia inteiro. Voltei para o Sedes, tinha concluído o curso da Unicamp, entrei no mestrado na filosofia, com o Osmyr, para fazer filosofia da psicanálise. Quando estava no terceiro ano do Sedes, nasceu minha primeira filha. Nesse momento, tranquei o Sedes e pouco depois também o mestrado, me mantive clinicando. Tive minha segunda filha, e retomei o mestrado na psicologia, não mais na filosofia. O que estava me interessando era a metapsicologia. Minha tese, “Freud e o teste de realidade”, foi justamente sobre o dispositivo do teste da realidade na obra de Freud, como aquele que permitia o discernimento entre mundo interno e mundo externo. Interrompi a análise com a Isabel Vilutis e, depois de algum tempo, comecei uma análise com a Dominique Fingermann, lacaniana. Devo ter ficado uns vinte anos com a Dominique, contando algumas interrupções, e ainda faço visitas analíticas a cada seis meses, a cada ano. Comecei a estudar um pouco mais de Lacan, mas nunca cheguei a entrar em uma instituição. Quer dizer, fiz alguns seminários no Fórum do Campo Lacaniano, assisti a muitas palestras, mas segui mais o caminho universitário.

Atualmente sou professora da UNESP e atendo muitos pacientes no Centro de Psicologia Aplicada da UNESP, onde os alunos fazem seus estágios. Atendo vários pacientes trans nessa clínica. Dou algumas aulas em um curso com a Maya Foigel, no Instituto Gerar, para pessoas que querem começar a pensar aquilo que envolve uma clínica com identidades trans. Tem gente que vem da psicologia ou de outra área, mas estão indo para a clínica ou já clinicando. Na clínica dessas pessoas começam a aparecer pacientes trans e não sabem por onde ir.

PERCURSO Como surgiu seu interesse pela questão da transexualidade?

PORCHAT Em torno de 2003, 2004, eu tinha um paciente homossexual que me falava muito de seu dia a dia, mais especificamente do mundo gay, de estar na rua, de passar um cara, olhar para ele no farol e eles ficarem se olhando durante



ficava um pouco fascinada, estranhando esse tipo de vivência distante daquilo que conhecia. Resolvi trabalhar no doutorado com a homossexualidade masculina

alguns minutos... e ele já entrava no carro do cara, iam para um hotel qualquer e transavam. Daí, de noite, ia para o Parque do Ibirapuera, no lugar onde vários gays se encontravam. Tinha um sexo no anonimato total. Comecei a ficar um pouco fascinada, ainda que estranhando muito esse tipo de vivência bem distante daquilo que conhecia. Resolvi, então, trabalhar no doutorado com a homossexualidade masculina. Fiz contato com várias ONGs, com alguns grupos LGBT, porque eu queria ter mais pacientes gays para saber um pouco mais dessa realidade. Ao fazer esse contato, começaram a me enviar alguns pacientes trans. Pacientes gays, lésbicas e trans. Travestis, transexuais. Mirei em uma coisa e apareceu um mundo.

PERCURSO Você lembra quais ONGs você procurou naquele momento?

PORCHAT Procurei a Associação da Parada do Orgulho LGBT, a associação que organiza a Parada. E me indicaram uma ONG que reunia mulheres lésbicas, Umás e Outras, que era coordenada pela Valéria Melki. Comecei a me interessar por toda a comunidade LGBT, não mais me restringindo apenas aos grupos gays.

Nesse momento, fui para a qualificação do doutorado. Minha orientadora era a Miriam Debieux. Na qualificação, me perguntaram por que eu não ia trabalhar com o conceito de perversão da psicanálise. Disse que minha intenção não era me aproximar da homossexualidade, *a priori*, a partir desse conceito. Saí muito incomodada da qualificação porque, a essa altura, já estava lendo algumas coisas no campo das ciências sociais, onde havia uma descrição muito maior da vivência homossexual, do mundo LGBT. Tudo o que via na



tudo o que via na psicologia era muito ligado a uma ideia de patologia, de uma fixação em alguma fase ou uma questão narcísica...

psicologia era muito ligado a uma ideia de patologia, de uma fixação em alguma fase ou uma questão narcísica... Enfim, o viés era necessariamente de classificar como algo patológico ou colocar um diagnóstico. Eu, simplesmente, estava mais interessada nessa experiência de vida diferente daquela que o mundo dizia que era a saudável. Quando saí da qualificação, encontrei uma amiga, a Graciela Barbero, uma psicanalista argentina, que me apresentou um livro da Judith Butler, que já tinha sido traduzido na Argentina. Ela começou a me falar dos estudos de gênero, da teoria Queer, do Jean Allouch que, na França, já estava entrando em contato com os estudos gays e lésbicos americanos... e me deu uma bibliografia extensa vinda principalmente de Córdoba. Adentrei essa bibliografia e começaram a chegar pacientes trans. E fui ficando em um beco, tentando encontrar uma saída, porque vinham muitas críticas à psicanálise, e eu vinha da psicanálise. Fiquei muito espremida contra a parede.

PERCURSO Como você entende esse fenômeno atual de crescimento das questões relativas à transexualidade, que é muito evidente na mídia, em nossas relações socioculturais e também nos consultórios? O que o favorece?

PORCHAT Há um momento, por volta de 2010, 2011, em que se inicia certo boom dessa visibilidade. Acho que tem a ver com o João Nery [o primeiro homem trans a fazer uma cirurgia de redesignação sexual no Brasil], quando publica a biografia dele, *Viagem Solitária*... Acho que tem a ver com a filha do Toninho Cerezo que se torna modelo transexual de muito sucesso na passarela. Acho que tem a ver com a Judith Butler nos

Estados Unidos, fazendo interlocuções com a psicanálise, e isso vai respingando, aos poucos, no Brasil. *Problemas de Gênero* é de 1990, foi traduzido aqui em 2003, mas talvez ficasse mais restrito ao pessoal da literatura que trabalhava com essa autora. De qualquer forma, Butler estava em interlocução com Laplanche, com os lacanianos do Miller, sendo chamada para falar e discutir. Tem um pouco desse movimento feminista mais jovem no Brasil e a internet sendo cada vez mais utilizada pelas pessoas jovens, que vão se encontrando, tendo acesso ao que se passa nos Estados Unidos e na Europa. Esse feminismo chega muito pela internet, e ativa todo um interesse da meninada por questões ligadas às relações entre os gêneros e as diversidades de gênero. Então, acho que é um movimento que vem de vários lugares.

Butler é uma feminista, bastante rigorosa, com uma sólida formação em filosofia e que se interessa pela psicanálise. Sempre se interessou, fez análise, chegou a pensar em ser analista. Ela critica e, ao mesmo tempo, ama a psicanálise. Suas críticas são diferentes das que vinham sendo feitas à psicanálise. Nos Estados Unidos temos o *Don't Ask, Don't Tell*. Quer dizer, temos a presença da homossexualidade ainda que silenciada, mas o próprio silenciamento dela é uma forma de torná-la visível. Em vários lugares do mundo temos pequenos movimentos que culminam nesse grande boom de 2011, 2012 em diante.

PERCURSO A entrada da medicina, das possibilidades cirúrgicas, também pensando na transexualidade, ajudou a ampliar esse campo?

PORCHAT Eu precisaria olhar direitinho as datas das resoluções do Conselho Federal de Medicina, mas é difícil dizer o que veio antes, porque esse conselho se propôs a fazer algumas resoluções pressionado pelos movimentos sociais que eram apoiados por profissionais de saúde. Claro que, a partir do momento em que começou a ter um avanço tecnológico e uma visibilização dos caminhos de intervenção, isso fez com que mais pessoas saíssem do armário e considerassem essas possibilidades.

PERCURSO O tema da transexualidade abriu intensa discussão no campo da filosofia e da psicanálise em relação à diferença sexual. Para determinada linha de pensamento, como a que segue Marco Antônio Coutinho e Natália Travassos, o aumento de presenças transexuais estaria ligado a uma epidemia histórica, como outras ao longo da história, uma vez que a histeria provoca um questionamento sobre o enigma da diferença sexual e o saber dominante de cada época. Já Judith Butler coloca “as diferenças sexuais” ligadas aos *gêneros ininteligíveis*, que antes não podiam ser escutados. Como você tem pensado esse debate?

PORCHAT Esse é um ponto nevrálgico quando se discute com lacanianos. As diversas compreensões do conceito de diferença sexual é que vão dar o tom dessa discussão. Por exemplo, na minha opinião, Judith Butler tem uma resposta para isso, com a qual trabalho no *Psicanálise e Transexualismo*, que saiu publicado em 2014, ainda com o termo transexualismo... porque acho que esse foi o ano da virada, quando esse termo saiu de cena e foi trocado por transexualidade, mas aí o livro já estava publicado.

Judith Butler vai discutir essa ideia da diferença sexual enquanto vazia de conteúdo... acho que em 2000, em um livro dela junto com Laclau e com Žižek, o *Contingência Hegemonia, Universalidad*. Para ela, a ideia de que esse seria um conceito que garantiria uma bipartição dos seres humanos, de um jeito que permitiria pensar para além do gênero, não se sustenta como uma resposta do lacanismo. Dizer que homem e mulher são apenas termos do momento, como poderia ser a diferença entre fumantes e não fumantes, que se trata apenas de uma inscrição de dois modos diferentes do ser falante... para ela, essa resposta não se sustenta na medida em que se mantém os termos homem e mulher, com todos os efeitos que isso provoca na organização social. Quer dizer, se a origem da diferença sexual está dada nesses dois termos, por mais que se diga que não é anatômica, isso tem consequências. Não há como se criar a ideia de algo que é diferente um do outro, vazio de conteúdo, que seja, se o ponto de partida



*dizer que homem e mulher
são apenas termos do momento,
como poderia ser a diferença
entre fumantes e não fumantes,
essa resposta não se sustenta*

necessariamente foi a escolha desses dois termos. Acho que ela responde a isso de uma maneira definitiva. Ela diz: “E portanto, eu não trabalho com essa diferença de dois. Vamos pensar em diferenças sexuais. Poderíamos falar, por exemplo, de genitália externa, de gônadas, cromossomos... vamos para a genética. Existem tantas variações, tantas apresentações de si possíveis, então falemos em diferenças sexuais, pois isso parece mais de acordo com o que de fato nós temos na sociedade”. E a resposta insistente de lacanianos foi: “Você não leu bem Lacan...”, que considero uma resposta um pouco complicada, porque você está dizendo isso para alguém que tem uma tradição de leitura e que escolheu não aceitar aquela definição dada por aquele pensador: “Bom, ele diz isso, e eu discordo desse pensamento por A, B e C, proponho outra coisa”. Então não adianta alguém ficar dizendo: “Olha, você leu errado... se você ler bem...”

PERCURSO Como se se tratasse de uma bíblia, da palavra sagrada, como numa religião...

PORCHAT Pois é. Minha impressão, na época, e que mantenho até hoje, foi a de que não faz sentido querer transformar Butler em laciana! Se ela tem uma posição diferente, vamos respeitar outro jeito de pensar as mesmas questões.

PERCURSO Ela tem uma proposta nova. Esse é o fato. Mas vamos retomar ainda uma parte da pergunta anterior... de o fenômeno da transexualidade estar mais presente no mundo de hoje, e o fato de Coutinho e Travassos considerarem tratar-se de uma epidemia histórica, que recoloca a questão da diferença sexual. Você pensa que, de



*acho muito complicado
igualar as experiências,
principalmente de jovens,
como se fossem
uma coisa só*

fato, temos de novo um questionamento sobre a questão da diferença sexual?

PORCHAT Acho que Marco Antônio é bastante fiel à teoria e ao autor que ele tem como referência, e que é fundamental na sua prática clínica. Nesse sentido, acho que está correto no modo de ele pensar, dentro da leitura do texto lacaniano que escolheu, porque também podemos partir para outros momentos do Lacan, e vejo lacanianos fazendo leituras diferentes... Então, dentro daquilo que ele escolhe como marco teórico, ele aplica um modelo de leitura a determinado fenômeno social, e nesse sentido, acho que ele sabe o que está fazendo. Mas creio ser profundamente infeliz! Infeliz para o momento histórico que vivemos, e infeliz também porque, de alguma forma, ele acaba trocando a psicose pela histeria. Troca seis por meia dúzia. Os transexuais não são mais psicóticos, mas todo esse fenômeno é histérico. E perde de perspectiva todo um grupo de pessoas que estão, há anos, batalhando para serem vistas como seres humanos, com todos os respeitos devidos. Acho muito complicado igualar as experiências, principalmente de jovens, como se fossem uma coisa só, como se todo mundo estivesse respondendo a uma oferta da ciência. A ciência oferece e todos saem dizendo: “Eu quero, eu quero...” e, por contágio, você vai ter uma epidemia.

O que vemos é uma série de expressões de gênero que estão podendo dizer: “Eu não estou mais de acordo com as únicas duas caixinhas oferecidas até agora para nós. Não sou isso, e também não sou aquilo. O que eu sou?”. Tem todo o trabalho de algumas pessoas que conseguem dizer o que elas são, e de outras que se identificam ou se colam com aquilo que aparece ali na frente delas,

como um youtuber dizendo: “Se desde criança você não aceita seu corpo do jeito que ele é, se você sempre se sentiu inadequado, então você é uma pessoa trans”. Mas existem várias outras expressões de gênero, e estamos vendo muitos não binários aparecendo, em busca de algo específico.

PERCURSO Saindo do lugar de abjeto e reivindicando sua condição de existente, de humano em toda sua diversidade.

PORCHAT Pois é. Acho que essa porteira está se abrindo agora, e quando o Marco Antônio diz o que diz vai na direção de fechá-la. Em vez de olhar para aquilo de novo que vai aparecendo, ele diz: “Vocês são todos a mesma coisa, em uma grande epidemia por contágio. Todo mundo querendo parecer e ser como o outro, fazendo exatamente a mesma coisa que o outro está fazendo”.

PERCURSO Apaga as singularidades... de novo.

PORCHAT Uma coisa é você dizer: “Está cada vez aparecendo mais gente não conforme ao gênero atribuído no nascimento. Gente que se deu conta de que não se identifica com certo estereótipo de homem ou de mulher e não está sabendo sair disso, ou está parando para pensar que é possível ser diferente disso”. Outra coisa é olhar para esse fenômeno, achá-lo, e dizer que é uma epidemia histórica. Vocês entendem a diferença? Realmente não concordo com a posição dele.

PERCURSO Você poderia dar alguns exemplos dessa variedade de comportamentos, de existências não binárias, porque por vezes se tem a impressão de que em determinado momento uma pessoa se considera não binária mas, em momento posterior, ela opta por se definir como homem ou como mulher e, muitas vezes, pela cirurgia, pela hormonização. Como você entende esse movimento?

PORCHAT De uns quatro ou cinco anos para cá, têm aparecido alguns estudos sobre esses grupos que se dizem não binários. Vemos pessoas que fazem esse movimento do pêndulo de, às vezes, buscar uma estabilidade como homem, como mulher e, às vezes, se sentir livres para não ser nem



uma nem outra coisa. Vemos, por exemplo, uma pessoa que diz: “Bom, eu sou um homem, um homem trans, mas quero manter o meu útero, quero manter os meus seios, porque talvez queira amamentar... Não sei se vou tomar testosterona ou não, mas é meu jeito de ser homem, quero que me chamem de homem e me falem no pronome masculino...”. Acho fascinante os vários homens trans grávidos que estão aparecendo por aí, de uma liberdade impressionante! O que não quer dizer que não sofram, que não tenham problemas, dúvidas, como todo mundo tem. Mas há uma liberdade em dizer: “Nesse mundo, eu me identifico como homem, mas isso não afeta minha paternidade ou maternidade ou parentalidade”, seja o nome que queiramos dar.

PERCURSO O psicanalista Hansbury acredita que a psicanálise faz um avanço ao deixar a excessiva preocupação com a etiologia da transexualidade e se voltar para a maneira como ela se manifesta. Isto é, passar do *Why trans* para o *How trans*. Como foi seu processo como psicanalista em relação a essa questão?

PORCHAT Foi exatamente isso que ele descreve. Passei um bom tempo no *why trans*. Quais os determinantes, qual a história de vida, o que pode me falar desses pais, dessa família, desses desejos, da própria vivência infantil. E aí comecei a achar situações similares em várias histórias e me peguei querendo estabelecer uma causalidade, estabelecer traços em comum nas histórias de várias pessoas que se encontram como trans. Até que parei para pensar que isso não fazia sentido, e me vi em um dilema. Primeiro, em relação à liberdade de pensar. Mas, afinal de contas, quando trabalhamos na clínica, às vezes não encontramos traços em comum entre um paciente e outro e estabelecemos relações? Só que isso sempre foi feito a serviço das classificações. Criamos categorias e categorias que sempre apontam para uma diferença, com o quê? Com uma normalidade? Quando se cria a histeria, a neurose obsessiva, a fobia... são os grandes quadros. Mas a homossexualidade também foi vista como um quadro,

até que parei para pensar que isso não fazia sentido, e me vi em um dilema. Primeiro, em relação à liberdade de pensar

eram pessoas que transavam com pessoas do mesmo sexo... E aonde leva esse tipo de raciocínio quando você trabalha com uma diferença que é a da sexualidade ou do gênero? Durante muito tempo, foi comum estranhar pessoas que se diziam de um gênero diferente daquele atribuído ao nascimento. Mas, quando você vê a quantidade de pessoas que têm esse tipo de experiência e que estão por aí na vida, fazendo o que todos fazem, o que todas as pessoas cis fazem, qual é o sentido de ficar pensando na causalidade? E esse foi meu momento de dar uma parada.

PERCURSO Vivemos um pouco desse dilema à medida que fomos fazendo as leituras para esta entrevista, porque esse assunto mexe muito com a forma com que se olha a clínica, especialmente quando temos as etiologias muito turbinadas. Quando, por exemplo, você trabalha com um casal que vê a filhinha de quatro anos que só quer brincar com coisas de menino, usar roupas de menino... Procuramos entender o que está acontecendo naquela relação entre os três (pai, mãe e criança), o que está determinando que essa menina queira ocupar o lugar do pai frente à mãe... enfim, pode ser muito fácil entrar nesse modelo de pensamento clínico da psicanálise. Mas, se você pensar que ser trans é uma possibilidade, talvez não faça esse pensamento da triangulação na relação entre pai, mãe e filho. Talvez tenha um pensamento muito diferente desse.

PORCHAT São duas coisas. Uma é um treino de formação que tem a ver com o que você leu, com suas supervisões, os primeiros casos que você acompanha e com toda a literatura psicanalítica mais clássica que temos. Então o olhar



*um dos pesquisadores do CRPMS
(Paris 7) que acabou de defender
o doutorado, Nicolas Evzonas, tenta
pensar uma metapsicologia inclusiva*

vai exatamente nessa direção. Você está lá, está vendo uma dinâmica familiar, as identificações, o desejo materno, a atitude do pai... enfim, você raciocina nessa direção. Mas faz muita diferença quando você percebe, principalmente entre as pessoas jovens (no ensino médio ou no começo da faculdade), uma facilidade, ou melhor, uma espontaneidade de convivência com as pessoas trans, com as pessoas não binárias, também com gays, lésbicas, sem tanto aquela questão do... “Fulano de tal... olha, ele é homossexual”. Você vê uma relação tão espontânea, sem problematizar, sem estranhar que é um gancho para pensar um pouco o futuro. “A sociedade está mudando, e é com outros olhos que tenho que olhar. É de outro jeito que tenho que escutar. Não é com o jeito de quando eu tinha vinte, trinta anos, na minha faculdade, na minha formação, na leitura que eu fiz. Tenho que pensar que muita coisa está diferente, que esses jovens vão ser os futuros analistas”. E eles vão estar com uma flexibilidade de pensar o diferente muito diversa da nossa. De pensar diferente não, de pensar o diferente de agora, porque para eles não vai ser o diferente, vai ser o normal deles. Não vai ser nas questões de gênero e nem de orientação sexual ou de prática sexual, que eles vão ler o que poderia ser da ordem do sofrimento. O sofrimento psíquico é sempre de cada um, mas aquilo que lemos como fenômeno social, onde estabelecemos um marco do que chamaríamos, talvez, de patológico, vai ser outra coisa. É muito importante tomarmos esse cuidado com as mudanças que vão acontecendo, e não fossilizar, como analistas, e ficar naquilo: “No meu tempo era assim”, porque os tempos estão mudando, não adianta.

PERCURSO Em junho de 2008, você entrevistou Judith Butler. Uma de suas preocupações era entender a contribuição das psicanalistas feministas e sua lida na questão dos transgêneros. Butler lhe responde tecendo elogios a alguns psicólogos clínicos e comenta que, em sua opinião, os autores importantes no campo da psicanálise ainda não tinham feito grande trabalho. E mais: questiona se realmente estariam interessados em fazer. Como você vê essa questão treze anos depois? Você considera que a psicanálise tem se colocado nesse debate? Quais são os operadores metapsicológicos que ajudam a pensar as questões trans e quais são os conceitos psicanalíticos considerados problemáticos?

PORCHAT Existe um grande movimento com origem na Paris 7 (de onde vieram Laplanche, Fédida...) especificamente em torno do laboratório de pesquisa atrelado ao Departamento de Psicologia, que é o CRPMS [Centre de recherches psychanalyse, médecine et société], onde está a Laurie Laufer, diretora do centro, o Thamy Ayouch, que já esteve várias vezes no Brasil, a Beatriz Santos, com quem escrevi um artigo, e uma quantidade de orientandos que vêm se formando, e que trabalham muito nessa linha que coloca a psicanálise em diálogo com as teorias de gênero e com a teoria Queer. Há um esforço desse grupo em tentar pensar a metapsicologia. Mais recentemente, um dos pesquisadores que acabou de defender o doutorado, Nicolas Evzonas, tenta pensar uma metapsicologia inclusiva, que é como ele a chama. Eu não saberia reproduzir agora, mas ele tenta, de alguma forma, pensar uma metapsicologia que não faça esse ponto de corte entre um normal e um patológico. Tem também um retorno por meio de Philippe Van Haute, que atua muito com o pessoal do CRPMS. Ele é psicanalista, professor na Bélgica e vai trabalhar com a ideia de uma patoanálise, de que todos nós contemos a possibilidade de intensidades diferentes de adoecimento ou de sofrimento, mas que não há uma divisão marcada, estrutural, entre uma perversão, uma psicose, uma neurose. A primeira coisa é sair



de uma perspectiva estruturalista de separação clara entre modos de funcionar.

PERCURSO Mas, de alguma forma, isso já vem sendo feito. Essa ideia de que todos temos núcleos diferentes dentro de nós, núcleos mais psicóticos, mais neuróticos. O que você está dizendo está mais relacionado à linha lacaniana, não?

PORCHAT É, porque a grande briga com as teorias de gênero e a teoria Queer é dos lacanianos. Os grandes embates com a Judith Butler foram os lacanianos que fizeram. Por isso essa discussão ficou tão em torno da questão das estruturas.

PERCURSO Porque se você pensa na Melanie Klein, ela fala na posição esquizoparanoide, na posição depressiva, não coloca tanto numa questão diagnóstica.

PORCHAT Uma das grandes questões a meu ver é o que fazer com o Complexo de Édipo. Quando a Butler me dá aquela resposta, ao mesmo tempo ela vai falar de um pessoal ligado ao New York Post Doctor School [New York University Post-doctoral Program in Psychoanalysis and Psychotherapy], a Muriel Dimen e o Ken Corbett, por exemplo. Corbett é um analista de crianças que se recusa a trabalhar com a ideia de Édipo enquanto operador conceitual. Ele trabalha muito mais com os desejos infantis, com os desejos parentais. Para ele, não existe um momento originário. Não existe um par originário ou um triângulo. Há, ao contrário, múltiplas relações e registros. Não há um desejo originário. Desejos e estados de gênero se acumulam por meio de uma complexidade caótica. Ele pensa a partir de outro lugar que não o Édipo, que é o que o pessoal da França faz ao recuperar Deleuze para tentar pensar as pulsões à parte de uma organização que vai culminar nas identificações parentais dentro de uma estrutura triangular. O diálogo com Foucault para pensar a sexualidade e as relações de poder, o diálogo com Deleuze para tentar pensar o Édipo como uma construção bastante datada, que dá conta de um modo particular de ser família, e pensar outras possibilidades, esse é o caminho que vai sendo

*Corbett é um analista
de crianças que se recusa
a trabalhar com a ideia de Édipo
enquanto operador conceitual*

trilhado. Agora, não trabalhar com Édipo, para boa parte da psicanálise, é quase dizer que não tem mais psicanálise... porque é o conceito central do edifício teórico da psicanálise.

PERCURSO Não necessariamente, mas a questão da triangulação, da exclusão, essa experiência de ficar de fora, para quem trabalha com criança é muito forte. E aí vem a questão do ovo e da galinha. É essa sociedade que produz esse modo de funcionamento ou esse modo de funcionamento... O que você está dizendo é que nossa sociedade está se transformando e precisamos pensar sobre essa nova forma. É isso que você está dizendo?

PORCHAT Acho que são duas coisas. Uma é que a sociedade está mudando e precisamos conseguir pensar de outro jeito que não olhe para essas mudanças, *a priori*, como desviantes de um padrão estabelecido ou de um ideal a ser atingido. A outra é que houve pensadores na história da psicanálise ou adjacentes ao *mainstream* psicanalítico que propuseram coisas que foram muito facilmente banidas como não psicanalíticas. E, no entanto, elas hoje vêm se mostrando interessantes para pensar essa diversidade.

PERCURSO Porque o triângulo edípico funciona muito na heteronormatividade binária. Quer dizer, o triângulo só é triângulo porque tem dois e um que é a criança. Se o modelo muda, se é pluri, o modelo edípico não é o único responsável por determinar uma dinâmica.

PORCHAT O mais difícil é que aprendemos assim, fizemos nossas análises nos pensando assim. Pensamos os pacientes durante anos, anos



o que faz a questão recair sobre o analista e que escolha ele faz na sua prática, se é a perspectiva do sofrimento ou da normatividade

e anos assim. Então, o que é começar a pensar diferentemente?

PERCURSO Como duas perspectivas de psicopatologia. Uma marcada ainda pela normatividade. E outra, marcada pelo sofrimento. Resultam também em tratos diferentes, mesmo dentro da psicanálise.

PORCHAT Sim, o que faz a questão recair sobre o analista e que escolha ele faz na sua prática, se é a perspectiva do sofrimento ou da normatividade. Por isso vários dos escritos atuais, do Thamy Ayouch ou do Hansbury, têm a ver com a contratransferência ou com os aspectos da teoria que o analista escolhe para seu olhar, para sua prática. Mas ainda acredito que isso não garante.

PERCURSO Isso não garante e isso não se define pela escola. Como é que você pensa?

PORCHAT Há escolas mais rígidas conceitualmente do que outras. Mas o recorte que se faz das teorias é, em última instância, do analista. Mesmo dentro de uma escola, não só o recorte, mas também a posição de idealização de um mestre também diz respeito ao analista.

PERCURSO Que conceitos você considera que ainda seriam úteis? Por exemplo, a castração simbólica parece um conceito interessante que valeria, digamos assim, para qualquer constelação familiar ou qualquer situação de sofrimento quando se trata de questões relacionais.

PORCHAT Concordo. Para mim, é muito difícil pensar sem essa ideia. Agora, eu me interessaria, de qualquer forma, por novas produções dentro do campo da psicanálise, ainda que proponham

uma crítica a um termo como a castração, por exemplo. Interessa-me saber o porquê. O que mais me incomoda é quando há uma espécie de passar régua que... “Bom, sem tal conceito não é psicanálise”. Escutei uma vez: “Mas então isso é uma psicanálise butleriana”. E daí? Quem diz o que é psicanálise? Quer dizer, quando Winnicott começa a propor outras coisas, ou Balint ou Ferenczi, ou vêm outras pessoas... o que é preciso para aceitarmos que isso possa também ser psicanálise? Às vezes, tem que passar 30 anos para que determinado autor seja reconhecido por fazer uma psicanálise legítima, depois de ter ficado banido durante muito tempo porque propôs uma técnica um pouco diferente, uma técnica ativa ou qualquer coisa assim.

PERCURSO E você observa que há contribuições atuais significativas? Não só de resgate, de psicanalistas...

PORCHAT Acredito que sim e fiquei, não sei se contente é a palavra, mas fiquei surpresa ao ver que um pessoal da IPA tinha criado, há uns dois, três anos, um grupo de gênero e sexualidade com pessoas de Israel, do Canadá, da Europa, da Argentina e também uma pessoa do Brasil. Em 2019, eles fizeram um colóquio em Bruxelas. Era um colóquio fechado, e fui convidada pelo Nicolas Evzonas, que defendeu o doutorado sobre transidentidades e que falou sobre essa metapsicologia superinclusiva. Achei interessantíssimo, um grupo dentro da IPA, muito fértil, muito livre para pensar essas questões dentro da psicanálise, trabalhando com Bion, com Winnicott, com Klein, com Deleuze. Havia lacanianos também. Não precisamos ficar com a ideia de que alguns grupos psicanalíticos, por serem de determinada instituição ou de determinada escola, serão necessariamente fechados. Não, de jeito nenhum.

PERCURSO As experiências contratransferenciais relatadas por psicanalistas que trabalham com trans são de estados confusionais, de desfazimento e queda, que remetem a estados primitivos do desenvolvimento da psique. Você poderia nos contar

como é sua experiência contratransferencial na clínica com trans e como pensa a transfobia na clínica? **PORCHAT** Acredito que ainda existam, sim, analistas com esse tipo de experiência contratransferencial. Creio que isso vem mudando à medida que um número maior de analistas vai entrando em contato com pessoas trans, também fora do *setting* analítico, e aproximando sua compreensão teórica dos estudos de gênero. Há uma nova geração de analistas recebendo cada vez mais pacientes trans nos consultórios, o que muda um pouco essas reações contratransferenciais na clínica. Ainda assim, penso que é uma clínica que afeta e que mexe bastante. Já são alguns anos de pacientes trans e, quando falamos desses pacientes, nos referimos a um conceito guarda-chuva: abarca travestis; pessoas transexuais que já fizeram sua transição; pessoas que manifestam o desejo de fazer a transição mas ainda não começaram e não sabem se vão fazer ou não; pacientes que se dizem não binários ou simplesmente trans, e você não sabe o que isso quer dizer para essa pessoa, porque a frase “eu sou trans” tem diferentes significados para cada um.

Não quero generalizar, mas, por exemplo, pensando na experiência de um paciente que chegou como homem e sempre se relacionou com mulheres, mesmo depois de ter feito a transição. Ele dizia, em um primeiro momento, que amava tanto as mulheres por quem se interessava, mas amava tanto, que era quase como se ele quisesse ser essas mulheres. Isso foi há muitos anos e eu não entendia direito, pensava que era uma coisa quase simbiótica, de querer se juntar, se tornar um. Até que, em certo momento, ele anunciou que desejava ser mesmo uma mulher e que ia começar a pensar nisso mais seriamente. Eu tive uma reação... não dá para falar que foi de não aceitação, mas foi uma reação de não concordar, de achar que não era o momento. E não falei nada, porque já estava em contato com a literatura sobre transexualidade e sobre clínicas de pessoas trans, que me impediu de fazer qualquer manifestação que pudesse apresentar discordância com o que ele expressava. E ele seguiu o caminho, se tornou uma mulher, fez uma cirurgia e continuou mantendo contato comigo à distância, porque



comecei a pensar: isso é uma atuação? Isso vai dar no quê? Qual vai ser o próximo passo? Será que essa pessoa vai se matar depois?

saiu do Brasil. Foi interessante perceber que, se eu tivesse ido por aquilo que eu estava sentindo, sem uma preocupação de certo policiamento... porque acho que era da ordem da transfobia, não no sentido de violência, mas era uma transfobia porque era um incômodo muito grande com a possibilidade de que essa pessoa estivesse fazendo uma transição. Era uma pessoa que tinha um grande sofrimento por várias causas. Então, comecei a pensar: isso é uma atuação? Isso vai dar no quê? Qual vai ser o próximo passo? Será que essa pessoa vai se matar depois? Quer dizer, todas essas coisas que vemos, que muitos analistas puseram em prática, me passaram pela cabeça. Mas consegui me calar e foi importante me calar, porque essa pessoa fez a transição, ficou muito feliz, continuou namorando mulheres, se casou mais de uma vez.

Então, a transfobia pode ter relação com falas ou intervenções violentas por parte do analista, mas acredito que tem muito a ver com um preconceito enraizado. Não vem só de uma teoria que passou muitos anos falando em psicose ou em algum tipo de patologia narcísica, como a linha do Stoller, por exemplo. Se relaciona com uma cisnormatividade do nosso mundo, de como estamos organizados e isso está infiltrado em nós. Nós, cis, pensamos dessa maneira.

E, à medida que não fiz nenhum tipo de intervenção no sentido de discordância, essa pessoa foi fazendo sua aproximação com o mundo feminino, foi recuperando uma série de memórias, encontrando uma narrativa mais prazerosa sobre ela mesma que, em todo o primeiro tempo de análise, de uns três, quatro anos, estava soterrada. Era uma pessoa que bebia muito, fumava muita maconha e sempre ultrapassava os limites



*existem algumas questões:
como a pessoa vive a sexualidade
dela, como se expressa
enquanto gênero*

do cuidado consigo próprio. E aí virou: começou a se cuidar mais, a conseguir sustentar as relações por mais tempo, até que acabou casando. Então, foi uma coisa muito esquisita perceber essa coisa tão visceral que é a perspectiva cis de ser.

PERCURSO Você poderia falar um pouco mais dessa clínica? Temos percebido maior frequência de pessoas que chegam com mais clareza em relação a fazer a transição. Como você pensa o trabalho de análise frente à complexidade dessas conflitivas e a urgência por tomadas de decisões – a hormonização, a mudança de nome, a cirurgia de transição – uma vez que o processo de análise demanda um tempo que não se tem ou não se quer ter? Como você tem observado a permanência desses pacientes em análise?

PORCHAT Para a maioria das pessoas trans que querem fazer a transição com intervenção hormonal, cirúrgica, isso é uma espécie de pedra, de rocha no sapato. Enquanto essa questão não sai da frente, muitas vezes a vida não flui. Para algumas pessoas, a clareza é tão grande, há tantos anos...

Mas vamos voltar um pouco. Uma coisa é alguém que vem pedir um laudo para uma cirurgia. É muito difícil começar um processo analítico quando a pessoa vem com algo muito específico. Se você é um psicólogo, pode fazer um laudo porque tem CRP. Como analista, não faz o menor sentido dar um laudo. Você está lá para oferecer outro trabalho, para saber o que a pessoa veio buscar. Então, vamos limpar um pouco a área. Se é para fazer um laudo, é de um outro lugar que vai trabalhar. Você também não vai deixar uma pessoa quatro anos em análise se ela quer logo um laudo, porque ela sai depois de dois meses e vai arrumar em outro

lugar. Ela não vai ficar esses quatro anos. Acho que se pode fazer a proposta de oferecer uma escuta e essa pessoa pode topa ou não, e ela que resolve o que vai fazer com o pedido de laudo dela.

PERCURSO O profissional que faz um laudo observa o quê?

PORCHAT Isso varia muito. Existem algumas questões: como a pessoa vive a sexualidade dela, como se expressa enquanto gênero, como se relaciona com o ambiente à sua volta, que tipo de prejuízo ela está tendo enquanto não recebe hormônios. Às vezes, não está conseguindo trabalhar, estudar, se relacionar, ou tem vergonha do corpo. Vai tomar banho e tem partes do corpo nas quais nem toca, de tantas questões que tem com essas partes. Ela se diz no feminino ou no masculino? Mas é claro que, com três ou quatro encontros, se percebe que muitas já decoraram o que devem falar para que um psicólogo ou um psiquiatra faça um laudo. Então, você começa a pensar em qual é a sua posição ao fazer esse laudo, porque se ela vai a um ambulatório, vai encontrar um psicólogo que trabalha direto com esse tipo de avaliação junto à equipe geral do ambulatório. E lá eles têm os próprios critérios. No começo, durante um, dois anos, fiz alguns laudos e depois parei. Não via muito sentido em fazer, a não ser em uma situação específica em que a pessoa já está se hormonizando por conta própria e isso claramente não está bem para ela. Nesse caso, ter o laudo é o modo de ela conseguir acessar um endocrinologista, com quem vai fazer uma hormonização controlada.

PERCURSO Nessa situação, o laudo seria para proteger a vida? Porque se automedicar é uma coisa complicada.

PORCHAT Ainda mais com hormônios.

PERCURSO Você tem visto muita gente se automedicando?

PORCHAT Por conta própria? É comum, porque é muito fácil. Tanto comprar na farmácia, como conseguir clandestinamente, no caso da testosterona.

Os hormônios femininos você compra na farmácia. São as cartelas de pílula que são tomadas em quantidade muito alta. Os hormônios masculinos se compram de modo clandestino. Então, o cuidado é pensar que cada pessoa trans traz uma história diferente. É muito complicado você dizer que a clínica com essas pessoas é assim ou é assado. Isso não faz muito sentido. Esse é o grande perigo, você partir do princípio de que a pessoa quer se harmonizar ou de que quer fazer uma cirurgia. Às vezes, ela não sabe que pode ou não querer algumas coisas, que não é porque não se identifica como homem, mas se identifica como mulher, que necessariamente tem que tomar hormônios.

Um cuidado que tenho é, a cada passo ou a cada certeza que ela traz do que é ser trans, eu problematizo, pergunto. Já tive pacientes, por exemplo, principalmente na clínica da Unesp, que aos dezoito anos de idade chegam e dizem: “Eu vim aqui porque o meu amigo falou que sou trans, então quero tomar hormônio”. “Bom, por que você é trans?”. “Ah, porque eu sempre me senti um menino”. “E por que você tem que tomar hormônio?”. “Porque o meu amigo falou que, se somos trans, temos que tomar hormônio”. Então, é uma clínica que varia tanto quanto qualquer outra, e não se pode cair no estereótipo de achar que é um tipo e, por ser um tipo, devemos esperar comportamentos parecidos, fantasias parecidas ou um tipo de transferência parecida. Não faz o menor sentido.

PERCURSO Seria possível pensar que o que muitas vezes é considerado como resistência do analista frente às mudanças corporais de seus pacientes seria, ao contrário, uma abertura para se pensar o corpo como pulsional e o desejo para além dos limites do corpo? A análise ajudaria a ampliar um pouco essa necessidade imediata de mudança corporal, pensando que tem algo que é para além dos limites do corpo? O que é resistência do analista e o que é uma escuta de alguma questão?

PORCHAT Acho essa pergunta interessante, porque um dos caminhos que tomei para pensar a questão das identidades trans – hoje não falo mais



*vi a reação de alguns psicanalistas
diante de pessoas que fazem muitas
tatuagens, aquelas que fecham
os braços, por exemplo*

transexualidade, falo identidades trans, porque podem ser várias – foi a relação que a psicanálise e os psicanalistas têm com o corpo. Acho que os analistas costumam encarar bem o corpo pulsional, com as várias possibilidades de prazer, mas até a página dois.

Quando temos intervenções no corpo que sirvam como forma de representar alguma coisa e que evidenciam que a opção sendo feita não é fazer uso da palavra, mas marcar alguma coisa no corpo, isso estremece o pensamento psicanalítico. Vi a reação de alguns psicanalistas diante de pessoas que fazem muitas tatuagens, aquelas que fecham os braços, por exemplo. Ou que fazem muitos piercings. Ou ainda aquelas bolas que entram, tem um nome, inclusão, não lembro bem, a pele fica parecendo toda ondulada porque colocam bolas por baixo dela. Ou que implantam um chifrezinho. Essas coisas não são comuns mexem demais com os analistas. Quando se entrevistam essas pessoas, dizem que tem um significado, sim, que é para marcar alguma coisa ou então elas não sabem, queriam fazer porque queriam.

Por que isso incomoda tanto a psicanálise? Poderíamos dizer: “Bom, de alguma forma priorizamos a capacidade de elaboração, de poder falar sobre alguma coisa”. Mas percebemos que muitas pessoas estão falando diferentemente.

Então, tentei fazer esse caminho para pensar se as intervenções de gênero não poderiam ser também válidas e legítimas como meio de resolver também alguma questão.

PERCURSO No Grupo de Trabalho *Generidades: Identidades, Gêneros e Desejos*, do Departamento de Psicanálise, Júlia Clara de Pontes, contando



vejo com muito interesse a ideia de que haja mais analistas trans que possam falar de suas experiências e da experiência de análise de pessoas trans

sobre sua pesquisa na área, fala que, muitas vezes, a cirurgia e a hormonização resolvem questões psíquicas. Claro que depende do caso, mas é como se a transformação do corpo aliviasse determinado sofrimento.

PORCHAT Então, é aí que, pelo menos no campo lacaniano, se aproxima a essa ideia de psicose, como se houvesse um tipo de intervenção que seria um equívoco.

PERCURSO Mas, segundo ela, esse tipo de intervenção é uma forma de sair do sofrimento. Podemos pensar que, teoricamente, a ideia é que haja uma fusão, como se não existisse distância entre sujeito e corpo.

PORCHAT Creio que esse é um jeito de pensar. Outro modo é o privilégio concedido à palavra em relação às demais possibilidades de experiência humana e de transformação. Como se a transformação só pudesse vir através da palavra.

PERCURSO Tem uma hierarquização.

PORCHAT Exatamente. Tem uma hierarquização que acredito ser muito preciosa para a psicanálise, mas percebemos que nem todas as experiências humanas são dessa maneira. A questão é se temos direito de julgar e dizer: “Bom, então é uma experiência menor”. Uma experiência de alguém incapaz de elaborar por meio da palavra. E o que estamos vendo é que não, não é verdade.

PERCURSO Para algumas pessoas, a intervenção resulta na diminuição do sofrimento, mas também acontece o contrário. Há casos de transição que levam ao suicídio. Como as pessoas lidam com a pós-transição e a representação de si, a visão

que têm do próprio corpo, quando há idealização e que é confrontada com a realidade?

PORCHAT É algo que vem sendo analisado. Há uma questão estatística com que sempre devemos tomar cuidado, pois acontecem em algumas situações, ganham o primeiro plano e, então, desconsideramos todo o resto de intervenções bem-sucedidas. Casos mal-sucedidos acontecem em vários âmbitos, e não podemos começar a análise por eles. É uma situação delicada, não vou negar. Uma situação delicada de acompanhar alguém em um processo de transição, quando é possível acompanhar.

Vejo com muito interesse a ideia de que haja mais analistas trans que possam falar de suas experiências e da experiência de análise e acompanhamento de pessoas trans em um processo de transição, porque penso que nosso olhar é muito enviesado. Temos que fazer um esforço brutal para deixar de lado o viés de sermos pessoas cis. Olhamos, por exemplo, para uma experiência que culminou em um sofrimento e, eventualmente, em um suicídio, quase com um certo “enfim, isso podia acontecer”. Esse é nosso viés. Acredito que, se tivéssemos uma pessoa trans acompanhando essa outra pessoa e podendo falar do que se passou ali, poderia ser interessante. Aprenderíamos muito.

PERCURSO Um grupo de analistas atentos, como existe em relação ao racismo. Preciado e outros autores destacam que se existe uma coisa que fazemos, atualmente, é mexer no corpo. Mas querer recuperar a juventude com as plásticas, botox, tudo bem. Agora, modificar o corpo para se tornar mulher, por exemplo, não pode.

PORCHAT Creio que o grande trabalho da psicanálise passa pelo fato de que as coisas estão mudando muito mais rápido do que mudavam antes. Então, por exemplo, a homossexualidade atravessou boa parte do século como patologia para a Associação Psiquiátrica Americana. Só nos anos 1970 ela deixou de ser considerada uma doença. De 1970 para frente, começa um movimento na psicanálise de olhar de um jeito diferente para a homossexualidade, mas, durante muitos anos, ela

foi banida da própria Sociedade de Psicanálise. Houve um tempo para as coisas acontecerem. A questão trans chegou mais rápido, a internet já estava aí. Vai entrando por todos os poros e temas que nos haver com isso muito rapidamente.

PERCURSO Não haveria uma distância entre as experimentações de adolescentes com o corpo, inclusive com o uso de hormônios, que poderiam ser pensados como as drogas da atualidade, e o desejo de transição de gênero? O consentimento e engajamento familiar e social não minariam essas experiências enquanto possibilidades de experimentação, questionamento e mesmo transgressão?

PORCHAT Penso que esse é um dos grandes desafios do momento para o trabalho com adolescentes, com adultos jovens, porque temos que dar conta de muitas peças em jogo. A ansiedade dos pais, por exemplo, com a preocupação de uma definição rápida: “Meu filho, minha filha é trans, o que eu tenho que fazer, já?”; “se é para ser menina, então ok, vamos hormonizar já, vamos fazer cirurgia já”. Eles não dão conta do próprio desconforto e sofrimento. Tem também o lado da escola, que chama o pai e diz: “Olha, o seu filho é trans, vá procurar um endócrino, vá procurar um serviço para a coisa se resolver”. “A coisa” tem que se resolver logo.

O próprio adolescente, muitas vezes, quer tudo para ontem e tudo é muito intenso. A certeza é muito grande, embora, no dia seguinte, possa ser uma certeza contrária àquela. E, diferente de outras questões adolescentes, a sociedade está falando muito disso e os pais ficam muito ansiosos, porque não é simplesmente a troca de uma banda de rock por uma seita e depois por um esporte radical. É algo que mexe no gênero e isso mexe com a família inteira.

PERCURSO As famílias fazem um luto da menina sonhada ou do menino sonhado?

PORCHAT Tem um luto enorme, mas penso que vocês colocaram um ponto anterior, que é sobre a diferença entre uma experimentação adolescente de gênero e hormônios e uma transição de alguém



*o mais importante é
trabalhar com os pais
junto com esse adolescente*

que sustenta esse desejo por mais tempo, talvez por um longo tempo e, de fato, se encontra, se realiza como do outro gênero, como um transexual.

PERCURSO Então, existe o tempo de fazer a transição, que vai dando conta desse luto para todos?

PORCHAT Se for uma transição, sim. Por isso é difícil manejar esse momento, porque é muito fácil o adolescente tomar hormônio, mesmo que seja escondido, e ter uma mudança de corpo. O mais importante é, portanto, trabalhar com os pais junto com esse adolescente, para que esses pais possam sustentar uma indefinição. E trabalhar também com o endócrino.

PERCURSO Pensamos na questão do consentimento e em como os pais vivem a transição, numa época em que há um consentimento social maior. Isso dificulta o trabalho de segurar tanto os pais quanto os filhos na travessia, até para poder dar o tempo para saber se é o que querem ou não?

PORCHAT É aí que reside a delicadeza, um pouco da experiência, porque, para alguns jovens, a transição é algo que já está em andamento há muito tempo, ainda que os pais saibam há pouco tempo. E esse jovem está em um sofrimento muito maior, e pode partir para coisas mais drásticas. Conseguir avaliar isso é fundamental. Para outras pessoas, que estão em um movimento mais recente, pode-se conseguir prolongar um pouco mais esse tempo para que uma decisão mais madura, mais negociada, mais conversada, possa ser tomada.

Então, acredito que não dá para dizer que funciona desse ou de outro jeito. Vai muito de perceber como essa adolescente ou esse adolescente está funcionando. E, óbvio, qual vínculo cria



espero que esse seja um caminho sem volta. A psicanálise foi provocada e obrigada a sair das quatro paredes

com você para apostar num tempo de maturação da ideia. Quando não é possível, pois a coisa já chega muito adiantada, muito pronta, e se a pessoa vai começar uma transição, não tem conversa. O máximo que se consegue fazer é propor continuar conversando, se ela quiser, e conversar com os pais. E aí já é muito mais um trabalho de luto, junto a esses pais.

PERCURSO Você também falou dos pais que querem resolver a transição rapidamente. É como se eles quisessem atropelar esse luto?

PORCHAT Às vezes, tem um pai que quer resolver já, e uma mãe que não está aceitando a situação de jeito nenhum. Então, de um lado, existe um luto que não quer ser feito e, de outro, um “não estamos nem falando em luto, porque não existe isso”.

PERCURSO E o trabalho com o endócrino? É importante essa parceria, não?

PORCHAT Eu vejo o endócrino como uma peça fundamental do jogo, porque o discurso dele faz muita diferença. A possibilidade de harmonizar, mas com calma, com reavaliações periódicas, para saber por onde a coisa está indo, se é que está indo, se deve ou não deve ir. É uma figura-chave.

E a conversa com o médico é uma construção. Há endócrinos que, hoje, se associam muito aos movimentos ativistas. É uma endocrinologia de muito favorecimento desse processo, de muita empatia com a causa. Mas também são médicos que vêm tendo cada vez mais experiências com muitos pacientes, então são capazes de perceber alguns movimentos de pessoas que estão mais inteiras para fazer uma transição e outras que estão ensaiando a questão.

E já trabalhei com endócrinos que têm uma preocupação muito mais pragmática: “Os pais consentiram, vamos fazer”; ou se a pessoa quer, “vamos fazer”.

Então, penso ser importante sensibilizar o endócrino para a ideia de que há momentos nesse processo, de que não necessariamente você engata a primeira e vai até o fim, pode haver momentos de parada, de dúvida, de retrocesso, e pode permitir que isso seja possível. Não depende só de ser possível na análise, mas também se é possível nessa equipe.

PERCURSO A relação da psicanálise com a política é um tema que você trabalha, e tocou nele quando se referiu às relações com os ativistas, com pessoas que estão lutando nessa expansão das noções de identidade, de projetos, de transformação das subjetividades. O que você pensa que possamos ter como norte para a psicanálise em termos de trabalho político?

PORCHAT Espero que esse seja um caminho sem volta. A psicanálise foi provocada e obrigada a sair das quatro paredes. Acho que houve essa provocação e que muitos analistas se sensibilizaram a responder, a dialogar, deixando de patologizar, a priori, as experiências homossexuais e trans. E, nesse sentido, fazer modificações na teoria, se tivessem que fazer, ou ampliar seus espaços de atuação.

Mas acredito que apareceu também outro movimento, que foi o de questionar a psicanálise quanto à própria construção da teoria sobre determinado modelo de ser humano: branco, heterossexual, cisgênero, europeu. Questionar se muitos dos conceitos não foram pensados relacionados a esse modelo de ser humano. E se não haveria outro jeito de pensar. Resumindo: é possível falar em universal psíquico ou não? O que fazemos com a ideia de universal psíquico? Aparece uma psicanálise agora, que é essa psicanálise que vai dialogar com as teorias pós-coloniais, decoloniais ou mesmo com as questões raciais, que vão problematizando isso.

Quando uma série de analistas negras e negros começam a aparecer e dizem: “Olha, tem coisa



aqui que vai ter que ser pensada de um modo diferente”, penso que a psicanálise não escapa mais. Analistas homossexuais que saem do armário e questionam alguns textos. Ou as mulheres feministas que, desde Gayle Rubin, na década de 1970, assim como as psicanalistas argentinas, na década de 1980, apontam as relações de desigualdade entre homens e mulheres que aparecem em alguns momentos das teorias psicanalíticas. Acho que é um caminho um pouco sem volta.

PERCURSO Como você analisa a contribuição LGBTQIA+ para a ampliação do conceito de família? Como essa ampliação pode contribuir também na educação das crianças cuidadas a partir dessas relações amorosas?

PORCHAT Bom, aí vamos direto para o texto da Butler, pois se o parentesco é sempre tido como heterossexual, ela acaba chegando à ideia de família como algo que sai do biológico. Família é um grupo reunido para cuidar das pessoas entre si, mas cuidar principalmente de crianças, onde há cuidado, afeto e transmissão. E que a essas crianças possam ser transmitidas toda uma organização social, a diferença entre gerações, a ideia de alteridade. Enfim, aquilo que faz nossa sociedade funcionar, mas funcionar dentro da ideia de respeito e cuidado, não no sentido de valores religiosos, por exemplo.

A comunidade LGBT ensina muito, porque é nessa base que essas pessoas funcionam enquanto família. Funcionam não só porque muitas foram expulsas de suas casas, tiveram que encontrar quem as acolhesse, se organizar para sobreviver, se sentir amadas, ter filhos, nas configurações das mais diferentes.

E é engraçado, porque essas famílias diferentes já existem há muitos anos. É como se a psicanálise agora dissesse: “Há outras formas de famílias”. Já estão aí, estão aí há décadas e décadas. São famílias com duas mulheres, com dois homens, com três mulheres e um homem, enfim...

Então, é muito esquisito, quase como se estivéssemos tentando dizer: “Olha, tem uma coisa nova para a gente aprender”. Na verdade, é assim:

*o maior contato possível
que as crianças tiverem com
a diversidade é o melhor
que podemos fazer por elas.
Todo tipo de diversidade*

“Tem coisas velhas que precisamos acordar e ver que existem para entender que a sociedade funciona fora de um modelo de família nuclear burguesa, há anos”. Só que não chegam à psicanálise por medo de um olhar discriminatório.

Quando vocês perguntam o que essas famílias têm a ensinar sobre a educação das crianças, acredito que o maior contato possível que as crianças tiverem com a diversidade é o melhor que podemos fazer por elas. Todo tipo de diversidade, em todos os sentidos: raça, gênero, classe social, tudo. Não protegê-las daquilo que é diferente delas e de um certo ideal narcísico dessa família. Não evitar, não proteger, não colocar uma barreira de cristal, senão ficamos reproduzindo um mesmo, extremamente preconceituoso e violento, porque, no encontro com essa alteridade, se perde, teme se perder, teme ser aniquilado, teme perder as bases.

PERCURSO Podemos pensar de que psicanálise estamos falando, não é? Você falou sobre a existência, há tempos, das diferentes formas de configurações familiares, o que lembrou o livro de uma analisanda do Freud (Hilda Doolittle) que se chama *Por Amor a Freud*. Ela teve uma vida amorosa e familiar bem distinta da clássica burguesa: casou-se com um poeta, de quem se divorciou; teve uma companheira, que era casada, com quem viveu por toda a vida, formando um trio conhecido no meio intelectual da época, e eles criaram a filha que Doolittle teve com um amigo. É interessante, pois ali está o testemunho de que escutar a sexualidade, os afetos e as relações em sua diversidade está na origem da clínica psicanalítica. E isso se desdobra depois de Freud em como cada psicanalista vai fazendo disso sua prática...



quer dizer, quais textos de Freud eram muito potentes, vários, e outros realmente empacavam em uma questão de gênero, da forma de olhar a mulher

PORCHAT Acaba, creio, passando pelo analista. Por exemplo, fiquei muito contente entrevistando a Ana Maria Fernández, analista argentina. Ela contou que, desde a década de 1980, se reunia com um grupo de mulheres analistas, sociólogas e historiadoras, para ler Freud em um trabalho de separar um pouco o joio do trigo. Quer dizer, quais textos de Freud eram muito potentes, vários, e outros realmente empacavam em uma questão de gênero, da forma de olhar a mulher, de pensar os destinos da mulher. Na forma de ter um homem falando sobre as experiências da mulher, mas de um jeito que, talvez, não fizesse muito sentido para aquilo que analistas mulheres, mesmo um pouco depois do Freud, já tinham dito. Então, uma liberdade de poder dizer: “Isso não serve”. E me vi, em minha formação de analista, quantas vezes tendo que ler esses textos e vendo professores dizendo: “Bom, isso é assim, esse é o jeito de se pensar o feminino aqui, a construção da subjetividade feminina”. Como se fossem verdades.

E é tão maluco perceber essa repetição do mestre em todos os seus aspectos, como se ele não errasse, como se não pudesse pisar na bola em relação a algumas questões atravessadas pelo social ou até por aspectos dele mesmo, Freud. Quer dizer, ele podia ter uma escuta incrível, como vocês apontam, e ao mesmo tempo escrever um texto que fosse uma pisada na bola para falar da mulher.

Mas temos a liberdade de pensar. E acredito que isso tem a ver um pouco com a filosofia. Não é porque o autor disse, que é verdade. Podemos discordar de algumas coisas da obra dele e isso não quer dizer que se está recusando a psicanálise. Então, isso sempre me intrigou nos analistas.

PERCURSO Freud é brilhante, um gênio mesmo, essa escuta, essa abertura, a tolerância. Mas também não precisamos ficar salvando o Freud, o Lacan ou quem quer que seja. Temos que partir do que é possível, e ir avançando...

PORCHAT Mas isso é algo que eu vejo, até hoje, muitos analistas fazendo: salvando, salvando, salvando o Freud em todos os textos.

PERCURSO Para finalizar, você gostaria de incluir algo que não colocamos?

PORCHAT Penso que é interessante me situar, nesse momento, na psicanálise. Passei um ano fazendo pós-doc na França em 2019, e lá encontrei pares que se permitem aproximar a psicanálise do Foucault e do Deleuze, sem achar que, por isso, é menos psicanálise. E encontrei uma interlocução entre Lacan e Foucault fortíssima, que eu desconhecia. Vi, um pouco, o Birman fazendo aqui. Essa interlocução existiu na época em que eles, tanto Lacan quanto Foucault, estavam ativos.

Muitos analistas pensam, hoje, algumas questões do Freud e do Lacan a partir do Foucault e do Deleuze, sem que isso receba qualquer tipo de crítica do tipo: “Bom, então você é esquizoanalista, porque se aproximou do Deleuze” ou “Foucault não gosta de psicanálise, então você não gosta também”. Esse tipo de comentário era muito comum.

Essa liberdade de poder se aproximar e se distanciar de alguns outros autores que não são necessariamente psicanalistas, mas que pensaram a psicanálise e nos ajudam a pensar alguns aspectos da psicanálise, me parece fundamental nesse momento. Temos um Ken Corbett, winnicottiano de formação, mas que se aproxima depois de vários autores dos estudos de gêneros. Temos a Laurie Laufer, na França, diretora do CRPMS, lacaniana de formação, muito próxima do Jean Allouch que, por sinal, se aproxima muito do Foucault e dos estudos gays e lésbicos americanos.

Essa psicanálise continua produzindo seus efeitos, formando analistas e aberta a todo esse mundo novo de pacientes que vem chegando. Pacientes novos, porque saíram finalmente do armário, muitos deles, e puderam se aproximar da

psicanálise, porque essa psicanálise também está se dizendo mais aberta, não é uma psicanálise que vá dizer: “Bom, então, querido, quatro vezes por semana porque precisamos dar um jeito na sua questão de gênero”. E é novo também porque, por exemplo, pessoas não binárias chegam e se dizem não binárias, mas antes talvez dissessem: “Talvez eu seja transexual”. Agora, elas dizem: “Não, eu não sou transexual, mas tem alguma coisa aí que, para mim, ainda não está definida ou não é para se definir. O que o mundo oferece hoje para mim

não me traduz. E, então, vou me dizer não binária. Tudo bem para você?”

E, de repente, a gente vê que na Austrália, na Suécia, na Alemanha, nos Estados Unidos, algumas pessoas estão conseguindo seu registro como não binárias. Há uma mudança no mundo acontecendo, não dá para negar. Pensar essas novidades só dentro de um campo psicanalítico fechado dá trabalho, então acredito que as interlocuções vão arejando a psicanálise para poder, enfim, dar conta disso que está mudando.

O que vive em nós

Realização Camila Junqueira, Cristiane Abud Curi, Gisela Haddad, Ivy Semiguem, Thiago Majolo e Vera Zimmermann

Emerson Souza, Guarani é mestre e doutorando em Antropologia Social pela PPGAS/USP e professor de Sociologia da Rede Estadual de Educação de São Paulo. Sua dissertação de mestrado *Povos Indígenas na Metrópole: movimento, universidade e invisibilidade na maior cidade da América* está disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-10062021-192302/en.php>>.

Juliana Rosalen é doutora (2018) e mestre (2005) em Antropologia Social pela USP, pesquisadora da Antropologia da Saúde junto aos Wajãpi do Amapari (AP) desde 1998, é sócia fundadora do Instituto de Pesquisa e Formação Indígena e atualmente coordenadora adjunta do Programa Wajãpi. Desde 2007 é responsável pela formação dos Agentes de Saúde Wajãpi em parceria com o DSEI Amapá e Norte do Pará. Sua experiência na área de Antropologia tem ênfase na etnologia indígena amazônica em temas como saúde indígena; concepções de pessoa; cosmologias ameríndias; estados alterados; medicalização e políticas de saúde indígena.

Lucila de Jesus Mello Gonçalves é psicóloga e psicanalista, mestre em Saúde Pública e doutora em Psicologia Social. É membro do Espaço Potencial do Instituto Sedes Sapientiae e professora do curso “Winnicott: experiência e pensamento” no mesmo Instituto. É autora do livro *Na fronteira das relações de cuidado em saúde indígena* (Annablume/Fapesp, 2011) e *Ponte* (Patuá, 2018).

Maria Rita Bicalho Kehl é psicanalista e escritora, atuou como psicanalista na Escola Nacional Florestan Fernandes do MST (2006/2011), participou da Comissão Nacional da Verdade (2012/2014), que investigou as graves violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar, contra camponeses e povos indígenas. É autora, entre outros livros, de *Deslocamentos do Feminino, Ressentimento, O tempo e o cão – atualidade das depressões* (Prêmio Jabuti do ano de 2010 na categoria não ficção), *Bovarismo brasileiro* (Boitempo).

Priscila Ambrósio Moreira é bióloga (UFPR), com mestrado em Recursos Genéticos Vegetais (UFSC) e doutorado no programa de Botânica da Amazônia (INPA). Colabora como etnobotânica no projeto ProDocult, Museu do Índio (FUNAI).

Thiago Barbalho (Natal, RN) é artista visual e escritor com formação em filosofia e antropologia. Publicou os livros *Um homem bom*, *Doritos* e *Thiago Barbalho vai para o fundo do poço*. Seus trabalhos já foram expostos em São Paulo, Londres e Lisboa, entre outros.

Emerson Souza (Guarani)

Juliana Rosalen

Lucila de Jesus Mello Gonçalves

Priscila Ambrósio Moreira

Thiago Barbalho

Maria Rita Kehl

Estima-se que hoje no Brasil as sociedades indígenas componham 250 povos, 180 línguas vivas faladas e cerca de 900 mil pessoas, o que representa 1,1% do total da população nacional. Mas Luis Bologhese, diretor do recém-lançado filme *A última floresta*, nos lembra de que estudos recentes sobre os povos que viviam na América antes da chegada dos europeus revelam que o território brasileiro teria sido habitado por cerca de 20 milhões de pessoas durante quase 4 mil anos, preservando seus biomas. Em pouco mais de 500 anos, a civilização europeia caucasiana teria destruído $\frac{2}{3}$ dos biomas, o que contribuiu para a crise de biodiversidade do planeta e afeta as futuras gerações. Ailton Krenak, em seu livro *Ideias para adiar o fim do mundo* (2019), interroga a capacidade da humanidade de autodestruição, diante do impacto de um exercício permanente de exploração da natureza, e contrapõe ao modo de vida dos povos originários, em que a Terra seria um organismo vivo, alçado ao lugar de uma mãe provedora, seja pela dimensão de subsistência ou pela dimensão transcendente, ao dar sentido à sua existência. Ao nos descolarmos da terra, nossas narrativas ocidentais dissociaram o logos do corpo e dos afetos, a ciência dos mitos, levando-nos a perder nossa filiação à natureza e apagar nossas relações com as etnias originárias. Se, (des)afetados pelo tecido civilizatório, seguimos tentando suprimir a diversidade de formas de vida e de existência, na cosmologia indígena, antes de um problema, os outros seriam uma solução. Não seriam espelho, mas destino. Em *O mármore e a murta*: sobre a inconstância da alma selvagem, Eduardo Viveiros de Castro destaca que o valor fundamental para a sociedade tupinambá não se assenta

na identidade, mas na troca e na abertura ao outro. Ali a totalidade do Uno não faz sentido, já que exterioridade e diferença prevalecem sobre o ser. Nesta relação imanente com a alteridade, o imutável é justamente a inconstância da alma, o constante devir. No livro *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*, Davi Kopenawa afirma que o devir branco dos índios ocorreu e segue ocorrendo, ainda que à revelia dos povos indígenas. Se Kopenawa se empenha em alertar os brancos sobre o fim do mundo, também se esforça para que possam receber um legado inigualável para esse devir, o devir índio do branco. Seríamos todos nós, brasileiros, constituídos por essa cultura, e ainda que nossa descendência indígena siga ambivalente, e que tentemos apagar nossas heranças indígenas, cerca de 33% dos autodenominados “brancos” de nossa população teriam diretamente uma antepassada indígena de linhagem materna. Se somarmos à linhagem paterna, o número se eleva exponencialmente. Além disso, podemos reconhecer suas marcas em inúmeros aspectos de nossa cultura, sejam nos nomes de origem indígena de cidades, ruas, rios e parques,

há uma forte campanha por parte de alguns grupos econômicos que procuram ocupar territórios indígenas e destiná-los ao agronegócio, à mineração

na forma fonética de nosso português, nas comidas, no uso de plantas para cura dos males do corpo e da alma, e até nas tatuagens – os brasileiros estão entre os 10 países que mais se tatuam no mundo – provável herança artística e cultural da pintura corporal indígena. “O povo brasileiro é muito mais indígena do que se suspeita ou supõe”, nos lembra Viveiros de Castro. Seríamos mais estranhos a nós mesmos do que queremos admitir? Como nos (re)apropriar e usufruir disso que vive em nós? A seção *Debate da Revista Percurso* convida autores de áreas diversas a falar sobre o tema.

Emerson Souza, Guarani

*Diga sim aos povos indígenas:
pelo direito à terra, à vida e ao bem viver*

O ano de 2021 tem sido intenso. Um ano de transição importante para a luta dos povos indígenas no Brasil, já que os direitos constitucionais que garantem a demarcação de terras indígenas e outros direitos, como saúde e educação diferenciadas, têm sido objeto de cobiça por parte de grupos econômicos poderosos, que vão além de interesses nacionais. Há uma forte campanha por parte de alguns grupos econômicos que procuram ocupar territórios indígenas e destiná-los ao agronegócio, à mineração, entre outras maldades contra a população originária. Uma delas seria encerrar a

possibilidade de novas demarcações. Um ano de muitas reflexões e desafios frente ao que “esperamos”, muito em breve, ser o período pós-pandêmico, período este crucial para a manutenção dos direitos aos povos originários.

A transição e “covicídio” indígena têm sido acompanhados por entidades nacionais e estrangeiras que, agregadas à imprensa internacional, denunciavam as barbáries propagadas. Intensificaram-se, nos últimos anos, os ataques de grupos econômicos nacionais e transnacionais aos direitos indígenas. Artigos constitucionais, como o 231 e 232, sofrem





*não é muito difícil perceber
a invisibilidade dada
aos indígenas não só na maior
cidade do país, mas em
todo o Brasil*

neste momento uma avalanche de ataques e ofensivas por parte de grupos organizados, que aqui simplifico por BBB+B: a bancada da bala, do boi, da Bíblia e da bola. Um outro B ronda direitos importantes e intensifica uma forte campanha contra a diversidade brasileira. Estamos, há quase três anos, sofrendo a violência de Estado e de Governo que impulsiona uma série de ataques muito bem articulados. Representantes do Neoliberalismo financiam o desmonte de políticas públicas que, outrora, foram referência na defesa não só dos direitos indígenas, como também de uma série de direitos ambientais. No linguajar chulo dessas organizações, dizem ser o momento de “passar a boiada”.

Em minha pesquisa *Povos Indígenas na Metrópole: movimento, universidade e invisibilidade na maior cidade da América*, abordei questões históricas e pontos atuais, que carecem de reflexões e análises. Defendi a dissertação mediando uma questão que me fez repensar a noção de espaço, tempo e, de maneira geral, de como se compreende a presença indígena nas grandes cidades. Me vi diante de um desafio e, de forma dolorosa, analisei questões graves aos povos indígenas. Abordei as políticas adotadas em São Paulo e de como as “ilhas”, que são pontos dispersos do território indígena, com aldeias já criadas no Estado de São Paulo, têm o objetivo de levar adiante uma “política de integração” não muito diferente da atual, que envolve forte presença desse nacionalismo desenfreado que ronda nosso país. As aldeias de hoje ocupadas pelos povos Guarani Mbya, Guarani Nhandeva, Kaingang e Krenak são pequenos territórios dispersos

no Estado de São Paulo. O Estado e sua principal capital, de maneira geral, transformaram a presença ameríndia em algo do passado, e a terra foi distribuída para a elite paulista.

São Paulo é o maior estado do país em número de habitantes: 41.262.199 habitantes, segundo dados do Censo de 2010, e em 2020, 46.289.333 habitantes. A capital paulista é a maior cidade do país, com 12.325.232 habitantes, e a maior cidade do continente sul-americano. Também é a maior cidade do complexo sistema metropolitano com mais de 21 milhões de habitantes, a maior cidade da América, e a décima maior cidade do mundo, em números de habitantes. É nela que se encontra o maior número de indígenas vivendo em contexto urbano, com um total de 12.977 indígenas – 11.918 na zona urbana e 1.059 na zona rural. As aldeias Guarani estão na zona urbana da cidade de São Paulo. A maior população indígena em contexto urbano do Brasil é São Paulo, segundo dados do Censo de 2010. Depois dela, viriam: São Gabriel da Cacheira, com 11.016 habitantes; Salvador, com 7.560; Rio de Janeiro, com 6.764; Boa Vista, com 6.072; Brasília, com 5.941; Campo Grande, com 5.657; Pesqueira, com 4.049; Manaus, com 3.837; e Recife, com 3.665. No Estado de São Paulo, os dados do Censo de 2010 apontam uma população indígena de 37.915 indígenas vivendo em cidades, o que representa 91% da população indígena do estado. No Estado o total é de 41.794 mil indígenas.

Não é muito difícil perceber a invisibilidade dada aos indígenas não só na maior cidade do país, mas em todo o Brasil. O Censo de 2010 apresenta 305 etnias, 272 línguas e mais de 80 povos vivendo de forma isolada na Amazônia brasileira. A questão principal é “o isolamento dado aos indígenas das grandes cidades”, e o que está em curso neste momento é o isolamento não só nas grandes cidades, mas em todas as partes do Brasil. Políticas higienistas estão em curso.

Minha pesquisa mergulha nos aspectos da criação do estado mais populoso do Brasil e da capital paulista, o que remete a uma imersão ao passado e aos caminhos tomados em desfavor dos

povos indígenas. Repensei e refleti sobre a cidade enquanto local da presença não indígena. A história de São Paulo não reflete sobre suas milhares de mortes. Questiono: a tragédia indígena neste estado não significa nada? Ou quase nada? Não estão nos livros de História, não estão nas praças, não possuem estátuas, não existe uma política de reparação por essas inúmeras tragédias que passam despercebidas por muitos, até mesmo nas disciplinas escolares e universidades.

Os povos que circulam pelas grandes cidades e continuam seu intenso processo de migração não correspondem às culturas no interior de outras muitas culturas? Por quê? Indaguei sobre essa ausência, refleti sobre o Antropoceno. Percorri diversos locais em São Paulo antes da pandemia e pude compreender que, embora essa presença nas grandes cidades seja uma realidade, de fato, o que existe ainda é uma ideia imaginária, uma espécie de delírio coletivo quanto à presença indígena. Para muitos, os indígenas estão à beira de rios, nas florestas e vivendo no imaginário de grande parte da população. Mas como continuar à beira de rios? São Paulo, como estado da federação, isola os povos indígenas e mantém um olhar eurocêntrico, etnocêntrico e genocida. Percorri livros históricos de São Paulo e do Brasil como um todo e percebi que, durante estes cinco séculos, o que se pode enxergar no horizonte são políticas etnocidas e genocidas.

O Brasil possui uma dívida histórica com os povos indígenas, mas o que se faz é dar sequência ao modelo do genocídio e do martírio indígena. Talvez não tenhamos nos dado conta da violência que se propaga no maior genocídio da história mundial em curso. Somos, sim, o país que mais mata indígenas em toda a história. Seja ela pela ocupação desenfreada que se deu nos últimos séculos de seus territórios tradicionais, seja pelo modelo de educação que persiste na barbárie. Ou seja, o indígena muitas vezes é retratado nos livros e na história do Brasil como algo já do passado.

Não conhecemos nossa história e de certa forma a negamos. Nos imaginamos diante de um imaginário europeu. Busca-se estar enraizado na figura ocidental, negando sua história, seus



*o Marco Temporal
e a PL490 são uma afronta
aos direitos dos povos originários.
Como poderiam estar os indígenas
em 1988 em seus territórios
tradicionais se estes foram invadidos
pela ganância capitalista?*

antepassados e sua própria existência na ideia de nação. Os livros e a seriedade de seus escritores muitas vezes refletem e continuam propagando muitos preconceitos e racismo contra muitos dos povos originários. Está claro que a presença indígena está distante das estatísticas na maior cidade do Brasil, embora não seja diferente em outras regiões. Posso afirmar que existe pouco estudo sobre a presença dos indígenas nas grandes cidades. Reafirmo que está distante de qualquer Censo nos últimos anos. Como vivem? Como estão? Sabem-se os números, mas pouco sabemos quem são.

As etnias que vivem nas maiores cidades do Brasil são excluídas de estudos sobre essa diversidade. Há poucos estudos sobre a distribuição de etnias nas cidades. Fora das estatísticas, fora de políticas públicas. O indígena das grandes cidades é também parte de um processo em curso para integrá-los à sociedade nacional. Está em curso o *gran finale* que é colocar de vez os territórios indígenas nas mãos do capital. Os indígenas nas cidades.

O Marco Temporal e a PL490, a serem discutidos neste ano no Supremo Tribunal Federal e na Câmara Federal, são uma afronta aos direitos dos povos originários. Como poderiam estar os indígenas em 1988 em seus territórios tradicionais se estes foram invadidos pela ganância capitalista? O caso do povo Xokleng do Sul do Brasil é um dos mais emblemáticos: eles foram caçados, tratados com “requintes de crueldade”, massacrados e lutam para se manter no território onde estão seus ancestrais. Não diferente dos Kaingang, em São Paulo, e Krenak, em Minas Gerais.

A situação indígena neste momento é delicada e haverá repercussão geral, atingindo as inúmeras demarcações de terras indígenas no Brasil. O Marco Temporal irá determinar o destino dos

povos indígenas no Brasil. Portanto, desde já, peço! Unam-se aos indígenas. Não deixem que destruam o bem viver dos povos originários. Os indígenas sem terras... É isso o que querem?

Juliana Rosalen

*Entre múltiplos “modos de existir”,
transformações e devires*

O tema inspirador deste debate é o “devir” ou as possibilidades de experimentação de diferentes “modos de existir”. Para os povos indígenas, são muitas as possibilidades de devir, já que o mundo é composto a partir de uma pluralidade de existências – diversas “gentes” que compõem tudo o que traduzimos de modo genérico e materialista como “natureza”. As etnografias sobre estes povos nos mostram que as experimentações indígenas destes diferentes “modos de existir” podem ocorrer tanto de maneira intencional, quanto por mero descuido, já que o viver entre muitas “gentes” pressupõe necessariamente riscos.

Neste texto vou tentar aproximar o leitor das experimentações de um povo indígena, de forma a fornecer mais elementos ao debate conceitual sobre o devir e também tentar produzir um questionamento sobre como este conceito parece reverberar em nós, não indígenas.

Para os Wajãpi, povo indígena que habita o Estado do Amapá, estas experimentações podem ser entendidas como processos de capturas (menos ou mais) radicais (como o exemplo que apresentarei abaixo) ou passíveis de serem controladas (como os jovens wajãpi que experimentam o “modo de existir” dos não indígenas nas cidades e depois retornam para o seu próprio). Porém, o devir para os Wajãpi não é algo que se vive de maneira incólume, ele necessariamente produz marcas, fornece potências, habilidades, desejos e qualidades para seus detentores.

Como ressalta Viveiros de Castro¹, “virar branco” – ou qualquer outra alteridade – à moda dos índios não é exatamente a mesma coisa que “virar índio” à moda dos brancos, essas “coisas são muito mais complicadas do que se imagina”.

Vamos a um exemplo etnográfico de captura de uma wajãpi para um devir outro, em sua forma mais radical.

O exemplo que apresento é de uma mulher wajãpi que acompanhei por pelo menos 4 anos. T. era uma mulher jovem, que na época da pesquisa estava com 37 anos, e casada com um homem wajãpi do Camopi (Guiana Francesa). Segundo a mãe, T. nasceu bem e depois que cresceu tornou-se muito trabalhadeira (atributo bastante valorizado entre os Wajãpi). Após um tempo de casada, foi morar alguns meses no Camopi, e, quando retornou para a sua aldeia, começou a apresentar comportamentos considerados estranhos: corria para o mato, não queria ouvir a mãe e falava “besteira”. A situação foi pouco a pouco se agravando, e a família resolveu consultar um pajé. Este viu que havia um gafanhoto verde e grande (kusikusira) que estava atacando a jovem. Nas palavras dele: “T. virou a roça do gafanhoto”. A jovem se mantinha constantemente em uma posição acocorada e olhando para o chão. Kusikusira, segundo o pajé, era responsável pelas vozes que ela ouvia e por mudar sua visão. Segundo o relato, ela estava vivendo em dois reko (“modos de existir”), o dos Wajãpi e dos Kusikusira. Segundo a família, os remédios dos não indígenas eram mobilizados para diminuir a dor de ela estar

1 E.V. Castro, *O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem*, 2006.



sendo canibalizada internamente, pois o kusikusira continuava, a despeito de qualquer química, a comer o i'ã [princípio vital dela]. Revelaram que não haveria cura para T., pois o i'ã [princípio vital dela] já se encontrava “todo estragado”.

Ouvi, no decorrer de minha pesquisa, várias versões a respeito do que poderia ter desencadeado este processo de agressão (que aqui podemos associar à ideia de captura): um comportamento inadequado por parte da jovem, a ingestão de uma substância indevida ou mesmo uma agressão deliberada produzida pelos parentes do marido. Porém, não vou explorar estas possibilidades (o que implicaria aprofundar uma reflexão que o espaço aqui não permite), mas tentar aproximar o leitor do que compreendi sobre a complexidade da ideia “vir a ser” e da transformação para os Wajãpi.

A mudança de um “modo de existir” para outro dá-se necessariamente a partir de um processo de consubstanciação. A pessoa agredida começa a trocar substâncias com gentes de outro domínio que não o seu, e, dessa forma, passa a enxergar o mundo através da perspectiva de seu agressor. Isto implica não reconhecer mais os parentes, ver os alimentos como não alimentos, desejar “namorar” com pessoas interditadas pelas regras wajãpi, etc. As vozes que a pessoa passa a escutar (dentro e fora de si) são de outras gentes que compõem o reko de seu agressor e, portanto, inaudíveis a seus parentes wajãpi. Este processo, em geral, é gradual, as pessoas vão sendo levadas aos poucos para outros domínios. Por isso, na maior parte das vezes, estas pessoas apresentam uma alternância entre condutas consideradas “normais” – em relação ao “modo de existir wajãpi” – e condutas anormais – pertencentes a outros “modos de existir”. Veja que esta apreensão passa longe de uma ideia de “patologização” e de transtornos mentais, tal qual o mundo ocidental traduziria. Ao tentar me aproximar das percepções wajãpi, nomeei estes fenômenos como “estados alterados”, que nada mais são, para os Wajãpi, do que possibilidades do viver junto a outras gentes, em outros “modos de existir”.

A irreversibilidade do estado de T., ou a proximidade de uma captura total, só me foi anunciada

*as pessoas wajãpi
experimentam (de forma
controlada) ou são capturadas
(experimentam afecções
não controladas) por diversos
“modos de existir”*

devido à inexistência, naquele momento, de um pajé capaz de reverter a situação (mas isso não significa que outros pajés não poderiam fazê-lo...). A tristeza transpareceu em meu rosto, pois a captura total significaria a morte daquela jovem. Percebendo minha desolação, um sensível interlocutor wajãpi me explicou: “você não precisa ficar preocupada, triste, ela vai continuar vivendo em outro reko, o pajé poderá vê-la”. Naquele momento a ideia mais simples e mecânica de morte que me impactava foi substituída pela de transformação e a experimentação de novos devires.

Vale dizer que as pessoas wajãpi experimentam (de forma controlada) ou são capturadas (experimentam afecções não controladas) por diversos “modos de existir”. No caso das capturas conseguem, por vezes, revertê-las por meio de tecnologias locais. O tempo é aliado destas reversões: quanto mais cedo se intervém, mais fácil a resolução. Porém, nestas experimentações ninguém está a salvo das marcas (que passam a compor este corpo) e do risco de não conseguir retornar ao próprio reko.

Levando em consideração essa chave interpretativa, não é surpreendente o efeito que produziu sobre os povos indígenas a associação da vacina à possibilidade de as pessoas “virarem jacaré”. Esta frase, que virou chacota em quase todo o mundo, reverberou de forma diferente para os povos indígenas: para eles os processos de transformação são levados a sério, assim como a aplicação de substâncias no corpo. O que aparentemente se mostrou como uma frase inofensiva e ignorante do



*o que você faz com aquilo
que sente e sabe? A pergunta
pressupunha que eu tinha
poder e liberdade para
deixar aquela tristeza*

presidente foi mais um fator a estimular entre os povos indígenas uma grande recusa da vacinação.

Esta breve reflexão procurou, a partir de um exemplo etnográfico, provocar o leitor a respeito de como o devir pode ser experimentado pelos Wajãpi, mas será que já paramos para refletir com mais vagar sobre o que “vive em nós”? O que nos compõe? E a que tipos de devires e capturas estamos sujeitos?

Para os não indígenas, o devir aparece, na maioria das vezes, associado a uma escolha (deliberada). Então, sobre o que nos fala este “devir indígena” dos brancos (presente no texto inspirador desta chamada)? Talvez menos sobre a busca de

uma possível indianidade que existe em nós – e que para muitos se confunde apenas com uma realidade genética ou uma busca incessante de essências culturais – e mais sobre processos de experimentação de fragmentos das complexas dimensões socioculturais indígenas que nos indicam caminhos de vida mais “sustentáveis” (como costumamos traduzir). Resta saber se seremos capazes, com todos os limites, de fazer estas experimentações, de compor e de nos deixar afetar por outras gentes e seus modos de existir e com isso “adiar(mos) a queda do céu”.

Pode ser que então, depois de muito tempo, outras gentes venham à existência em nosso lugar. Mas serão outros habitantes da floresta, outros brancos. São essas as palavras de nossos antigos sobre o futuro. Os brancos também deveriam sonhar pensando em tudo isso. Talvez acabassem entendendo as coisas que os xamãs costumam falar entre si. Mas não devem pensar que estamos preocupados somente com as nossas casas e nossa floresta ou com os garimpeiros e os fazendeiros que querem destruí-la. Estamos apreensivos, para além de nossa própria vida, com a da terra inteira, que corre o risco de entrar em caos. Os brancos não temem, como nós, ser esmagados pela queda do céu. Mas um dia talvez tenham tanto medo disso quanto nós!²

Lucila de Jesus Mello Gonçalves, Priscila Ambrósio Moreira e Thiago Barbalho

Tudo vive em nós

1. Eu sou uma multidão no consultório

*Sou a favor que se libere a magia oculta
de uma terra que em nada se assemelha
ao mundo egoísta que se obstina em
pisá-la, e que não vê a sombra que recai
sobre ele.*

[Antonin Artaud]

Era estranho falar ao psicólogo da minha tristeza prolongada e paralisante como se fosse eu o responsável pelo meu desânimo profundo, quando tudo

em volta parecia conspirar para me entristecer. Os psicólogos costumam reverter nossa revolta paralisante com o mundo na seguinte questão: o que você faz com aquilo que sente e sabe? A pergunta pressupunha que eu tinha poder e liberdade para deixar aquela tristeza e viver a autonomia do que fazer com os dados que me revoltam? Quantas multidões produzem um depressivo? Se não quisesse ser triste, por outro lado também não deveria implorir ressentimento e me transformar num psicopata autor de massacres, porque isso também seria uma doença e um crime cujo réu seria somente eu. Mas corre no sangue de parentes remotos meus, primos

2 (D. Kopenawa e B. Albert, *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*, São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 498.

distantes e próximos, a noção de que a doença não é um estado individual. Aliás, a própria noção de indivíduo é muito desprezada entre esses povos. Como eu havia lido e ouvido autores e pesquisadores indígenas e seus aliados, sabia que, quando alguém entre eles adocece, é sua comunidade que está doente. Uma tristeza persistente, um descompasso, tudo é sempre coletivo. O que vive em mim é de todo mundo. O meu melhor e o meu pior. Então como aceitar a condução terapêutica num consultório que me pergunta o que faço com meu estado adoecido e ressentido quando sei que a própria ideia de resolver pessoalmente um estado pessoal é frouxa? E tristeza e ressentimento não ecoam por acaso os valores da nossa sociedade doente – sucesso, produtividade, amor eterno, independência? Sim, eu era só um catalisador fatídico do mal-estar coletivo em conviver com seus monstros. Eu incorporava o monstro de todo mundo. Foi preciso reconhecer que em mim ressoava qualquer coisa herdada de muito antes e que se revigorava quando lia sobre os indígenas e convivia com eles – sobretudo os Shipibo-Konibo, mas também nas leituras de Kopenawa e tantos outros. Era dentro de mim que despertava o parentesco remoto, do qual todo brasileiro deveria ir atrás para, com sorte, inaugurarmos um novo jeito de pensar, este que já esteve aqui o tempo todo. O reflexo e a identificação entre mim, um homem branco pobre de subúrbio do Brasil, sem história familiar que explicitasse minhas raízes negras, indígenas ou brancas (fruto do silenciamento e do extermínio das raízes), e o modo de vida indígena só existia porque havia uma familiaridade, um parentesco cosmogônico. Mais cedo ou mais tarde, aquilo reivindicava vida, cada vez mais vida. E eu me perguntava se meu incômodo com o método psicoterapêutico era no fundo um incômodo com a instauração do sujeito, com a falência do ocidente, com a história colonial. Eu não quero viver nada sozinho. Eu sou vários.

2. É impossível viver sozinho

Diante da “intrusão de Gaia”³, como chamou a filósofa e química Isabelle Stengers, histórias da



no início da pandemia

ouvi de Jerá Guarani:

“Gosto de chamar mais pessoas para serem selvagens”

vida do mundo natural se cruzam com as histórias humanas. Ou, como argumenta a antropóloga Anna Tsing⁴, a natureza humana é uma relação entre espécies. Tal intrusão de Gaia imprime um humano que nunca é plenamente si mesmo e que não pode se fechar sobre sua própria autonomia, ainda que assim o tente. A intrusão, diz Stengers, é um ser implacável, surdo às nossas justificativas⁵. No início da pandemia ouvi de Jerá Guarani: “Gosto de chamar mais pessoas para serem selvagens”⁶. Desde então, me pergunto como estar à altura deste gesto tão simples, genuíno e corajoso que sinceramente sabe que é impossível viver sozinho. O convite de Jerá nos desloca da perspectiva privilegiada da agência humana na produção de mundos, mas experimenta as composições multiespécies. Neste agenciamento de forças indiferentes aos nossos pensamentos e aos nossos projetos, o planeta não é um cenário inerte, como bem ilustra a obra literária *Torto Arado*⁷. Longe de se reduzir a um realismo fantástico, a obra é ancorada na convivência do autor com os moradores da Chapada Diamantina. A partir das palavras de Vieira Júnior, Belonísia (justamente a moça que perdeu a língua!) aguça a atenção do leitor sobre o modo como ouve o mundo e dele participa: “um grão de milho deslizou da mão de Belonísia para o solo arado. Com os próprios pés recobriu a semente, afofando com a necessária delicadeza para que o movimento do mundo se encarregasse do resto”⁸. “Com Zeca Chapéu Grande... aprendia sobre as nuvens, quando haveria ou não chuva [...]. Aprendia que tudo estava em movimento



*fiquei encantada com
a riqueza encontrada ali;
os esquimós são, nas palavras
de Tobie Nathan,
uma “sociedade do sonho”*

– bem diferente das coisas sem vida que a profesora mostrava em suas aulas. Meu pai olhava pra mim e dizia: ‘O vento não sopra, ele é a própria viração’⁹. Essa nos parece uma necessidade urgente do nosso tempo: resgatar os vínculos com a terra, trazer as coisas de volta à vida junto a um humano que não está sozinho e nem é o centro do universo. Tal interdependência é uma condição e não uma nostalgia de um mundo idealizado em contato com a natureza¹⁰. Ao reconhecer a diversidade contaminada, lidaremos com o selvagem nas relações concretas da vida cotidiana. O vírus, por exemplo, embora indiferente às nossas fronteiras, sinaliza que nossos modos de relação e de composição com as intensidades do mundo vivo importam muito se queremos sustentar este mundo interdependente.

- 3 O termo Gaia, usado por Bruno Latour e Isabelle Stengers, faz referência à teoria científica de James Lovelock e Lynn Margulis, na qual o planeta Terra é um organismo vivo.
- 4 A. Tsing, Margens indomáveis: cogumelos como espécies companheiras. *Ilha Revista de Antropologia*, v. 17, n. 1, p. 184, 2015.
- 5 I. Stengers, *No tempo das catástrofes*. São Paulo: CosacNaif, 2015, p. 53.
- 6 J. Guarani, Tornar-se selvagem. *Revista Piseagrama*, Belo Horizonte, n. 14, p. 12-19, 2020.
- 7 I. Vieira Júnior, *Torto Arado*. São Paulo: Todavia, 2019.
- 8 I. Vieira Júnior, *op. cit.*, p. 254.
- 9 I. Vieira Júnior, *op. cit.*, p. 99.
- 10 M.P. de la Bellacasa, *Matters of care: Speculative ethics in more than human worlds*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2017, p. 149.
- 11 T. Nathan, *La nouvelle interpretation des rêves*. Paris: Odile Jacob, 2011. *Penser l’invisible*. Paris: Gallimard, 2007. 1 CD.
- 12 D. Anzieu, Les Esquimaux et les songes. *Revue Française de Psychanalyse*, v. 40, n. 1, p. 59-64, 1976.

3. Quem são os “nós”?

Também não quero viver nada sozinha. Há alguns anos, preparando minha tese sobre alguns aspectos do universo onírico ameríndio, por meio de um livro de Kaes cheguei a um texto de Anzieu, sobre o sonhar dos esquimós. Fiquei encantada com a riqueza encontrada ali; os esquimós são, nas palavras de Tobie Nathan¹¹, uma “sociedade do sonho”. Muitas das decisões são tomadas através das indicações oníricas de alguns sonhadores da comunidade, o sonho vale menos como evento e mais como desencadeador de processos. Na época recortei um pequeno trecho do texto e postei numa rede social: “[...] todo mundo sonha primeiro para si mesmo, depois com os outros e para os outros, finalmente alguém sonha para todos e se torna o que ele nunca deixou de ser, mas do qual ele agora tem certeza, parte de um todo”¹². Surpreenderam-me alguns comentários de colegas, que disseram discordar do autor, pois “temos que ser sonhados antes de poder sonhar”, que “ninguém sonha para si primeiro e sim para o outro”, e assim por diante. É certo que neste minúsculo trecho não acompanhamos a “teoria do progresso da alma” desenvolvida pelos sábios esquimós, relatada pelo autor no texto cuja leitura sugiro. Mas a reação provocada me chamou atenção: ainda trabalhamos com uma única teoria sobre os sonhos! Como será que nós, psicanalistas, podemos escutar a palavra sonho sem pensar em desejo? Como podemos falar em concepções oníricas sem falar em inconsciente? A pergunta que me guiava em 2013, quando iniciei a pesquisa entre os Kamaiurá, era se diante do intenso convívio com o não indígena e a entrada maciça de inúmeros bens de consumo, o sonho poderia ser pensado como uma faceta de enraizamento e, deste modo, um índice de saúde da comunidade. Segundo as concepções dos Kamaiurá, “sonhar bem” é um elemento necessário para o bem viver. O sonho pode ser composto por hábitos cotidianos, como pescar, caçar, namorar e lutar, mas pode também ser uma comunicação com os mamãe, que são para os kamaiurá uma espécie de força, um elemento que atua constantemente no mundo invisível, que em

português ficou traduzido por espírito. Trago um fragmento para ilustrar essa relação:

Hoje sonhei ruim. Por isso não fui à roça. Sonhei com a meninada que foi atrás de mim para me pegar. Fazendo brincadeiras comigo, jogando terra. Mas escapei. Banhei, no sonho banhei, lavei o rosto, passei sabão no corpo, escapei. Quando acordei tava cansado. Não vou sair hoje senão vou direto no espiritual, mamãe vai me pegar. E tava sentindo fraqueza...ah não vou na roça¹³.

O sonhador me explicou que a meninada do sonho dele é o espírito, o mamãe. Me disse que esse tipo de sonho vem de fora das pessoas, do espírito mesmo. E se sonhou com espírito, é porque este veio avisá-lo sobre os acontecimentos do dia. Então ele mudou seus planos. Em vez de ir à roça cedinho e depois vir para o posto trabalhar, veio direto, e assim tudo transcorreu bem. Nesta mesma direção, em ocasião em que debatíamos sobre a saúde da população indígena, a psicóloga Taynara Tuxá nos falou um pouco da importância da dimensão espiritual nas concepções ameríndias. Taynara afirma que a “ciência indígena é o comprometimento com o sagrado”. A saúde tem relação direta com a natureza e com a terra. A saúde inclui o sagrado, pois geralmente os seres não humanos habitam as matas e as águas. Mas a categoria do sagrado não é incluída como elemento fundante dentro das concepções ocidentais da psicologia. Taynara sugere mudanças estruturais, tanto epistemológicas quanto institucionais, para que possam coexistir as múltiplas noções: “são necessárias ações inclusivas e antirracistas dentro do campo da psicologia pois o silenciamento e a violência institucional têm produzido um processo de “subjeticídio” nas pessoas indígenas”¹⁴. Recentemente um amigo Kamaiurá me telefonou da aldeia para partilhar a triste notícia do falecimento por COVID de uma senhora que havíamos encontrado juntos, em sua última visita a São Paulo. Ela era diabética, não aguentou. Conversamos sobre a pandemia, ele me disse que alguns parentes seus estavam caindo nas fake news e se recusando a tomar a vacina por medo de virarem



*nas sociedades de universos
múltiplos, o paciente não
é uma pessoa isolada
de sua comunidade*

jacaré (as fake news incidem diretamente sobre as concepções de pessoa de algumas etnias!). Ao final, quando lhe perguntei se estava sonhando bem, ele me respondeu: Eu sim, eu tô sonhando bem, eu sonhei muito bem, por isso fiquei protegido da COVID. Sonhar é resistir, sonhar bem é enraizar, nenhum de nós quer viver nada sozinho, somos múltiplos, mas fomos criados, nas palavras de Tobie Nathan, em uma “sociedade de universo único”. Para o autor, há dois tipos de sociedade, a de universo único, em que o homem está sozinho, e o saber é representado pelo saber racional, e as sociedades de universos múltiplos, onde convivem saberes de ordem humana com os de ordem não humana. Nas sociedades de universos múltiplos, o paciente não é uma pessoa isolada de sua comunidade, e sua doença se relaciona tanto com outras pessoas da comunidade, como com alguma força, potência ou ser invisível presente na cultura de seu grupo. Desse modo, qualquer intervenção terapêutica, seja na cidade, seja na comunidade, lida com a multiplicidade de universos que a doença engendra. Convivem médicos, xamãs, pessoas da comunidade, curandeiros e raizeiros. Não somente o processo de tratamento e cura se dá em grupo, mas também esse é um dispositivo que gera um grupo! Tobie Nathan nos lembra que a presença de entidades não humanas permeia todas as sociedades humanas, que ao longo da história se interrogaram sobre elas. Mas esta parece ser uma dimensão do viver com que desaprendemos a nos conectar. Todos temos sofrido, em diferentes graus e escalas, as graves consequências que



*talvez os desafios estejam
também na postura de abrir
os olhos e ouvidos, na ampliação
e qualidade da escuta, em conhecer
as diferenças*

o pensamento único traz: desde o desamparo de um paciente, que não encontra eco à sua voz, até o desamparo global, passando pelas secas, contaminação das águas, extinção de espécies, a pobreza, a desigualdade, a fome, que são, entre outros fatores, diretamente relacionados ao não reconhecimento da interdependência entre as espécies. Mas seguimos aprendendo com os ameríndios, e como nos disse a pajé Mapulu, espírito que vem no sonho mora na floresta, se tirar floresta, espírito morre, ninguém sonha mais, acaba tudo. Alguns psicanalistas, tais como Winnicott, Khan e Bollas, colocaram em curso esses questionamentos no

Maria Rita Khel

Índios, as maiores vítimas das ditaduras

Coube a mim, como integrante da Comissão Nacional da Verdade, a investigação sobre as graves violações de direitos humanos contra povos indígenas. Não tinha familiaridade com o tema, apenas me lembrava de uma das primeiras reivindicações levada a público na década de 1980, quando a repressão violenta do Estado permitiu

que concerne ao “pensamento único”, mas ainda há pouca abertura para acolher as chamadas dimensões do sagrado¹⁵. Assim, parece que não se trata somente de nos (re)apropriar e usufruir o que vive em nós. Talvez os desafios estejam também na postura de abrir os olhos e ouvidos, na ampliação e qualidade da escuta, em conhecer as diferenças, flexibilizar a sensibilidade, reconhecer os múltiplos universos existentes e estar disposto a, de forma contínua, encontrar formas de coexistências, se reconhecendo e diferenciando permanentemente. Se pudermos aceitar o que propôs Winnicott¹⁶, colocaremos nossas teorias, cada uma delas, em uso, no sentido de fazê-las se movimentar, em abertura e confronto com o que o presente/ambiente nos traz, de modo a “criar” a teoria que encontramos, em permanente atualização. Pensamos que essa abertura poderia afetar a qualidade de nosso sonhar; e se for assim, de que modo afetaria também o nosso viver? E se aceitarmos também o convite de Jerá Guarani e pudermos nos tornar um pouco mais selvagens, será que nos aproximamos de uma condição política da existência que engendraria novos desenhos de investigações e práticas de cuidado?

alguma liberdade de expressão: “Pela demarcação das terras indígenas”. O que ignorava até o período da CNV é que os indígenas formaram o grupo mais numeroso de vítimas do período 1964-1985. Não, eles não lutaram contra a ditadura. Eles foram as vítimas mais inocentes. Lutaram contra os governos militares? Não. Os índios morreram em massa – estima-se um número de 8 mil mortes no período – vítimas de contaminação pelas chamadas “doenças de branco”: sarampo, catapora, varíola e até gripe! Como não tinham resistência contra essas doenças contagiosas, as chamadas “frentes de aproximação” não levavam

13 L.J.M. Gonçalves, *O campo e o capim: investigações sobre o sonhar nos Kamaiurá*. Tese de Doutorado. Psicologia Social e do Trabalho do Instituto de Psicologia da USP, 2019.

14 T. Tuxá, comunicação pessoal, Saúde dos povos indígenas, UFBA, 2021.

15 Gilberto Safra e Walter Moure são psicanalistas que exploraram esta dimensão em seus trabalhos.

16 D.W. Winnicott. *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.



vacinas para protegê-los, desde que os irmãos Vilas Bôas, na década de 1940, entenderam que a contaminação dessas doenças para os grupos indígenas isolados lhes era fatal. Um servidor da Funai – um bom emprego público, no período – que se demitiu na época declarou em entrevista à revista *Veja*: “Não quero ser coveiro de índios”.

A seguir, trechos de depoimentos à Comissão Nacional da Verdade, de algumas lideranças indígenas.

Visita à aldeia Yanomami em Roraima. Depoimentos do líder Davi Yanomami sobre a invasão de suas terras por garimpeiros e madeireiros

Eu não sabia que existia governo. Veio chegando de longe até nossa terra: são pensamentos diferentes de nós. Pensamentos de tirar mercadoria da terra: ouro, diamantes, cassiterita, madeira, pedras preciosas. Matam árvores, destroem a terra mãe, como o povo indígena fala. Ela é que cuida de nós. Ela nasceu, a natureza grande, para a gente usar. Eu não sabia que o governo ia fazer estradas aqui. Autoridade não avisou antes de destruir nosso meio ambiente, antes de matar nosso povo. Não só os Yanomami: o povo do Brasil. A estrada é um caminho de invasores, de garimpo, de agricultores, de pescadores. Tiram “biopirataria” sem avisar nós. Estradas que o governo construiu começaram lá em Belém, depois Amapá, Manaus, Boa Vista. Mataram nossos parentes Waimiri-Atroari. É trabalho ilegal. O branco usa a palavra ilegal.

A FUNAI, que era para nos proteger, não nos ajudou nem avisou dos perigos. Hoje estamos reclamando. Só agora está acontecendo, em 2013, que vocês vieram aqui pedir para a gente contar a história. Quero dizer: eu não quero mais morrer outra vez. O governo local e nacional, deputados, senadores, governadores, todos têm que pensar como o governo vai nos proteger e não deixar mais destruir matas e rios e fazer sofrer os Yanomami e outros parentes, junto com a floresta. O meio ambiente sofre também, junto com o índio.

Minha ideia: eu ando no meu país, o Brasil. Sou filho da Amazônia brasileira, conto, para quem não sabe, o sofrimento do meu povo. Não queremos que a autoridade deixe estragar outra vez. Se o governo quer fazer estrada na terra Yanomami, tem que entrar e conversar

matam árvores, destroem a terra mãe, como o povo indígena fala. Ela é que cuida de nós. Ela nasceu, a natureza grande, para a gente usar

conosco, junto com o Ibama. O governo Dilma está aprontando para estragar outra vez. Nosso povo não quer. A autoridade tem que respeitar a Constituinte que o governo passado criou. O que fala a OIT, no papel, não pode mudar não. Tem que ser respeitado.

Recomendações: Querem mudar o artigo 231. A Proposta 227 vai permitir matar nós, não vai mais deixar demarcar terras de nossos parentes. O governo tem que completar o trabalho e demarcar as terras dos povos que ainda estão lutando. Demarcar as terras de quem ainda falta demarcar. Hoje em dia nós, lideranças, sabemos reclamar! Também precisa falar com outros governos do mundo que mandam estrangeiros virem destruir a natureza de nosso país. Não queremos aprovação de projetos de mineração no Congresso. Vamos passar fome quando não tiver mais árvores, peixes, água limpa. Belo Monte é morte, não é uma palavra bonita, é palavra morte. Vai matar árvores, rios, índios, a vida da terra. Os brancos pensam que a floresta foi posta em cima do chão sem nenhum motivo. Pensam que a floresta é uma coisa morta. Isso não é verdade. Ela só fica lá, quieta no chão, porque os espíritos dos xapiripe tomam conta dos seres maléficos e seguram a raiva dos seres da tempestade. Sem a floresta não teria água na terra. As árvores da floresta são boas porque estão vivas, só morrem quando são cortadas. Mas daí elas nascem de novo. É assim. Nossa floresta é viva, e se os brancos acabarem com nosso povo e com as matas, eles não vão saber orar em nosso lugar, vão ficar pobres e acabar sofrendo de fome e sede. Queremos que nossos filhos e netos possam crescer achando nela seus alimentos. Nossos antepassados foram cuidadosos com ela, por isso está até hoje com boa saúde. Foi o governo que tirou nossa floresta, nossos rios e a vida



*em outra época, a população
cresceu de novo e veio um barco
com metralhadoras no rio.
Tem um lugar na mata
onde morreu muita gente*

dos irmãos. Tem que pagar indenização. Porque nossa vida vale mais do que ouro.

Visita à aldeia Waimiri-Atroari no Amazonas, alvo de bombardeios por aviões do governo, que despejaram, sobre a mata, um pó – semelhante ao “Agente laranja” usado pelo exército americano no Vietnã – que fazia cair a folhagem da mata e “queimava por dentro” os indígenas atingidos.

Tamerré: (Se apresentou como um dos velhos que se lembra daquela época.) Foi sério o que aconteceu. Minha família não foi baleada. A temperatura subiu muito rápido. Escapou só um. De novo subiu a temperatura. Morreu mais gente. Sobraram só dois. Antes, não tinha doença. O calor contaminou toda a aldeia (Febre? Não tem certeza). Morreu mais gente do que na outra aldeia. (menciona Elcio Daima, da aldeia Alalaú). Foi alguém que fez. No tempo da festa, morreram. Iam todos na festa, sadios, sadios. Na festa mais gente doente. Depois iam voltando e morrendo no caminho. Não escapou nenhum. Mais de 2 mil morreram envenenados. Um tipo de arco com flecha envenenada matou mais de mil. Só escapou um. O homem branco veio com barco no rio. Acabou com o povo Mutamu. Poucos fugiram para contar (atribuí mortes à contaminação, mas não é claro). Refere-se a flechas envenenadas.

Em outra época, a população cresceu de novo e veio um barco com metralhadoras no rio. Tem um lugar na mata onde morreu muita gente.

Quando passou a BR, havia um avião que sobrevoou as aldeias, e a temperatura subia. Jogaram algo; não pegou fogo no mato, esquentou as pessoas que morriam

logo. (Tentamos entender: se não pegava fogo no mato, não eram bombas. Mas se matava depressa as pessoas, também não parece resultado de contaminação. Algum pesticida? Inconclusivo. Pesquisar mais.)

A chegada da estrada foi feita com o Exército. Os índios tentavam flechar o avião, porque não conheciam o que era aquilo. O calor veio quando o avião passou, não deu para fugir. Muitos fugiram e morreram no caminho. Saíram do caminho da estrada. Em uma aldeia no caminho morreram 21.

Shirumá: Nós ficamos só crianças escondidas no mato. Quando passou (o perigo?) a Funai apareceu. Foi outra guerra. Não sabíamos quem eram os amigos dos índios. Os inimigos vinham com metralhadoras. O irmão descobriu quem eram, comunicou na aldeia, melhorou (???).

Outro índio fala de “foguetes no céu”. Morreu a mãe dele e muita gente. Recentemente, em outra aldeia passou “uma luz” no terreiro, de noite, e também começou a esquentar. Morreu pai e mãe. “Foi uma bomba que o avião jogou”, mais recente. O povo saiu da aldeia, depois voltou para reagir, mas atacou um posto do SPI, não sabem quem foi. (Não pode ser recente, uma vez que o SPI foi extinto em 1968, depois do relatório Figueiredo).

Muitos brancos subiam o rio para tirar castanhas, garimpar, pescar. Outros morreram no rio Japeri. (Pode estar se referindo a ataques de fazendeiros e garimpeiros. Verificar participação do Estado). O último ataque foi em 1974. Foi o Exército. Não tinha muito fazendeiro aqui. O governo tem que reconhecer o que aconteceu.

Recomendações: De 2000 para cá começamos a recuperar terras, mas as violações do governo voltaram para cima de nós com força total. Em 2008, 180 homens da Polícia Federal com helicópteros cercaram a aldeia, o dia todo ficaram atirando, jogando bombas de gás lacrimogêneo. Conseguimos denunciar para o governo Lula. Os juízes da região concentraram os processos em mim (cacique Babau). Fui preso em 2010, passei por vários presídios, inclusive um de segurança máxima em Mossoró (RN). Teve pressão do pessoal de Direitos Humanos em Brasília, da imprensa, aí soltaram a gente. A terra Tupinambá é bonita, sagrada. Há três anos um ministro (José Eduardo Cardoso) está com os papéis para demarcar nossa terra, mas tem contestação dos fazendeiros. Eles já perderam, mas continuam pressionando, e eles não assinam. São só 47.350 hectares para 10 mil índios.

Depoimentos de líderes da aldeia Tupinambá no sul da Bahia, cujas terras começaram a ser invadidas na década de 1940

Os Tupinambá vivem bem na mata porque sabem caçar, pescar e cultivar. Somos hoje os únicos índios na região que produzimos farinha de mandioca, mas nossa farinha, eles divulgam que é o pequeno agricultor que produz. Fomos os primeiros a plantar cacau na mata, agora eles querem a mata para produzir cacau. Os brancos compravam coisas para nós da cidade e nos vendiam, mas nos roubavam. Os encantados (os mortos) orientaram para nós estudar para não nos roubarem. Aí, esses comerciantes ficaram contra nós. Nós somos um povo altamente orgulhoso. Nossos avós criaram a gente para não depender de ninguém. Não aceitamos cesta básica da Funai, queremos comer o que a gente planta. A fome foi instituída desde Getúlio Vargas, quando nos cercaram e não nos deixaram sair. Fraudes fundiárias, o pessoal pegava documentos no cartório e vinha dizer que a terra era deles. Nós não tínhamos documento, como é que o índio tem documento? Às vezes o índio colhia uma produção alta de cacau. O fazendeiro ia dizer que o índio roubou o cacau dele. Vinha a PM tirava tudo de nós e a gente não tinha prova. Nós preservamos matas, bichos, águas, não fazemos grandes empreendimentos. A gente não precisa se matar para enriquecer, basta ter onde viver e o que comer, e nossa cultura, rezar, nossos encantados. Agora aqui tem onça, suçuarana, gato açu, macaco, peixes, cateto, veado, todos os peixes, águas melhoraram. Processamos município São José Vitória para tratar esgoto e a gente exige que limpe o rio Uma, que atravessa nosso território.

“Quando está com fome, o índio se rende. Aí aceita cesta básica, a criança cresce vendo o pai sem trabalho e vendo comida dada de esmola, quando falta a cesta básica não sabe trabalhar para comer, fica passando fome. Tem que aprender a trabalhar vendo os pais trabalharem. Quando corta esta tradição o índio fica pobre, mendigando, sem dignidade. Aqui tem dignidade, sem alcoolismo, drogas.”

O índio sem a cultura deles, sem espaço para plantar e caçar, recebendo só ajuda do governo – isso destrói o índio, sem espaço não tem liberdade e dignidade.



*dona Maloka, que me prendeu,
era da Funai. Entardeceu.
Escureceu. Nós saímos andando
por uma estrada e chegamos
num lugar diferente. Tinha pessoas
amarradas com corrente no pé*

Visita à aldeia Krenak em Resplendor, MG, onde foi construído um presídio indígena

(Ex-detido no presídio “Krenak”) – Quando eu tinha 27 anos fui levado do meu tekoha, onde tinha uma casa perto do cemitério. Eu estorvava os fazendeiros. De que forma? Jogando peteca, que é um jogo que pode brincar muitas pessoas. Muita gente se juntava para jogar. Os fazendeiros achavam errado a gente jogar em bando grande, fora do tekoha. O dono da fazenda, seu Tohaka, era um policial. Um dia, no tempo do SPI, me pegaram, me levaram para uma maloca e eu fiquei lá mais ou menos uma hora, esperando. Dona Maloka, que me prendeu, era da Funai. Entardeceu. Escureceu. Nós saímos andando por uma estrada e chegamos num lugar diferente. Tinha pessoas amarradas com corrente no pé. “O que a gente veio fazer aqui”? Tinha gente amarrada, correndo, apanhando. À tarde (do dia seguinte?) levaram a gente para acompanhar eles em um lugar que era o eito para nós trabalhar com machado, para tirar árvore com a raiz. (descreve como era o trabalho). Tinha que acabar antes da meia-noite. Trabalhamos, trabalhamos, sem comer. Outro dia amanheceu. Teve uma coisa que a gente não ficava contente de ver: a pessoa ser amarrada. E apanhar. E nós três (os que foram pegos jogando peteca?) trabalhando. Um dia o Antonio Calari (era da Funai? Da Polícia?) “enloucou” e dez pessoas foram sorteadas. Dez pessoas teimosas, levadas para a Ilha das Cobras. Eu caí nesse sorteio. Lá (na Ilha) continuou o trabalho. À noite a gente não dormia porque tinha muito bicho que vinha para comer a gente. Uma noite um bicho pegou um que estava perto de mim. Usavam castigos pesados. Amarravam a gente no tronco, muito apertado. Quando eu caía



*desaparecimento de cadáveres –
Quando estavam muito debilitados,
jogavam no hospital. A gente
não sabia se estavam mesmo
no hospital ou se foram massacrados
ou morreram de fome, sede*

no sorteio para ir apanhar, passava uma erva no corpo, para aguentar mais. Tinha outros que eles amarravam com corda de cabeça para baixo. A gente acordava e via aquela pessoa morta que não aguentava ficar amarrada daquele jeito. (Para não receber o castigo...) a gente tinha que fazer o serviço bem rápido. Depois de seis meses lá, chegou o Teodoro, o pai e a mãe dele presos. A gente tinha medo. Os outros apanharam mais pesado que eu. Derrubavam no chão. Tinha “parentes” (outros índios) que vieram do Rio, do Paraná, de São Paulo. Tinha Terenas também. Eu tinha um irmão chamado Tato Duarte. Foi para lá, nunca mais voltou. O Paulo Duarte também. A mãe do Totó, dona Anita, nunca mais voltou. Só porque a gente não queria deixar o nosso Tekoha, que o Getúlio Vargas deu para a gente em 1917. Os que tentavam fugir levavam para a Ilha das Cobras. O Teodoro me contou que lá ficavam num navio para os bichos não pegarem, o Teodoro só voltou porque tocava um instrumento, uma flautinha (que acalmava as cobras...?). Teve um que voltou porque caiu na sorte de só ficar trabalhando lá. Saiu meio aleijado, mas voltou. Eu voltei porque meu serviço era trabalhar. Eu fui para lá porque não queria deixar o tekoha, mas não teve castigo de me matar. Fazia força para terminar os trabalhos. Mas muita gente não voltava. São desaparecidos políticos.

Oredes Krenak (ancião) – O presídio foi feito aqui na época da ditadura. O povo Krenak foi impedido de falar a língua. Também não podiam fazer rituais, caçar, pescar. Meu pai, Jacó Krenak, sofreu muitas represálias feitas pela Guarda Rural Indígena. Vinham para cá índios presos de várias partes do Brasil: Karajá, Xerém, Xavantes, Tupiniquim, Tupinambá, para ficar presos nessa aldeia. Cabiam mais de 200 presos confinados ali,

para de dia fazerem trabalho escravo. Os frutos desse trabalho eram para os funcionários do presídio (não para os índios). Os presos só comiam duas refeições por dia. Éramos punidos por coisas pequenas, por desobediências de não querer fazer trabalho obrigatório, ou quando nos pediam coisas que a gente não sabia fazer. Também era proibido fazer nosso artesanato. Meu pai e minha tia Bastiana iam vender flechas em Valadares, mas a guarda é que decidia quanto tempo podiam ficar fora. Se passavam desse tempo eram punidos na volta. A punição era: ficar presos, passar dois dias sem comer, mais dois dias só com duas refeições, e só eram soltos no 5º dia. Na cadeia, muitos passavam fome, ficavam sem comer nem beber.

Desaparecimento de cadáveres – Quando estavam muito debilitados, jogavam no hospital. A gente não sabia se estavam mesmo no hospital ou se foram massacrados ou morreram de fome, sede. A gente não via morrer aqui, era quando estavam no hospital. Até a década de 1980 nosso povo sofreu bastante com os militares.

Oredes – Bater era normal para eles. Se o índio tentava se justificar por alguma acusação, batiam com cassetete grande, depois jogavam na prisão. Não podiam nem perguntar por que estavam sendo punidos. Também batiam de chicote. Algemavam o preso dentro da cadeia e ele não podia falar, argumentar. Ameaçavam com arma. Os mais antigos contam que quando matavam um índio, jogavam no rio Doce e diziam para os parentes que tinha ido viajar.

Inimá – Qual a função da PM de Minas?

Oredes – O vínculo da Guarda Rural Indígena com as PMS de Minas era que eles (PMS) é que preparavam os índios para reprimir nós mesmos. Eles precisavam de índios na guarda, para ter quem entendesse a língua, senão eles, polícias, não sabiam o que a gente dizia. Eles não queriam ser esses guardas, eles eram obrigados a ir. Escolhiam os mais fortes, que aprendiam a bater, reprimir. Em 1972 mais ou menos, nós fomos obrigados a desocupar nossas terras e exilados nas terras dos Maxacali. A Rural Minas era um órgão do governo para questões fundiárias. Gente de várias regiões e etnias era trazida aqui para o presídio. Os índios de outras aldeias até pensavam que a palavra Krenak era o nome de um presídio, e não uma etnia! Aqui vieram Xavantes, Xerentes, Terenas, Caiapós, Funiôs, Carajás, vieram um bocado

de índios para cá. As lideranças nossas, quando eram boas para coordenar nosso povo, eram tiradas daqui e levadas para outro lugar.

Douglas – O índio Zé Amato era uma grande liderança. Foi levado para o posto Vanuire pelos agentes do governo [em Tupã], para uma determinada “missão”, e não voltava mais. Lá no Vanuíre ele chorava de saudades. Nos lugares onde havia problemas de terra, levavam as lideranças para bem longe. Nem sempre era à força. Às vezes enganavam o índio para levar. Mas depois do golpe militar, levavam à força, mesmo. Meu avô foi levado à força. Era liderança. Foi algemado, para todos os exílios que teve.

Oredes – O primeiro exílio foi para a terra Maxacali, com o povo todo. As crianças às vezes morriam no caminho de fome, doenças. De lá, voltaram a pé, noventa dias de caminhada, crianças nas costas, algumas doentes. Depois de um tempo o governo transferiu de novo. Levaram os índios algemados para um trem da Vale (do Rio Doce), jogaram os sacos de pertences nos vagões, bateram com chicote nos que resistiram, foram jogados no comboio, foram para Itabira. O trem parou aqui perto só para isso. De Itabira foram jogados num caminhão tipo pau-de-arara para o município de Carmésia, perto de BH, na Fazenda Guarani. Era um tipo de prisão mesmo. Um antigo horto florestal da PM, o governo fez uma permuta da fazenda Guarani com essa terra nossa. Depois de 2 ou 3 anos lá, meu pai morreu. Foi sepultado na terra dos Pataxós de lá. Ele sentia muita tristeza, morreu deprimido, com muita tristeza no coração. Falava que nós íamos voltar... morreu disso.

Douglas – Nosso povo era acostumado na beira do Rio Doce. Nosso problema nas outras terras não era

o convívio (com outros indígenas), era a adaptação com o clima, a terra, os lugares de realizar as tradições, a falta das condições da cultura, ter deixado para trás o cemitério onde estavam os parentes... muita dor. Meu avô morreu em Carmésia, está enterrado lá. Meu pai não conseguiu passar para nós os rituais fúnebres, porque os parentes mais velhos estavam enterrados em outros locais, com outras etnias. Para nós é difícil. Muita coisa da ditadura já feriu a alma da gente, isso não tem cura. Para o nosso povo essa questão de morte é muito delicada. Nosso povo tem uma luta contra o tempo muito forte, os mais velhos estão morrendo e nós não temos mais a tradição para dar significado para as nossas gerações. O que a gente busca hoje é isso. Hoje recuperamos a língua. A proibição da língua veio com o golpe. Mas desde antes da ditadura as escolas ensinavam o português. Eram obrigados a falar português. Matar a língua é acabar com o nosso povo. Hoje nosso povo é bilíngue, fala português, mas tem a sabedoria de passar nossa língua para as novas gerações.

Douglas – A ditadura, para os índios, foi a continuidade do esquema que já existia. Por exemplo: uma das primeiras guerras bacteriológicas de que se tem notícia foi contra o nosso povo, ainda no Império: os brancos traziam roupas infectadas de hospitais para contaminar os Krenak e outros índios com doenças. Mas, na época, nosso povo era tão numeroso, que ainda sobrou muita gente. Nosso povo tem uma estratégia de sobrevivência muito grande; desconfia do branco, cultiva a cultura, trava lutas muito fortes com empresas como a Cemig, a Vale, que faz o trem passar a menos de 200 metros do cemitério indígena. A Vale não respeita nada.



O Caso Vera

breve apresentação de algumas histórias colhidas e recolhidas ao longo de cinco anos de trabalho analítico

Luciana Saddi

Comentários de
Lia Pitliuk e Dora Tognolli

Luciana Saddi é psicanalista e escritora, membro efetivo e docente da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo. Mestre em Psicologia pela PUCSP. Diretora de Cultura e Comunidade da SBPSP (2017-2020). Fundadora do Grupo Corpo e Cultura. Representante brasileira do movimento global *Endangered Bodies*. Coordena grupos de estudos, supervisão e grupos terapêuticos centrados nos sofrimentos alimentares e com a imagem corporal. Coordenadora do Programa de Cinema e Psicanálise da diretoria de cultura e comunidade da SBPSP em parceria com o Museu de Imagem e do Som (MIS) e jornal *Folha de S.Paulo*.

Lia Pitliuk é psicanalista membro do Departamento de Psicanálise e do Departamento de Psicanálise com Crianças do Instituto Sedes Sapientiae – SP, onde é docente no curso de formação de analistas, coordenadora dos grupos “EmLinha – grupo de estudos e pesquisa sobre a clínica psicanalítica online” e “A perspectiva relacional em psicanálise”, membro dos grupos “Espaço Potencial Winnicott” e “Winnicott – leituras e reflexões”. Docente do curso de formação de psicanalistas e em cursos livres do Instituto Gerar de Psicanálise. Supervisora e coordenadora de grupos de estudos sobre Freud e Winnicott.

Dora Tognolli é psicanalista, membro efetivo e docente da SBPSP, atual diretora do Instituto Durval Marcondes da SBPSP, mestre em Psicologia Social pelo IPUSP, autora de artigos em diferentes publicações.

Prólogo

O objetivo presente é evidenciar na história clínica relatada a seguir parte dos vinte anos de experiência com pacientes que sofrem com problemas alimentares. Expor certas considerações técnicas e teóricas – presentes em dissertação de mestrado apresentada em 2007, além de inúmeros artigos publicados sobre o tema. Muito já foi dito sobre a dificuldade de narrar a clínica. Sempre é importante reiterar. Preservar intimidade e sigilo, imperativos do trabalho analítico, e ao mesmo tempo manter fidelidade aos acontecimentos exige esforço e investimento na linguagem.

Vera – *en passant* e o *setting*

Vera me procurou por recomendação do psiquiatra que sabia, ainda que superficialmente, de minha atuação clínica no campo dos problemas alimentares.

Relatou, inicialmente, que pensava há algum tempo em fazer terapia. Tentou duas vezes, mas não seguiu adiante. Na primeira tentativa a psicóloga havia interrompido, logo no início, por problemas de saúde. Na segunda vez, nova interrupção, não se lembrava do motivo. E depois não teve tempo ou nunca era o momento certo, pois tinha que resolver muitos problemas familiares antes de poder cuidar de si. Mas, naquele instante, percebia ser necessário esforço maior, não podia continuar adiando. Havia ultrapassado a marca de

100 kg e problemas de saúde estavam “pipocando”. Não era possível saber quais eram exatamente as coisas que “pipocavam” além dos problemas de saúde. Mas era possível perceber que a “ebulição” se aproximava.

O psiquiatra a medicara com antidepressivos. Também fazia uso regular de remédios para controlar a pressão arterial – coisa da família da mãe – e diabetes – coisa da família do pai. Falou desses problemas de forma leve, *en passant*, nada demais, quase como se fosse indiferente. Planejava passar uma semana num SPA, quem sabe o prenúncio de mudança se anunciava.

Vera parecia angustiada e preocupada. Entretanto, demonstrava alívio por ter com quem conversar, por estar ali comigo naquele momento e por ter o SPA/esperança no horizonte próximo. Parecia controlar ou reter o peso das angústias e a intensidade do temor. Pensei no medo, e podia percebê-lo, muito mais do que ela, que procurava disfarçar, escondê-lo de nós duas. Talvez se tratasse de sentimentos ocultos condensados: medo de perder o controle não só do comer, mas também da imagem e do tamanho corporal, medo de vínculos, do peso dos vínculos, medo do abandono e medo da morte.

Nesse primeiro encontro falei brevemente desses medos. Optei pela leveza, os mencionei de forma sutil. Algo me dizia para não assustá-la com palavras fortes e intensas emoções. Mimetizei – coloquei apenas um pouco mais de intensidade – à maneira furtiva, quase descompromissada, de Vera falar de si. Ela se assegurou e me assegurou que confiava no psiquiatra que havia feito a indicação e sentia que as coisas podiam ser diferentes. Sobre os medos tangenciados por mim, nada disse, mas acredito que minha intervenção tenha sido registrada.

Fiquei em dúvida entre propor a Vera algumas orientações ou aguardar momento mais oportuno. Nos despedimos. Ela pareceu feliz e aliviada.

Em alguns casos uso técnicas ativas que indicam ao paciente procurar comer guiado pelos sinais de fome, parar de comer assim que a



Vera parecia angustiada e preocupada. Entretanto, demonstrava alívio por ter com quem conversar, por estar ali comigo naquele momento

saciedade chegar e escolha livre dos alimentos para cada momento de fome. Também proponho ao paciente que se torne investigador da própria alimentação e sugiro que faça um diário dos sentimentos e pensamentos associados ao comer e à comida. Nem sempre introduzo as orientações no início do tratamento. Sou bastante flexível com esse conjunto de ferramentas mas considero importante, depois de mais de vinte anos de vivência nesse campo, propor alguma ruptura com a mentalidade de dieta visando, mesmo que no horizonte distante, autonomia alimentar. Não estão em questão emagrecimento ou recuperação de peso. Não são objetivos analíticos. Clinicamente, o momento para trabalhar com as técnicas ativas depende da demanda e sofrimento do paciente e da minha escuta. Não pretendo eliminar o sintoma, seria leviano pensar que sintomas que organizam o psiquismo durante toda uma vida possam ser removidos cirurgicamente. O sintoma concentra e atrai grande carga de energia psíquica. A compulsão alimentar é expressão de vivências dolorosas. O comedor compulsivo não consegue compreender o que está encerrado no sintoma. A compulsão alimentar também é um problema em si e pode ser abordada mais diretamente. Saber que é possível comer com autonomia traz esperança e alívio. Há outras formas de relação com a comida que não são guiadas por restrição, dieta, privação e fobias. Nos anos 70 do século passado, psicanalistas já sabiam que privação alimentar levava à compulsão. Aprendi que comer é trabalhoso, em seu aspecto psíquico, ocorre de dentro para fora e não de fora para dentro. Requer a percepção dos sinais do corpo, aprender a ler os próprios afetos e criar conexões. Em



no segundo encontro

*Vera me disse que sempre
fora gorda, desde pequena.*

*Diferente da mãe e dos irmãos,
altos e magros*

minha experiência, à medida que a compulsão afrouxa aumenta a circulação de representações; entram em cena outros dramas encobertos pelo sofrimento com comida e corpo, a problemática psíquica ganha maior consistência, densidade, e a linguagem se amplia. A intimidade analítica cresce.

No segundo encontro Vera me disse que sempre fora gorda, desde pequena. Diferente da mãe e dos irmãos, altos e magros. Tentou diversas dietas. Todas deram certo inicialmente e depois de algum tempo deixaram de funcionar. Havia alguns bons anos que abandonara as dietas. Experimentara o horror de se privar e sofrer em vão. Procurava pensar que tinha que se aceitar. Não era o fim do mundo ser gorda. Tive a impressão que ela se esforçava para acreditar no que dizia, mas eu mesma não tive convicção de que ela de fato não se importava com seu tamanho. Vera realmente se empenhava para que tudo parecesse bem. Para se mostrar inatingível. Ela não convencia.

O plano SPA/esperança estava em andamento. Em breve ficaria duas semanas fora. Era melhor optar por tratamento de choque por mais tempo. Então, aumentou o tempo de SPA. Dessa vez, pode ter sido na segunda ou na quinta sessão, não tenho certeza, disse-lhe que as dietas tinham história semelhante para quase todas as pessoas. Começavam bem, mas depois de muitos meses era cada vez mais difícil comer sempre as mesmas coisas. Do enfado com as restrições e privações à compulsão alimentar, a distância é pequena. Comentei sobre a importância da percepção dos sinais de fome e saciedade. Que pensasse qual alimento era mais interessante, mais

capaz de atender cada momento de fome. Afirmei que entendia, mas que pretendia tentar fazer dieta mais uma vez, antes de pensar em outra abordagem. Consentiu e pensei: nada como a experiência. Sugeri que acompanhássemos de perto os próximos capítulos da relação dela com o comer, com o corpo e com o SPA – tão esperado – se ela estivesse interessada em falar disso! Ou poderia falar do que bem entendesse, sem um roteiro previamente combinado.

Vera adorou a liberdade de falar do que quisesse e adorou o esquema em que ela mesma se colocou, que significava falar de tudo que acontecia no SPA. Ela parecia muito animada nas sessões e também parecia atuar num roteiro programado de conversa, como se estivesse obedecendo a mim e à proposta analítica, como uma garota bem-comportada. Era o jeito que encontrara para estar nas sessões e se abrir comigo. Tivemos sessões remotas durante esse período. Ela relatava cada detalhe do que se passava com ela, com o corpo, com os pensamentos, com a comida, com os exercícios físicos. Nos tornamos confidentes, amigas de infância, unha e carne. Esperei o momento para lhe dizer que percebia nossa relação, muito próxima, um tanto simbiótica até, como se não houvesse distinção clara entre ela e eu. Vera concordou, havia sido assim com seu namorado e fora assim, muitas vezes, com seu pai. Era bom experimentar isso de novo! Perguntei-me em silêncio se com a comida não era assim também.

A questão da submissão não foi descartada por mim. Aguardei ressurgir a garota bem-comportada e boazinha. No período inicial da análise, aceitou passivamente minha proposta de frequência e pagamento. Mas, passados três ou quatro meses, percebi que não funcionava. Ela não conseguia pagar nem comparecer às sessões com a frequência combinada. Os atrasos de pagamentos eram constantes. Tinha vontade genuína de dar conta. Acreditava que conseguiria superar essas demandas. Na prática a teoria era outra. Foi necessário dizer para Vera que de um lado havia entre nós um encontro “das estrelas” lindo, maravilhoso, acolhedor segundo ela e, de outro, um desencontro

terreno, desencontro da realidade. Lado a lado, como trilhos de trem que nunca se encontram. Vera me pareceu desencontrada depois dessa intervenção. Percebi que constatar a realidade, a falha, era muito doloroso para ela. Era melhor negar e fazer de conta que tudo ia bem. Pensei na reação à castração, frustração, impotência e falta. Talvez não seja desnecessário dizer que com as dietas havia esse mesmo movimento de submissão e revolta. Submissão e alienação. Submissão e cisão.

Vera nunca se deitou no divã. Quando eu propunha alguma coisa relativa ao *setting* (frequência, honorários, férias) ela era incapaz de me dizer não. Primeiro me olhava fixamente para logo depois virar os olhos para cima, como se estivesse pensando, e em seguida me olhar novamente e, imediatamente, consentir com os olhos ou simplesmente dizer, tudo bem, eu dou um jeito. Mas não dava. Os pagamentos eram erráticos, as faltas frequentes, discordantes com a avaliação que fazia da análise da qual tanto gostava. Esgotei meu repertório interpretativo para essa situação. Renegocieei algumas vezes, sempre sabendo quão doloroso era para ela aquela conversa percebida como mais um fracasso. Não perdi a paciência nem interrompi o trabalho. Pontuei. Aguardei novos entendimentos. Refiz o contrato. Os pagamentos continuaram aleatórios e as faltas também. Era Vera, queria fazer mais do que podia, parecer que tinha mais do que tinha, se iludir me iludindo. De meu lado, sentia que faltava como analista, incapaz de compreender o que se passava, o que me deixava bastante frustrada e apreensiva com o trabalho. Algumas vezes externei tais pensamentos, expondo meus sentimentos de insuficiência. Somente depois de mais de três anos de análise os atrasos e faltas diminuíram. Os atrasos no pagamento continuaram apesar das negociações que, simplesmente, visavam pontuar que havia um, dois, três ou mais pagamentos em aberto. Eu sabia disso e ela não podia deixar de saber. Eu não podia deixar passar, *en passant*, mesmo sem saber o que fazer. Será que eu teria que sentir a falta que ela não conseguia suportar? Falhas eram duramente sentidas e talvez, por isso, negadas. Não havia espaço para erros. Seu pai sempre



curioso pensar que a demanda de análise se deu pelos excessos. No entanto, a análise transcorreu pela ausência, míngua e escassez.

dizia: “tem que saber, quem não sabe é burro”; “não tem essa de aprender”; “não adianta chorar, engole esse choro, menina”. À medida, lentamente, que Vera pôde falar de suas dificuldades financeiras, que relacionei não apenas às dívidas adquiridas no passado, mas também à impossibilidade de aprender, pois tinha que saber tudo, o quadro se tornou mais claro. Ela concordava com minhas propostas de honorários e frequência, porque não havia espaço para discordar, para aprender, para tentar, para perceber que não podia tudo, para me propor uma negociação dentro de seus limites. As faltas e atrasos na sessão, além de atrasos de pagamento foram, aos poucos, substituídos por conversas sobre faltas e atrasos na vida. Vera podia confiar em mim, falar de falhas e insuficiências.

Curioso pensar que a demanda de análise se deu pelos excessos. No entanto, a análise transcorreu pela ausência, míngua e escassez.

Ferimento mortal e outras histórias

Aos trinta e cinco anos, Vera tinha um bom emprego. Batalhara muito, estudara bastante: intercâmbios, estágios, processos seletivos, especializações, concursos. Sempre aplicada, organizada, ordeira. Certinha. Há poucos anos perdera a mãe. No passado fora abandonada à própria sorte pelo pai. Bem jovem, mal terminara a escola, fora estudar num país europeu para se aprimorar em línguas estrangeiras. O pai, separado da mãe havia muitos anos, prometeu pagar os estudos, mas depois de alguns meses não honrou a promessa. Teve problemas com os negócios. Vera terminou os estudos por meio de bolsa que obteve em função de desempenho e notas excelentes, mas teve que



ele gostou dela.

Ele era muito cobiçado

pelas outras meninas

da classe

trabalhar para pagar as despesas pessoais e morar de favor na casa de colegas até juntar dinheiro para voltar. Foi caixa de supermercado, babá, faxineira e vendedora. A mãe, de origem muito humilde, não tinha condição financeira para financiar a filha ou trazê-la de volta. Os irmãos mais velhos estavam no início da vida profissional sem poder ajudar e sem muita vontade também, “quem mandou estudar fora?”. Todos se voltaram contra o pai de Vera, que desapareceu para fugir das dívidas. Era a queridinha do papai. Percebi que fora mortalmente ferida pelo abandono do pai. Contou que nesse período engordou muito. Saía do trabalho, comprava uma pizza e comia tudo de uma só vez. Era uma cena que se repetia todas as noites, sozinha no quarto ou na casa emprestada de algum amigo. A comida aplacava tudo. Por anos, mesmo de volta, guardava uma comida bem gostosa para comer sozinha trancada em seu quarto. Se tinha um dia ruim, dobrava a dose de comida. Para compensar a dor, reequilibrar a economia psíquica, ressarcir as perdas. Atividade que apelidamos de “masturbação alimentar”.

Disse que ao chegar à Europa estava ou se sentia magra e, mesmo assim, se surpreendia com o interesse sexual e ou amoroso de meninos e meninas da escola. Acreditava que estavam tirando sarro da cara dela e que logo revelariam que o interesse sexual, a atração, não passava de brincadeira. Pensava nas palavras de sua mãe, que sempre dizia que ela nunca encontraria namorado se fosse gorda. Não sei se Vera percebia que procurava me contar tantos fatos dolorosos, agressões disfarçadas de cuidados, como se estivessem superados.

Compreendi que era indiferente estar gorda ou se sentir gorda. Mesmo magra era gorda. Mesmo gorda não era tão gorda. Havia enorme

incapacidade de distinguir tudo que se relacionasse ao corpo, ao peso, à imagem corporal e à comida. E, naturalmente, a seus afetos. Vera fazia dieta e notava o emagrecimento com satisfação. Submersos, “pipocavam” sentimentos como: abandono, medo, humilhação. Vontade de se esconder e sumir. Dor, desamparo e solidão. Temas recorrentes desse período eram mais sugeridos do que sentidos. Os relatos tendiam à superficialidade.

Ferimento mortal – o retorno

Ao retornar da Europa conheceu o grande amor de sua vida. Não estava magra nem gorda, para os próprios padrões. Cada episódio ou etapa de sua vida era marcada pela gordura, pelo aspecto corporal, como se fosse tatuagem. Aprendi que era a maneira como ela conseguia falar dela. Os sentimentos, o estado de espírito, passavam sempre pelo filtro gordo/magro. Filtro que condensava tudo.

Foi na Faculdade, que ela mesma pagou com o esforço do próprio trabalho, como fez questão de pontuar. Estudava à noite, durante o dia trabalhava num emprego nada empolgante. Ele gostou dela. Ele era muito cobiçado pelas outras meninas da classe. Até hoje não entende como isso aconteceu. O que ele viu nela. Eram unha e carne. Ele era lindo, era tudo. Um rapaz de futuro, segundo a família. Foram 5 ou 6 anos. Casamento marcado. Ele encontrou outra e a trocou. Vera perdeu o chão. Continuou a usar a aliança de noivado. Por um tempo escondeu a ruptura dos colegas de trabalho, dos familiares e amigos. Depois contou, como se tudo estivesse superado. Problemas acontecem. Foram oito anos comendo sem parar para se preencher, se apaziguar. As tentativas frustradas de terapia se deram no momento inicial desse abandono, quando havia somente desespero e escuridão. Inversamente, nas redes sociais postava fotos montadas como se estivesse “por cima da carne seca”. Fotos de lugares a que ela não fora, de pratos que não comera, na esperança de que ele sentisse sua falta, para que ele visse que ela estava melhor sem ele.

Vera: Nunca pensei que ele fosse embora.

Analista: Coisas impensáveis acontecem!

Vera: Será que ele me avisou e eu não entendi? Fico pensando... Será que eu não consegui enxergar ou foi ele que não soube me avisar? Eu deixava muita coisa em cima dele... eu preferia estudar, sempre acreditei que tinha que estudar, acho que foi a única coisa genuinamente minha até hoje. Ele gostava de esportes e eu não. Acho que ele sentia...

Analista: Sentia ...

Vera: Minha falta. Eu era tão dependente, ele não! As coisas não se encaixam.

Analista: Era melhor ter tudo explicado, né? Como quem vai para a prova com a lição feita. Acho que a comida se encaixa aí! Acalma os pensamentos. Tem tanta coisa pipocando...

Foram-se desenhando abandono e medo. Vera falava de comida, muita comida, doces, muitos doces, dívidas, humilhação e desejo de sumir. Dor, depressão, desamparo e solidão.

Era Vera numa versão menos *en passant*, menos superficial, menos *eu dou um jeito*.

Os tempos de análise e de intimidade clínica, em que eu procurava não julgar e, genuinamente, tentava compreendê-la ou simplesmente testemunhar fizeram surgir novas versões de sua história. Versões mais dramáticas.

Um jeito ou as mentiras que contamos

Vera não era filha do mesmo pai que os irmãos. Demorou para ela perceber que havia algo estranho entre eles. Mas, lembro-me de ela dizer que eles nasceram magros e ela, gorda. A mãe não quis que ninguém soubesse que depois de ter dois filhos com João, João sumiu, encontrou outra. Então, *ela deu um jeito*. Arrumou José, que assumiu os meninos, e com ele teve Vera. A família da mãe era muito tradicional e também muito distante, geográfica e emocionalmente falando. O contato era pouco. Para ser aceita, mesmo que tão distante fisicamente, a mãe mentia. Ninguém precisava saber detalhes da vida deles, não é mesmo? Mentiras eram contadas com naturalidade. *Dá-se um jeito*. Compreendi que as dificuldades com pagamento



*foram-se desenhando
abandono e medo. Vera falava
de comida, muita comida, doces,
muitos doces, dívidas,
humilhação e desejo de sumir*

e frequência, em assumir as limitações financeiras e de tempo, também eram da categoria: *dou um jeito*. Aos poucos, envergonhada, ela também compreendeu. Camadas de sentidos sobrepostas como faltas, insuficiências, ausências, severidade, mentira, negações, jeitos davam significado à dificuldade em estabelecer o *setting* e, ao mesmo tempo, eram apresentações de Vera, versões dela. Campos que surgiam no decorrer da análise.

Vera: eu estava na sala da casa da minha mãe, com os meninos – que já são homens, né? E de repente eu vi algo que sempre esteve lá... tudo é tão velho! Nada combina com nada. E tem umidade no teto. Me dá dó! Cada coisa velha que alguém não quis foi parar lá.

Analista: Sugere pobreza, dificuldade, dor!

Vera: Aí ela, a mãe, fala: pra tudo *dá-se um jeito*.

Analista: Acho que você acreditava nisso... era só fechar os olhos e esperar!

Vera: Faz de conta que a gente pode..., mas não pode, né? Tinha que viver de favor!

Droga de vida e outras “paradas”

Vera: eu acho que nunca falei isso pra você... É muito difícil, mas hoje eu sei que posso. Lá no fundo eu sabia que era muito difícil meu pai me sustentar na Europa, hoje, depois de tudo que a gente conversou, eu sabia... mas eu queria tanto, tanto! Seria a primeira da família, de todas as famílias...

Analista: Nem sempre a vontade, o desejo da gente, está de acordo com a realidade, com o que é possível, mas, mesmo assim, você conseguiu...

Vera: O que eu quero te falar não é isso, não exatamente isso, entende?



*havia lugar para falar
de mentira, roubos,
marginalidade, transgressão,
esconderijo, paternidade,
pobreza*

Analista: Entendo que tem algo muito delicado e você está com medo de me contar, pois teme haver uma ruptura, uma quebra entre nós!

Vera: Não é entre nós ou é, não sei! Lá na Europa eu levava umas *paradas* para os amigos, entende?

Analista: *Paradas?*

Vera: É assim que a moçada chama! Um *paradas*, drogas, entende? Bala, MD, maconha, haxixe.

Analista: *Paradas...*

Vera: Eu tinha facilidade e nem endereço fixo tinha. Comecei comprando pra agradar – morar de favor tem esse peso – era um jeito de agradar os colegas, não queria ser um peso. Eu corria o risco! Era um jeito de agradecer.

Analista: E precisava agradecer? Te cobravam isso? Imagino que para você fosse muito pesado receber os favores.

Vera: Odeio favor! Você sabe, expansiva, gorda engraçada, né? Tive o maior lance com os caras da pesada... É feio dizer isso, mas eu percebi que se estava correndo risco, talvez eu pudesse ganhar alguma coisa em cima. Subi o preço! Não é que eu fosse traficante, traficante mesmo. Mas consegui voltar pra casa, me sustentar. O mais louco é que eu corri uns riscos, fiz umas coisas loucas e nem gosto de drogas!

Analista: Dependendo dos outros pode ser mais assustador do que certo grau de marginalidade... Daí o agradecimento se converteu em faturamento.

Sentimentos como vergonha, medo, humilhação foram inscritos com firmeza. Havia lugar para falar de mentira, roubos, marginalidade, transgressão, esconderijo, paternidade, pobreza. Paralelamente, fazer dieta era cada vez mais difícil. Vera começara

a ganhar peso. Importante relatar que um ano e meio depois do SPA voltou a engordar e em meses ganhou treze dos quinze quilos perdidos a duras penas. A privação dava lugar à compulsão por doces e outros alimentos que outrora foram banidos. Foi então que retomei as indicações: comer guiada pela fome, parar assim que a saciedade for percebida, escolher as comidas livremente para cada momento de fome. Investigar o próprio comer. No início Vera não pareceu muito animada com a proposta. Mas, aos poucos, trazia um ou outro insight, fazia certas ligações com a comida e o comer, que me permitiam perceber que estava trabalhando no tema. Nada muito explícito.

Melancolia, suicídio, comida

No trabalho, Vera se interessou em participar de um grupo que fazia prevenção ao suicídio. Algumas narrativas sobre falta, abandono, dor e desespero foram criadas. Comer, o lenitivo mais eficiente por muitos anos, apresentava efeitos adversos.

Frequência e pagamento estavam regulares. Faltava pouco, muito pouco, às sessões. O desespero paulatinamente se fez mais presente. Sonhos em que o namorado (aquele que a abandonara às vésperas do matrimônio) aparecia e ela acordava assustada foram substituídos por sonhos em que ele dizia *não te quero mais* ou *you were preterida*. E acordava horrorizada. Abandono, cachorro sem dono, a sensação de ser vira-lata e de comer como um vira-lata se tornaram matéria-prima do trabalho analítico. Vera sentia que podia contar comigo ao revisitar o pior pesadelo.

O desespero foi ganhando novos contornos. Diante do abandono do noivo, ela se abandonara.

Vera: Se ele podia me abandonar, mesmo eu fazendo tudo certinho, então qual o sentido de me cuidar? Tanto faz, né?

O abandono ganhou novos sentidos. O abandono era castigo, raiva, não ter conserto.

Vera: Quando ele disse que ia pensar, eu pensei: tá tudo acabado. Se o cara diz que vai pensar, já acabou. Ele sabia que eu era assim.

Analista: Então foi castigo... você não admite falhas, se ele quis pensar, não tem conserto. Arranhou, racheou.

Vera: Só que eu também rachei. Hoje eu entendo o que não pude entender naquela época. É normal ter medo, não significa que está tudo acabado, mas naquela época eu não podia perdoar.

Analista: Nem perdoá-lo nem se perdoar!!

Vera: Eu morri, meu chão sumiu! Eu me escondi, fiquei anos sem ver ninguém, sem sair de casa. Era castigo, era mais que isso...

Analista: Acho que há momentos ou circunstâncias na vida em que podemos estar tão esfolados, tão sem proteção, que até a luz do dia machuca.

Vera chora. Chora bastante. Ao final da sessão me conta que tem sentido vontade de ter alguém. Marcou a cirurgia bariátrica, quer voltar a gostar de seu corpo, gostar de se vestir. Chega de se esconder. Não quer mais tomar tantos remédios, sente dores nas costas, o peso atrapalha muito.

Um conjunto de sessões foi dedicado ao ódio. Ódio do noivo e dela mesma, ódios misturados. Ódio dos amigos. Ódio dos terapeutas que não tiveram a sensibilidade em entender que ela estava morrendo. Antologia de ódios. A mulher preterida. A mulher abandonada. O ódio foi dando lugar à dor. A dor de perder o noivo se somava à dor de se perder. Várias camadas de dor se superpunham. Não existia sem ele. Não sabia fazer nada sem ele. Não atendia às necessidades dele. Não sabia conversar com ele. Parou de postar fotos triunfantes nas redes sociais. Não telefonou no aniversário dele. Precisava esquecer. Eram muitos anos perdidos chorando e morrendo e comendo por causa dele. Vera queria se livrar dele, do passado, e seguir adiante.

A ideia da cirurgia bariátrica partiu dela. Creio que estava bem preparada para o procedimento. Médicos foram visitados. O cirurgião escolhido era de confiança. Os medos foram tratados em análise por mais de um ano. O principal medo era perder o maior prazer de sua vida e não conseguir encontrar outro prazer para colocar no lugar. Tinha medo de se suicidar caso isso



a ideia da cirurgia bariátrica partiu dela. O principal medo era perder o maior prazer de sua vida e não conseguir encontrar outro prazer para colocar no lugar

acontecasse. Regularmente trazia para as sessões pequenas anotações mentais do que percebia no modo de comer. Os sinais de fome, saciedade e prazer em comer se tornaram preocupações agora investigadas. Blogs de moças de idade semelhante que fizeram a cirurgia a animavam. Esse movimento intenso, renascimento de vontades e desejos, esperança de uma vida melhor e receio de se matar marcaram as sessões por longo período.

Continuamos a falar sobre comida. Desde que a cirurgia despontou, o tema foi cada vez mais tratado por nós. Vera vem comendo cada vez mais guiada pela fome, pela saciedade, sem privação de prazer – é o que me relata em tom de confiança. Percebe que come menos, roupas estão mais largas, e os irmãos comentam que há mudança na maneira de comer, menos voraz. Um pedaço de bolo. Um salgado. Não passa vontade. Quando está *nervosa* come demais, muito além da fome, depois se sente mal. Aprendemos que *nervosa* quer dizer muitas coisas diferentes. Raivosa, triste, sozinha, abandonada. Ao identificar alguns desses afetos, se tranquiliza. Às vezes toma umas gotas de Rivotril e dorme durante o fim de semana – opta por não pensar, é difícil se ver tão... encontrou a palavra “esgarçada” para se designar. Quando consegue pensar no que quer comer, no que está sentindo, come na medida certa. Comeu croquete no almoço, dessa vez, só dois. Era exatamente o que queria comer. O trabalho analítico prossegue. Acredito que Vera pode falar da relação com a comida, bastante erótica às vezes – motivo de vergonha – à medida que houve maior confiança no vínculo e nela mesma; quando a análise ganhou maior densidade.

Há coincidência temporal e proporcional entre o aparecimento dos aspectos melancólicos



*sintomas penosos
de bulimia e compulsão
alimentar, que observamos
se repetir, se amenizaram
drasticamente*

em análise e o desejo de fazer cirurgia bariátrica. Penso em Vera se livrando do peso do passado, do peso morto, peso do abandono, peso do ódio a si mesma e ao outro. Penso no peso do castigo dado a ela e ao ex-namorado, indiscriminadamente. Castigo e aconchego entrelaçados na comida e no comer. Percebe que a punição maior, sofreu sozinha. A comida tapou tantos buracos e anestesiou tantas dores! Acalmou angústia sem fim. Foi a única válvula de escape. Como remédio insuficiente, precisava aumentar a dose, cada vez mais, para obter algum efeito. Há muita dor em perceber que foram oito anos adormecidos, anestesiados, e vinte quilos a mais.

Não observo nenhum sinal de pensamento mágico tipo “o dia em que eu for magra tudo será diferente em minha vida”. Observo Vera atenta,

Comentários de Lia Pitliuk

A dimensão da “especialidade”

Esta apresentação de caso traz questões muito interessantes sobre objetivos, método e possibilidades de uma prática clínica mista: por um lado, uma escuta sensível referenciada pela psicanálise; por outro, uma espécie de intervenção sugestiva dirigida ao que a analista nomeia como *autonomia alimentar*. Esta é uma composição singular, atravessada por questões de muitas ordens diferentes, que nos exigem distanciamento de ideias preconceituosas e delicadeza de análise.

Antes de mais nada, não nos ouricemos com a expressão “intervenção sugestiva”, ferramenta

cuidando melhor de si, mais carinhosa e paciente consigo. De mãos dadas com a análise.

A cirurgia ocorreu como esperado. Não foi fácil, mas para Vera não houve tanto sofrimento quanto imaginava. Nas sessões os temas comida, estômago, corpo e romance prevalecem. Envia fotos das mudanças corporais, roupas que experimenta, possíveis cortes de cabelo. Ensaios para ser mulher. O feminino está sendo explorado, investigado, e o desejo brota.

Sintomas penosos de bulimia e compulsão alimentar, além das múltiplas agressões sofridas, travestidas de cuidados, que observamos se repetir, se amenizaram drasticamente. Transformaram-se no medo de daqui a alguns anos, perdido o efeito da cirurgia, a relação com a comida volte à situação anterior. Teme perder o controle, receia engordar novamente, embora nada ou nenhum sinal de que isso possa acontecer esteja presente. À medida que experimenta comer guiada pelos sinais internos de fome e saciedade, que se vê capaz de escolher comidas que gosta de comer para cada momento de fome, sente-se mais confiante. Está feliz com seu corpo apesar de alguma flacidez. Ao reconhecer faltas, falhas, perdas e sentimentos se sente mais forte. A análise prossegue por novos campos.

habitual da clínica cotidiana, de formas mais ou menos explícitas. Sugerimos que o paciente se recoste no divã, que associe livremente, que atente a algo que disse ou que deixou de dizer, e assim por diante – sugestões, todas, destinadas ao desdobramento do método analítico – a associação livre – e também à apreensão de si mesmo em sua própria fala, em seus silêncios, estados de corpo, atos, sentimentos etc. Sugestão de que se permita ter experiências, que as leve em conta e que tente nomeá-las.

No trabalho com Vera, vemos essa vertente em funcionamento, com a sugestão de que ela atente aos sinais de seu corpo ligados à fome e

à saciedade, e que explore suas relações com os alimentos, assim como seus afetos. E isto é bem interessante.

Entretanto, embutido neste mesmo movimento, penso haver outra faceta que nos exige reflexão: a escolha das experiências de *fome* e de *saciedade* como objetos privilegiados de atenção, tomados como os sinais reguladores mais adequados do comportamento alimentar. Há uma meta aqui: que, uma vez bem discriminados, estes sejam os sinais a orientar a ingestão de alimentos, em lugar dos que estavam em vigor.

Este me parece um problema da constituição de campos especializados de conhecimento associados à clínica analítica: estabelecem-se nichos de saber que, justamente, a psicanálise tanto se esforça em desconstruir; e, também, deles emergem regras de bem viver, que podem chegar a ser tão ou mais aprisionantes do que aquelas que tanto lutamos para desativar. No que agora nos ocupa, trata-se do campo das problemáticas alimentares que, enquanto uma espécie de *especialidade*, faz supor no analista um saber prévio sobre o problema. Em nosso caso, um saber sobre as origens da compulsão (“Nos anos 70 do século passado psicanalistas já sabiam que privação alimentar levava à compulsão”) e um saber sobre como combatê-la (“[...] propor alguma ruptura com a mentalidade de dieta visando, mesmo que no horizonte distante, à autonomia alimentar”).

Tendo à cautela em relação ao uso da noção de *autonomia*, para mim sempre tão amalgamada à de *heteronomia*, quando se trata do humano. Neste caso clínico, no que se refere às intervenções sugestivas, me parece que a autonomia em relação a “restrição, dietas, privação e fobias” se daria em troca da submissão a uma outra norma: Vera é convidada a obedecer mais aos ditames do *organismo*, marcadamente distantes das demandas do psicossoma erógeno.

Esta me parece uma via perigosa. Se Vera tivesse podido seguir à risca esta sugestão, poderíamos imaginar que suas outras necessidades e desejos deixassem de se derramar sobre a alimentação: ela perderia peso, talvez prescindisse



desde o início vemos
como a analista não permanece
capturada pela “especialidade”
da problemática alimentar

de cirurgia e, do ponto de vista de sua saúde física e do seu sintoma, poderíamos falar em sucesso. Mas este percurso, fechando-lhe caminhos de descarga, de expressão, de reivindicação e de compensação sem que ela construísse outros, poderia ser verdadeiramente desastroso.

Explico-me. Vera vive um impasse, dos mais terríveis que há: do modo como as coisas estão colocadas, os cuidados com a manutenção da vida orgânica ameaçam impossibilitá-la de seguir vivendo. Como vemos, em relação a seus medos da cirurgia: “O principal medo era perder o maior prazer de sua vida e não conseguir encontrar outro prazer para colocar no lugar. Tinha medo de se suicidar caso isso acontecesse”.

Aqui, um parêntese: parece-me que prazer e objeto são indiscerníveis: pavor de perder tanto seu objeto quanto o prazer com sua mistura com ele, como veremos um pouco à frente. Arremessada ao adaptativo – e, assim, sem seu objeto e sem seu prazer –, ela poderia se matar. Ou, adicionemos, poderia encontrar/fabricar outro objeto e outro prazer, outra compulsão, tão ou mais perigosa, “para colocar no lugar”.

Vera não se dobrará a essa nova ingerência de comer por fome, insiste em suas reivindicações e expressões – condições de existência que tragicamente colocam em risco sua sobrevivência física. Até presta atenção à fome e se submete à cirurgia, mas vemos que não será pela submissão a esses tipos de solução que encontrará um modo de viver.

Em minha opinião, ela tem dois trunfos a seu favor. Por um lado, sua tenacidade em não se dobrar; e, por outro, seu encontro com uma analista que, independentemente de conhecimentos prévios sobre problemáticas alimentares, a escuta e se deixa tocar.



*preocupante pelo risco
de queda em desespero,
já que “encontrar a realidade”
não é uma opção para Vera*

A dimensão analítica

Desde o início vemos como a analista não permanece capturada pela “especialidade” da problemática alimentar: “Talvez se tratasse de sentimentos ocultos condensados: medo de perder o controle não só do comer, mas também da imagem e do tamanho corporal, medo de vínculos, do peso dos vínculos, medo do abandono e medo da morte”. Em vários momentos, de fato, a analista apreende a radicalidade do caminho regressivo de Vera, chegando a lhe dizer: “[...] há momentos ou circunstâncias na vida em que podemos estar tão esfolados, tão sem proteção, que até a luz do dia machuca”. E é assim que, sensível à intensidade, densidade e complexidade envolvidas na experiência de Vera, a analista compõe com a paciente um jogo delicado de mostrar-ocultar-aguardar que permite que a relação se estabeleça e se desenvolva.

Já nos dois primeiros encontros, delineia-se a profunda dissociação psíquica desta moça. Por um lado, uma Vera em luta, durante toda a vida, por controle, adequação, normalização – vários elementos articulados ao universo da adaptação. Para isso tenta duas estratégias: emagrecer pela via das dietas, ou aceitar-se gorda. Qualquer uma delas, se bem-sucedida, atingiria a meta central da adaptação, que é manter afastadas as fontes e os riscos de “ebulição”, palavra tão bem escolhida pela analista.

Mas as duas estratégias falham, sistematicamente; os problemas seguiam “pipocando” sem lhe dar descanso, nenhum caminho adaptativo era eficaz, e assim ela busca a análise, que se inicia pela construção de uma relação íntima, intensa, caracterizada pela analista como “simbiótica”, e da qual Vera usufrui com imenso prazer. Não me

parece abusivo caracterizá-la como uma relação primária, uma relação com um objeto primário: “Vera adorou a liberdade de falar do que quisesse e adorou o esquema em que ela mesma se colocou, que significava falar de tudo que acontecia [...] Ela relatava cada detalhe do que se passava com ela, com o corpo, com os pensamentos, com a comida, com os exercícios físicos. Nos tornamos confidentes, amigas de infância, unha e carne”. Sagazmente, a analista adiciona: “Perguntei em silêncio se com a comida não era assim também”.

Parece-me que sim, como leremos mais à frente: “A comida aplacava tudo. Por anos [...] guardava uma comida bem gostosa para comer sozinha trancada em seu quarto. Se tinha um dia ruim, dobrava a dose de comida. Para compensar a dor, reequilibrar a economia psíquica, ressarcir as perdas”. Sim, a comida, como o pai, o namorado, a analista: objetos intensamente necessários como objetos primários, o que nos permite compreender a assimetria nessas relações – especialmente na relação transferencial, que a analista apreende como de submissão. Penso que se trata da submissão de quem se põe à mercê do objeto de onde tudo virá: o alimento, o calor, a magia, a alegria, a esperança, o futuro. De fato, Vera mergulha na relação aceitando todas as condições que lhe são apresentadas, quase que sem mesmo prestar muita atenção a elas, porque, do ponto de vista subjetivo, elas não se traduziriam em responsabilidades dela, enquanto sujeito autônomo e maduro. As bases das relações eram outras.

Acontece então um momento delicado e preocupante, quando a analista diz à paciente que havia um desencontro entre os sonhos e a então nomeada realidade – desencontro representado como “trilhos de trem que nunca se encontram”. Preocupante, eu diria, pelo risco de queda em desespero, já que “encontrar a realidade” não é, de fato, uma opção para Vera. Pareceu-me bastante compreensível que ela se mostrasse “desencontrada depois dessa intervenção”: penso que a passagem do universo subjetivo – “das estrelas” – para a externalidade, ou a alteridade, precisava de processos de transição que estavam ainda para

serem construídos. Como a analista pontua: “[...] não havia espaço para discordar, para aprender, para tentar, para perceber que não podia tudo, para me propor uma negociação [...]”.

Essa era a questão de sua vida, de seus sintomas, e, naturalmente, também a de sua análise: sem a transicionalidade, sem espaço de composição entre mundos onde descansar dos impasses dos binarismos, não é possível viver com a externalidade. Sem a transicionalidade, só há submissão massacrante e destrutiva: ou a externalidade se dobra inteiramente a ela, ou será ela a se dobrar inteiramente ao externo – sucumbindo como existente. Oposição sem saída: em qualquer alternativa, um resultado mortífero.

Claro, a análise fica prestes a se inviabilizar, pela impossibilidade de Vera cuidar dela, como também de si mesma. Alguém tem que se responsabilizar pelo contrato analítico, e é a analista quem assume o ônus da tarefa, sustentando-se no lugar de objeto primário, de objeto subjetivo e cuidador: “Não perdi a paciência nem interrompi o trabalho”, ela nos diz – condição essencial para que a viagem prosseguisse, até que Vera pudesse avançar.

Nem sempre isso é possível para um analista. Que bom que aqui tenha sido, porque é na relação transferencial que Vera passa a descobrir/inventar passagens interno-externo, dentro-fora,



nem sempre isso é possível para um analista. Que bom que aqui tenha sido, porque é na relação transferencial que Vera passa a descobrir/inventar passagens

eu-outro: “As faltas e atrasos na sessão, além de atrasos de pagamento foram, aos poucos, substituídos por conversas sobre faltas e atrasos na vida. Vera podia confiar em mim, falar de falhas e insuficiências”. Desdobram-se então os trabalhos sobre o namoro, as relações com os pais, o desamparo e os “jeitos” que ia dando para contorná-lo, o ódio e tantos outros sentimentos, o desespero.

Claro, não temos como acompanhar aqui toda a riqueza e delicadeza de tantos anos de análise. Apenas, para finalizar, sublinho um novo risco a que Vera se expõe, neste período pós-cirúrgico, ao supor que sua saída está em “se livrar do peso do passado, do peso morto, peso do abandono, peso do ódio a si mesma e ao outro”. O “peso morto a ser excluído” me parece indicador importante de quanto trabalho integrativo resta por fazer, por meio da construção de novos circuitos e novas formas de ligação com os objetos.

Objetos vivos com que possa seguir viva.

Comentários de Dora Tognolli

Contexto

Escrevo esses comentários num domingo paulistano, 21 de março de 2021, um ano de isolamento por conta da COVID, e 292.900 mortes em nosso país, que se apresenta numa curva acelerada de contaminação, vacinação lenta, aumento de risco em idades mais jovens, UTIs lotadas, desgoverno, irracionalismo destrutivo... Clima bastante sombrio. Impossível não demarcar tal contexto. (Obs.: cinco dias depois, ao reler o

texto, o número de mortos no Brasil ultrapassou 300.000...).

Mas, como diz um cronista na *Folha de S.Paulo*, “menos inferno, mais piano”, por que não parafraseá-lo: “menos inferno, mais psicanálise”? E assim, me lanço à tarefa: um desafio saboroso e instigante. Proposta de diálogo entre colegas até então anônimos e desconhecidos, que generosamente escrevem e compartilham conosco seus relatos clínicos, numa busca de levantar questões e colocar em movimento nossas teorias.



no relato sobre Vera,
o corpo ocupa espaço,
nos inundando e pedindo
que seja olhado
e escutado.

A iniciativa de *Debates Clínicos*, seu formato, seu protocolo e sua ética, que pretende sustentar a complexidade de nossa práxis, muito me agrada. Tive oportunidade de resenhar o volume 1¹ e, agora, me situo diante de uma tarefa ainda mais complexa e instigante: compor o trio que se debruçará sobre uma narrativa clínica.

Prólogo

Foi bastante difícil, para mim, “embarcar” no texto apresentado. Foram necessárias diversas leituras para encontrar Vera e sua história. Reproduzo, aqui, os capítulos assim como nomeados pela analista de Vera, começando pelo prólogo: nele, quem se apresenta é a própria analista: “vinte anos com pacientes que sofrem com problemas alimentares... dissertação de mestrado... inúmeros artigos publicados sobre o tema...”. O prólogo aborda um currículo sólido, que pode querer dizer extrema dedicação e interesse pelo tema dos transtornos alimentares. E aqui, surge uma primeira questão: quais os ingredientes necessários para que uma análise aconteça? Para que a transferência se apresente e seja acolhida? Para que tenhamos acesso a uma narrativa de sofrimento, lembrada/construída e forjada nos laços do *setting* analítico? E até que ponto nossas qualificações e estudos dedicados nos protegem do estranhamento e do enigma que representa o encontro com cada outro que nos procura?

Nesse modo de narrar da analista, deparamos com uma paciente que surge como um mero corpo exagerado, grande e pesado demais, e que, portanto, num primeiro momento, não nos traz uma história, mas um volume excessivo que ocupa espaço e pesa. E a história, que buscamos, demora muito para chegar... entramos numa pré-história, um corpo que sobrevive e ingere alimentos. Movido por quantidades e excitações, quase um sistema econômico de conservação no mundo dos humanos.

En passant – *setting*

En passant, a analista nos conta que Vera é um problema alimentar: parece que está em busca de uma especialista nesse quesito e não de uma analista. E que suas tentativas anteriores de falar com especialistas da alma (os chamados “psicólogos”) resultaram em fracasso. Não fica claro quem desistiu de quem, mas fica no ar um clima de abandonos seguidos, desistências, desencontros e processos que não se abrem. Vera não tem alma? É só um corpo? Precisa ir em busca de sua alma/ ou construí-la? Será que alguém pode reconhecer seu sofrimento psíquico, nomeá-lo e por ele se interessar?

A descrição que ora se apresenta está condensada no significante: 100 kg. Uma descrição quantitativa, que pesa e soa como desmesura. É por conta dessa queixa que Vera vem novamente em busca de uma analista.

No texto *Tratamento psíquico, tratamento anímico*², a primeira frase diz: “*Psique* é uma palavra grega que em tradução alemã significa ‘alma’ [Seele]. Portanto tratamento psíquico seria tratamento anímico”. Um texto preliminar, que problematiza a ideia de alma (diferente de mente /*mind*, conforme a tradução inglesa), que trata da magia que se opera num encontro analítico, a partir do uso da palavra como ferramenta *princeps*. No relato sobre Vera, o corpo ocupa espaço, nos inundando e pedindo que seja olhado e escutado. A abordagem freudiana, desde o início, introduz o paradigma do psíquico, ancorado no inconsciente e guiado

1 D. Tognolli, Resenha: Debates clínicos. vol. 1. *Revista Brasileira de Psicanálise*, v. 54, n. 3, p. 251-255, 2020.

2 S. Freud, *Fundamentos da clínica psicanalítica*. Trad. C. Dornbusch. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. Col. Obras Incompletas de Sigmund Freud, v. 6. Texto original publicado em 1890.



pela transferência, que inclusive se manifesta no corpo, nos sintomas como os de Vera, mas que pedem outro tipo de encaminhamento, elucidado pela metapsicologia que vai se desenrolar durante toda a obra de Freud e seus seguidores.

A analista nos relata: “...fiquei em dúvida entre propor a Vera algumas orientações ou aguardar momento mais oportuno. [...] Em alguns casos uso técnicas ativas que indicam ao paciente procurar comer guiado pelos sinais de fome, parar de comer assim que a saciedade chegar e escolha livre de alimentos para cada momento de fome”.

A dúvida da analista nos ajuda a recuperar a própria trajetória do movimento psicanalítico e a primazia do método, em detrimento da técnica. Nos estudos sobre histeria, acompanhamos Freud hipnotizador, prescritivo, fazendo uso da sugestão, e problematizando o alcance e a ética de cada estratégia. A mencionada técnica ativa, segundo a analista de Vera, leva em conta que pessoas obesas podem apresentar um padrão de repetição e de automatismo de sintomas e propõe formas de quebrar essa estereotipia. E, sem dúvida, pode funcionar. Trata-se de técnicas formuladas ao longo de experimentos clínicos, e que autorizam os especialistas a praticá-las. A analista deve ter familiaridade com esse mundo das dietas, como deixa claro.

Porém, cabe falar do método, que, no campo da Psicanálise, encontra-se bem distante de algo prescritivo e *a priori*. O método, o simples e complexo par associação livre – atenção flutuante, é encontrado no próprio processo: na verdade, ele é o processo. E ele se reinstala com cada paciente que chega, a seu modo, nos colocando mais próximos dos enigmas, dos mistérios, do não sabido – não conhecido. Num certo momento, quando Vera decide se ausentar por duas semanas, para realizar seu projeto SPA, a analista sugere que ela pode falar do que quiser, do que bem entender, sem um roteiro combinado. E parece que Vera adorou a liberdade de falar. O que significa que talvez ela estivesse também cansada só de falar de um corpo, e não de Vera, que é mais do que um corpo. Foi dada a largada: *fale do que quiser...* convite para

*certas comunicações
da analista me parecem
da ordem da contratransferência:
os medos que ela menciona,
já no primeiro encontro*

associar, narrar, se contar. Vera surge e a analista deixa de ser meramente uma especialista em tratar obesidades. E a fala espontânea, para a qual a analista convida Vera, desencadeia a transferência e permite que ela seja o motor da análise.

Certas comunicações da analista me parecem da ordem da contratransferência: os medos que ela menciona, já no primeiro encontro: “nesse primeiro encontro falei brevemente desses medos. Optei pela leveza, os mencionei de forma sutil. Algo me dizia para não assustá-la com palavras fortes e intensas emoções. [...] Sobre os medos tangenciados por mim, nada disse, mas acredito que minha intervenção tenha sido registrada”.

Gostaria de me deter nessa comunicação: além de muito obesa, Vera surge como alguém assustado, e quem sente e nomeia o medo é a analista, quase como um primeiro registro psíquico. Estamos nos aproximando de uma área de sofrimento, quicá de trauma, dada a intensidade que transparece. Daqui, de longe, como testemunha, chego a pensar em Vera portadora de uma massa de gordura que protege o corpo, mas não seu psiquismo. E um aviso à analista: meça suas palavras, elas podem ser perigosas...

Associei essa hipótese à formulação do Projeto³, trabalho no qual Freud tenta responder como quantidades se transformam em qualidades, ou, em outras palavras, como se dá a passagem do corporal ao psíquico. Freud considera que a mera descarga motora não é suficiente para reduzir a tensão do que ele denomina sistema psi; mais ainda: o alívio da tensão só pode ser obtido através de uma ação específica, capaz de eliminar o estado de tensão na fonte, ou desprazer. Freud parte da ideia de um bebê recém-nascido, que



*podemos nos perguntar
como Vera metabolizou
os diversos fracassos e desilusões
que a vida foi tecendo*

não seria capaz de executar tal ação específica: ela só pode ser executada com a mediação de um outro (*Nebenmensch*). Essa ajuda externa não se reduziria à satisfação de necessidades, mas sim introduziria o sujeito na ordem simbólica, fruto do recalque. Parece faltar, em Vera, o recurso da ordem simbólica, e seu corpo entra em jogo de forma imediata, buscando satisfação.

Depois do surgimento da figura do medo, a analista nos abastece de teorias sobre compulsão alimentar, todas muito lógicas e referendadas. Porém, fica uma questão no ar: e Vera? Quem é o sujeito dessa história pulsional? Ou quem pode vir a ser esse sujeito? Entender a compulsão à repetição talvez não nos ajude a entender o processo de constituição de Vera. Parece que precisamos aguardar o tempo da transferência, único acesso do analista, seu mais recente destinatário, o que leva tempo...

Durante as sessões remotas, no SPA, a analista comenta que “nos tornamos confidentes, amigas de infância, unha e carne. Esperei o momento para lhe dizer que percebia nossa relação, muito próxima, um tanto simbiótica até, como se não houvesse distinção clara entre ela e eu”.

Como estamos praticando aqui uma reflexão, distantes da ideia de supervisão ou modo correto de ser analista, esse momento pode ser interessante para pensarmos os fenômenos de transferência e contratransferência, e questionarmos as falas da analista, banhadas nesse fenômeno amoroso, que as análises põem em jogo, antecipando

uma ligação que talvez Vera nem estivesse preparada para encarar, e que nos conduz à sua história familiar e posição ocupada no grupo onde nasceu. A proximidade, apontada pela analista precocemente, acaba escamoteando as dificuldades de Vera para entrar em contato com o estranho, com aquilo que ela desconhece. Cabe a pergunta: qual a melhor forma de o analista permitir que seus estados mentais fiquem à disposição do paciente e dele próprio, favorecendo o movimento da análise, em estágios onde nem bem se sabe o que essas percepções significam? Bollas⁴ aponta a ansiedade exacerbada, que leva os analistas a traduzir e compartilhar as experiências com seus pacientes, tirando-os de situações enigmáticas e incognoscíveis que causam perturbação.

Ferimento mortal e outras histórias

O tempo vai passando, a análise se mantém, e a analista vai nos contando das transformações que vão ocorrendo, inclusive a organização que se manifesta no *setting* (pagamento, faltas etc.). Parece que um pacto assumido pela dupla garante o prosseguimento da análise.

Começa a surgir uma narrativa, não mais uma mera descrição, em que podemos acompanhar o lugar ocupado por Vera numa família precária, confusa, e as parcerias difíceis com as figuras parentais e os irmãos, meios-irmãos. Acontecimentos difíceis durante seu percurso: a estada turbulenta no exterior, em condições precárias e até perigosas; o abandono do par amoroso, perto de casar; e a condição familiar paradoxal: Vera não era irmã dos irmãos e não era filha do mesmo pai, mas a família sustentava uma história mentirosa, que só atendia aos ideais morais de uma mãe com dificuldade de reconhecer fracassos. Muitos fracassos, não metabolizados, que se acumularam por quase 30 anos... muitos excessos.

Podemos nos perguntar como Vera metabolizou os diversos fracassos e desilusões que a vida foi tecendo: o fracasso de ordem narcísica, por não ser o ideal dos pais; o fracasso edípico, por não ser a filha queridinha, como teimava em

3 S. Freud, S. Projeto para uma psicologia científica, in *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Trad. J. Salomão, v. 1, p. 387-529). Rio de Janeiro: Imago, 1989. (Trabalho original publicado em 1895).

4 C. Bollas, *A sombra do objeto*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

acreditar; e o fracasso amoroso, abandonada pelo namorado sem se dar conta de seu desinteresse, que reitera os anteriores.

Minha hipótese é de que a analista tenha ficado com a incumbência de não ser o agente provocador de mais fracassos na vida de Vera, o que dificultou a percepção de uma transferência negativa, que se apresentava nas faltas e atrasos no pagamento. A analista relata que o início do trabalho foi difícil, e que o sim de Vera contrastava com uma forte resistência em aceitar as condições da análise. Vera não dizia não, aparentemente concordava com as condições da analista, mas não as cumpria. A analista reconhecia que não era uma questão de interpretar: as atuações de Vera dominavam a cena. Foram necessários mais de três anos de análise para que Vera passasse a concordar com o pacto que a analista propunha.

A ruptura com o namorado não pôde ser vivida em sua totalidade: parece que a estrutura frágil de Vera não a tinha preparado para as surpresas da vida. Assim como sua mãe maquiou a condição de ter filhos de pais diferentes, Vera recusou-se a admitir o abandono.

Por fim, a decisão sobre a cirurgia bariátrica: voltamos ao corpo, mas um corpo erotizado, habitado pelo pulsional... uma espécie de necessidade

de renascer, nascer diferente, acompanhada de uma capacidade de elaboração e entrada na dor (daí o aspecto melancólico mencionado pela analista). Assistimos à entrada de Vera numa vida mais complexa, pautada por conflitos e seus atravessamentos, hoje resíduos que constituem Vera.

O relato dessa análise nos permite visitar e ressignificar uma história de vida, sustentar a transferência, criar movimentos, cuja matéria contempla o enigmático no paciente e na analista

Para concluir, cito um trecho de Walter Benjamin, que traz a dimensão do tempo “Escavando e recordando”⁵, e que expressa poeticamente nosso método:

Quem pretende se aproximar do próprio passado soterrado deve agir como um homem que escava. Antes de tudo, não deve temer voltar sempre ao mesmo fato, espalhá-lo como se espalha a terra, revolvê-lo como se revolve o solo. Pois “fatos” nada mais são além de camadas que apenas à investigação mais cuidadosa entregam aquilo que recompensa a escavação. Especificamente as imagens, que desprendidas de todas as conexões mais antigas, ficam como preciosidades nos sóbrios aposentos de nosso entendimento posterior, igual a torsos na galeria do colecionador. [...] Mas é igualmente indispensável a enxada cautelosa e tateante na terra escura.

5 W. Benjamin, *Rua de mão única. Obras Escolhidas II*. São Paulo: Brasiliense, 2012.

Articulações entre o originário, o objeto e a análise do sujeito

Mara Selaibe

Resenha de Daniel Delouya, *Análise, teimosia do sintoma e migração*, São Paulo, Blucher, 2021, 344 p. (Série Escrita Psicanalítica, coord. Marina Massi).

Ao final da Introdução de *Análise, teimosia do sintoma e migração*, Daniel Delouya oferece a seus leitores a possibilidade de encontrar a chave para o fio de seu pensamento que percorre os dezesseis artigos da coletânea, redigidos entre 2004 e 2017. Esse período de treze anos compreende um tempo de maturação psicanalítica expressa em reflexões partilhadas – agora editadas pela Blucher, integrando a Série Escrita Psicanalítica, sob a direção de Marina Massi.

Entretanto, o próprio título da coletânea nos indica um trajeto de leitura dos artigos pela enunciação do autor: “apreender algo da essência da análise” (p. 21) considerando a possibilidade de a insistência, a *teimosia do sintoma*, dar lugar a uma *migração* na direção de um traço estilístico de apropriação psíquica. Se para tanto Delouya recorre à formulação lacaniana a respeito da concepção de cura na psicanálise, considerando a possibilidade da *migração* do sintoma ao *sinthome*, o inédito de sua proposta encontra-se no modo de apropriação clínica realizado pelo autor, fortemente enraizado na linhagem freudiana – sem

dúvida sua fonte mais contundente. De toda maneira, essa proposição de trajeto para leitura atual foi construída *a posteriori* pelo autor, quando da seleção e da organização dos textos para a finalidade da Série.

No Prefácio ao livro, Rodrigo Leite aponta para outro norteador de leitura possível à coletânea: delinea como o trabalho do luto é abordado por ângulos diversos nas questões tratadas quase em todos os artigos. Com certeza o trabalho do luto pode ser considerado fulcro de uma psicanálise. E, no caso desse livro, o encontramos amplamente problematizado.

De outra parte, ainda, a leitura do livro vai descortinando uma longa e minuciosa pesquisa, abordada por ângulos complementares, a respeito do originário, do lugar, função e falhas do objeto na constituição do psiquismo instaurador do sujeito; dos sujeitos que se apresentam para suas psicanálises em algum momento de suas vidas e são acompanhados pelo autor.

Mas é Delouya quem também registra na Introdução algo sobre sua razão pessoal para se lançar na escrita – razão possivelmente antiga e perene, dado ser esse seu sexto livro publicado; menciona “uma certa urgência de apropriação mediante testemunhas, interlocutores, os outros: leitores” (p. 19). Pois bem, *Análise, teimosia do sintoma e migração* oferece a seus pares trezentas e quarenta páginas escritas. Cada interessado em suas formulações pode se juntar ao autor em seus ires e vires à procura, nesse movimento do pensamento, de uma criação, alguma criação a mais de sentido para nosso ofício. Se “a escrita e a publicação não são exigências para a formação do analista” (p. 19), elas são, no entanto, parte intrínseca da transmissão entre analistas. Por elas o diálogo mais aprofundado pode se estabelecer, as diferenças e divergências são colocadas, e as construções do saber seguem seus trâmites.

Quando um paciente vem até um psicanalista, ele traz seus sintomas e inibições, suas dificuldades, como demanda de ajuda para ultrapassar seu sofrimento. E na condução das análises é possível obter, quando se pode alcançar, efeitos

psicoterapêuticos importantes e muito bem-vindos! Mas o próprio da psicanálise encontra-se na escuta do inédito cuja consequência é expandir os domínios do eu sobre as terras estrangeiras do isso¹, tornando-as pensáveis, justamente atravessadas pelas trajetórias de sentido. Esse movimento psíquico nem sempre promove o alívio almejado por quem sofre; mas sempre convoca ao trabalho do pensamento. Toca-se, então, no veio do processo analítico.

Contudo, há algo a ser sublinhado, algo bastante específico na experiência da leitura de *Análise, teimosia do sintoma e migração*. A aproximação com essas páginas recoloca o que o leitor já encontrou em livros anteriores de Delouya. Ou seja, algo intrínseco a seu traço estilístico, por assim dizer, e através do qual ele veicula suas apropriações, quando busca interlocução.

Esse traço marcante, singular, de sua escrita é oferecido a cada tantas páginas, em passagens de uma qualidade de sensibilidade notável, depreendida por meio da arquitetura das frases; acompanha-se uma atitude estética. As situações clínicas e, nesse livro em particular, os relatos pessoais ali contidos conduzem ao desfrute de uma espécie de conto literário. O autor sabe como conduzir o leitor, tal qual numa dança, até que o último adentre as atmosferas afetivas experimentadas pelo primeiro junto a seus pacientes. E ainda outras atmosferas experienciadas em passagens marcantes de sua vida; passagens estas – tomando em conta suas posições nos artigos – elaboradas ao longo de sua própria análise.

A criação delicada de imagens esculpidas, tridimensionais, realmente merece admiração. Dá muito prazer ler o livro encarnado. É quase possível avaliar o tom da voz de um paciente; imaginar o silêncio antecessor de uma fala tocante; reconhecer a emergência da descrição de uma cena contada ao analista; vislumbrar a satisfação ao final de um percurso analítico; intuir a dificuldade de um processo todo de trabalho em um recorte de uma sessão.

O leitor, então, se reconhece introduzido à intimidade psíquica do movimento de “cair-se para

dentro da cena da lembrança” (p. 20), como o autor assim descreve isso que ele mesmo realiza em certos recortes de seu trabalho com aqueles a quem acolhe em seu consultório. E, feito uma série de bonecas russas, o leitor, então, por sua vez, cai para dentro de cenas da lembrança de seu próprio pré-consciente, associadas ao que as cenas relatadas promoveram. Por essa constituição da transmissão escrita prossegue-se a interlocução de ideias.

Mas mais do que isso: há a generosidade autoral em se permitir ser acompanhado ao contar trechos, passagens de sua vida em momentos de dor, de compartilhamento familiar infantil íntimo com seus irmãos, de suas imigrações, e mesmo de seu desfrute reflexivo diante da arte – sempre com essa capacidade de fazer da escrita pessoal uma viagem entrelaçada à transmissão de algo do campo analítico junto ao colega leitor.

Todavia, ninguém pode se deixar iludir com esse embalar realmente envolvente! O traço estilístico depreendido frase após frase não se circunscreve ao já assinalado. De outra perspectiva, o leitor é, ao mesmo tempo, arrastado por uma exigência teórica e metapsicológica muito forte feita pelo livro. Apenas um exemplo: as tramas do originário ao primário na instauração do psiquismo, com as temáticas do design da letra, do corpo invisível da palavra, das questões entre a linguagem, a representação, a simbolização e a experiência emocional estão articuladas entre textos. E as problemáticas de pertencimento à cultura entremeiam todo esse grupo de artigos, alcançando inclusive a questão do mal. Ou outro exemplo ainda: o eu e suas temáticas agudas são abordados pela linha do negativo, pela vivência da angústia, pela formação dos sintomas, pelo trabalho do analista.

Esse arrastão a hipóteses e proposições compensa pela oferta de reflexões; elas são densas, referidas aos autores de preferência de Delouya, apontando travessias nem fáceis e nem óbvias. Às vezes são árduas mesmo e chegam a exigir relativo esforço para acompanhar o deslinde do problema tratado. Uma coisa é certa: não se sai dessas tramas sem levar alguma coisa: uma ideia, uma dúvida, uma pergunta, um desacordo, uma

contraposição, uma instigação para prosseguir em outras fontes.

O modo característico de Daniel Delouya organizar o pensamento é rigoroso e, muitas vezes, condensado. Quem se põe a ler é envolvido por esse rigor e provocado pelas condensações. Entretanto, não se trata de uma questão da teoria pela teoria; trata-se justamente de processo e manejo analíticos no cotidiano do ofício.

Assim, note-se, o cerne do traço estilístico da escrita está no ritmo composto por estes dois

movimentos: oferta de imagens clínicas promotoras de cenas pela construção das frases envolventes e o trabalho árduo com o pensamento analítico teórico e metapsicológico. Ritmo encontrado ao longo de toda a publicação. Tal composição rítmica torna a experiência da leitura uma aventura do pensamento psicanalítico. Já não se trata apenas de contato com o pensamento de um autor, mas da aventura de ser envolvido pelo chamado a seguir pensando com Delouya os próprios da *Análise, teimosia do sintoma e migração*.

Inveja primária: questões essenciais

Eliane Michelini Marraccini
Luís Cláudio Figueiredo

Resenha de Priscilla Roth e Alessandra Lemma (orgs.), *Revisitando “Inveja e gratidão”*, São Paulo, Blucher, 2020, 384 p.

A publicação de *Envy and Gratitude revisited* pela Karnac em 2008, inspirada no emblemático texto de Melanie Klein *Inveja e gratidão* de 1957, reuniu autores destacados em torno da noção de inveja primária e sua interrelação com a gratidão. Traduzida pela Blucher, essa coletânea apresenta ao leitor a complexidade e fecundidade da importante noção de inveja primária que, pela ênfase na destrutividade e constitucionalidade, foi representativa de mudanças em relação às concepções iniciais do pensamento kleiniano.

Com abordagem das implicações teórico-clínicas e levantamento de questões essenciais, os vários autores reconhecem o valor do texto original kleiniano, mas também problematizam e ampliam perspectivas. Apresentam ilustrações clínicas importantes e interessantes reflexões sobre clássicos da literatura, destacando a interdependência de elementos que se compõem na dinâmica intrapsíquica e intersubjetiva.

Inicialmente, para o leitor acompanhar as contribuições propostas, cabe retomarmos o que

foi descrito por Klein. Para ela, a inveja primária consiste na mais radical expressão da pulsão de morte, produzindo fantasias de ataques sádicos orais e anais dirigidos ao seio materno, que visam espoliar e depositar maldade neste objeto primário. Como fonte original da vida e criatividade, o seio materno é atingido destrutivamente, embora o bebê dependa essencialmente dessa relação objetal primária para constituição do bom objeto, para consistente edificação egoica e sólida estruturação do *self*. Circunstância que aponta para o paradoxo da destruição emergindo na direção do que traz vida e representa *Eros*, aspecto central da noção de inveja primária.

O bebê inicialmente idealiza o seio como continuidade de si, porém, quando confere ser o seio o detentor do leite, representante simbólico de vida e criatividade, emergem sentimentos de inferioridade, e tal condição de dependência é vivida como humilhação narcísica. A inveja seria reflexo da ânsia do bebê pela restauração do universo narcísico pré-natal. É impulsionado intenso ódio em relação ao objeto, o que solapa as raízes dos sentimentos de amor e gratidão, afetando a relação primordial com a mãe, matriz de todas as relações objetais internas e externas.

Desde o início, a noção de inveja primária despertou controvérsias, dada a ênfase atribuída à destrutividade constitucional. Para alguns, a inveja seria uma reação à punição impetrada pelo objeto, o que a destaca como reação defensiva e reduz substancialmente o peso da constitucionalidade que vislumbrou Klein.

Esta visão perdura entre alguns contemporâneos como Lemma, que se pergunta se a inveja reativa do bebê diante do seio que priva seria distinta da inveja derivada do instinto de morte. Em nosso entender, seriam efetivamente tipos distintos de inveja ou apenas desdobramentos e encaideamentos do mesmo processo? Esta condição nos parece mais apropriada e pertinente.

Há aqueles que questionam a anterioridade do surgimento da inveja e consideram ser necessária a diferenciação entre sujeito e objeto para emergirem angústias relativas à dependência do

Eliane Michelini Marraccini é pós-doutoranda na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora do curso Formação em Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae.

Luís Cláudio Figueiredo é psicanalista, professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Membro Efetivo do Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro.

objeto e ao narcisismo ferido, determinando seu aparecimento um pouco mais tarde. Com visão interessante, Lemma sugere a possibilidade de momentos fugazes de diferenciação entre sujeito e objeto para o deslanchar da problemática da inveja primária e para o emergir da gratidão no bebê. Trata-se de descrição coerente com o pensamento kleiniano, que propõe articulações dialéticas entre aspectos aparentemente contrapostos, como, por exemplo, momentos fugazes de integração na posição esquizoparanoide e relações objetais narcísicas.

A inveja seria uma expressão direta dos impulsos destrutivos como pretendia Klein, ou o seu despertar é que mobilizaria impulsos sádicos como o espoliar, envenenar, estragar e triunfar sobre o seio, manifestações estas da pulsão de morte, como prefere Feldman? Esta distinção conceitual merece consideração se visarmos à metapsicologia da inveja, porém, uma vez intimamente atrelados o surgimento da inveja e os impulsos sádicos que têm lugar, pensamos que a ênfase original na noção da inveja está exatamente em ser ela expressão da pulsão de morte e a destrutividade ser dirigida ao seio. Se a inveja ficar destituída desta característica essencial, não estaria sendo alterado o conceito? E, sobretudo na clínica, pensamos não ser esta distinção que promoveria significativa diferença.

Mais próximo à essência do conceito original, Fonagy considera que os ataques invejosos são qualitativamente diferentes de outros tipos de interação agressiva, uma vez que refletem tanto familiaridade como antipatia em relação ao objeto invejado, portanto amor e ódio essencial e paradoxalmente reunidos. Destaca a dinâmica empreendida pela inveja, em especial as múltiplas defesas que dispara, entre elas defesas narcísicas de idealização e desvalorização. Com propriedade, ressalta que o desejo oculto de aniquilação pode nascer da admiração ao objeto, a aniquilação sendo expressão da pulsão de morte, mas também defesa contra a experiência invejosa do objeto. Com isto, o autor dá relevo a aspectos que merecem maior atenção na clínica, uma vez

que podem encontrar-se encobertos e inacessíveis, e assim podem permanecer se não forem alvo de maior investigação.

Enfatizando os fatores internos para o emergir da inveja exacerbada, Fonagy e Erlich seguem na esteira de Klein e defendem a destrutividade constitucional, ao passo que outros privilegiam a participação negativa do objeto primário para a inveja tornar-se patológica. Pensamos serem fatores que se somam e não excludentes. Em contrapartida, um objeto primário acolhedor e responsivo às angústias do bebê seria determinante para a superação da perturbação promovida pelo emergir da inveja, o que em nosso entender, e para a grande maioria dos estudiosos do pensamento kleiniano, é ponto essencial para o bom curso do desenvolvimento.

A inveja da mãe atuando negativamente no psiquismo do bebê seria agravante para a não superação das angústias sofridas, destacaram Brenman-Pick e Guignard. Esta última considerou ainda que a criança pode manter em segredo qualquer progresso em seu desenvolvimento, de modo a não entrar em conflito com o amor que nutre pela mãe invejosa. Nestas circunstâncias, o narcisismo básico se constituiria com extrema fragilidade e se transmitiria para as gerações subsequentes.

Lemma vai mais adiante, com seu intrigante estudo sobre a transmissão transgeracional da ausência de uma figura interna de mãe que fornece nutrição psíquica, reverberando internamente no ódio alimentado por jovens mães em relação a seu próprio bebê, por senti-lo como objeto hostil que as priva de *ter a própria vida*. Por não terem sido originariamente acolhidas e perdoadas em sua destrutividade, estas jovens mães permanecem identificadas com o superego cruel e promovem a retaliação em direção a seus bebês. Importante perspectiva a ser pensada, especialmente em seus reflexos na subjetividade e na relação transferencial que possa se estabelecer.

É oportuno lembrar que a interação de fatores internos e externos sempre foi considerada no pensamento kleiniano, embora nem todos os que

o criticam levem isto em conta. Brenman-Pick e O'Shaughnessy resgatam apropriadamente esta interação para a constituição de inveja patológica. Nesta esteira, consideramos que apenas a natureza da experiência vivida no interjogo transferência-contratransferência pode sugerir a identificação de efeitos na subjetividade que seriam determinados pela constitucionalidade, pelos registros estruturantes da relação com o objeto primário, ou mesmo pela interação desses fatores.

De maneira bastante particular, Britton¹ concebe a inveja primária referida à posição depressiva, diferindo essencialmente da concepção original de Klein, que a considera eminentemente associada à posição esquizoparanoide. A fundamentação que apresenta parte da ideia de que a inveja emerge por uma conjunção de fatores: quando atestada a separação do *self* e do objeto e se inicia a diferenciação entre relação imaginária e relação experiencial; diante da constatação de que a fonte da vida encontra-se no outro e é anterior à existência do *self*; pela frustração do desejo em possuir a mesma natureza do objeto amado e por não contar com sua adoração recíproca; pela desilusão frente à averiguação de que o *self* idealizado não faz de ninguém o seu ideal do ego; e ainda, que *um outro* pode ser o ideal do ego em adoração mútua com o superego. Além da amplitude dessas considerações, destaca a idealização do *self* e do objeto como ponto importante na composição do complexo patológico e sua expressão na clínica, e isto principalmente quando a quota de hostilidade inata é poderosa. Confira-se, portanto, o valor que atribui à constituição, sobretudo quando expressa que “os analistas devem ter em mente: a pessoa afligida por uma natureza invejosa não é apenas um agressor em potencial; ela também é vítima de suas predisposições” (p. 197).

A criatividade e não a gratidão seria a força psicológica que contrabalança a inveja para Capper, inspirando-se em Bion. Enfatiza o caráter defensivo da inveja contra o narcisismo em perigo e valoriza a noção bioniana de que não seria a inveja que destrói vínculos, mas as defesas

contra ela que visam suprimir a experiência invejosa. Nesta direção, admite que a inveja tem lugar pela dificuldade em admitir o vínculo criativo entre o casal parental que, em última instância, representa o elo criativo entre bebê e seio, e isto acaba por destruir no próprio sujeito a capacidade de pensar e de criar, e assim, a capacidade do próprio ego se reparar. Relembremos que Klein, em seus trabalhos iniciais, já havia destacado a inveja estendendo-se do seio à relação do casal combinado em cópula oral, resultante da frustração dos anseios infantis de união narcísica e onipotente com o seio.

Ocupando-se mais detidamente da noção de gratidão e com relatos clínicos ilustrativos, O'Shaughnessy conclui que nada indicaria que a gratidão tem lugar após o advento da inveja. É ponto a ser refletido, não apenas pela anterioridade sugerida por Klein, como se a gratidão que teria mesmo o poder de mitigar o potencial destrutivo da inveja, questão que a autora levanta em concordância com Bion. Também é chamada a atenção para a condição de impermanência do objeto bom interno, explicitando ser ele vulnerável a ataques internos, a circunstâncias externas e também à passagem do tempo.

Recorrendo à articulação com a personagem Iago de Shakespeare, Sodré expõe visão pessoal em que considera que a inveja emerge quando ocorre o senso de separação entre o bebê e a mãe, e sobretudo afirma que o ciúme se encontra envolvido nos ataques invejosos inconscientes. Considerando a triangularidade pré-genital imposta pelos aspectos cindidos do objeto, o amado e o odiado, ela fundamenta sua posição e examina os vários triângulos possíveis na relação analítica. Contribuição muito importante para a especificidade de cada caso clínico, e que pode orientar sobremaneira a direção das interpretações.

Também a partir dos dilemas enfrentados na peça Otelo de Shakespeare, Brenman-Pick se detém nos *círculos viciosos* em que a inveja se une à culpa, como pode se unir à excitação e crueldade onipotentes. Para ela, inveja e ciúme se entrelaçam e se alimentam mutuamente, além de

considerar que a inveja exacerbada retroalimenta os sentimentos de privação. Aponta ser difícil a identificação de onde se iniciam os *círculos viciosos*, devido ao entrelaçamento entre inveja, culpa e ciúme. Ao destacar a importância de existir capacidade materna em suportar as propensões e projeções do infante, trabalhando as dificuldades que decorrem da inveja, ressalta que na relação analítica é demandada especial habilidade e manejo frente às reações terapêuticas negativas que emergem a partir da inveja da capacidade do analista em realizar trabalho psíquico.

Concordamos com Smith sobre o grande valor da noção de *círculos viciosos* descrita por Klein, pois integra aspectos essencialmente relevantes no processo implicado na inveja primária. O autor lamenta que a questão da punição se encontre implícita em todo o texto *Inveja e gratidão*, mas seja mencionada apenas ao final, quando se refere ao superego invejoso, sendo este responsável por perturbar e aniquilar todas as tentativas de reparar e criar, com exigências constantes e exorbitantes à gratidão do indivíduo. Feldman também destaca o superego invejoso em conexão com sentimento de culpa, de perseguição e necessidade de punição, sua ação implicando incremento da desvalorização do eu e instaurando um círculo vicioso nas tentativas de reparação.

Em visão particular, Steiner concebe a pulsão de morte como *instinto antívida*, sendo ódio e intolerância a todos os aspectos que apontam para a vida, particularmente a criatividade. Ressalta a intolerância no sujeito em receber o que é bom, pois é vivenciado como humilhação e consiste em repúdio à ligação criativa. Esta ideia é consonante com a noção bioniana de superego egodestrutivo, que ataca as ligações no mundo externo e qualquer ligação criativa que se estabeleça. Em ilustração clínica, ressaltou a relação sadomasoquista com um superego egodestrutivo invejoso contribuindo para a compulsão à repetição, num equilíbrio particular entre destrutividade e

amor, questão especialmente importante para a clínica. Destaca ainda que nas organizações narcísicas o paciente evita a inveja criando refúgio psíquico defensivo em relação à realidade das relações objetais.

Conferimos em Smith, Feldman e Steiner, além de Bion certamente, contribuições importantes para a noção do superego invejoso, pois integram aspectos na investigação da ação intrapsíquica do superego invejoso, seus reflexos na subjetividade e as importantes implicações na relação analítica. Um dos objetivos que tornaram a análise da atual coletânea especialmente atraente foi pesquisar se autores contemporâneos teriam se debruçado sobre o tema específico do superego invejoso, uma vez que Klein não o desenvolveu mais largamente em seu trabalho de 1957.

Na direção de Steiner, a criação de um universo romântico imutável é apontada por Weib como defesa para experiências de inveja e separação, um refúgio psíquico evitando o contato com a realidade e mantendo a destrutividade camuflada por meio de mecanismos narcísicos e perversos. Porém, quando ocorre o colapso da idealização, o objeto desejado torna-se cruel, podendo ocorrer submissão a ele e emergir intenso sofrimento. O autor adverte sobre a possibilidade de reação terapêutica negativa, assim como destaca que o enredamento idealização romântica/crueldade na relação analítica pode culminar em *enactment*. Uma ocorrência da mais alta relevância na relação analítica, que vem sendo estudada por vários autores contemporâneos.

Em alargamento da perspectiva kleiniana, Erlich examinou a distinção entre separação e unidade como duas dimensões experienciais, a última dizendo respeito à dimensão do *Being*, que não é experiência pulsional, mas necessária para sentir-se vivo e conectado. Ocupou-se também da relação entre prazer-amor-gratidão, os dois últimos sendo considerados como sentimentos de ordem superior, associados à integração pós-ambivalente da posição depressiva, destacando-os da pulsionalidade característica da inveja primária. Neste enfoque, visa acessar a dimensão

1 R. Britton: "Ele se sente lesado: a personalidade patologicamente invejosa".

da experiência subjetiva, o que é especialmente instigante para se refletir.

A importância de o analista se tornar um *objeto novo* para os pacientes com falha precoce no desenvolvimento, saindo do papel da transferência traumatizante, é destacada por Polmear, inspirada por concepções winnicottianas. Considera importante o analista não diluir a esperança do paciente em uma experiência diferente, que possibilite o desenvolvimento de um si-mesmo verdadeiro e fundamental. Além disto, considera que a abordagem da inveja e sua espoliação torna-se útil apenas quando o paciente tolera a existência separada da mãe/analista, para não ser vivida como intrusão ou afastamento forçado. São significativos esses cuidados e manejo terapêutico indicados, especialmente a noção do analista como *novo objeto* constituindo oportunidade de construção e mudança psíquica em torno da imago internalizada do objeto primário, e de como se cristalizou essa relação.

A relação analista-paciente face à inveja foi discutida por vários autores, com apontamento de importantes aspectos. Entre eles, a possibilidade de a parte invejosa do *self* cindir-se e separar-se da dupla analista-paciente, constituindo um terceiro invejoso que ataca o vínculo. Entre as defesas contra a inveja, Steiner apontou a impossibilidade em permitir que o objeto se mova da posição em que foi colocado pelo sujeito, atuando na transferência as angústias vividas na relação com o objeto original. Muitos ressaltaram ser longo e laborioso o trabalho em análise, até que a inveja primária possa ser acessada pelo paciente e trabalhada analiticamente.

De modo mais contundente, WeiB apontou serem demasiadas as dificuldades para modificar o processo narcísico destrutivo, podendo a intervenção analítica disparar rearranjos na estrutura narcísica, mas não alterando a qualidade do processo, a intensidade pulsional e a oposição

à mudança psíquica persistindo. De todo modo, ressaltou que as qualidades reais do analista interagem com as experiências iniciais com o objeto primário, o que faz com que o analista receptivo às experiências perturbadoras promovidas pela inveja possa promover algum progresso na análise. Deste modo, retoma parte das considerações de Klein ao findar seu trabalho *Inveja e gratidão*.

Deixamos para o final as colocações de Smith, pois com visão crítica considera não ser clara a dimensão da vida psíquica que Klein aborda em seu trabalho de 1957, por vezes sugerindo inveja e gratidão como conscientes, outras vezes a inveja inconsciente como profundamente defendida, e outras, ainda, entendendo a inveja como uma espécie de força metapsicológica derivada do instinto de morte. Em nosso entender, *Inveja e gratidão*, sendo texto-síntese do pensamento kleiniano que visa integrar noções e apresentar os desenvolvimentos atingidos ao longo de mais de três décadas, possui um inestimável caráter inovador do ponto de vista metapsicológico.

Entretanto, podem ter restado certas imprecisões ou mesmo alguma ambiguidade no texto kleiniano, aspectos conceituais que demandariam algum tempo para amadurecer e decantar para melhor consolidação. Não houve tempo para Klein, falecida em 1960, dedicar-se mais à lapidação do conceito. Assim, consideramos que ela deixou muitas sementes para serem amplamente desenvolvidas em torno da noção de inveja primária, assim como sua articulação com demais conceitos psicanalíticos. Permanece para os autores inspirados por suas ideias a importante tarefa de aprofundar, detalhar e fazer frutificar o que nos legou. A atual coletânea representa significativo avanço nessa direção, com contribuições valiosas que deverão inspirar novos desdobramentos, entre eles o aprofundamento da importante noção de superego invejoso, tema de especial interesse.

Holden Caulfield e a mente do analista

Sérgio Telles

Resenha de Luís Cláudio Figueiredo,
A mente do analista, São Paulo, Escuta, 2021,
134 p.

Com bem-sucedida carreira acadêmica e prolífico autor, o psicanalista Luís Cláudio Figueiredo nos brinda agora com um pequeno grande livro sobre a mente do analista. Pequeno pelo tamanho (134 p.), grande pela riqueza de ideias que oferece ao leitor.

Figueiredo parte de um “pressuposto básico”. Diz ele:

Para que haja psicanálise basta que opere uma mente de analista, mesmo que falem todas as demais condições usualmente associadas a uma psicanálise, pois é a mente do analista que pode instalar todas as condições materiais do enquadre, além de poder trabalhar nas mais diversas condições e mesmo sem nenhum enquadre exterior (p. 9).

Na defesa de seu argumento, Figueiredo se apoia no conceito de “enquadre interno do analista” de André Green, que é a internalização feita pelo analista dos princípios da psicanálise, decorrente do trato com o próprio inconsciente em sua análise pessoal.

Ao afirmar ser a mente do analista o único requisito necessário para a instalação de uma

análise, Figueiredo talvez esteja respondendo a uma questão que nos ocupou bastante com o advento da pandemia e a imposição dos tratamentos à distância, quebrando o enquadre convencional há muito estabelecido. Sem negar as diferenças entre as duas formas de atendimento, ao privilegiar o enquadre interno do analista Figueiredo dá a devida dimensão ao problema. Faz ainda um reparo ao apontar como inapropriado o uso do termo “virtual” para caracterizar a análise à distância, desde que o próprio processo analítico, presencial ou não, é completamente virtual, pois se dá no plano das fantasias, da ideação e não da realidade concreta.

O núcleo duro do livro, como diz o título, é o funcionamento da mente do analista em seu trabalho com o inconsciente. Figueiredo organiza uma síntese preciosa dos desdobramentos teóricos e técnicos sofridos pelo conceito de inconsciente até o momento presente.

Essa síntese nos serve como um mapa (ou um GPS, melhor diríamos hoje) bastante útil para todos nós que costumamos transitar pelos territórios irregulares e acidentados do inconsciente, atravessando fronteiras e *fueros*, seguindo apenas as indicações que os analisados nos dão e o que elas produzem em nós. E é assim mesmo que tem de ser. Não se pode planejar com antecedência o trajeto nem os lugares que a viagem analítica visitará. Mas isso não anula a necessidade de um GPS, pois é sempre bom ter conhecimento da localização e das características de onde estamos.

Para tanto, Figueiredo aponta a diferente concepção de inconsciente na primeira e na segunda tópica. Na primeira tópica, o inconsciente (Inc) está delimitado e tem seus domínios separados do pré-consciente (Pcs) e do consciente (Cs) por barreiras e censuras bem definidas pela repressão. Ela, a repressão, mantém os conteúdos inconscientes sob controle, que só podem retornar à consciência de maneira disfarçada, deslocada e condensada, como sintomas, atos falhos, sonhos, fantasias, etc. A técnica usada para acessar tais conteúdos é a formação do “par freudiano” (Bollas) – o analisando fazendo associação livre e

o analista praticando a atenção flutuante. Na segunda tópica e seu modelo estrutural, o inconsciente alarga seus domínios e invade áreas antes tidas com fora de seu alcance. Embora sediado no id (ou isso), ele passa a ocupar o superego e parte do próprio ego, nos mecanismos de defesa. Essa nova configuração, diz Figueiredo, permite que se fale em “inconscientes” que podem provir de diferentes lugares.

Além dessa modificação no conceito de inconsciente, ocorreu outra importante mudança com a introdução da pulsão de morte, alterando os conteúdos do inconsciente ao introduzir a dimensão pulsional, traumática, desligada, não representacional.

Entre a primeira tópica e a segunda, a questão da transferência se instala e se amplia progressivamente. Inicialmente combatida como resistência, pois efetivamente interferia nas associações livres, logo foi revalorizada ao se compreender ser ela uma manifestação dos desejos e memórias inconscientes, suscitando uma resposta análoga no analista, a contratransferência.

Tudo isso implica grandes mudanças na técnica. O paciente não se restringe a associar livremente, está também atento aos sentimentos despertados pela situação analítica, e, da mesma forma, o analista não mais se atém à atenção flutuante frente à fala do analisando, passa a perscrutar os sentimentos do paciente a seu respeito e ao que ele mesmo sente em relação ao paciente.

A importância da transferência (ou Transferências, como quer Bollas), cresce tanto a ponto de abalar o anterior protagonismo do par associação livre / atenção flutuante, o que Figueiredo considera um erro a ser evitado. Diz ele:

[...] a indispensável atenção às Transferências, entendidas como uma das principais vias de retorno do reprimido e, portanto, de acesso ao inconsciente, pode ocorrer em detrimento da atenção à fala em associação livre e a outras vias de acesso ao inconsciente, como por exemplo os sonhos (Bollas 2006). Para que isso não ocorra, é necessário que a compreensão das Transferências em termos de relação de objeto não exclua a compreensão das Transferências no

plano intrapsíquico, fundamentais na nossa compreensão justamente dos trabalhos oníricos (p. 18).

Mas a complicação não para aí, pois mais recentemente concebeu-se que transferência e contratransferência – vistas antes como fenômenos predominantemente intrapsíquicos, na verdade são intersubjetivos, o que enriquece e torna mais complexo o processo (p. 109). Alguns autores salientam que essa intersubjetividade entre analisando e analista produz um terceiro elemento, se podemos falar assim, uma “quimera” (M’Uzan), um “monstro” que tem características próprias e deve ser atendido. Embora Figueiredo não o mencione como tal, parece-me que ele se refere ao que alguns englobam sob o nome de “terceira tópica”, uma tópica não mais restrita ao intrapsíquico e sim incluindo o intersubjetivo. Nessa intersubjetividade ficam ressaltados aspectos da mente que podem ser cindidos e projetados no outro (Ex-cisão, como na identificação projetiva de Melanie Klein) ou aspectos do inconsciente de um outro que podem ficar “encravados” como nichos ou criptas no inconsciente do sujeito (Abraham e Torok).

Na transição da primeira para a segunda tópica, a repressão perde seu lugar de proeminência. Em *Análise terminável e interminável*, Freud diz que a repressão não pode mais ser a única responsável pelo inconsciente, pois ela só se instala bem posteriormente, provavelmente no Édipo e, antes disso, o psiquismo em formação usa de mecanismos bem mais arcaicos, como a cisão, a negação, o desmentido, a forclusão.

Dessa forma, postula-se que haja áreas do inconsciente que não foram simbolizadas, representadas e posteriormente reprimidas. São áreas vazias ou opacas, que cabe ao analista “construir”, numa atividade que se assemelha à do delírio, mas no sentido oposto. Se o psicótico nega a realidade e a substitui por uma narrativa que atenda seus desejos, o analista, ao detectar falhas simbólicas na apreensão do sujeito sobre si mesmo, “constrói”, ou seja, cria uma narrativa que supre aquela falha e que o paciente acata porque “faz sentido”. Do *nonsense* chega-se ao *sense*, do caótico sem

sentido se estabelece uma coerência antes inexistente. Frente ao inconsciente não reprimido, não simbolizado, cabe ao analista captar sua “apresentação” e criar para ela uma “representação”, ou ainda fazer um trabalho de vitalização e mentalização dessas partes amorfas e mudas.

A existência de um inconsciente não representado ou simbolizado, reconhecida por Freud em *Análise terminável e interminável*, tem um grande desdobramento teórico. As fundamentais contribuições de Melanie Klein – como o já mencionado conceito de identificação projetiva, que se refere a mecanismos psíquicos arcaicos anteriores à repressão – vão ser fundamentais na importância crescente obtida pela transferência e a contratransferência, na compreensão de que a identificação projetiva é não só uma evacuação de conteúdos não simbolizados insuportáveis, mas também uma forma de comunicação primitiva, pré-verbal, ou até mesmo ainda não moldada por qualquer parâmetro (Racker). Nessa mesma linha, Bion propõe a atividade de *rêverie*, com a qual o analista – tal como a mãe faz ao cuidar de seu bebê – “adivinha” o que ocorre com o paciente regredido. Dessa maneira, o analista não se atém mais exclusivamente à atenção flutuante, mas “sonha” a partir dos conteúdos do analisando e de sua reação contratransferencial, fazendo uso de uma liberdade e criatividade mais amplas das que tinha no procedimento anterior. Essa é uma das vias que desembocam na já referida “terceira tópica”, na qual os fenômenos psíquicos não se localizam intrapsiquicamente em cada indivíduo e sim num espaço intersubjetivo que se instala entre os sujeitos envolvidos.

A mente do analista, continua Figueiredo, deve estar atenta à questão da temporalidade tal como se apresenta numa análise – o tempo cronológico, o tempo *après-coup*, o tempo despedaçado de Green. Ali, talvez mais do que em qualquer outro lugar, a questão metafísica do “estar presente” fica colocada. O passado, que invade permanentemente o presente, leva a confusões entre o antes e o distante com o aqui e agora, fazendo com que o sujeito confunda permanentemente as relações

afetivas do passado com as do presente – e desfazer essa confusão é uma das funções da análise.

Assim, Figueiredo faz um minucioso inventário das atividades exercidas pela mente do analista em seu trabalho. O analista deve estar apto para seguir a associação livre em atenção flutuante; deve estar atento aos sentimentos do analisando a seu respeito e que sentimentos isso desperta em sua pessoa; deve estar ciente dos vários mecanismos de defesa e dos cinco tipos de resistências (do ego, do id e do superego); deve construir as falhas constitucionais do psiquismo, criando sentido para as regiões não simbolizadas, representadas ou mentalizadas; deve discriminar os tempos diversos que se sucedem numa sessão e perceber a incidência das “quimeras” produzidas pela intersubjetividade.

A isso tudo se acrescentam os diversos corpos teóricos em andamento e que sustentam a prática clínica da psicanálise dos dias de hoje, que Figueiredo chama “matricial” e na qual divisa duas grandes matrizes – a Freud-Klein-Bion e a Ferenczi-Balint-Winnicott. É interessante notar a exclusão de Lacan dessas matrizes, o que poderia levantar interessantes questões.

O analista substitui a antiga atenção flutuante pela “escuta polifônica” – baseada em seu enquadre interno e nos substratos teóricos adquiridos, que, por sua vez, não devem ser seguidos dogmaticamente – são guias para seu pensamento, não grillhões que impeçam sua liberdade criativa. A mente do analista, segundo Figueiredo, faz a escuta polifônica e produz uma polifonia própria, pois sua fala supostamente incluiria os diversos níveis que foram devidamente integrados.

Ao listar de forma didática a imensidão da tarefa com a qual a mente do analista se defronta, Figueiredo nos mostra por que a psicanálise é, dada a quantidade de variáveis a serem consideradas, uma das profissões “impossíveis”, como dizia Freud. Não é à toa, como Figueiredo lembra, que Freud se refere ao analista como “esse coitado”.

Como o analista suporta tarefa tão descomunal, como não enlouquece? Seria um sintoma

masoquista? (p. 118). Figueiredo recorre a Robert Fliess, que propõe o desenvolvimento de um *work ego* no analista, que decorre de um acordo específico entre o superego e o ego, quando o primeiro diminui o controle sádico sobre o segundo, permitindo uma liberdade e uma criatividade que possibilitam o trabalho analítico – a atenção flutuante, a *rêverie*, a escuta polifônica. Ou seja, facilita ao analista lidar com seus próprios aspectos mais regredidos e os do analisando, proporcionando identificações e empatias entre os dois.

Há uma outra ferramenta que protege a saúde mental do analista. Em seu trabalho, ele se vê forçado a empreender sua inesgotável e incessante autoanálise. Diz Figueiredo:

É isso que, apesar dos pesares torna a prática da psicanálise e da escrita psicanalítica uma das formas de exercício da própria higiene mental preconizada por Freud e Ferenczi. Se a psicanálise põe a mente do analista em perigo, ela também o ajuda a pensar e elaborar as experiências emocionais e permanecer em processo contínuo de criação e expansão. Isso pode ser extremamente divertido. É o que, nesse exato momento, estamos tentando realizar aqui (p. 115).

Figueiredo atribui outro importante fator que torna suportável o trabalho “meio doido” do analista, é o que chama de *furor sanandi*. Diz ele: “O *work ego* do analista, chamado por Freud de “esse coitado”, cujas agruras fomos identificando, bem como fomos recenseando as demandas complexas e contraditórias a que sua mente tem de responder, provavelmente não sobreviveria sem um pouco de *furor sanandi*, tal como foi observado por Ferenczi” (p. 114).

Esse é o aspecto mais interessante do livro. O *furor curandis* ou *furor sanandi*, a determinação de curar o paciente, é uma armadilha onipotente que o próprio Freud apontou e que deve ser evitada a qualquer preço. Mas ainda assim, pensa Figueiredo, está presente no desejo do analista e lhe dá forças para prosseguir frente a tantos obstáculos.

O analista não deve ser doido “demais” – e embarcar onipotentemente na missão de salvar

o paciente (um risco mais próximo da matriz ferencziana), nem doido “de menos” (o analista burocrata e técnico que se recusa a mergulhar na loucura do analisando e na sua mesma). É verdade que há tipos diferentes de pacientes e isso exige uma flexibilidade na técnica, mais “doida” ou menos “doida”, mais envolvida ou não, como defendem Alvarez e Bollas.

Para desenvolver sua ideia sobre a “doidice” do trabalho analítico, seu *furor curandis*, Figueiredo encontrou um excelente modelo literário em Holden Caulfield, o personagem central de *Apanhador em campo de centeio*, o muito admirado e estimado livro de J. D. Salinger.

Holden, um complicado adolescente nova-iorquino nos anos 1950, tinha uma fantasia, na qual se via num campo de centeio, onde corriam e brincavam crianças, ignorando que poderiam despencar de um penhasco próximo. Holden se via como o único adulto responsável, com a obrigação de apanhar as crianças antes que elas caíssem no abismo. Numa segunda imagem posterior, Holden observa a irmãzinha brincando num carrossel, teme que ela caia, sabe que isso é bem possível que ocorra, mas não se assusta, pensa que talvez a queda lhe seja benéfica, parte inevitável do aprendizado do viver. Não lhe cabe interferir. Está atento, mas deixa que ela adquira a própria experiência.

Figueiredo faz uma interessante interpretação das fantasias de Holden. A primeira é uma fantasia onipotente de ser o único responsável por todos e ter de salvar a todos, uma tarefa imensa e impossível. A fantasia de Holden é equivalente ao *furor curandis*, o empenho onipotente de curar que acomete todo analista e que precisa ser “controlado”, não eliminado, pois ela faz parte do envolvimento necessário com o paciente.

A segunda fantasia é a versão “domada”, ou seja, elaborada e integrada da primeira, e representa a posição apropriada ao analista. Ele está atento aos perigos que o analisando corre, mas não o controla e infantiliza, deixa que ele corra os riscos necessários ao crescimento.

Mas a interpretação mais importante que Figueiredo dá de Holden é que, ao tentar ser o

apanhador em campo de centeio, *ele está projetando nas crianças o desamparo e a necessidade de ser cuidado que são dele mesmo.*

Tal interpretação dá uma nova perspectiva ao texto de Figueiredo. *A fantasia não revela mais o desejo onipotente de salvar ou de reparar o outro e sim de ser salvo e amparado.* A fantasia salvacionista do analista seria a projeção que ele faz no analisando de seus próprios desejos mais regredidos e psicóticos, necessitados de cuidados e amparos. Conseqüentemente, a segunda fantasia mostraria o analista menos projetivo, mais discriminado do paciente, tolerando melhor sua própria angústia, discriminando-a daquela do analisando.

Figueiredo retoma o aviso de Freud – reenfocado em *Análise terminável e interminável* – sobre a necessidade de tratar a própria doença do analista, a necessidade da análise pessoal, imprescindível para que ele possa discriminar seu inconsciente do inconsciente do analisando no processo analítico.

É grande a importância do infantil, do imaturo, do patológico, na mente do analista. Esses aspectos não devem ser reprimidos e sim “curados”, integrados, pois são imprescindíveis para exercermos nossa tarefa analítica. Diz Figueiredo:

A “cura”, e não a salvação, será o produto dessas operações de trabalho psíquico consciente e inconsciente e poderia ser concebida muito singelamente como *a elaboração permanente e continuada – ainda que sujeita a*

algumas interrupções – de nossas experiências emocionais, em particular, as mais perturbadoras, na forma de agonias e angústias (p. 121, grifos meus).

Acolher e tolerar os aspectos regressivos do analisando e se dispor a ajudá-lo como fomos ajudados por nossos analistas quando a eles recorremos é o que nos possibilita simultaneamente identificarmo-nos com ele e dele nos discriminarmos, recuperando a distância necessária para intervir analiticamente. Diz Figueiredo:

Em todos os agrupamentos de analistas encontramos essas diferenças quanto à evidência da fantasia infantil onipotente. [Refere-se a psicanalistas que são “doidos demais” (como Harold Searles) ou “de menos” (a maioria)] É difícil, contudo, imaginar algum analista em atividade – inclusive os mais sóbrios – que não conserve uma boa dose dela. Nesse caso, isso deve significar que todos levamos pela vida afora, dentro de nós, algum traço do adolescente Holden Caulfield e, *se nossa interpretação tiver sido justa, alguma coisa também das criancinhas que ele imaginava em grande perigo e queria apanhar antes de caírem. E por essa condição, também precisamos agradecer* (p. 128, grifos meus).

A mente do analista é um livro de leitura agradável e instigante, que estimula o leitor a refletir sobre as questões que aborda e prova que uma obra pode ser densa e profunda sem por isso ter de ser enfadonha.

Filosofia, psicanálise e todos nós

Janaina Namba

Resenha de C. Ibertis; R. G. C. Gonçalves (orgs.), *Filosofia e psicanálise: olhares sobre arte e literatura*, Salvador, EDUFBA, 2020, 293 p.

É sempre bom ter notícias sobre uma publicação que envolve filosofia e psicanálise, mas ainda melhor quando se trata da visão dessa disciplina sobre arte e literatura. O livro *Filosofia e psicanálise: olhares sobre arte e literatura*, organizado por Carlota Ibertis e Rosa Gabriela de Castro Gonçalves, ambas professoras da UFBA, é o resultado de um encontro realizado na Faculdade de Filosofia, Ciências e Artes dessa Universidade.

Em *O inconsciente estético*, Rancière nos diz que a “psicanálise é inventada nesse ponto em que filosofia e medicina se colocam reciprocamente em causa para fazer do pensamento uma questão da doença e da doença uma questão do pensamento”¹. E se há uma reciprocidade entre esses dois campos de saber no que diz respeito ao peso que ganha o próprio pensamento, observa-se uma repercussão desse novo campo de saber nas produções artísticas: “é ela mesma solidária com o novo regime de pensamento das produções da arte [...] Édipo é aquele que sabe e não sabe, que age absolutamente e que padece absolutamente”².

É com esse espírito que o artigo “Teoria Estética na Obra de Freud” discute como a

subjetividade do artista se desdobra, tanto na confecção da obra de arte quanto nas apreciações do espectador. Para esse último, como nos lembra Freud, há um *desafogar* dos próprios afetos que permitem uma fruição de prazer, mesmo que a premissa para que essa fruição ocorra seja uma mera ilusão da atenuação de seu próprio sofrimento, ou seja, ao mesmo tempo que o espectador se identifica com o herói, ele é poupado das agruras que o atingem pela própria certeza de que não passa de um jogo e é um outro que sofre em seu lugar. O artista também sofre o efeito das apreciações desse espectador, na condição de objeto de identificação quase como destinatário do afeto direcionado à própria obra, por via de outrem.

Esse processo de identificação, diferentemente dos primórdios da constituição do caráter do indivíduo, já se encontra distinto da escolha do objeto amoroso; com isso, “a transformação da libido objetiva em libido narcísica, que então ocorre, evidentemente acarreta um abandono das metas sexuais, uma dessexualização, ou seja, uma espécie de sublimação”³. E para o autor de “Marcuse e a Psicanálise”, a sublimação constitui um conceito crucial, apresenta-se como único capaz de “elucidar a origem sexual do impulso criador no homem” (p. 59).

Se os dois textos precedentes mostram explicitamente um fio da sublimação traçado pela figura do artista e da própria obra de arte, no texto “O Enigma na Fotografia e na Psicanálise” nos deslocamos para a clínica psicanalítica pensada analogicamente ao ato de fotografar:

Na clínica, por sua vez, as diversas imagens que compõem o universo imaginário e simbólico do analisando são resignificadas por atos de palavra em um trabalho contínuo que, muitas vezes, é de longa duração. Essa continuidade duradoura faz com que uma rede de imagens psíquicas, acústicas inclusive, possa ser reorganizada diversas vezes e possa produzir alterações de maiores proporções (p. 81).

O ato analítico, assim como o do fotógrafo, é uma aposta, na qual não se sabe o que será revelado. Podemos dizer que também a música tem esse papel. Para Inês Loureiro,

Janaina Namba é psicanalista; professora do Departamento de Filosofia da UFSCar; aspirante a membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae. Membro do Conselho de Resenhas da *Percurso* editorial.

quando perguntamos sobre o poder da afetação específico que a música exerce sobre nós e ainda mais quando o remetemos aos primórdios da constituição psíquica, de imediato deparamos com o *profundo enraizamento somático da música* [...]. O recém-nascido encontra-se imerso em uma grande massa de estímulos sensoriais, em grande parte de natureza sonora que *impacta diretamente seu corpo* (p. 109).

Nas idas e vindas dos textos, quase na metade do livro, deparamos com as anedotas inteligentes e bem-humoradas de Guimarães Rosa, mencionadas por Jaqueline Ramos, que, em certa medida, se equiparam às de Freud no livro *O chiste e sua relação com o Inconsciente* (1908): “De qualquer modo, se nossas anedotas de agentes matrimoniais são chistes, graças à sua fachada, elas estão em condições de ocultar não apenas o que tenham a dizer, mas também algo – proibido – a dizer” (p. 135). O humor, para Freud, como nos lembra a autora, “é concebido como a mais elevada das operações defensivas, sendo capaz de desorientar, ao invés de responder da maneira habitual à expectativa de um afeto penoso perante uma situação desafortunada” (p. 157).

Mas, diferentemente das menções a Guimarães Rosa, Cortázar é o protagonista de “De Cronópios e famas: humor, jogo, estranhamento”. Carlota Ibertis salienta justamente “a rebeldia na intenção dessacralizadora de valores, costumes, convicções, todos eles não questionados” (p. 158). Ou seja, se por um lado o humor pode ser apenas revelador de uma ideia inconsciente, por um movimento absolutamente peculiar da consciência, por outro ele constrói apenas na medida em que destrói, em que a agressividade se explicita.

Com a “Escrita feminina como busca de uma nova expressão de subjetividade” nos surpreendemos

novamente com o fato de que o livro foi escrito por nove mulheres e apenas um homem (novamente pois esse fato foi mencionado nos Agradecimentos) e sabe-se que a arte, a literatura, a filosofia e a psicanálise, em suas origens, são disciplinas em que os envolvidos são predominantemente figuras masculinas. Poderíamos então pensar na confecção desse livro como um bordado coletivo de palavras, em que a escrita feminina mostra-se como um

“lugar” “onde se sonha, onde inventam os novos mundos” [...] – tal como já ocorre na elaboração da *ficção* e dos *mitos*, e também em textos nos quais se está “em relação com a não relação”, isto é, em textos nos quais se denuncia “o que a história proíbe”, e o que o “real exclui ou não admite” (p. 191)⁴.

Assim, poderíamos complementar, como na bela foto *revelada* por Urânia Tourinho Peres em que estavam “todos presentes e uma ausência marcada pela presença de uma mão, um bastão e ainda a ponta de um bigode” (p. 287).

Assim como o texto que denuncia o que se proíbe ou aquilo que foi excluído, Arthur Bispo do Rosário, ao reconstruir o mundo de restos, como diz o próprio título do texto de Suely Aires, mostra a duplicidade de sua obra. De um artista desgarrado do mundo das artes, que viveu até os oitenta anos na colônia Juliano Moreira. Se por um lado o interno/detento/artista

tem a certeza plena do que deve ser feito, cumpre em obediência seu trabalho de escravo, segue o mestre que o guia – a voz detentora do saber sobre a salvação do mundo; de outro, cada espectador, cada crítico de arte defronta-se com o não saber e busca estabelecer relações – estéticas, clínicas, sociais – para o que escapa ao sentido (p. 237).

Arthur Bispo do Rosário construiu mais de mil peças, geralmente em prata e azul, e deixava-as todas em sua cela, que era interdita aos céticos. Se não era necessário um ritual para vê-las, era necessário que compartilhassem a ideia de Deus. Também o *Xóanon*, ídolo grego arcaico⁵, figura tosca de madeira aplainada, tinha a função de ser e não ser visto, ainda que não fosse ele mesmo invisível. Apresentava-se “ora dissimulado, ora descoberto, oscilava entre os dois polos que o mantinham secreto

1 J. Rancière, *O inconsciente estético*. Trad. Mônica Costa Netto. São Paulo: Editora 34, 2009, p. 26.

2 J. Rancière, *op. cit.*, p. 27.

3 S. Freud, “O Eu e o Id”, in *O Eu e o Id, Autobiografia e outros textos (1923-1925)*. Trad. Paulo César Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 37.

4 A citação se refere a várias passagens do texto de H. Cixous, *La risa de la Medusa: ensayos sobre la escritura*. Prólogo e tradução: Ana Maria Moix. Barcelona: Editorial Antropos, 1995.

5 J.P. Vernant, *Mito e pensamento entre os gregos*. Trad. Haiganuch Sarian. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 319.

e o tornavam público. Isso porque havia condições especiais para que o *Xóanon* pudesse ser revelado, ele não podia ser desvencilhado da ação ritual. A figura necessitava do ritual para representar a ação e a força divinas”⁶. Tornava-se louco se o olhassem sem nenhuma preparação. Aproxima-se, em alguma medida, de objetos ou pessoas tabus que não podem ser tocadas ou vistas sem preparo.

A apresentação artística, seja ela de qualquer natureza, também envolve um ritual, seja por parte do espectador, seja por parte do artista para que a arte possa ser apreciada enquanto tal. De acordo com Rosa Gabriela Gonçalves, “o perímetro convencional do teatro, as aspas, as molduras, as vitrines nas exposições: todos esses dispositivos são suficientes para informar as pessoas familiarizadas com as convenções implicadas que elas não devem reagir ao que está delimitado como se fosse realidade”. Ou ainda, “os artistas se valem das convenções justamente para esse fim, e se às vezes as transgridem é porque desejam provocar ilusões ou uma sensação de continuidade entre arte e vida”⁷ (p. 217-218).

Na contemporaneidade é justamente com a arte abjeta, ainda que de maneira bastante controversa, que podemos circular nessa espécie de dissolução entre a arte e a vida. Segundo Kristeva, o abjeto é uma condição da qual o sujeito precisa se livrar para poder se tornar sujeito. Uma condição estranha e íntima ao mesmo tempo, tão próxima que toca os nossos limites, tornando-os frágeis, uma espécie de desafio à repressão e à sublimação (p. 210).

Se na atualidade a arte abjeta coloca desafios à psicanálise, podemos encontrar, no século XVII, uma situação similar quando Corneille se viu desafiado pela encomenda de uma tragédia. Isso porque ao recorrer a um tema trágico consagrado, Édipo rei, teria de traduzi-lo para o contexto francês da época:

Dei-me conta de que aquilo que havia passado por miraculoso naqueles séculos distantes poderia parecer horrível ao nosso, e de que essa eloquente e curiosa descrição do modo como o infeliz príncipe fura os próprios olhos, e o espetáculo desses olhos furados por onde o sangue lhe jorra à face, que ocupa todo o quinto ato nesses incomparáveis originais, abalariam a delicadeza de nossas damas,

as que compõem a mais bela parte de nossa audiência e cuja desaprovação atrai facilmente a censura daqueles que as acompanham, e de que, enfim, como o amor não faz parte deste tema e as mulheres dele não fazem emprego, ele se encontrava despido dos principais ornamentos que de costume nos rendem o comentário do público⁸.

Ainda que os contextos em que surgem a arte abjeta e o teatro moderno francês sejam absolutamente distintos, assim como eram distintos os contextos desse último e aquele da antiguidade em que Sófocles concebeu Édipo rei, há algo em comum entre as três situações no âmbito da arte, a saber, a quebra da regra de decoro. Não pelo tema em si, mas justamente quanto às regras de apresentação da obra de arte. Assim como Corneille fez notar, à época as relações amorosas não ocupavam um grande papel, apesar de tratar justamente das paixões que fizeram Édipo conduzir sua vida para um fim trágico. Para que o amor se tornasse mais explícito, “Corneille substitui esse jogo de esconde-esconde do investigador culpado com a verdade, [...] por uma intriga moderna, [...] cheia de paixões e interesses conflitantes que provocam a indecisão quanto à identidade do culpado”⁹. Dá a Édipo uma irmã, Dirce, e a ela um amante, Teseu. Desse modo ausenta a situação que viria abalar o decoro e, portanto, o seu próprio sucesso enquanto dramaturgo. Mas, ao modificar a peça, acaba por recuperar tais regras que permitiam ao espectador bem delimitar a arte e a vida. No caso da arte abjeta, ou “disturbatória” (como propõe Danto¹⁰), é gerado um “relacionamento mais primitivo entre o artista e o público; ela pretende transformar o seu público abandonando as convenções do distanciamento e proporcionando uma experiência mais real” (p. 224).

Pode-se inferir, contudo, que essa transformação do público não ocorre de maneira prazerosa, uma vez que é justamente a delimitação clara entre a vida e a arte que promove um prazer que se pode dizer estético.

6 J.P. Vernant, *op. cit.*, p. 319.

7 A. Danto, *A transfiguração do lugar comum*. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

8 Corneille. *Oeuvres complètes*. Paris: Gallimard, Bibliothèque de la Pléiade, 1987, t. III, p. 18.

9 J. Rancière, *op. cit.*, p. 19.

10 A. Danto, *Arte e perturbação*, in *O descredenciamento filosófico da arte*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

Peste e psicanálise do absurdo

Caio Liudvik

Resenha de Ana de Staal; Howard B. Levine (orgs.), *Psicanálise e vida cotidiana – Desamparo coletivo, experiência individual*, São Paulo, Blucher, 2021, 394 p.

Ao apresentar suas condolências pela morte do pai de Ernest Jones, Freud perguntou ao discípulo e futuro biógrafo: “O senhor consegue se lembrar de uma época tão repleta de morte quanto a atual?”¹ Era o início de 1920, em uma Europa que acabava de ser devastada por uma guerra mundial seguida imediatamente por outro morticínio, imposto pela gripe espanhola.

O suicídio do discípulo Victor Tausk, o câncer fatal do amigo Anton von Freund e, sobretudo, a perda brutal da filha Sophie e do neto que ela levava no ventre – duas dentre as milhares de vítimas da pandemia – foram outras tantas experiências pessoais que aguçaram ainda mais em Freud o senso trágico a que seu gênio teórico daria revigorada expressão com a publicação, naquele mesmo ano, de *Além do princípio do prazer*².

1 P. Gay, *Freud: Uma vida para nosso tempo*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 358-370.

2 S. Freud, *Além do princípio do prazer*, in *Obras Completas*, v. 14. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

3 S. Freud, *O mal-estar na civilização*, in *Obras Completas*, v. 18. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010c.

4 A. Camus, *O mito de Sísifo*. Trad. Ari Roitman e Paulina Watch. Rio de Janeiro: Record, 2007.

Caio Liudvik é pós-doutorando em Filosofia pela Universidade de São Paulo. Autor de *Sartre e o pensamento mítico* (Loyola, 2007). Tradutor, entre outros livros, de *História da psicologia moderna*, de C.G. Jung (Vozes, 2020).

A “brutalidade descarada de nossa época”³, de que se queixa em carta a Pfister, é um dado histórico indissociável da formulação, naquele livro, do conceito de pulsão de morte, com o qual Freud revolucionou o arcabouço teórico e clínico da psicanálise e a colocou no rumo de um novo olhar, nos anos seguintes, sobre questões mais amplas da cultura e da sociedade.

Exatos cem anos depois, uma nova pandemia, a da COVID-19, articulada com sintomas de degradação da saúde da própria democracia, vem nos pôr a todos, analistas ou não, face a face com a imortal vocação humana às catástrofes, ou seja, com o que Albert Camus, também ele sob a pressão de outro desastre (o surto nazifascista e a Segunda Guerra Mundial), enunciou como nossa condição ontologicamente absurda, figurada na condenação de Sísifo a eternamente carregar a pedra que havia no seu caminho para o alto de uma montanha e então vê-la, quando *quase* terminara a tarefa, cair de lá ao sopé, e ter de começar tudo de novo⁴.

Assim como Freud, seus discípulos se veem convocados a (re)pensar as bases teóricas e operacionais de seu próprio ofício para fazer frente aos *novos* absurdos com que a Caixa de Pandora do mundo quis nos presentear. E o estão fazendo com grande qualidade, ao menos pelo que se constata à leitura deste *Psicanálise e vida cotidiana – Desamparo coletivo, experiência individual*, livro organizado por Ana de Staal e Howard Levine, e lançado simultaneamente em inglês, francês e português.

Trata-se de uma coletânea de quinze artigos que, ao lado da excelência em comum, tem a marca da diversidade teórica e geográfica dos colaboradores. Brasileiros e estrangeiros, são expoentes contemporâneos de escolas como a de Freud, Ferenczi, Winnicott, Bion que tratam de diferentes aspectos da tragédia cotidiana em contextos como Estados Unidos, França, Itália, Brasil e Israel.

Tal multiplicidade ajuda a sublinhar como o impacto universal da pandemia gera repercussões específicas conforme os contextos locais, as opções interpretativas que pautam os analistas e

essa aventura, singular que é o corpo a corpo de cada processo de análise.

Como falar em *corpo a corpo* analítico, aliás, quando uma das consequências mais importantes do novo coronavírus foi a obrigatoriedade do distanciamento social? Esta é uma das propostas recorrentes ao longo do livro: uma reflexão, ainda que necessariamente inicial, sobre aquilo que os organizadores chamaram de a *resiliência do dispositivo analítico*, quando a dialética de analista e paciente não pode acontecer sob a mediação do divã, e sim com a do ecrã – a tela de celulares ou computadores, quando a opção não for por telefones fixos. “Com efeito”, indagam os organizadores na nota introdutória, “até que ponto poderia o *setting*, esse continente de realidade psíquica sem o qual o processo psicanalítico não tem lugar, suportar o peso de uma realidade tão brutal, inoportuna e traumática?” (p. 20).

A psicanálise remota, até então experiência pontual, por exemplo em supervisões, ou no trabalho com um analisando expatriado, de repente se viu imposta como praticamente a *única* forma de psicanálise disponível. Mas seria ela uma experiência verdadeiramente *possível*, não só para pacientes e supervisandos mais específicos, mas na escala generalizada imposta pelo confinamento? É natural, até por questão de sobrevivência do ofício e de seus praticantes, que em situação excepcionalmente opressiva desse tipo a pergunta não seja *se* é possível, mas *como* fazer acontecer. Como minorar as perdas inevitáveis da impossibilidade do encontro presencial e, além do mais, explorar possibilidades analíticas que na era virtual já eram latentes, mas pouco reconhecidas?

Só para dar um exemplo: se se perde o “devaneio no caminho” (p. 21) do paciente até o consultório, parte integrante de uma sessão, como sugerem Staal e Levine ainda no texto introdutório, há que se considerar o que se ganha com a eliminação de transtornos concretos desse caminho – as lentições e irritações do dia a dia ruidoso, superlotado e engarrafado das grandes cidades.

Assim também, eventos (palestras, cursos, congressos) antes inviáveis ou sobremaneira

afetados por restrições de tempo, espaço e recursos financeiros se veem agora muito mais acessíveis do que se podia supor, o que vem a fortalecer a circulação mais ampla de ideias e de experiências e, pois, potencializar o avanço da psicanálise como um saber tão transterritorial quanto a civilização – com seus recursos e mazelas globais – em que está inserida.

A sequência dos capítulos é muito bem pensada para nos conduzir de um polo a outro do espectro multifacetado da potência da psicanálise: do exame de conjunturas históricas mais amplas até a riqueza insubstituível dos estudos de caso.

Christopher Bollas, em “Os insatisfeitos na civilização”, analisa a conjunção sinistra (aliás explorada por Camus no romance antifascista *A peste*, de 1947⁵, não por acaso redescoberto maciçamente em 2020⁶) entre o absurdo *natural* de uma peste e patologias propriamente sociais. Bollas expõe o péssimo manejo da pandemia por Donald Trump, não como mera incompetência, mas como projeto deliberado, um jogo casado com os interesses de um estilo de exercício do poder cujos traços psicopatológicos personificam o estranho momento da psicologia coletiva norte-americana.

Ao lado da subserviência típica de um gado fascista, tem-se hoje, nos Estados Unidos (mas não só lá), um amplo contingente de pessoas cuja psique está privada do equilíbrio entre *love and law* (amor e direito) que Bollas reputa inerente à construção de uma personalidade sadia. Coletivista no culto de massas ao líder, essa gente ao mesmo tempo professa ódio *libertário* contra o Estado e seus supostos tentáculos *ditatoriais*, como as máscaras e restrições de comércio e lazer, medidas que a ciência mostra serem inevitáveis para a contenção desse tipo de vírus. São egos sem continência psíquica, para os quais as regras do convívio democrático são um fardo insuportável. “Enquanto norte-americanos são sugados pelos processos mentais do presidente, a política se torna a arte de congregar pessoas por trás de falsas realidades geradas por uma mitopoética psicótica” (p. 42).

Não se trata, porém, como Bollas já asseverava, de tendência social monolítica e irreversível.

Há focos de lucidez e de resistência que seu artigo já pôde levar em consideração, como o movimento *Black Lives Matter*. E houve, posteriormente, o alívio trazido pela vitória de Joe Biden. Pena, como disse em *live* recente⁷ Daniel Kupermann, organizador da edição brasileira e um dos colaboradores da coletânea, que não tivemos a mesma sorte, dada a distância ainda a percorrer até as eleições presidenciais no Brasil.

Em “A catástrofe e seus destinos: os negacionismos e o efeito vivificante do ‘bom ar’”, Kupermann investiga mais de perto a variante *brasileira*, como diriam os epidemiologistas, da dupla tragédia que é a crise do coronavírus e sua gestão política negacionista.

Kupermann relembra algumas das tantas declarações vexatórias (que em um país de instituições minimamente saudáveis seriam motivo de cassação sumária) do atual presidente. Entre elas, a proferida quando ele foi questionado sobre a marca então atingida de cinco mil mortos: “E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Eu sou Messias [trocadilho com seu sobrenome (C.L.)], mas não faço milagre” (p. 149).

Mas o que explica que um homem desse naipe seja apoiado e mimetizado nas suas condutas de descaso e de deboche no cotidiano cotidiano de setores expressivos da população brasileira, em diferentes classes sociais? Kupermann nos ajuda a compreender isso, com sua tipologia dos negacionismos hoje em ação entre nós: o ilusório, o hipócrita e o pragmático.

O negacionismo ilusório remonta ao conceito freudiano de *Verleugnung*, a *recusa* subjetiva em reconhecer a realidade de uma percepção traumatizante, mecanismo evocado por Freud em

particular para explicar o fetichismo e as psicoses⁸. Esse negacionismo, expresso no fetiche bolsonarista pela cloroquina e no boicote sistemático do uso de máscaras e do distanciamento social, “é bastante atraente para seduzir boa parte da população ansiosa para crer que suas angústias não passam de despropósitos, o que confere a essa forma de negacionismo grande potencial ludibriador das massas assustadas e descrentes” (p. 150).

Partindo da definição ferencziana de hipocrisia como “a insensibilidade do sujeito frente ao sofrimento do outro, que se vê reduzido a objeto do gozo desse mesmo sujeito”, Kupermann chama de negacionismo hipócrita a atitude de “uma parcela das classes privilegiadas da sociedade (políticos, empresários, comerciantes) que sabe que para ela sempre haverá a possibilidade de distanciamento social confortável (muitas vezes em amplas casas de praia e/ou montanha afastadas dos grandes centros), cuidados médicos, leitos hospitalares e respiradores que funcionam – ao contrário daqueles superfaturados comprados às pressas, sem licitação, pelo poder público” (p. 151).

Esse segundo tipo é também ilusório, ao escamotear o risco de morte contra o qual nem todo dinheiro do mundo é capaz de blindar em caso de um mau encontro entre esse vírus assassino e um sistema imunológico suscetível. Ao mesmo tempo, é arrogância à qual uma realidade social brutalmente desigual como a nossa não deixa de dar certa razão. O absurdo estrutural como que legitima o absurdo moral espelhado no urro ébrio de uma mulher, em festa de pré-réveillon na Barra de São Miguel, Litoral Sul de Alagoas: “É só me entubar, p..., me entuba, p...”⁹.

Já o negacionismo pragmático incidiria nos setores mais desfavorecidos da população. Novamente, a inspiração vem de Ferenczi, no caso, do processo psíquico que ele define como identificação com o agressor. O sujeito assume na relação consigo mesmo o desvalor a que seu lugar social o condena. Não tenho como me dar ao luxo de ficar em casa, nem de bancar os custos com álcool, com máscaras, portanto o isolamento social é balela, quem tem razão é o *mito* e todo um kit

5 A. Camus, *A peste*. Trad. Valerie Rumjanek. Rio de Janeiro: Record, 2017.

6 Cf., p. ex., <<https://www.psychiatrictimes.com/view/existential-fallout-covid-19>> (Acesso em 1 jul. 2021).

7 Cf. <<https://www.youtube.com/watch?v=BcoG-RoteRE>> (Acesso em 30 jun. 2021).

8 J. Laplanche; J.-B. Pontalis, *Vocabulário da psicanálise*. Trad. Paulo Tamen. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 436.

9 Cf. <<https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2020/12/31/em-festa-com-aglomeracao-mulher-grita-me-entuba-dj-que-postou-video-nega-que-seja-ela.ghtml>> (Acesso em 30 jun. 2021).

magia que, com cloroquina, fé narcísica de que comigo essa gripezinha não terá vez, água e feijão bentos do pastor, me dispensam dos estorvos do princípio de realidade.

“Estar na linha: qual elasticidade e qual invariância para o *setting* psicanalítico?”. Com essa questão de Antonino Ferro, passamos do macrocosmo político-social da pandemia aos seus efeitos práticos para o ofício do analista. O membro da *Società Psicoanalitica Italiana* começa recordando as objeções que a psicanálise à distância tende a suscitar entre os mais tradicionalistas: “A ausência do corpo, o medo de ativar emoções incontroláveis ou de introduzir um controle emocional excessivo, foram alguns dos problemas enfatizados” (p. 163-164).

Mas a experiência pessoal de Ferro parece apontar para efeitos mais positivos: “A primeira coisa que notei trabalhando remotamente foi minha maior liberdade no uso de capacidades negativas (*negative capability*), ou seja, parafraseando Keats, a capacidade de estar na incerteza, no mistério, na dúvida, sem a impaciência de correr atrás dos fatos e das razões” (p. 165).

O depoimento pessoal de Ferro nos sugere pensar que o dispositivo analítico tem se mostrado, na crise do coronavírus, mais do que apenas resiliente, verdadeiramente *antifrágil*, para evocar a definição de Nassim Nicholas Taleb¹⁰ para coisas e processos que, mais do que resistir ao *choque* (trauma) e voltar ao formato original (essa capacidade física de um elástico, por exemplo, inspira a resiliência como metáfora psicológica), são capazes de se reinventar na desordem.

Ferro admite ser alguém que não se sente à vontade em ser demasiadamente “enquadrado” por vínculos institucionais (p. 165). Isto, em parte, pode explicar que ele veja com bons olhos, e não só neste tempo de emergência, a abertura do enquadre analítico para condições mais flexíveis – o que não quer dizer menos rigorosas – associadas às sessões remotas. “Muitas pessoas afirmam que a tela funciona como um ‘filtro de bloqueio’ das emoções, mas essa não foi a minha vivência: pareceu-me, ao contrário, favorecer uma nova e livre circulação

das emoções. Afinal, será que o teatro é necessariamente mais envolvente e emocionalmente mais impressionante do que o cinema?” (p. 165).

Como deixa claro essa analogia com cinema e teatro, não se está propondo que a consulta presencial tenha de ser descartada como algo obsoleto. O que a calamidade pandêmica, ou melhor, o que o engenho humano pôde fazer em resposta a ela, poderá deixar de legado é um cardápio mais amplo de alternativas de trabalho igualmente, ou melhor, diferencialmente eficazes. Não é por ser presencial ou remota que acontecerá ou deixará de acontecer o *rapport* que, ele sim, é indispensável a que aquilo que poderia ser um falatório anódino se converta em uma sessão analítica.

“Parece-me”, conclui Ferro, “que a chegada do modo remoto mudou completamente o nosso olhar em relação à análise, e que o que deixou de ser feito nesses últimos cem anos, quando tivemos uma psicanálise muito parecida com ela mesma, muito enrijecida, terminou acontecendo graças a esta tempestade que se abateu sobre nossa maneira de trabalhar” (p. 165).

Ana de Staal, analista brasileira radicada na França e formuladora original do projeto magnífico que é este *Psicanálise e vida covidiana*, toma de empréstimo, como uma das epígrafes de seu artigo, palavras do próprio Antonino Ferro: “E em nome do que ficar sentado, colado na janela comentando a paisagem, se, por exemplo, houvesse um incêndio? Se as chamas atingissem o trem e queimassem a cabine?” (p. 173).

A outra epígrafe, com a qual dialoga provocativamente a citação de Ferro, vem do artigo “O início do tratamento”¹¹ de Freud, obra aliás fundamental como referencial do enquadre clássico do trabalho analítico. As primeiras linhas do artigo (não é de lá que Staal extrai sua citação), aliás, são particularmente inspiradoras, pelo alarme que fazem soar contra a possibilidade de o profissional cair na armadilha da mecanização da técnica quando não leva suficientemente em conta a diversidade e plasticidade dos processos psíquicos e a riqueza dos fatores determinantes em jogo no encontro analítico.

Voltando à epígrafe tomada a Ferro, ela vem especialmente a calhar para Staal porque seu artigo parte do relato dramático de um incêndio ocorrido em apartamento vizinho ao consultório dela em Paris, durante uma sessão no inverno de 2016.

Depois da descrição do incidente, Staal fala de reverberações psíquicas suscitadas nos pacientes – não só naquele que estava em análise na noite fatídica – pelos danos materiais do consultório. “As marcas de fuligem, as fissuras, a miríade de pequenas cicatrizes e os vagos odores deixados pelas chamas nas paredes do consultório começaram a refletir, mais ainda, a dar forma, figura e significado aos sofrimentos íntimos de muitos pacientes, em um movimento semelhante a uma autorreparação do enquadre” (p. 182).

A analista passa então a um segundo “incêndio”, a pandemia. “Do divã à tela, tínhamos acabado de perder um lado material, concreto – mas também afetivamente muito investido – de nosso enquadre de trabalho habitual; ainda não sabíamos nada sobre o novo dispositivo que nos aguardava. Seria resistente ao fogo? Como poderíamos chegar lá atrasados? Qual o seu cheiro? Nós descobriríamos” (p. 184).

Ainda estamos descobrindo. Não é tempo, ressalta Staal, de *verdictos prematuros e definitivos*, que em plena vigência do trauma, não seriam mais do que irrisórias tentativas de racionalização. O trauma, como irrupção dolorosa de algo excessivo e hostil – desse *Unheimliche* freudiano a que Camus dá o nome filosófico de absurdo – é evento que *deseja*, qual um vírus mortal, escapar dos sistemas imunológicos da natureza e da linguagem.

O paciente arrancado do divã de Staal pelas chamas começou, com o tempo, a dar sinais de “uma espécie de fadiga traumática feita de desencorajamentos persistentes, dores de barriga mais intensas e trens de pensamentos interrompidos

por brancos intempestivos. Apesar do resultado bastante feliz do ocorrido – nenhuma morte ou ferimentos graves a lamentar, grandes danos limitados a alguns metros quadrados etc. – as associações do analisando se empobreceram, enquanto seu tecido discursivo se rasgou em alguns lugares; ele iniciou então a longa travessia de um deserto psíquico” (p. 191).

O incêndio que nos arrancou das zonas de (des)conforto sacramentadas pelo hábito parece tornar inevitável, mais cedo ou mais tarde, em graus menores ou maiores, a dor de desertos psíquicos como esse. Mesmo que sejam muitos os exemplos em que as dificuldades parecem ir sendo vencidas pelo poder combinado da empatia e da competência técnica – vide o caso comovente da menina autista de três anos, cujo tratamento pelo celular é relatado por Patrícia Cardoso de Mello.

“Ao longo de cinco meses de trabalho” (p. 321), diz a analista, “a ruptura brutal do enquadre analítico” (p. 321) habitual deu lugar à “construção de um novo enquadre *on-line*, capaz de produzir efeitos terapêuticos tão interessantes quanto inesperados” (p. 321). Em dinâmicas que estamos aqui, em sua natureza geral, sugerindo pensar como *antifrágeis*, Mello destaca “o surpreendente devir do celular e seu duplo estatuto: como dispositivo organizador da situação analítica e como brinquedo/ferramenta de subjetivação” (p. 321).

O absurdo é cruel como a necessidade que houve de se arrancar o dente de um dos internados para facilitar a intubação, como lemos no relato de Steven Jaron (p. 298) sobre seu dia a dia dentro do *inferno* (a metáfora é dele, inclusive com paralelos literários tomados à *Divina comédia* de Dante) em um hospital público e junto a pacientes de COVID já saídos da UTI. O absurdo é como o *choque desanimador* citado por Howard Levine no texto que fecha a coletânea: o choque de, como se a História fosse um eterno retorno, sem qualquer fim apaziguador à vista como o anunciado por Fukuyama na virada para o século XXI, termos de constatar “o quão superficiais os ideais da democracia liberal progressista são em comparação com o racismo, classismo, xenofobia, ódio, negligência

10 N.N. Taleb, *Antifrágil – Coisas que se beneficiam com o caos*. Trad. Eduardo Rieche. Rio de Janeiro: BestSeller, 2014.

11 S. Freud, “O início do tratamento”, in *Obras Completas*, v. 10. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010c. [1913], p. 164.

e ganância que jazem logo abaixo do fino verniz social de muitos países ocidentais” (p. 378-379).

Levine, nesse artigo, propõe o conceito de “Neurose Atual Traumática” (p. 388) para definir os muitos casos de “ansiedade, tensão e fadiga, seguida por hipocondria, distúrbios do sono e da alimentação e pequenos distúrbios somáticos” (p. 388) verificados desde a eclosão da pandemia (p. 388). “Embora Freud”, prossegue o autor, “restringisse o uso do termo atual a transtornos de origem sexual – libido reprimida, excesso de masturbação – há uma boa razão para estendê-la a eventos não sexuais que agridem e destroem nossas capacidades psíquicas regulatórias” (p. 388), o escudo protetor do ego.

Levine é um dos autores de referência do excelente artigo de Alberto Rocha Barros e Elias Mallet da Rocha Barros, “Paisagens da vida mental sob a COVID-19”, que também reflete, com magistral equilíbrio entre imaginação teórica e lastro clínico, sobre as reformulações que o mundo contemporâneo, em particular neste contexto de vida cotidiana, parece exigir para o conceito psicanalítico de trauma. A afinidade entre o evento traumático e o confinamento de sua vítima em uma temporalidade cíclica, a-histórica – como a do Sísifo camusiano – fica patente na comparação que um paciente faz entre sua própria situação psíquica e o protagonista do filme *Feitiço do tempo*, de 1993, misteriosamente condenado a reviver o mesmo dia infinitamente (p. 113).

O filme, porém, tem uma mensagem otimista, a de que o desbloquear de nossa capacidade de empatia é a porta de saída do inferno da repetição. Menos *hollywoodiano*, e com um tom estoico, mas que também antecipa a honra trágica em Camus, Freud se referia à agonia final de seu amigo von Freund nos seguintes termos: “Ele suportou seu estado desesperado com lucidez heroica, não desonrou a análise”¹². Considerando-se que também a psicanálise é uma cura pelo amor, a distância

entre o cativante (no duplo sentido) destino do personagem de Bill Murray e uma resposta analiticamente orientada às desgraças traumáticas da existência pode ser menor do que pode parecer.

Criatividade e amor têm, porém, hoje, de se confrontar com uma época tão repleta de morte quanto a de Freud. A brutalidade atual é tão *des-carada* quanto aquela que o espantava, e que ele provou na carne na perda da filha no contexto da peste daquele tempo.

Ao absurdo, Camus respondia com a revolta que nos faz solidários ainda que solitários. Este livro traz lições individuais (as de cada colaborador, em sua respectiva vivência reflexiva do caos pandêmico) de revolta que lembram o médico Rieux em luta com as trevas da peste no romance de Camus. A tomada da consciência do absurdo, em Camus, é ponto de partida da autenticidade ética do sujeito, o que passa também pelo seu engajamento na luta contra os flagelos coletivos. Nesse sentido, o simbolismo da peste revela-se de um valor *iniciático* não sem paralelo com a estética de Artaud¹³, mas que também se poderia remeter ao proverbial comentário de Freud a Jung de que estavam levando a bordo a *peste* para os Estados Unidos, na viagem de 1909.

Peste como corpo a corpo com a nossa solidão e começo de saída, já nos próprios isolamentos impostos pelo real, do isolacionismo enquanto ilusão egoica tão vendida pela sociedade de mercado. Peste como passagem da mera condição absurda à revolta que, de solitários, nos torna solidários, algo a que este *Psicanálise e vida cotidiana* faz jus em sua própria estrutura colaborativa e multicultural. Um livro que, para evocarmos o heroísmo trágico freudiano, *honra*, também em suas produtivas perlações teóricas e clínicas do trauma pandêmico, a psicanálise como potência *antifrágil* que pode nos fortalecer na fragilidade de nosso desamparo e na dignidade de nosso combate aos monstros que assolam a vida e a democracia.

12 A. Artaud, *apud* P. Gay, *Freud: uma vida para nosso tempo*, op. cit., p. 360.

13 J. Grenier, *Albert Camus – Soleil et ombre*. Paris: Gallimard, 1987, p. 171.

Colaboradores deste número

Ana Claudia Patitucci
Rua Prof. João Arruda, 53
05016-110 São Paulo SP
Tel.: (11) 3873-3457
anapatitucci@hotmail.com

Andrea Carvalho
Rua Marselhesa, 47
04020-060 São Paulo SP
Tel.: (11) 97092-3321
andrecarvalho@outlook.com

Bela M. Sister
Rua Maranhão, 584 cj. 42
01240-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 3666-6443
belasister@terra.com.br

Beatriz Camargo dos Santos
Rua Cristóvão Colombo, 1773 cj. 405
90560-004 Porto Alegre RS
Tel.: (51) 99183-3760
bcamargodossantos@yahoo.com.br

Bernard Golse
bernard.golse@icloud.com

Caio Liudvik
Rua Soror Angélica, 555
02452-060 São Paulo SP
Tel.: (11) 99394-0439
caioliudvik@hotmail.com

Camila Saboia
Avenida Rouxinol, 84 cj. 86
04516-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 98603-3133
camilasaboia@usp.br

Clarissa Salle de Carvalho
Rua Tobias da Silva, 137 cj. 303
90570-020 Porto Alegre RS
Tel.: (51) 98433-4593
clarissasallecarvalho@gmail.com

Cristina Parada Franch
Rua João Moura, 647 cj. 103
05412-001 São Paulo SP
Tel.: (11) 3081-4386
crisfranch@uol.com.br

Danielle Melanie Breyton
Rua Prof. João Arruda, 53
05016-110 São Paulo SP
Tel.: (11) 3873-3457
danibreyton@gmail.com

Deborah Joan Cardoso
Rua Inácio Pereira da Rocha, 142 cj. 305
05432-010 São Paulo SP
Tel.: (11) 3032-1385
deborah@santacruz.g12.br

Dora Musetti de Campos
Rua Mateus Grou, 546
05415-040 São Paulo SP
Tel.: (11) 97120-2272
doramusettidecampos@gmail.com

Dora Tognolli
Alameda Rio Negro, 911 cj. 712
06454-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 98280-6077
dorat.g@terra.com.br

Eliane Michelini Marraccini
Rua Girassol, 730 ap. 171
05433-001 São Paulo SP
Tel.: (11) 3815-9521/98338-6768
eliane.marraccini@gmail.com

Emerson Souza (Guarani)
Rua Manoel Fonseca Neto 03. Quarta
Quadra. Conjunto Residencial Prestes
Maia. Cidade Tiradentes
08490-360 São Paulo SP
emersons@usp.br

Geneviève Haag
genevievehaag@gmail.com

Gisele Senne de Moraes
Avenida Vital Brasil, 305 cj. 811
05503-001 São Paulo SP
giselesm@usp.br ou gimoraes@uol.com.br

Janaina Namba
Rua Alagoas, 336 cj. 21
01242-000 São Paulo SP

Juan Carlos Volnovich

Juliana Rosalen
Rua Abadia dos Dourados, 526
05586-030 São Paulo SP
julianarosalen@gmail.com

Kenia Ballvé Behr
Rua Prof. Xavier Simões, 440
91920-790 Porto Alegre RS
Tel.: (51) 99807-5030
ballvebehr@gmail.com

Lia Pitliuk
Rua Turiassu, 390 cj. 135
05014-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 99992-5643
lia.internet@gmail.com

Luciana Saddi
Praça Morungaba, 66
01450-090 São Paulo SP
Tel.: (11) 99983-7195
lusaddi@uol.com.br

Lucila de Jesus Mello Gonçalves
Rua Antônio Bicudo 327 cj. 11
05418-010 São Paulo SP
lucilajmg@gmail.com

Luís Cláudio Figueiredo
Rua Alcides Pertiga, 65
05413-100 São Paulo SP
Tel.: (11) 99942-2168
lclaudio.tablet@gmail.com

Malena Calixto
Rua Pedro de Toledo, 541 cj. 43
04039-031 São Paulo SP
Tel.: (11) 99234-3748
malenamcalixto@gmail.com

Mara Caffé
Rua João Moura, 647 cj. 62
05412-001 São Paulo SP
Tel.: (11) 99950-8895

Mara Selaibe
Rua Purpurina, 155 cj 18
05435-030 São Paulo SP
Tel.: (11) 3662-4640 / 99685-5594
maraselaibe@gmail.com

Maria Carolina Accioly
de Carvalho e Silva
Tel.: (11) 99981-4904 / 3031-6513
mcarolinaaccioly@gmail.com

Maria Rita Kehl
Rua Dr. Louis Couty, 142
05436-030 São Paulo SP
mritak@uol.com.br

Mariana Lutz Biazzi
Avenida Brasil Oeste, 560 cj. 2705
99025-000 Passo Fundo RS
Tel.: (54) 999.876.747
maribiazzi@yahoo.com.br

Nelson Ernesto Coelho Junior
Avenida Prof. Mello de Moraes, 1721
Bl. A, E-9
Cidade Universitária
05508-900 São Paulo SP
ncoelho@usp.br

Patricia Porchat
Rua Baronesa de Itu, 640 cj. 53B
01231-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 99657-3770
patricia.porchat@unesp.br

Priscila Ambrósio Moreira
Rua Celso Wey de Magalhães, 95
Cidade Universitária
13083-170 Campinas SP

Sérgio Telles
Rua Maestro Cardim, 560 cj. 194
01323-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 3283-5767 / 99221-7131
setelles@uol.com.br
www.sergiotelles.com.br

Silvio Hotimsky
Rua Ilhéus, 135
01251-030 São Paulo SP
Tel.: (11) 3862-7743
silviohotimsky@hotmail.com

Tania Corghi Veríssimo
Rua João Moura, 661 cj. 36
05412-001 São Paulo SP
Tel.: (11) 99408-1518
tan.verissimo@gmail.com

Tatiana Inglez-Mazzarella
Rua João Moura, 1096
05412-002 São Paulo SP
Tel.: (11) 3891-0837
timazza@uol.com.br

Thiago Barbalho
Alameda das Gralhas, 7
18135-646 São Roque SP

Normas para envio de artigos e resenhas

A apresentação de trabalhos para publicação na Revista *Percurso* pressupõe o conhecimento prévio e a aceitação, por parte do articulista, das seguintes normas:

1. Os artigos deverão ser encaminhados ao Conselho Editorial através do e-mail deptodepsicanalise@sedes.org.br do Departamento de Psicanálise. Deverão também ser entregues três cópias impressas, pessoalmente ou por correio (não é necessário ser via Sedex), à Secretária do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, aos cuidados de Cláudia Dametta, Rua Ministro Godoy, 1484, CEP 05015-900, São Paulo SP, Brasil.

1.1 Os artigos enviados para publicação, sempre originais e inéditos, deverão ser antecedidos por duas páginas contendo, separadamente, os seguintes dados:

♦ **PÁGINA 1:**

Título e nome do autor, sua qualificação (como deseja ser apresentado ao leitor), endereço (incluir CEP), telefones (incluir DDD) e e-mail. A página de rosto é destacada quando o artigo é remetido para avaliação, de modo a preservar, durante todo o processo, o sigilo quanto à identidade do autor.

♦ **PÁGINA 2:**

Resumo do artigo enviado, com até cinco linhas, em português, e traduzido para o inglês, com redação ou revisão feita por um profissional da área. Enviar igualmente até seis palavras-chave, em português e inglês. Nesta segunda página também devem figurar o número exato de caracteres do texto, inclusive espaços, e a data de envio do artigo para a revista.

Em todas as páginas devem constar o número da página no canto superior direito, e, no cabeçalho, o título do trabalho.

1.2. Os artigos enviados devem ter até 35 mil caracteres (com espaços), incluídas as notas de rodapé e não incluídas as referências bibliográficas do final. Trabalhos que excedam esses limites poderão ser devolvidos aos autores para que possam adequá-los às normas de publicação, antes de qualquer avaliação.

2. As resenhas devem ser encaminhadas, via email, ao Conselho Editorial de Resenhas:

Camila Salles – camila_salles@uol.com.br;
Sergio Telles – setelles@uol.com.br;
Susan Markuszower – susanmark@uol.com.br;
Janaina Namba – janaina.namba@yahoo.com.br;
Lia Novaes Serra – lianovaesserra@gmail.com

2.1 As resenhas enviadas para publicação, sempre originais e inéditas, deverão observar as seguintes especificações:

♦ **PÁGINA 1:**

Deverá conter o título da resenha, seguido da expressão “Resenha de”, nome do autor, título da obra em itálico, cidade, editora, ano de publicação e número de páginas. Exemplo: Freud, o fio e o pavio – Resenha de Chaim Samuel Katz,

Freud e as psicoses: primeiros estudos, Rio de Janeiro, Xenon, 1994, 274 p.

Incluir também o número de caracteres e até seis palavras-chave da resenha (não é necessário apresentar resumo ou abstract).

Em todas as páginas devem constar o número de página no canto superior direito, e, no cabeçalho, o título do trabalho.

Na última página deve constar o nome do autor, sua qualificação (como deseja ser apresentado ao leitor), endereço (incluir CEP), telefones (incluir DDD) e e-mail.

2.2 As resenhas devem ter até 20 mil caracteres (com espaços). Trabalhos que excedam esses limites poderão ser devolvidos aos autores para que possam adequá-los às normas de publicação, antes de qualquer avaliação.

3. Todos os artigos serão analisados em detalhe pelo plenário do Conselho Editorial de Artigos, que poderá, eventualmente, solicitar ao Conselho Científico Externo um ou mais pareceres.

Todas as resenhas serão analisadas pelo Conselho Editorial de Resenhas.

Uma vez aceito o trabalho, um membro destes Conselhos Editoriais transmitirá ao autor do artigo ou resenha eventuais recomendações para mudanças na forma ou no conteúdo, a fim de adequá-lo aos padrões da revista.

4. É indispensável seguir os padrões gráficos utilizados por *Percurso*:

- ♦ **DESTAQUES:** O que merecer destaque deve vir em itálico; não utilizar sublinhado nem negrito.
- ♦ **INTERTÍTULOS:** Colocar intertítulos para facilitar a leitura.
- ♦ **PALAVRAS ESTRANGEIRAS E TÍTULOS DE LIVROS:** Devem vir em itálico, sem aspas, quando mencionados no texto.
- ♦ **TÍTULOS DE ARTIGOS:** Devem vir entre aspas, em estilo normal, sem destaque.
- ♦ **CITAÇÕES:** Devem vir entre aspas, com chamada de nota de rodapé contendo a respectiva referência bibliográfica (ver tópico 5 para mais detalhe sobre as notas). As citações de até três linhas devem ser incluídas no corpo do texto; citações de quatro linhas ou mais devem ser destacadas do texto, em parágrafo escrito em fonte menor.

5. As notas deverão vir no rodapé da página em que figura a respectiva chamada, e ser numeradas consecutivamente em algarismos arábicos. Podem ser explicativas ou bibliográficas; neste caso, seguir o formato europeu, como indicado abaixo:

♦ **NOME DO AUTOR:**

Em ordem direta, com maiúsculas somente nas iniciais do nome e do sobrenome. Exemplos: S. Freud; M. Klein; D. W. Winnicott.

♦ **CAPÍTULOS DE LIVROS:**

Título entre aspas, seguido do nome do livro em que aparecem e página citada precedida apenas da letra “p.” Exemplo: N. Bleichmar e C. Bleichmar, “Os pós-kleinianos: discussão e comen-

tário”, in *A Psicanálise depois de Freud*, p. 286. Para livros sem menção a capítulo, apenas o título do livro em itálico e página.

♦ ARTIGOS DE REVISTAS OU PERIÓDICOS:

Título entre aspas, seguido do nome da revista em itálico, indicando número ou volume, e página citada. Exemplo: R. Zygouris, “O olhar selvagem”, *Percurso* n. II, p. 12. (Não se usa *in* antes do nome de um periódico).

♦ TEXTOS CITADOS MAIS DE UMA VEZ:

A partir da segunda vez inclusive, colocar apenas nome do autor, a expressão *op. cit.* em itálico, e a página citada. Exemplos: R. Zygouris, *op. cit.*, p. 73; Bleichmar e Bleichmar, *op. cit.*, p. 289. Se entre a primeira e a segunda citação for citada OUTRA obra do mesmo autor, escolher uma forma simples de distinguir entre ambas. Exemplo: primeira citação, Marcia Neder, *A arte de formar*, p. 45; segunda citação, Marcia Neder, *Psicanálise e educação: laços refeitos*, p. 70; terceira citação, Bacha, *Laços...*, p. 90; quarta citação, Bacha, *A arte...*, p. 134; e assim sucessivamente.

♦ REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Ao final do trabalho, deverão constar as referências bibliográficas em ordem de sobrenome dos autores, seguidas pelos dados da obra. Exemplos: **Levisky D.** (2007). *Um monge no divã*. São Paulo: Casa do Psicólogo; **Mezan R.** (2002). *Interfaces da Psicanálise*. São Paulo: Companhia das Letras.

6. Procedimentos finais:

6.1. Para artigos:

Uma vez atendidas as recomendações do Conselho Editorial de Artigos, o artigo finalizado deve ser enviado, via e-mail,

para o seguinte endereço virtual: artigos.percurso@gmail.com. O próprio Conselho Editorial se encarregará de encaminhar o arquivo definitivo do artigo para a Coordenação Editorial.

6.2. Para resenhas:

Uma vez atendidas as recomendações do Conselho Editorial de Resenhas, o texto finalizado deverá ser enviado, via email, para:

Camila Salles – camila_salles@uol.com.br;

Sergio Telles – setelles@uol.com.br;

Susan Markuszower – susanmark@uol.com.br;

Janaina Namba – janaina.namba@yahoo.com.br;

Lia Novaes Serra – lianovaesserra@gmail.com

que se encarregarão de encaminhar o arquivo definitivo da resenha para a Coordenação Editorial.

7. Uma vez publicado, cada autor receberá um exemplar do número em que o trabalho figura. Também receberá por e-mail o arquivo do seu texto no formato em que é apresentado na revista, e o arquivo da capa do número. Isto lhe permitirá imprimir separatas e a capa do respectivo número. Os trabalhos recusados não são devolvidos.

8. O *copyright* dos textos publicados em *Percurso* pertence aos seus autores. Caso venham a ser publicados em coletâneas ou outros periódicos, inclusive eletrônicos, solicita-se mencionar que a primeira publicação se deu na Revista *Percurso*, número tal, ano tal, páginas x-y. Os autores declaram aceitar a divulgação de seus trabalhos no *site* da revista: <<http://revistapercurso.uol.com.br>>.

Onde encontrar *Percurso*

Belo Horizonte

Livraria do Psicólogo
Av. do Contorno, 1390
Floresta
Tel.: (31) 3303-1013 / 3428-5000
livrariadopsicologo@livrariadopsico
logo.net

Fortaleza

Livraria Lua Nova
Av. Treze de Maio, 2861
Benfica
Tel.: (85) 3214-5488

Goiânia

Dimensão
R. 1121, nº 249 – setor Marisa
Tel.: (62) 3281.4135
dimens@terra.com.br

Porto Alegre

Livraria Cultura
Av. Túlio de Rose, 85 loja 302
Tel.: (51) 3028-4033 / 3170-4033
dqmanzano@livrariacultura.com.br

Ribeirão Preto

Núcleo Tavola – Instituto de Formação e Pesquisa em Psicanálise, Psicologia e Ciências Humanas
R. Visconde de Abaeté, 210
Tel.: (16) 3623.5780
contato@nucleotavola.com.br

São Paulo

Livraria APG
R. Monte Alegre, 948
Perdizes
Tel.: (11) 3871-2023 / 3862-9065
livrariaapg@terra.com.br

Livraria Cultura – Villa Lobos
Av. das Nações Unidas, 4777 loja 245
Tel.: (11) 3024-3599 / 3024-3570
rodrigoh@livrariacultura.com.br

Livraria Cultura – Market Place
Av. Dr. Chucri Zaidan, 902 loja 222
Tel.: (11) 3474-4033
gaa Almeida@livrariacultura.com.br

Livraria Cultura – Paulista
Av. Paulista, 2073 loja 153
Conjunto Nacional
Tel.: (11) 3474-4033
cgtorres@livrariacultura.com.br

Livraria da Vila
R. Fradique Coutinho, 915
Vila Madalena
Tel.: (11) 3814-5811

Livraria Pulsional

R. Min. Gastão Mesquita, 132
Perdizes
Tel.: (11) 3865.8950 / 3675.1190
pulsional@uol.com.br

Maura Book's

Vila Guilherme
R. José Gonçalves Gomide, 545
Tel.: (11) 2909.1959 / 3865-1232
mbooks@uol.com.br

Sorocaba

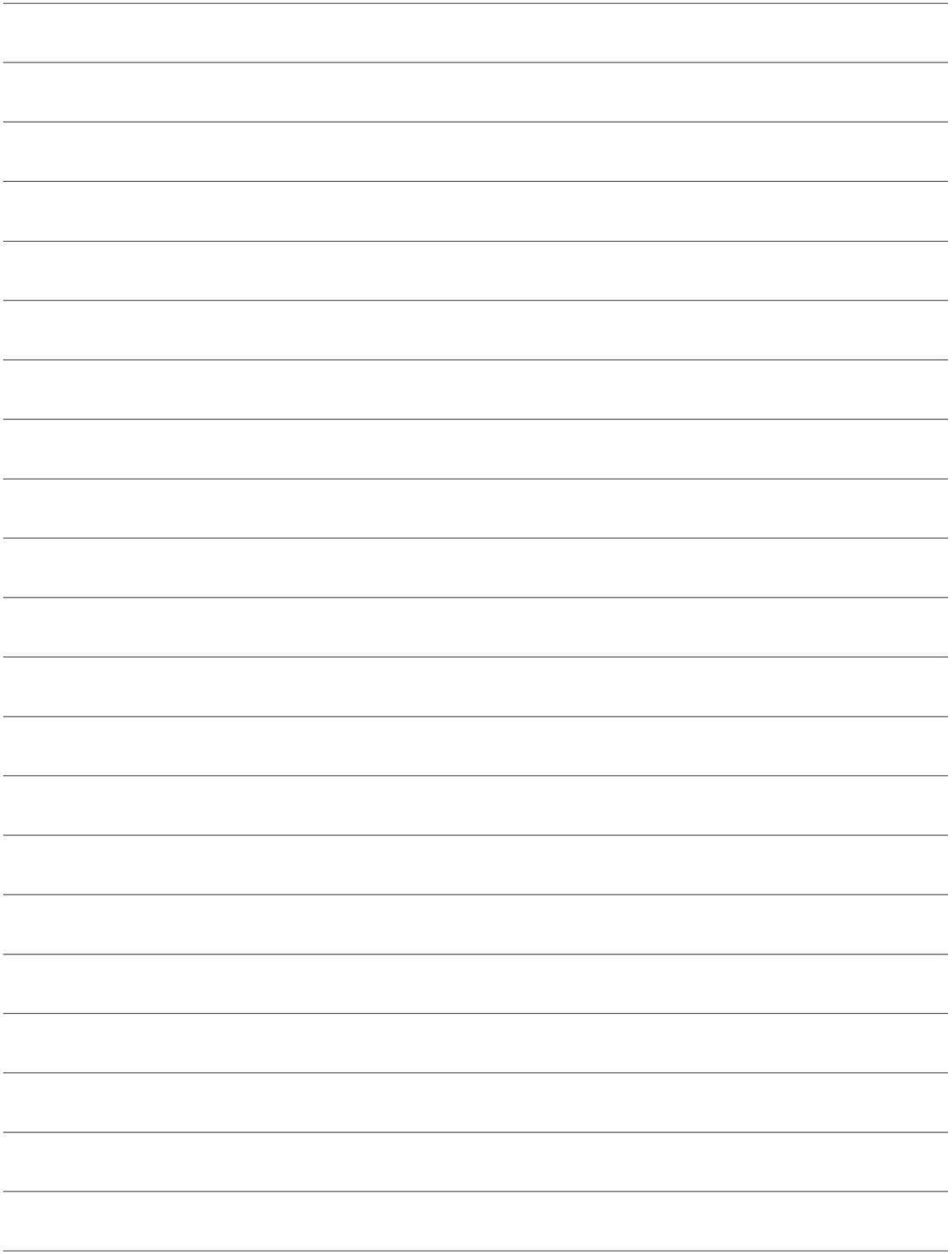
Psicologia no Cotidiano
Av. Presidente Kennedy, 316
Jardim Paulistano
Tel.: (15) 3327-2104
contato@psicologianocotidiano.com.br
www.psicologianocotidiano.com.br

Salvador

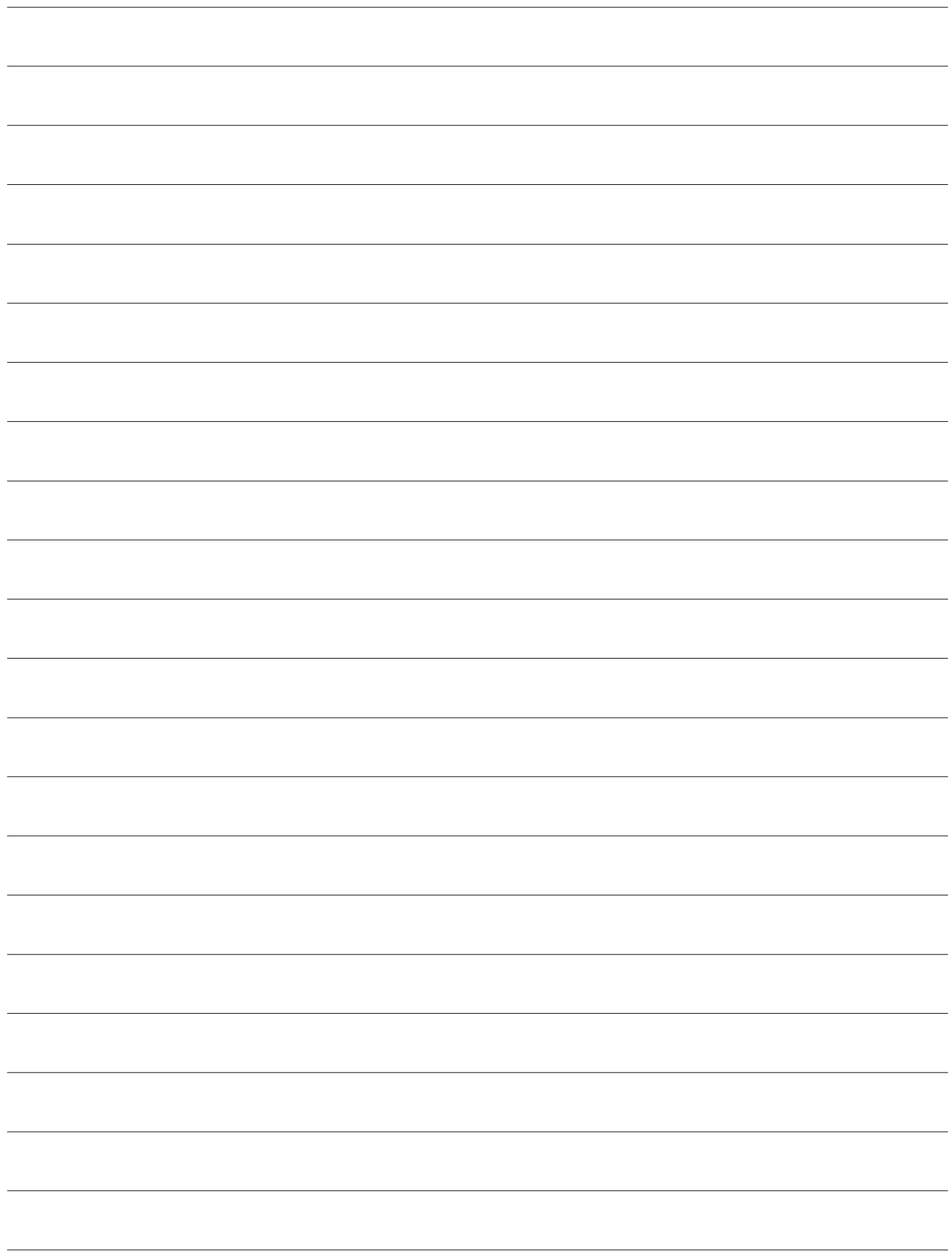
Colégio de Psicanálise da Bahia
Urania Tourinho
R. Alfredo Magalhães, 96, 1º andar
Barra
Tel.: (71) 3264-3202

Uberaba

Ilcéa Borba Marquez
R. Alfên Paixão, 599
Mercês
Tel.: (34) 3312.7761









A Dr. Contábil consiste na prestação de serviços contábeis, tributários, trabalhistas e societários e é composta de profissionais qualificados em constante atualização com o objetivo de atender com segurança nossos clientes.

Nosso objetivo é fornecer serviços de qualidade, com postura ética, diferenciada, competência e eficácia.



Acesse nosso site:

www.contabil.net

Avenida Caxingui 94 Butantã
CEP 05579 000 São Paulo Capital
Telefone (11) 3724 9440
menossi@contabil.net

Um produto desenvolvido por:

MEN0551
CONSULTORIA CONTÁBIL

Para assinar *Percurso*

- **Assinatura anual:** R\$ 190,00* (dois números).
- Por telefone:** ligue para (011) 3081-4851, das 9:00 às 16:30, de segunda a sexta-feira. Você receberá uma ficha de compensação, que poderá ser paga em qualquer agência bancária.
- Por cartão:** ligue para (011) 3081-4851, nos mesmos horários. Tenha em mãos o número de seu cartão. Aceitamos Mastercard, Visa e American Express.
- Por cheque:** envie seus dados pessoais e cheque nominal para
Sociedade Civil Percurso
a/c Setor de Assinaturas
R. Amália de Noronha, 198
05410-010 São Paulo SP

Autorização para assinar *Percurso* por cartão de crédito

NOME:	_____	DATA:	____/____/____
ENDEREÇO:	_____		
CEP:	_____	CIDADE:	_____
		ESTADO:	_____
TELEFONE RES.:	() _____	COM.:	() _____
CIC:	_____	RG:	_____
E-MAIL:	_____		
Mastercard:	nº <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	val.:	/
Visa:	nº <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	val.:	/
AmEx:	nº <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	val.:	/
Quantidade de Parcelas:	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 5

Remeta este cupom por fax ou ligue, informando seus dados, para:

REVISTA PERCURSO – SETOR DE ASSINATURAS
R. Amália de Noronha, 198
05410-010 São Paulo SP
Tel/Fax: (11) 3081-4851

Você também pode nos enviar um e-mail (percurso@uol.com.br) autorizando-nos a debitar em seu cartão o valor da assinatura. Neste caso, seu cadastro será feito pelo telefone. Por favor, tenha em mãos os documentos necessários.

Alunos dos cursos do Instituto Sedes Sapientiae têm desconto de 25% (R\$ 142,50).

Impresso em São Bernardo do Campo SP,
no parque gráfico da Paym Gráfica e Editora,
para o Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae